



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas

LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL

“Feminismo Ideal e Sadio”:
os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas –
Vitória/ES (1924 a 1934)

Vitória

Abril de 2011

LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL

“Feminismo Ideal e Sadio”:

os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas –
Vitória/ES (1924 a 1934)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader

Vitória

Abril de 2011

LÍVIA DE AZEVEDO SILVEIRA RANGEL

***“Feminismo Ideal e Sadio”:*
os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas –
Vitória/ES (1924 a 1934)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de abril de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Júlio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Francisco Aurélio Ribeiro
Centro de Ensino Superior de Vitória

Prof^a. Dr^a. Stella Maris Scatena Franco Vilardaga
Universidade Federal de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R196f Rangel, Livia de Azevedo Silveira, 1982-
“Feminismo ideal e sadio” : os discursos feministas nas vozes das
mulheres intelectuais capixabas, Vitória/ES (1924 a 1934) / Livia de
Azevedo Silveira Rangel. – 2011.
268 f. : il.

Orientadora: Maria Beatriz Nader.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Vida Capichaba (Revista). 2. Imprensa. 3. Feminismo. I. Nader,
Maria Beatriz, 1956-. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

À doce e querida memória de dona Clarice, que de todos os papéis que a vida lhe reservou o melhor foi o de ser a minha avó.

Depois pense-se nos efeitos do sexo – o modo como ele pende ondulante entre homem e mulher, trêmulo, de modo que aqui há um vale, ali um cume, quando na verdade talvez tudo seja plano como a minha mão.

Virgínia Woolf

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, se envolveram e me ajudaram a superar inquietudes e percalços frente ao desafio de contribuir para a construção de uma história do feminismo no Espírito Santo. A todas elas, ainda que não nomeadas, meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Beatriz Nader, a quem devo toda a generosidade e confiança dedicadas a esta inexperiente e afoita estudante, por ter me ajudado a semear a ideia que dá corpo a esta dissertação. Sem seu estímulo, me convocando a buscar novas questões e horizontes, eu não teria chegado a me apaixonar com tamanha intensidade pelo meu objeto de pesquisa. Também pela paciência, pelo acolhimento, pela amizade e, por que não, pelos “puxões de orelha” devidamente aplicados, lhe sou francamente grata.

Ao meu pai, que sempre me apoiou acreditando na realização dos meus projetos. À minha mãe, pela herança da persistência, da força de vontade e pelos elogios sempre bem vindos nas horas de maior abatimento. Às minhas irmãs Rafaela e Natália, que sempre me inspiraram a buscar continuamente a plenitude naquilo que gosto. Aos meus sobrinhos, Guilherme e Ivan, por me mostrarem toda a beleza presente na simplicidade. À minha avó Ruth, por toda a sua afeição e por me confiar as relíquias do meu avô Acyr, que agora são também parte do meu tesouro. Ao meu avô Manuel, pela infância bem guardada e todos os cheiros que a povoam. À minha avó Clarice, que ainda habita a minha vida como se a ela fosse voltar a qualquer momento para terminar de me contar a sua história. Ao tio Paulinho, por se esforçar, mais do que qualquer um, em manter firme o elo de família, ensinando, além disso, a prática diária da superação. Ao Sávio, primo querido, pela paixão que dedica a nossa profissão. A todos os tios e todas as tias, primos e primas que, durante esses dois anos cursando o mestrado, me presentearam com suas palavras de estímulo.

Ao Thiago, amor da minha vida, que, há sete anos, me faz acordar todos os dias querendo ser uma pessoa melhor. Pela paciência, pela compreensão, pelos ataques de riso e por compartilhar comigo esperanças.

Ao Professor Doutor Francisco Aurélio Ribeiro, pelos comentários que enriqueceram a redação do terceiro capítulo. Ao Professor Doutor Júlio Bentivoglio, por ter igualmente complementado com suas sugestões a discussão conceitual do meu trabalho. A ambos

agradeço por terem, com tanta delicadeza e boa vontade, aceitado participar da minha banca de qualificação, agradecimento que estendo pela presença fundamental também na minha banca de defesa de dissertação.

À Professora Doutora Stella Maris Scatena Franco, por ter me concedido o privilégio de ser sua orientanda na graduação e por ter, tão gentilmente, aceitado participar de mais essa etapa da minha formação acadêmica. Aos professores Jonas Marçal de Queiroz e Marilda Ionta, que estiveram presentes na minha banca de avaliação da monografia e que leram meu trabalho com o olhar rigoroso de mestres que depositam confiança no potencial de seus aprendizes.

Agradeço também aos meus amigos, Jória, Carol, Marcelo e Belchior, pelos momentos de descontração, sem os quais teria sido muito mais acidentado meu caminho até aqui. À querida amiga Fabiana dos tempos de graduação que, desde então, nunca mais se ausentou. Agradeço pelas sugestões de leitura e pelo diálogo constante.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual, Kátia, Débora e José Luís, que por dois meses ininterruptos se colocaram solicitamente a minha disposição, facilitando com isso meu trabalho de pesquisa documental. À Ivana, funcionária da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, por me ajudar a lidar com os trâmites burocráticos com experiência e competência.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES – por ter me concedido uma bolsa de Mestrado, cujo apoio financeiro possibilitou que me dedicasse de forma plena ao trabalho.

RESUMO

Essa dissertação tem por objeto de estudo o processo de construção dos discursos feministas por meio da produção textual elaborada pelas mulheres intelectuais espírito-santenses que atuaram como colaboradoras da revista *Vida Capichaba*, entre os anos de 1924 a 1934. O objetivo foi o de identificar as particularidades presentes no feminismo proferido por essas mulheres, especialmente no nicho sócio-cultural da cidade de Vitória. O traçado dessas particularidades ajudou, entre outras coisas, a evidenciar a existência de diferenças tanto no âmbito externo, em comparação com as vertentes feministas que tiveram alcance nacional, como no caso do feminismo de Bertha Lutz, quanto numa perspectiva interna, referente à identificação de uma pluralidade discursiva a propósito do feminismo. A pesquisa aos artigos escritos por essas intelectuais revelou a presença de ao menos três vertentes discursivas que disputavam a atenção dos leitores: o feminismo “Ideal e Sadio”, dotado de um discurso moderado, o feminismo avançado, dono de uma posição mais controversa e o feminismo difuso, que transitava entre uma e outra orientação. Além disso, a investigação à fonte mostrou que o feminismo mais moderado sobressaiu as outras variáveis discursivas, tanto pela frequência com que ocupou as páginas da revista *Vida Capichaba*, quanto pelo maior grau de aceitação alcançado por este modelo.

Palavras-chave: feminismo, gênero, *Vida Capichaba*, imprensa.

ABSTRACT

As a subject matter, this work has the construction process of feminists' discourse through espírito-santeses intellectual women's textual production who acted as contributor in *Vida Capichaba* magazine, during the period from 1924 to 1934. The purpose was to identify specific things on those feminists' manifestations, especially those related to sociocultural matters in Vitória city. Those particular features had helped, among other things, to highlight differences both internally and externally. Externally in comparison with nationally known feminists, as Bertha Lutz, and internally, identifying a plural discourse on the subject. The research had shown the existence of at least three different lines of thought that tried to call reader's attention: the "Ideal and healthy" feminism, a moderate discourse, the advanced feminism, a more controversial one, and the diffuse feminism, which vacillate between both. Moreover, the research had shown that the moderate feminism became more popular, a preference that can be proved by analyzing the frequency of publication in *Vida Capichaba* magazine, as well as for its high public acceptance.

Key-words: feminism, gender, *Vida Capichaba*, press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Aspecto da Rua Jerônimo Monteiro	40
2 Instantâneo na Praia Comprida.....	68
3 Praia Comprida	68
4 Consuelo Salgueiro.....	71
5 Intelectualidade Feminina Espírito-Santense	71
6 Haydée Nicolussi.....	71
7 Páginas internas da revista <i>Vida Capichaba</i>	89
8 Capa da revista <i>Vida Capichaba</i>	89
9 Aspecto do escritório da Casa de Loteria do Espírito Santo	136
10 Seção da expedição de bilhetes da Casa de Loteria do Espírito Santo.....	136
11 Aspecto da casa comercial “Joana D’Arc”, em Vitória.....	137
12 “Dia das violetas” – aspecto de uma festa beneficente, em Vitória	204

LISTA DE TABELAS

1 O tema <i>Feminismo</i> na revista <i>Vida Capichaba</i>	118
2 O tema <i>Participação das mulheres no mundo do trabalho</i> na revista <i>V.C</i>	118
3 O tema <i>Direitos políticos femininos</i> na revista <i>V.C</i>	119
4 O tema <i>Mulheres intelectuais capixabas</i> na revista <i>V.C</i>	119
5 Questionário “Página Confidencial” da <i>Vida Capichaba</i> (1925).....	213
6 Questionário da <i>Vida Capichaba</i> (1927).....	215
7 Dados comparativos das principais vertentes feministas do início do século XX	249
8 Dados comparativos das principais vertentes feministas capixabas.....	250

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
A INTELLECTUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO DA <i>VICTORIA MODERNA</i>	28
1.1 “Victoria Nova”, símbolo de uma modernidade tardia	31
A reforma urbana na pauta da política capixaba	34
1.2 Mulheres intelectuais capixabas, papéis sociais e historicidade	46
Os espaços de sociabilidade.....	61
CAPÍTULO II	
A TRÍADE DAS TEMÁTICAS FEMINISTAS NA IMPRENSA	76
2.1 Revista <i>Vida Capichaba</i> e Feminismo	77
“Revista Moderna e Ilustrada!”	86
Literatas, feministas, jornalistas	103
O tema feminismo nas páginas da <i>Vida Capichaba</i>	114
2.2 Trabalho, educação e sufrágio	127
Mulheres capixabas em busca de uma profissão	128
Instrução e voto: o plano para a emancipação	142
CAPÍTULO III	
FEMINISMO MORAL, INTELLECTUAL E CÍVICO.....	150
3.1 O feminismo no Brasil.....	153
Os primórdios do feminismo entre as espírito-santenses	190
3.2 O feminismo capixaba em suas múltiplas vozes	207
Vertentes dissonantes: avançadas e difusas	210
Feminismo “Ideal e Sadio”	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256

INTRODUÇÃO

O presente trabalho concentra-se em estudar a construção dos discursos feministas elaborados pelas mulheres intelectuais, do Espírito Santo, no decorrer dos anos de 1924 a 1934, a partir de um importante órgão da imprensa local, a revista *Vida Capixaba*. Dentro de um amplo número de colaboradores que escreveram para esse periódico, o destaque dado ao núcleo de mulheres que ali publicaram respeita a ideia de que foram elas as promotoras de um debate que vai buscar clarificar, definir, explicar, justificar e defender os ideais feministas no contexto da sociedade capixaba, mais especificamente no espaço urbano delineado pela cidade de Vitória, capital do Estado.

Como um veículo de coloração literária, a revista *Vida Capixaba* reuniu em torno de suas publicações diversos escritores e escritoras, que ali fizeram circular parte considerável de suas produções. Nesse espaço, que se constituiu então como uma rede de sociabilidade,¹ ou seja, como um pólo de atração para os intelectuais nascidos no Espírito Santo, é que surgiu, de forma mais explícita, o entrelaçamento de discursos, em que o discurso literário, vez por outra, se desdobrou em articulações de forte teor político e ideológico. E foi por meio dessa transição, do intercâmbio entre os discursos, que as mulheres intelectuais capixabas – literatas, jornalistas, mulheres cultas que atuaram em diversas áreas profissionais – exploraram as possibilidades fornecidas pela imprensa para dar amplitude as suas opiniões, projetos e expectativas sobre a emancipação das mulheres.

A relação imbricada das mulheres literatas com a imprensa e com o pensamento feminista, ou das mulheres feministas com a imprensa e com a literatura, não é de todo novidade. Muito pelo contrário, é uma temática que vem se constituindo como alvo de grande interesse para pesquisadores da área de História e disciplinas afins.

Na busca por fazer emergir o cenário da presença, da ação, da memória, do cotidiano e dos múltiplos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, os estudiosos impelidos em desamordçar essas facetas foram levados, por vezes, a associar o feminismo à prática

¹ Para Sirinelli, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”. Consultar SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 249.

literária exercida pelas mulheres. Isso porque, de acordo com Muzart,² o próprio esforço de uma mulher em se tornar escritora consistia numa prática de enfrentamento que anunciava o desejo de expansão para além dos limites domésticos. Não por acaso, essa autora vai afirmar que o “esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político”. Visto que, quanto mais afinadas com o debate subversivo do feminismo, mais opacas se tornavam para as páginas laudatórias da posteridade.

Ainda seguindo esta linha de raciocínio, outra autora que vai trabalhar com o imbricamento dessas questões é Constância Lima Duarte.³ A pesquisadora reforça a ideia de que o percurso das mulheres na literatura brasileira esteve sempre em diálogo com os movimentos feministas. Opinião que, coadunada com a primeira, ajuda a elucidar uma série de questões. Uma delas é a de como lidar com discursos tão paradoxais, como os emitidos pelas escritoras brasileiras, que ora se inclinavam a transgredir, ora a manter e conservar. Nesse sentido, não há como simplesmente observar as duas disposições como fatores que se anulam, pois, por meio das mais criativas e diferentes estratégias de interiorização das perspectivas feministas, as literatas, todas elas em contato com a imprensa, se expuseram à incompreensão e à crítica, o que, inevitavelmente, explicita ter havido certa carga de subversão dos valores e das imagens tradicionais a elas destinadas.

De fato, estas são perspectivas históricas bastante férteis para se pensar na construção dos discursos e nas práticas feministas em diferentes temporalidades e espaços sociais, principalmente por ajudarem a ampliar o conceito de feminismo. Este, por intermédio de visões reducionistas, costuma ser entendido apenas como um movimento articulado de mulheres que se reuniram em torno de determinadas bandeiras, como se o feminismo, do século XIX e início do século XX, não tivesse se manifestado de forma multifacetada. Como se além das mobilizações não tivessem existido os discursos. Como se além da militância ativa não tivessem existido outras formas de resistência. Assim, o alargamento do conceito permite que os momentos iniciais das lutas feministas, dentro dos diferentes contextos regionais, sejam valorizados, uma vez que o feminismo passa a ser caracterizado pela

auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. [Sendo] os pontos de vista e as iniciativas válidos não

² MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. In. *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1, jan/jun 2003. p. 225-233.

³ DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. In. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 49, vol. 17, set./dez. 2003. p. 151-172.

porque se originem de uma ordenação central..., mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres.⁴

Diante disso, pode-se dizer que este trabalho se inscreve, pela própria delimitação do problema e do corpo documental, como uma vertente interpretativa que se posiciona de maneira harmônica com tais parâmetros de análise, tanto o que associa o feminismo à literatura, quanto o que, por consequência, amplia o conceito de feminismo. Tal embasamento se justifica por este estudo se pautar na investigação dos discursos feministas – entendidos aqui como práticas ideológicas tanto no sentido de resistência quanto no de intervenção – produzidos por intelectuais capixabas que, além de terem sido divulgados primordialmente pela imprensa, foram projetados por mulheres envolvidas com a escrita literária.

No entanto, há a intenção de não limitar esta pesquisa apenas a um arcabouço teórico produzido externamente ao objeto, estabelecendo, por exemplo, o compromisso de historicizar o conceito de feminismo, ou melhor, de feminismos, e outras imagens conceituais, à luz de uma visão crítica da época. Fica aqui o entendimento de que, sem uma tentativa de aproximação com os significados operados pelas intelectuais capixabas com relação a algumas categorias caras à sua prática discursiva, pouco se pode apreender das expectativas, dos projetos e das posições não-convencionais fornecidas pela ligação que elas estabeleceram com a dinâmica dos discursos propriamente feministas. Daí a importância de não ceder a conceitos pré-moldados que só indiretamente podem ajudar a elucidar a particularidade dos feminismos elaborados e vividos pelas mulheres dos estratos letrados capixaba, os quais também só podem oferecer interpretações parciais acerca do modo como essas protagonistas do feminismo, no Espírito Santo, internalizaram a função de intelectuais, numa sociedade tão marcada pelas especificidades de gênero, produtoras de formas sexistas de se conceber os lugares ocupados por homens e mulheres, pública e privadamente.

A preocupação em tornar mais nítido o olhar, hoje pretérito e já revestido de outros significados, lançado de forma singular pelas mulheres intelectuais capixabas⁵ sobre os debates relativos aos caminhos que deveriam ser adotados, ou abortados, para a conquista da emancipação do sexo feminino, depende, contudo, de um direcionamento analítico voltado

⁴ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 8-9.

⁵ Nesta dissertação, se convencionou atribuir o título de “mulheres intelectuais capixabas” tanto às personagens nascidas, no estado do Espírito Santo, quanto às oriundas de outros Estados, as quais, contudo, residiram em algum momento de suas vidas, no Espírito Santo, ou se naturalizaram capixabas. Dos nomes estudados, apenas duas possuem registro de nascimento em outras regiões: Maria Stella de Novaes, que nasceu em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, e Lydiá Besouchet, que nasceu na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

para os princípios teórico-metodológicos de uma história regional.⁶ Esta tem por virtude se apresentar como uma possibilidade fértil para se trabalhar mais detidamente sobre contextos e circunstâncias particulares, muito comumente diluídas em observações genéricas que obscurecem os estudos sobre a mulher em regiões relativamente mais periféricas.

Dentro deste debate não há como negar que, embora haja um crescente interesse pela questão regional, no que se refere à história das mulheres, e ao tema do feminismo em específico, ainda faltam estudos que contemplem o problema do ponto de vista da diferença e da multiplicidade, que aflora exatamente a partir do confronto entre uma determinada realidade local e um referencial histórico mais amplo. É o que aponta Mary Del Priore,⁷ ao constatar que faltam historiadores que se debrucem sobre pesquisas com recorte regional, “que nos permitam resgatar [as mulheres] de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações”.

É óbvio que, desde a data de publicação do artigo escrito por essa autora até o quadro das pesquisas atuais, o campo dos estudos históricos monográficos aumentou significativamente. Mas, no que compete à história do feminismo, no Espírito Santo, os primeiros passos mal começaram a ser dados. Daí a relevância desse primeiro esforço em compreender os aspectos que moldaram a construção dos discursos feministas promovidos pelas mulheres intelectuais, ainda que comprimido à imprensa, e mais especificamente à revista *Vida Capichaba*.

A esse respeito, alguns critérios orientaram a escolha do caminho a ser percorrido, tanto no que se refere ao recorte temporal e geográfico, quanto no que diz respeito à fonte e aos textos que foram selecionados dentro do corpo documental.

Com relação à escolha da revista *Vida Capichaba* como única fonte primária desta pesquisa, ela se deve, primeiramente, à impossibilidade imediata de se ter acesso a outros suportes documentais, que não àqueles disponíveis na imprensa, que oferecessem elementos igualmente suficientes para se pensar o debate feminista, no Espírito Santo. Por conta dessa limitação é que se optou por abordar o feminismo protagonizado pelas intelectuais a partir exclusivamente dos artigos, crônicas e ensaios publicados na revista *Vida Capichaba*.

⁶ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: questão de método”. In. SILVA, Marcos A. (org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, p.17-42.

⁷ PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In. FREITAS, Marcos César de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998, p. 217-235.

Além disso, o fato desse periódico ter se constituído, desde o primeiro ano de sua circulação, em 1923, como um veículo que pretendia, juntamente com outros objetivos, dar publicidade à produção literária feminina, motivou igualmente a adoção da *Vida Capixaba* como *corpus* empírico. Uma vez que tal revista se apresenta como a fonte mais abundante e viável para se proceder a uma análise que enfatize as mulheres enquanto locutoras, posto que não havia, nesse período, outro órgão da imprensa local que desse tanta visibilidade às produções literárias e jornalísticas de autoria feminina como a revista *Vida Capixaba*.

Quanto ao recorte espacial deste trabalho, o critério adotado para defini-lo obedeceu à ideia de que, para analisar a construção dos discursos feministas das mulheres intelectuais capixabas, a partir de um veículo da imprensa fundado na cidade de Vitória, era necessário priorizar a análise deste contexto urbano, em detrimento de uma visão mais abrangente que adotaria como parâmetro geográfico o Estado do Espírito Santo.

No entanto, a cidade de Vitória pode, não sem algum prejuízo, ser estudada como a própria síntese do Espírito Santo, fundindo-se nesse exame realidade local e regional. Interpretação que, embora seja controversa, não é de todo incompreensível, posto que, Vitória, por ser a capital, concentrou, desde o início do século XX, a maior parte do conjunto de iniciativas do governo estadual relativas, por exemplo, à implantação de um sistema urbano mais moderno e dinâmico, que incluía mudanças igualmente expressivas nos espaços e nas relações de sociabilidade. E, no caso específico desta pesquisa, pensar Vitória como a órbita sócio-cultural espírito-santense é uma perspectiva bastante interessante, pois como afirma Carvalho,⁸ era para esta cidade que as atenções dos beletristas e dos intelectuais do interior se congregavam, inclusive a das intelectuais e literatas nascidas nas localidades interioranas. Amiúde, todos os escritores e as escritoras concentravam suas atividades nos circuitos da capital, agrupando nesse microcosmo a fermentação e a circulação de suas ideias.

Tão importante quanto explicitar os motivos que levaram este trabalho a delimitar a cidade de Vitória como recorte geográfico, é elencar as razões que fizeram com que o marco cronológico ficasse restrito ao período de 1924 a 1934. Em primeiro lugar, a demarcação da data inicial corresponde mais a um detalhe técnico do que a uma escolha respaldada em razões históricas bem definidas. Isso porque o propósito da pesquisa era o de determinar o ano de 1923 como o marco de início do estudo, devido ao fato de esta data coincidir com o ano de

⁸ CARVALHO, José Augusto. "Panorama das letras capixabas (segunda parte)". In. *Revista de Cultura da Ufes*, ano VII, nº 22, p. 65-79, 1982.

inauguração da revista *Vida Capichaba*. No entanto, por conta da dificuldade em se localizar nos arquivos locais as primeiras edições do periódico, optou-se por transferir o recorte inicial para o ano de 1924, período em que todos os números estão disponíveis para consulta, nas instituições públicas do Estado, tais como a Biblioteca Pública Estadual, o Arquivo Público Estadual e a Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ainda assim, no decorrer do trabalho, foram feitas algumas referências ao número inaugural da revista, datado de abril de 1923, proporcionadas unicamente pelo acesso a uma cópia digital que se encontra arquivada no acervo da Biblioteca Pública do Estado. Fora esta primeira edição, nenhuma outra, deste ano, encontra-se disponível, forçando, por isso, a fixação do primeiro marco cronológico no ano imediatamente posterior.

Já o recorte que delimita a data final da pesquisa foi estabelecido em razão de dois fatores. Primeiro, porque 1934 foi o ano em que se concretizou, ao menos teoricamente, a igualdade de direitos políticos das mulheres, com a inclusão, na nova Carta Constitucional da República, de uma cláusula que previa o direito de voto e de elegibilidade às mulheres.⁹ Segundo, porque foi também a partir desse ano que o movimento feminista organizado, no Brasil, começou a se desmobilizar, enfraquecido pela superação da sua principal bandeira de luta. Com a conquista do sufrágio, em 1934, muitas feministas entenderam que haviam se esgotado os motivos para manterem os planos de uma colaboração coletiva.

O fato é que não demorou muito para que a própria líder do movimento sufragista, Bertha Lutz, se visse obrigada a recuar. Principalmente, a partir do golpe de 1937, que instaurou, no Brasil, a ditadura do Estado Novo. Com a ascensão desse governo os canais de atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)¹⁰ foram abruptamente interrompidos, de modo que, para os projetos feministas, a instauração do governo autoritário de Vargas só fez retroceder, ou estagnar, as vitórias de tão longa jornada pelos direitos civis e políticos femininos. E tal dissipação do movimento repercutiu nas várias regiões em que o feminismo

⁹ Até então, esses direitos eram assegurados apenas pelo Código Eleitoral de 1932 que, além de garantir o direito de voto da mulher, criou ainda a Justiça Eleitoral e inovou na definição do voto secreto. Sílvia Pimentel, autora do livro *A Mulher e a Constituinte*, ressalta na página número 24 que, “Embora a mulher brasileira tenha conquistado o voto a partir de 1932, após campanha liderada por Bertha Lutz, foi em 1934 que este direito passou a ser assegurado constitucionalmente”. Para maiores detalhes, ler PIMENTEL, Sílvia. *A Mulher e a Constituinte*. São Paulo: Cortez: EDUC, 1987.

¹⁰ Inaugurada por Bertha Lutz no ano de 1922, a FBPF foi a associação feminista de maior prestígio no Brasil até a instalação da ditadura de Getúlio Vargas, em 1937. Durante esse período, ela pôde desenvolver suas atividades alcançando grande repercussão e um índice de aceitabilidade até então inéditos. Com o amadurecimento de suas principais metas em prol das mulheres, o corpo ideológico e institucional da FBPF incentivou a abertura de filiais por vários Estados brasileiros, como Bahia, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Pará e Espírito Santo.

havia se organizado enquanto prática de luta e de discurso. Situação que combalitiu igualmente o movimento feminista, no Espírito Santo.

Antes, contudo, de saber de que maneira essa desarticulação afetou na entonação dada aos discursos feministas divulgados pelas intelectuais capixabas, é preciso fazer uma breve apresentação de quais textos foram selecionados para constar como corpo documental desta pesquisa. Para proceder à escolha dos artigos que se seguem, os critérios de seleção obedeceram a uma lógica bastante simples. Interessavam apenas os textos escritos por mulheres que abordassem como tema o *feminismo* e questões próximas a esse debate. Sendo que, numa dimensão mais ampla, foram considerados, para efeitos de uma análise complementar, os textos sem autoria ou de autoria masculina ocupados da mesma temática.

Na primeira triagem, sete textos sobressaíram como mais relevantes para os propósitos desta dissertação. O primeiro, intitulado *Feminismo Ideal e Sadio*, foi escrito pela professora Carolina Pickler, e publicado de forma serial no decorrer das edições de número 138 e 141 da revista *Vida Capichaba*. Esse artigo é notadamente o mais completo dentre os textos que discorreram sobre o feminismo nessa fonte de pesquisa. Ele reúne, em conformidade com o texto de Judith Leão Castello, *A Mulher e o Voto*, de 15 de novembro de 1931, as principais orientações político-ideológicas que caracterizaram a elaboração de um discurso feminista mais moderado e reticente, entre as mulheres capixabas, do que outras versões identificadas nos mesmos artigos selecionados.¹¹

Guilly Furtado Bandeira, com o texto *A Mulher e o Voto* (1928) e *Feminismo* (1931), junto à Hersila Valverde, que redigiu o texto *Pelo Progresso Feminino* e o *Pesadelo do Feminismo*, impressos no ano de 1934, compreendem, por sua vez, a ala difusa do feminismo capixaba. Difusa porque não respeita a uma única orientação ideológica. Os discursos dessas autoras, analisados em contraponto aos outros artigos, apresentam certo caráter flutuante. Não podem ser interpretados nem nos limites do conservadorismo, que resvala o feminismo moderado, nem podem ser superestimados em sua linguagem radical, como ocorre no interior de alguns discursos feministas mais avançados, como é o caso da posição assumida por Lydia Besouchet no artigo *Feminismo*, datado do mês de março de 1932. Juntos, esses artigos

¹¹ O feminismo manifestado no Espírito Santo, assim como em outros Estados brasileiros, não competiu numa formação doutrinária rígida e avessa a dissensões, muito pelo contrário, mesmo as mais institucionalizadas das feministas não conseguiram uniformizar suas crenças e valores. No caso, o feminismo que despontava desde meados do século XIX, até as irradiações do início do século XX, no Brasil, esteve intimamente associado a personalidades e, no Espírito Santo, essas personalidades se reuniram, num primeiro momento, em torno da linha editorial da revista *Vida Capichaba*.

formam a base documental da qual foram extraídas as principais informações sobre as características e as vertentes que modelaram o(s) feminismo(s), no Espírito Santo.

Também foram de extrema valia as seções dedicadas aos questionários da revista *Vida Capixaba*, mormente aqueles que fizeram circular perguntas do tipo: *Qual a sua opinião sobre o feminismo? Ou Como compreende e justifica os chamados direitos políticos da mulher? Ou, ainda, Qual a profissão que lhe parece mais conveniente á mulher?* Respondidas por componentes-chave do intelectualismo capixaba, as respostas ajudam a remontar as tendências que predominavam entre as mulheres cultas do Estado com relação às causas feministas.¹²

Todavia, para se lidar com o máximo de rigor com esse aparato documental, que visa fazer emergir os aspectos relativos à construção dos vários discursos feministas cunhados pelas intelectuais capixabas, é preciso embasar a análise num referencial teórico de caráter particularmente feminista, no sentido de buscar

Novos conhecimentos e tendências que não reproduzam inversamente as categorias do sistema ideológico de dominação vigente, buscando a ruptura com esses artifícios e avançando tanto na teoria quanto na prática da investigação social. [O que] torna crucial elaborar críticas aos estereótipos universais para ultrapassar as definições e valores tidos como inerentes à natureza feminina.¹³

Para tanto, a presente pesquisa toma de empréstimo algumas reflexões historiográficas que tem por base a discussão conceitual do gênero, enquanto uma categoria de análise que pretende desmontar o caráter fixo e permanente da oposição binária entre os sexos. Mas, sabendo-se que o objetivo central deste trabalho é elucidar as formulações específicas do pensamento feminista entre as mulheres capixabas, não há como escapar a uma dupla dimensão analítica. Aquela que vai interpretar as práticas e os discursos feministas a partir da categoria de gênero e suas reformulações. E aquela que permite partir do próprio contexto histórico de produção do pensamento e da ação feminista, de maneira a analisar as suas tensões e incompatibilidades internas.

¹² Mas, dos três blocos de questionário que foram veiculados no periódico de 1924 e 1934, apenas os que se referem ao ano de 1925 e 1927 interessam, já que a última coletânea de perguntas e respostas, datada de 1928, apresentou uma abordagem demasiadamente rasa, não tocando em qualquer assunto referente ao movimento de emancipação das mulheres.

¹³ CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. “Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX”. In. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, n. 30, jun. 2005, p. 243-264. p. 255.

A propósito, uma interpretação está necessariamente entrelaçada a outra, já que não seria possível articular críticas acerca das ambivalências incorporadas pelo feminismo sem a noção basilar de como o gênero funciona como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Por isso, em relação a ambas, esta pesquisa se vale das colocações de Joan Scott,¹⁴ seja para pensar numa definição adequada do uso de gênero como uma categoria de análise histórica, seja para interpretar o feminismo e o agir feminista por intermédio da leitura dos paradoxos, das ambiguidades e contradições historicamente específicas que marcaram os processos discursivos e as ações feministas.

No caso do uso do gênero, o termo, em seus aspectos conceituais, auxilia numa análise mais pormenorizada acerca do modo como as intelectuais capixabas, literatas e feministas, construíram sua visão de mundo, e sua visão acerca da subordinação feminina, participando da construção do gênero como uma instância de poder legitimado pelo argumento da “diferença sexual”. Nesse sentido, Joan Scott adverte aos historiadores que,

...devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.¹⁵

E é a partir desta sugestão analítica que se busca evidenciar a incorporação, nos discursos das feministas capixabas, das representações dominantes da diferença entre os sexos. Representações que serão evocadas para justificar e reclamar mudanças com relação à situação de exclusão da mulher, exclusão que não é só política, mas especialmente social. Tal consentimento, que nada tem a ver com passividade, produziu com frequência fissuras que corroeram, de uma forma ou de outra, as normas da dominação masculina, porque manipularam essa linguagem para reempregá-la como tática de resistência. Algo previsto por Chartier,¹⁶ que vai interpretar essas formas de consentimento como uma tática que mobiliza para os seus próprios fins uma representação imposta – aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu.

¹⁴ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990; SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

¹⁵ SCOTT, 1990. p. 15.

¹⁶ CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. In. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.

E, de acordo com Joan Scott, a possibilidade aberta pelas feministas de produzir evidências, pela estratégia do consentimento, ou seja, pela invocação da “diferença sexual”, para fortalecer suas reivindicações por direitos, esteve estreitamente relacionada com a condição paradoxal em que se engendraram as práticas e os discursos do feminismo, pois, segundo apreende, uma vez que o feminismo havia se constituído, historicamente, como um protesto contra a exclusão política da mulher,

Seu objetivo era [o de] eliminar as “diferenças sexuais” na política, [mesmo que sua] reivindicação [tivesse] de ser feita em nome das “mulheres” (um produto do próprio discurso da “diferença sexual”). [Assim], na medida em que o feminismo defendia as “mulheres”, acabava por alimentar a “diferença sexual” que procurava eliminar. Esse paradoxo – a necessidade de, a um só tempo, aceitar e recusar a “diferença sexual” – permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história.¹⁷

O que Scott possibilita com essa leitura mais aproximada dos conflitos e dos paradoxos vividos e oferecidos pelas feministas é o agenciamento de uma posição menos desvirtuada do que foi e de como se articulou e se desenvolveu a própria história do feminismo. Para ela, ler dessa forma tecnicamente desconstrutiva as tensões e as incompatibilidades internas do feminismo, reconhecendo-o não como um produto, mas como um sintoma das contradições dentro das quais ele se debateu e forjou-se, reduz consideravelmente o risco de reproduzir visões anacrônicas. Já que, muito comumente, os historiadores são fígados pelo equívoco de analisar as dimensões da questão de gênero, presente no movimento feminista do início do século XX, “a partir das experiências propiciadas e decodificadas por um outro momento histórico”.¹⁸

Sem prescindir dos instrumentos teóricos cedidos, nesse “outro momento histórico”, pelos avanços dos estudos feministas referentes à reelaboração do conceito de gênero, procura-se, com base no enfoque alternativo oferecido por Scott, estudar os conflitos recorrentes dos discursos feministas elaborados pelas mulheres intelectuais, de maneira a analisar as características e particularidades que cercaram as suas formulações no espaço da revista *Vida Capichaba*.

Mas, uma vez que se trata de acessar esses discursos por meio da imprensa – discursos que, como já exposto, apelaram para a noção de “diferença sexual” com vistas a levantar dúvidas e

¹⁷ SCOTT, 2002. p. 27.

¹⁸ SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 97.

requisitar mudanças nas relações de poder –, há que se levar em consideração outro conceito, que problematize a relação das mulheres capixabas (como sujeitos históricos) com o discurso de teor propriamente feminista, e desse discurso com a mídia que lhe serviu de suporte e veiculação. Para tanto, utiliza-se aqui do conceito de “tecnologia do gênero” pensado por Teresa de Lauretis,¹⁹ que o constrói a partir do contato com a teoria foucaultiana e do contato com a própria crítica à categoria de gênero.²⁰

Em primeiro lugar, esse conceito reavalia e desinstala da questão a ideia inexata de que o gênero é sinônimo de “diferença sexual”, desnaturalizando, por consequência, os termos binários nos quais se fundam a oposição universal do sexo. Em segundo lugar, desloca a mesma questão para o campo onde o gênero possa ser analisado como o produto de certo número de tecnologias sociais. Desta forma, propõe que o gênero, como representação e como autorrepresentação, seja compreendido a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”. Logo,

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”.²¹

Esta nova proposta de se pensar o gênero, que visa superar a noção do gênero como denúncia do social agindo sobre o sexo (fixo e imutável) e procura penetrar na discussão do próprio sexo sendo criado pelo gênero, pode ser ainda melhor esclarecida por Swain²² que, partindo da mesma concepção, interpreta o debate nos seguintes termos:

A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos não são, portanto, superfícies já existentes, sobre as quais se encastram os papéis e os valores sociais; são, ao contrário, uma *invenção social*, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino [e do masculino]... Isto significa que a materialidade do corpo existe, porém a “diferença sexual entre os

¹⁹ LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

²⁰ Para mais detalhes sobre o panorama dos debates e das críticas que cercaram o conceito de gênero nas três últimas décadas ler PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?”. In. ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH / Unicamp, nº 48, p. 7-39, nov. 2002.

²¹ LAURETIS, 1994. p. 208.

²² SWAIN, Tania Navarro. “A invenção do corpo feminino ou ‘A hora e a vez do nomadismo identitário?’”. In. *Feminismo: teorias e perspectivas - Textos de História*, vol. 8, n. 1/2, Brasília: UNB, 2000, p. 47-86.

sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos [por meio das complexas “tecnologias de produção do gênero”].²³

As “tecnologias do gênero”, portanto, seriam os mecanismos institucionais e sociais que teriam o “poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”.²⁴ A partir dessas considerações, a imprensa, assim como o cinema, a literatura e o próprio discurso feminista, adquirem o aspecto de tecnologias sociais que produzem efeitos de gênero, uma vez que constroem e veiculam o efeito de feminino/masculino em corpos, comportamentos e relações sociais.

Daí a importância de se ler e interpretar a revista *Vida Capixaba*, e os discursos feministas promovidos pelas intelectuais no Espírito Santo, como objetos que funcionaram, além de tudo, como tecnologias de produção e reprodução de papéis assimétricos fundados no sexo, os quais tinham a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres.²⁵ A relevância de se aplicar esse conceito num estudo sobre a construção dos discursos feministas num dado suporte, está em que, a partir do uso dessa noção diferente, pode-se dizer mais aprimorada e sofisticada do gênero, é possível conciliar o exame do contexto social em que essas práticas discursivas foram elaboradas a uma análise sobre o modo como se operaram as contradições de gênero nos discursos das feministas capixabas.

Desta forma, concorda-se com a ideia de que as incompatibilidades, as ambiguidades e os conflitos que povoaram, e que, segundo Scott, atribuíram força política ao feminismo, advieram, de fato, do único recurso disponível às feministas para se tornarem política e socialmente relevantes. Ou seja, do recurso que variava da aceitação à recusa frente às definições de gênero e que, inevitavelmente, reforçava a criação de práticas, discursos e lugares marcados por especificidades de gênero, dentro dos quais a própria diferença sexual podia ser afirmada, tratada, analisada ou verificada.

Uma vez traçadas as linhas teóricas que servem de sustentação à presente pesquisa, cabe apresentar a forma como o trabalho foi estruturado. Nesse sentido, optou-se por organizá-lo em três capítulos. No primeiro, foi elaborada uma análise do contexto histórico-social que marcou a cidade de Vitória, nas primeiras décadas do século XX, com o propósito de associar o projeto de modernização da capital do Espírito Santo ao projeto de acomodação dos atores

²³ SWAIN, 2000. p. 51-52.

²⁴ LAURETIS, 1994. p. 228.

²⁵ Idem. p. 213.

sociais no novo ambiente urbano. Neste processo, visou-se a enfatizar as mulheres como as principais personagens atingidas pela redefinição dos espaços de sociabilidade, buscando, com isso, aproximar as mulheres intelectuais capixabas das oportunidades abertas pelos novos padrões de comportamento e de ordenação social.

No segundo capítulo, o assunto abordado foi o da veiculação da temática feminista na revista *Vida Capichaba*. Seu objetivo foi verificar como o feminismo foi recepcionado e difundido por esse periódico. Para tanto, priorizou-se uma análise das características materiais e ideológicas da revista *Vida Capichaba* para, em seguida, adentrar na própria composição e estruturação dessas temáticas no conteúdo da revista. Nesse processo, três principais temas ganharam destaque, o trabalho, a educação e o sufrágio. Não só porque foram identificados como os pontos mais frequentes de discussão no debate das feministas capixabas, mas também porque era a mesma tríade de reivindicações com a qual se sustentava o movimento feminista em geral. Esta análise pormenorizada da relação da imprensa com a temática feminista é a que possibilita seguir para o próximo e último capítulo.

Finalmente, o terceiro capítulo foca-se exclusivamente no desenvolvimento do principal propósito que cerca esta pesquisa, que é o de aprofundar o estudo das características que marcaram as especificidades dos discursos feministas elaborados pelas intelectuais capixabas. Especificidades estas que foram pensadas em confronto com as principais linhas de pensamento feminista em circulação, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. O recurso utilizado para atingir tal fim foi o da análise dos próprios artigos escritos pelas mulheres e publicados entre os anos de 1924 a 1934, na revista *Vida Capichaba*.

CAPÍTULO I

Já descobriram que Victoria é ilha; que continúa ilha, apesar da ponte Florentino Avidos. Ilha quer dizer confinamento, rotina, circulo estreito, mesmice. Ilha é conservadora, estacionaria, embora linda, igualzinha, pequena, ingenua, em todos os tempos, brincando de pescaria pelas marés que sobem. Mas ha tambem os que pretendem ter descoberto que Victoria é porto. Porto é animação, é tumulto, é vida, é cosmopolitismo, é renovação, é choque de idéas e de gentes, é a integração no espirito do seculo e do mundo, que passa a bordo dos navios...

Almeida Cousin (1932)

CAPÍTULO I

A INTELLECTUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO DA *VICTORIA MODERNA*

A década de 1920, para o Brasil, foi um período de intensas transformações motivadas por fatores políticos, econômicos e sociais. Durante esses anos, várias capitais brasileiras experimentaram significativos avanços, que atingiram principalmente suas estruturas urbanas, as quais foram modificadas com base nos grandes projetos de regeneração e melhoramentos das paisagens citadinas.²⁶ Foi também nesse período que a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, recebeu a maior soma de investimentos dedicada a modificar a sua fisionomia. E, de acordo com Saletto,²⁷ uma parte considerável das reformas urbanísticas não teria sido possível sem a prosperidade alcançada no plano econômico, advindo do aumento na produção e na exportação do café. O café, nesse contexto, foi então o maior responsável pela modernização da cidade de Vitória, a qual, juntamente com o seu aspecto físico, viu sobressair, entre seus habitantes, novas formas de se tecer laços e de se conduzir relações sociais, exercidas no em torno dos espaços recém-inaugurados de sociabilidade.

Dentro desse quadro de transformações, a imprensa também adquiriu novas funções, como a de expressar as práticas e as lógicas dominantes dessa nova realidade social. E, por intermédio de tais propósitos, a revista *Vida Capichaba* investiu-se, mais do que qualquer outro órgão da imprensa local, da responsabilidade de incentivar o Estado a trilhar um caminho de sucesso na esteira do progresso.

Inaugurada em abril do ano de 1923 como uma revista ilustrada, moderna e literária, a revista *Vida Capichaba*, além de grande propagandista das potencialidades estaduais, reuniu também em torno de suas publicações grande parte da produção intelectual da elite letrada do Estado, registrando a colaboração dos nomes mais eminentes da literatura regional em suas páginas. Além disso, fazia parte dos seus propósitos de publicação dar visibilidade à produção literária

²⁶ LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

²⁷ SALETTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

das mulheres,²⁸ decisão que fez com que, gradativamente, as escritoras capixabas requisitassem maior atenção por meio da imprensa, seja para tornarem conhecidos seus trabalhos enquanto poetisas e prosadoras, seja para amplificarem suas vozes enquanto críticas da subordinação feminina.

A imprensa, de fato, no decorrer da história social das mulheres, emergiu como um dos primeiros espaços de caráter público a permitir a dilatação das perspectivas femininas para além do universo doméstico. Embora, no Espírito Santo, essa participação tenha se avolumado um pouco tardiamente, já que o registro mais remoto de que se tem notícia pontua a colaboração da mulher capixaba na imprensa somente a partir do ano de 1882, data distante há trinta anos das precursoras que tiveram seus textos publicados em jornais e revistas de outras regiões do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.²⁹

A importância de localizar as mulheres intelectuais no cenário social do Espírito Santo, em especial àquele referente à órbita de Vitória, encontra correspondente exatamente na relevância que tiveram enquanto grupo fomentador dos discursos feministas.

E é especialmente sob esse ponto que a presente pesquisa se debruça, com o intuito de investigar a construção dos discursos feministas próprios das mulheres intelectuais espírito-santenses, os quais, divulgados por meio da imprensa, mais especificamente pela revista *Vida Capixaba*, contabilizaram, de 1924 a 1934, um número considerável de artigos, notas e ensaios. A partir daí, visa-se buscar elucidá-los, no sentido de perceber quais os tipos de reelaborações foram empreendidas por intermédio do contato travado entre as intelectuais capixabas e várias das correntes de pensamento feminista em circulação, nesse período, como é o caso do programa formulado por Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

²⁸ O uso dessa expressão, associada ao conceito mais amplo de “escrita feminina”, é explicado e discutido em mais detalhes da página 47 a 50 desta dissertação. O propósito foi o de contextualizar e inserir o termo no debate acerca da existência ou inexistência de uma linguagem propriamente feminina.

²⁹ Nesse sentido, o Estado do Espírito Santo detém uma característica muito peculiar, pois, de acordo com Gabriel Bittencourt, a imprensa só se instalou em terras capixabas 32 anos após a criação da *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro, em 1808, com a publicação do primeiro jornal chamado *O Estafeta*, que não seguiu adiante. Dessa primeira experiência até a próxima, decorreram praticamente nove anos, intervalo em que a imprensa capixaba deixou de existir, voltando em 1849 com a inauguração do *Correio da Victoria*. A sequência traçada por Bittencourt na sua história da imprensa espírito-santense demonstra bem o caráter esporádico e instável enfrentado pelas primeiras publicações jornalísticas, fato que auxilia na contextualização desse atraso em relação à presença feminina na imprensa. Ver BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba e imprensa*. Vitória: EDIT, 1998.

Antes de se esmiuçar o problema de pesquisa, faz-se necessário percorrer o contexto político, social e econômico em que viviam essas mulheres, perguntando acerca dos espaços de sociabilidade que frequentavam e das possibilidades que lhes foram abertas com a nova configuração urbana que vinha remodelando a sociedade vitoriana.

Interessa, portanto, aprofundar à maneira específica com que o governo do Espírito Santo conseguiu aplicar, no contexto da sua capital, alterações próximas daquelas que passavam os principais centros urbanos do País, na transição do Império para a República. Além disso, trata-se também de indagar sobre a recomposição do espaço socialmente constituído de Vitória, agora protagonizado por novos atores sociais. Dentre os quais, os pertencentes às camadas médias urbanas,³⁰ que dotados de novas funções ajudaram a legitimar o novo processo de urbanização e civilidade da capital.

Com isso, o presente capítulo se pauta em contextualizar a importância dos espaços sociais em que essas medidas foram instituídas, neles incluindo os lugares de projeção e reatualização das práticas femininas. No mais, visa alcançar a importância que as mulheres intelectuais capixabas tiveram nessa dinâmica, relacionando-as, em seus novos papéis, com a crescente urbanização que afetou, pouco a pouco, a paisagem da capital espírito-santense.

Sob o enfoque de uma história local, o capítulo também se dispõe a compreender os mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – dos modelos e práticas deslocados do âmbito externo para o interno, buscando demonstrar que Vitória, assim como outras regiões periféricas do país, não apenas se curvou às normas difundidas pelos centros europeus e nacionais, mas igualmente produziu conflitos. Esse ponto de vista, por sua vez, ajuda a relativizar a autoridade dos modelos de desenvolvimento, que tanto contribuíram para o crescimento quanto para a organização de Vitória enquanto um espaço singular, detentor de uma historicidade e de uma temporalidade próprias.³¹

³⁰ Toma-se como referência conceitual o termo cunhado por Décio Saes, que substitui o conceito de *classe(s) média(s)* por *camadas médias urbanas*, evitando assim que alguns paradoxos gerados pela acepção marxista da expressão subtraíam o processo de formação dos setores intermediários urbanos, definindo-os, portanto, como “aqueles setores da população urbana que, não sendo detentores de capital realizam trabalho predominantemente não manual, quer trabalhando por conta própria, quer vendendo a sua capacidade de trabalho a terceiros”. Além do que, justifica que a manutenção do termo no plural tende a resolver a situação bastante heterogênea na qual esses grupos se encontravam, dos pontos de vista social, cultural e ideológico, sendo necessário estabelecer aí um elo comum que os identificassem, e o exercício predominantemente não-manual do trabalho conferiu uma posição intermediária que era comum a todos, na hierarquia de prestígio social. Para tanto, ver: SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975. p.26.

³¹ SILVEIRA, 1990. p. 17-42.

1.1 – “Victoria Nova”, símbolo de uma modernidade tardia

Examinar as características que marcaram o surgimento de uma nova fisionomia urbana na cidade de Vitória, no decorrer das administrações estaduais da Primeira República, implica não apenas apresentar um apanhado geral das mudanças efetivadas em sua superfície, mas demanda, sobretudo, o levantamento de questões que investiguem as condições e os artifícios políticos, somados às expectativas sociais, por meio das quais essa nova realidade foi preconcebida.

Com o advento da República, a posição de centro político, social, econômico e cultural do Rio de Janeiro foi reforçada, e todas as mudanças de caráter técnico, ideológico e comportamental ocorridas em sua disposição urbana concorreram para a construção de sua imagem como a metrópole-modelo brasileira que, como bem observa Sevcenko,³² passou “a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores e o modo de vida, a sensibilidade e o estado de espírito” das áreas circundantes. Os efeitos dessa caixa de ressonância não tardaram a ser sentidos também no Espírito Santo, e logo as elites políticas republicanas viram-se em meio a um quadro de exigências de caráter moderno, que se chocava com as condições de precariedade material do Estado para executá-las. Nem por isso esmoreceram os governantes em continuar despendendo esforços para o preenchimento dos critérios necessários para a instituição de uma capital que ascendesse a uma posição simétrica frente às cidades promissoras – urbanizadas, dinâmicas, higiênicas.

Derivada desse jogo de acomodações, a relação centro e periferia emerge como um debate profícuo que ajuda a problematizar o confronto e as práticas intercambiáveis entabuladas entre os agentes localizados em arenas periféricas e os cânones emitidos pelas regiões centrais. Tal discussão adquire relevo indispensável quando da análise da construção do espaço urbano-social de Vitória, considerado em frequente interação com os símbolos de dominação ideológica emitidos pelo Rio de Janeiro. O propósito deve ser o de evitar antecipar uma definição apressada, induzida no sentido de atribuir à periferia o sinônimo de atraso, enquanto do outro lado do binômio reinaria o centro, prestigioso e estimulante.³³

³² SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In. SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 3 República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³³ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

Sem omitir que esse é um terreno demasiado movediço de reflexão, o qual requer uma mediação cautelosa de como a abordagem presente delimita e recorta o conceito de espaço, de centro e de periferia, ele não deve ser abandonado em função de sua suposta complexidade. É o que Burke³⁴ assinala, quando estimula a “utilização desses conceitos [na] busca de uma linha de investigação histórica mais frutífera, apesar de relativamente negligenciada” pelos historiadores, que “mal começaram a explorar o processo de ‘periferização’”.

O Espírito Santo, região secundária no contexto nacional da primeira fase republicana, não escapa ao estigma da dependência com facilidade, não tanto sob a ótica geográfica, pois que se insere no “ponto de encontro entre o sul/sudeste e o nordeste” brasileiro, mas sim do ponto de vista político, que indica também sua pouca influência no setor econômico. Essa heteronomia de que se fala deve ser localizada historicamente, pois se a satelitização espírito-santense é comprovada por Sueth³⁵ como produto de uma dependência econômica, que reforça sua dependência política frente às contradições do federalismo no Brasil, não é tão evidente a subordinação de sua capital em termos ideológicos.³⁶

E o que se entende por ideológico não está condicionado ao plano das ideias, mas encontra seu referente no espaço, materializado como fator de interferência na configuração, transformação e representação social urbana que, em Vitória, subentende não só “o saneamento e a higienização do meio, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida, as idéias [e a organização particular de] todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes” sociais.³⁷

Seguindo, portanto, um conceito cunhado pela geografia crítica,³⁸ todo espaço geográfico está associado a um espaço social, e isso reitera a “inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, pois é na mediação entre os dois – técnicas e práticas – que o espaço se define como produto da ação humana. Por conseguinte, a cidade se caracteriza como

Uma construção de idéias que se sobrepõe ao espaço físico, daí a importância do conceito de representações sociais. Nessa conjuntura, falar em centro e periferia não é falar em espaços mensuráveis em dimensão,

³⁴ BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 116.

³⁵ SUETH, José Cândido Rifan. *Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República*: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.

³⁶ Idem.

³⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p.41.

³⁸ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed., São Paulo: Editora USP, 2006. p. 61.

condições socioeconômicas e infra-estrutura, mas é falar na construção das representações sociais quanto à condição periférica.³⁹

Abre-se aí a possibilidade de relativizar a *periferização* de Vitória por meio dos discursos e das representações sociais geradas no espaço urbano. Discursos e representações que abarcam igualmente a relativização da noção de “cópia”, atribuindo aos sujeitos sociais capixabas uma atitude reativa perante ideias e práticas “importadas”, fazendo com que essas sofram reelaborações permitindo a adequação dos sistemas aos interesses, aos valores e aos limites materiais dos setores intermediários urbanos, principais agenciadores da modernidade. Visto por esse ângulo, os princípios de apropriação deixam de ser perfilhados como esquemas anacrônicos e adquirem um estatuto crítico que possibilita, nas palavras de Maria Sylvia de Carvalho Franco,⁴⁰ a ocorrência de um movimento em que “as idéias estão no lugar”.

O processo de reelaboração é particularmente fértil para o alcance dos objetivos deste trabalho, que perpassam a importância e os efeitos da difusão das ideias feministas na prática discursiva das mulheres intelectuais capixabas. Ao trabalhar com a difusão (e recepção) desses discursos feministas, no contexto de Vitória, projeta-se logo a noção de contato, de intercâmbio, de produções similares, porém ressignificantes, que não apenas reproduzem, mas refletem, selecionam, aprofundam ou ignoram certos anseios de conquista.

A construção de uma história social do feminismo e dos espaços de atuação das mulheres mostra-se, assim, afetada também pelos fatores de ordem política e econômica que, não sem razão, adentram qualquer discussão que apreenda os conceitos de centro e periferia, ainda que saliente, como propósito de análise, os sistemas ideológicos que adensam as relações sociais.

³⁹ HEIDRICH, Álvaro Luis; GAMALHO, Nola Patrícia. “Na periferia das representações sociais ou as representações sociais da periferia: a multiplicidade sociocultural do bairro Restinga – POA”. [consultado em 25 de fevereiro de 2010]. Disponível na *World Wide Web*: < http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20NolaPatriciaRamalho.ED11.pdf >

⁴⁰ Alude-se à discussão travada, na década de 1970, entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco acerca do lugar das idéias, quando Schwarz interpretou que, no Brasil, o liberalismo circulava como que “fora de lugar”, por ter sido importado da Europa sem a mínima noção do hiato que o separava da realidade agrária e escravista brasileira, rebatendo Maria Sylvia de Carvalho com a afirmação de que, ao contrário, as ideias no Brasil constituíram-se com base em uma realidade que as requisitavam e que mesmo irrigadas pelas inegáveis apropriações do pensamento europeu, elas adquiriram novos significados, auferidos pelo contexto particular de sua circularidade. Embora esse debate esteja imbricado à *teoria da dependência*, o qual enfatiza a relação dos pólos centrais e periféricos a partir do modo de produção capitalista, ele não se esvazia nessa formulação, já que oferece, para outros enfoques de análise, uma alternativa à visão mecanicista que obstrui a existência de filtragens que, uma vez admitidas, mantém as ideias em frequente interação com o ambiente social. Sobre o tema ler: SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. In. *Cadernos de Debate*, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 59-64.

Como os avanços ainda são pouco volumosos na historiografia do Espírito Santo, eles se manifestam profundamente intrincados com a contribuição mais concentrada da história econômica e política confeccionada nos últimos anos, que subsidiam a apresentação de um cenário mais amplo. Atravessada por essas circunstâncias, a história social capixaba permanece fortemente marcada pela dinâmica atribuída às condições urbanas de Vitória, recorte espacial para o qual os esforços historiográficos capixabas, no geral, convergem.

Por isso, é justificável o valor atribuído à política e à economia na exposição do contexto urbano vitoriense, por entender que esses aspectos abrem arestas de observação que possibilitam conhecer os novos ambientes de sociabilidade, que serviram de meios estratégicos para a maior participação e visibilidade das mulheres na engrenagem social. Meios que remontam, ao mesmo tempo, o pano de fundo no qual as mulheres intelectuais capixabas projetaram suas ideias, tornando mais maleáveis as fronteiras que retinham sua capacidade produtiva, seja como literatas, como profissionais atuantes no mercado de trabalho ou mesmo como guardiãs esclarecidas da educação e da moral familiar.

A reforma urbana na pauta da política capixaba

Foi somente com a proclamação da República e a redação de um texto constitucional baseado no pacto federativo brasileiro que o Espírito Santo, mais especificamente a sua capital, viu nascer oportunidades de desenvolvimento destituídas de maiores entraves. De acordo com os dispositivos legais previstos na Constituição de 1891, os Estados se beneficiariam de uma maior autonomia a partir da aplicação de duas medidas: a que permitia aos governos estaduais reterem as rendas advindas da exportação, ficando os impostos da importação destinados unicamente ao poder central; e a que abria possibilidade aos entes federados de obter empréstimos diretamente com o capital estrangeiro.⁴¹ De imediato, essas foram resoluções animadoras que permitiram aos administradores estaduais reunir recursos próprios para promover suas políticas de reforma, até então, como no caso do Espírito Santo, freadas pelo Governo Imperial.

⁴¹ FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. “As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil”. In. Gomes, Ângela de Castro et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Getúlio Vargas, 2002.

A verdade é que parte da tendência da política estadual – mesmo antes do regime republicano ser instaurado – funcionava no sentido de convergir esforços para melhoramentos no aspecto urbanístico de Vitória. Essa linha administrativa partia dos interesses defendidos, principalmente, pelos deputados provinciais; apesar dos presidentes e senadores de província terem sido quase todos políticos influentes de outras regiões, sem qualquer ligação com o Espírito Santo. É preciso, portanto, entender que “a remodelação de nossa capital vem do Império à República, embora fosse, outr’ora, muito morosa”,⁴² devido especificamente às barreiras financeiras impostas pelo governo central, o qual suprimia benefícios, vetava projetos e cancelava obras aprovadas.

Se à época do Império já era possível apreciar projetos que beneficiavam Vitória, foi somente com a conquista de maior autonomia dos Estados que tais projetos receberam a merecida atenção. Foi, portanto, a partir da virada do século XIX para o XX, que o Espírito Santo passou a receber incentivos financeiros voltados exclusivamente para acelerar a sua modernização. Logo, com a criação das prefeituras,⁴³ nos anos 1910, as responsabilidades foram equilibradas, desafogando as obrigações que abarrotavam os gabinetes do Governo Estadual. De fato, as prefeituras eram órgãos mais independentes e atuavam de acordo com as demandas locais. Contudo, o embelezamento e o maior nível de urbanização que deveriam ser implementados na capital, não era algo que estivesse limitado a interesses apenas municipais. Vitória deveria ocupar um papel central no Espírito Santo, transformando-se “num centro comercial e financeiro importante, numa ‘praça forte’ que reunisse o capital necessário ao desenvolvimento econômico do Estado”.⁴⁴

O acúmulo de responsabilidade e a forte expectativa em torno do programa de modernização da capital conciliaram a atuação de prefeitos e governadores, principalmente a partir da década de 1920, com o aumento das receitas orçamentárias. Ainda que, oficialmente, o esquema de melhoramento da capital estivesse atado às metas estaduais, a população esperava um acompanhamento à altura da política empreendida pela prefeitura de Vitória, como escreve em artigo, na *Vida Capichaba*, um colaborador:

Oxalá a Prefeitura de Victoria, acompanhando *pari-passu* a remodelação da cidade, na medida das forças orçamentarias do municipio, vá auxiliando o Governo do Estado, nos calçamentos de ruas e praças, arborisação e limpeza

⁴² Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 147, 1 de novembro de 1928.

⁴³ Antes eram governos ou intendências municipais com poder legislativo e executivo.

⁴⁴ SALETTO, Nara. *Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República*, 2005. p. 16.

publica, porque só assim teremos duplamente valorizado o nosso patrimônio.⁴⁵

Requisições, nesse sentido, eram constantemente publicadas na revista *Vida Capichaba*, demonstrando o quanto a reforma urbanística da Capital preocupava as elites locais. Enquanto os diretores do periódico estampavam constantemente, ao lado da propaganda governamental, os esforços dos prefeitos que alternaram o cargo no município de Vitória.

Até o início do período republicano, a cidade de Vitória apresentava uma feição tipicamente provinciana, com características urbanas bastante modestas. Sua população, até ao menos o início do século XX, concentrava-se principalmente nas áreas do centro da cidade, onde havia a movimentação de um pequeno núcleo comercial. A rusticidade em que viviam os habitantes, somada às dificuldades que as dimensões reduzidas do espaço urbano ofereciam às atividades de ocupação, foram fatores que motivaram o encaminhamento, por parte do primeiro governador constitucional do Estado (1892-1896), de um conjunto de planejamentos urbanísticos à equipe do novo governo estadual. Seus projetos, nesse sentido, tiveram forte conotação modernizante, apresentando como primeiro propósito recompor a paisagem de Vitória de maneira que fosse possível dotá-la de atributos próprios de uma cidade moderna que, como as outras cidades centrais do Brasil, deveria seguir o modelo europeu.

Em vista disso, o anseio de ampliar e melhorar o espaço urbano de Vitória, bem como de potencializar a capacidade de crescimento do Espírito Santo, no final do século XIX, esteve estreitamente relacionado ao nome de Moniz Freire, um dos principais representantes do Partido Republicano Construtor (PRC), hegemônico por mais de uma década na política capixaba. Sem pertencer ao grupo de republicanos históricos, ele se destacou por seus projetos ousados – conhecidos desde os tempos de circulação do jornal *A Província do Espírito Santo*, do qual era proprietário – os quais pretendiam minar a inércia e o provincianismo da capital.⁴⁶

Logo que investido do poder de governar, em 1892, Moniz Freire enumerou alguns dos pontos mais urgentes em que deveriam se concentrar os projetos políticos de seu mandato, dentre os quais a construção de ferrovias, a abertura de um novo bairro, o incentivo à imigração europeia e a realização de obras públicas em Vitória. Esses últimos projetos

⁴⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 147, 1 de novembro de 1928.

⁴⁶ Membro do Partido Liberal à época do Império, Moniz Freire só aderiu à República no momento derradeiro, já que, antes disso, atuava como deputado provincial. Substituído o sistema e abolido os dois partidos imperiais, ele, juntamente com outras lideranças, como Afonso Cláudio e Henrique Coutinho, fundaram o Partido Republicano Construtor, que dirigiu a política estadual por muitos anos. SALETTO, 2005.

visavam, respectivamente, a resolver o problema da escassez da mão-de-obra e da ocupação de terras devolutas e o estabelecimento de um plano estratégico urbanizador, com o propósito de incutir importância política e econômica à capital do Estado. Para tanto, via como imprescindível, dentre outras coisas, a edificação de prédios suntuosos, ocupados por teatros, cinemas, sedes administrativas e hospitais, além da construção de parques e praças arborizadas, que margeariam as largas avenidas, providas do serviço de água, luz e esgoto. O volume das obras a serem executadas correspondia perfeitamente às necessidades de progresso do Espírito Santo, todavia não se encaixava com tanta eficácia nas limitadas condições econômicas e políticas do Estado para sustentá-las.

O exemplo do “Novo Arrabalde” é bastante ilustrativo da discrepância entre os anseios prescritos no plano político de Moniz Freire e as possibilidades restritas com as quais se deparou. Idealizado com o apoio de uma comissão de arquitetos, engenheiros e sanitaristas, o projeto do “Novo Arrabalde”,⁴⁷ que pretendia a ampliação da área habitacional da capital, não tardou a sofrer restrições e um futuro arquivamento. Seu equívoco era, principalmente, de ordem anacrônica, pois não condizia com a disposição de investimentos e demanda disponíveis na época. Para que as obras fossem executadas era preciso a reunião de uma série de fatores subsidiários, que iam desde o equipamento do novo bairro com uma infraestrutura básica, até a atração de um contingente populacional específico, agenciador de investimentos privados que auxiliariam na manutenção contínua do projeto.

O período de seu mandato não durou tempo suficiente para que essas condições se concretizassem, e mesmo as obras iniciadas encontraram obstáculos para sua finalização, ficando muitas delas paralisadas por conta do declínio nas finanças, decorrente da crise que se abateu sobre o Espírito Santo, logo após o período de bonança gerado pela alta no comércio de café – principal produto de exportação capixaba. Obras como as relativas ao Hospital Público na Praia do Suá, os aperfeiçoamentos no porto e a Estrada de Ferro Vitória-Minas foram adiadas, ou mantidas com o mínimo de recursos, até o retorno da estabilidade econômica, que não chegaria a tempo para seu segundo mandato.

Quando em 1900, Moniz Freire foi novamente empossado governador, as condições eram tão ou mais desfavoráveis, o que o impediu de dar continuidade a seu programa inicial, passando o seu quadriênio reduzindo despesas e pagando dívidas. A crise econômica se arrastou pelos

⁴⁷ Para mais detalhes, ver CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

oito anos seguintes, aliviada num momento oportuno para Jerônimo Monteiro que, em 1908, se tornou presidente do Estado.

Beneficiado pela prosperidade e pela suposta conciliação política em torno de seu nome, Jerônimo Monteiro (1908-1912) encontrou terreno fértil para lançar sua plataforma de governo, a qual vinha atrelada ao intuito de evitar repetir os erros já cometidos, com a promessa de eliminar todas as dívidas que oprimiam as finanças públicas e eliminar também as possibilidades de contrair novos empréstimos. Seu governo investiria no ensino técnico e na iniciativa privada, ambos para agirem como colaboradores no plano de introdução de mais indústrias no Estado, com mão-de-obra qualificada para as fazerem prosperar. O novo Presidente tinha também por prioridade “dotar a capital dos serviços de abastecimento de água, esgoto e iluminação elétrica”,⁴⁸ reafirmando as disposições anteriores de consolidar, primeiramente na capital, o que estava sendo previsto e preparado para acontecer no Espírito Santo, com a posterior ligação entre os municípios através de estradas de rodagem e a urbanização das cidades mais prósperas.

As melhorias realizadas em Vitória até o início do governo de Jerônimo Monteiro prepararam os alicerces para o que foi feito daí por diante. O impulso reformista teve suas frentes de mobilização multiplicadas e logo a capital presenciou o surgimento de obras em todos os cantos. Enquanto se aterrava uma área, em outra, casas velhas e arqueadas eram demolidas, dando lugar às avenidas e aos prédios públicos. Todos os esforços seguiam o ritmo do embelezamento, da praticidade e da higiene moderna. Foi criado, assim, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – que funcionava no Palácio do Governo, a Prefeitura Municipal, o cemitério público de Santo Antônio, além de ter sido prescrito o funcionamento de um novo Código de Postura, organizado pelo “serviço de ‘limpeza pública e domiciliar’ com inspeção e desinfecção das residências”.⁴⁹

Contudo, com o fim do governo de Jerônimo Monteiro a ruína financeira, decorrente de suas iniciativas para o progresso material do Estado, impediu a continuidade das manobras reformistas, retomadas somente após a instalação de uma nova situação financeira emanada dos altos preços do café, já na década de 1920. Portanto, foi somente nessa década, que Vitória se aproximou efetivamente dos requisitos para tornar-se uma capital moderna.

⁴⁸ SALETTO, 2005. p. 38.

⁴⁹ Idem. p. 40.

Concorrendo para isso, o governo de Nestor Gomes (1920-1924) foi um exemplo de que as reformas urbanas básicas da capital ainda estavam só começando. O próprio sistema de água, luz, esgoto e o sistema de bondes elétricos, que haviam sido idealizados e postos em evidência desde as primeiras iniciativas de melhoramentos, não alcançaram uma otimização que tornassem imprescindíveis maiores investimentos. A solução encontrada foi a construção de uma repartição pública que concentrasse os serviços de infraestrutura numa única equipe responsável pela aplicação desses ajustes. O Serviço de Melhoramentos de Vitória foi, então, instalado sob a responsabilidade de uma comissão específica de engenheiros e especialistas diversos, indicados para chefiar a reestruturação da fisionomia da capital, canalizada principalmente para o centro da cidade. O imponente prédio que ocuparia a repartição começou a ser construído na época de Nestor Gomes, mas só foi concluído no mandato de Florentino Avidos (1924-1928). Fato que não representou uma exceção à regra, posto que “muitas das obras iniciadas só foram concluídas no governo do sucessor de Nestor Gomes, e freqüentemente são atribuídas apenas a ele”.⁵⁰

A contrapartida dos Serviços de Melhoramentos pôde ser apreciada pela sociedade vitorienne tanto na abertura de novas ruas pavimentadas e calçadas, quanto na delineação de uma larga avenida, que se tornaria a principal via de acesso aos percursos do centro da cidade. Além das obras na área central de Vitória, Nestor Gomes reformou e abriu rotas para os bairros afastados, como Praia do Canto, Santo Antônio, Maruípe, Fradinhos e Jucutuquara. Com respeito a tais transformações, o artigo escrito na revista *Vida Capichaba*, em 1928, por um colaborador capixaba residente no Rio de Janeiro, acerca das articulações e projetos políticos dos *Governos Espírito-Santenses* no período republicano, colabora na visualização sucinta, porém densa, das realizações praticadas nessa gestão, no qual afirma ter assistido:

A desapropriação do morro da ‘Capichaba’ e de algumas casas, começo de importante melhoramento em nossa capital, onde se encontra, hoje, a bella Avenida que foi concluída no governo do sr. Dr. Florentino Avidos. Fui inteirado mais que s. exa. fez a construcção de um (...) grupo de predios junto á ‘Praça do Quartel’ (...) e, finalmente, pela sua ultima mensagem, que iniciou innumerous serviços de utilidade publica, principalmente estradas de ferro e de rodagem (...), sem deixar de assignalar que s. exa. teve a inaudita felicidade de governar o Estado ‘num mar de rosas’, tal a superabundancia das arrecadações, muito excedidas dos orçamentos, devido, unicamente, a grande e inesperada alta do café.⁵¹

⁵⁰ SALETTO, 2005. p. 3.

⁵¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 135, 9 de agosto de 1928.

Esse fator ímpar, que caracterizou a administração de Nestor Gomes, foi certamente o volante propulsor da ampliação das obras de embelezamento e conforto da cidade de Vitória. Contudo, a situação econômica, por si só, não compreenderia requisito suficiente para os incentivos no setor urbano. Nesse quesito, o traçado político desenhado pelo governador foi de suma importância. Dessa forma, a remodelação de Vitória seguiu o rumo almejado desde os primeiros ensaios de modernização do Estado, mesmo que o trabalho estivesse inconcluso e só restasse, ao final de sua liderança, a ação das picaretas demolidoras.

Empossado, em sequência, como presidente do Estado, Florentino Avidos regeu em tom afinado com o governo anterior a sua administração, com o propósito de manter em movimento o fluxo da urbanização da capital. Dessa feita, no final da terceira década do século XX, Vitória contava com um quadro de reformas e melhoramentos bastante significativo, quando muitas das propostas modernizadoras postas no papel no governo de Moniz Freire foram finalmente direcionadas para uma realização concreta. Dentre as obras realizadas destacam-se a ampliação do porto, a melhoria no sistema de transporte da cidade, o aumento nos núcleos de habitação da área do “Novo Arrabalde”, assim como o asfaltamento e a ampliação de sistemas de esgoto e de luz elétrica. No início dos trabalhos do governo de Florentino Avidos, “proliferaram obras e empreendimentos numa verdadeira revolução urbana”,⁵² como a fotografia a seguir possibilita observar.



Ilustração 1: “Aspecto da rua Jeronymo Monteiro, em frente á Praça Oito de Setembro”.

Fonte: *Vida Capixaba*, n. 71, 1926.

⁵² ESTAÇÃO Capixaba. *Vitória e o Espírito Santo nos anos 20*. [consultado em 01 de novembro de 2007]. Disponível na *World Wide Web*: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/luiz_guilherme/vitoria_es_anos_20.html>

Para se ter uma ideia dessa revolução na configuração espacial, a fotografia acima, datada do ano de 1926, mostra o processo de modernização e urbanização de Vitória já com mudanças substanciais em seus modelos antes precários. A vista parcial da Rua Jerônimo Monteiro, com seus sobrados, assinala a presença de alguns elementos anunciadores do despontar de uma “Victoria Moderna”, equipada agora de um maior número de ruas pavimentadas e ampliadas, bem como de um aspecto mais salubre e arborizado, sem contar com as melhorias na infraestrutura de saneamento básico e luz elétrica, além do detalhe da fila de automóveis, testemunhas inanimadas da ascendência dos símbolos de uma modernidade há muito desejada, e da qual faziam parte.

De posse de informações valiosas sobre o cotidiano da cidade de Vitória fornecidas por Novaes, tem-se a confirmação de que foram necessários praticamente quatorze anos, desde o registro do primeiro automóvel em Vitória, em 1912, de propriedade do Sr. André Carloni, até a verificação do aumento desses acessórios urbanos em circulação pelas ruas da cidade. Seu número crescente indicava não apenas a mudança no poder aquisitivo das camadas intermediárias, como também o esforço contínuo dos chefes do executivo estadual em abreviar as porções de “ruas estreitas e horríveis daquele tempo, [nas quais empacavam os carros], em consequência ainda do calçamento e falta de espaço”.⁵³

Tomando como bastante útil o elenco de reformas reunidas pela revista *Vida Capichaba*, na edição número 135, de 1928, segue sua relevância para um retrato *en passant* da orientação urbanística empenhada por Florentino Avidos, na Capital, ocasião em que o colaborador responsável pela análise não raciona elogios e diz ter sido surpreendido,

a cada passo, por multiplos empreendimentos, iniciados uns e acabados outros: obras do porto (...), nivelamento, com solidas muralhas na *Avenida Cleto Nunes*; conclusão da principal arteria de Victoria – a *Avenida Capichaba*; alargamento das ruas *Jeronymo Monteiro*, *Sete de Setembro* e *Trese de Maio*. (...) / Mas não é só: a illuminação electrica da capital foi muito melhorada, tanto quanto os serviços de abastecimento d’agua, exgôtos e bondes.⁵⁴

Cita, ainda, a inauguração de novos mercados, o da Capixaba e o da Vila Rubim, em substituição a um “velho e condenado pardieiro”, próximo do local onde foi erguida uma ponte ligando Vitória ao continente, construída na Alemanha e montada sobre a baía, a qual

⁵³ NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968. p. 386.

⁵⁴ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 135, 9 de agosto de 1928.

tornou a cidade e seu porto mais acessíveis ao transporte rodoviário e ferroviário. Essa ponte foi oficialmente batizada com o nome do governador que a instalou, Florentino Avidos, conhecida também como Cinco Pontes.

A reformulação dos aspectos físicos de Vitória modificou não só a sua feição estética como também incutiu praticidade à vida urbana, como movimentou a economia, o comércio, os setores industriais e, como não poderia deixar de ser, os aspectos sócio-culturais da capital capixaba. A inauguração do Teatro Carlos Gomes, por exemplo, no ano de 1927, não só expressava o ímpeto dos políticos e das camadas médias urbanas em fazer de Vitória também uma capital de vulto cultural, como articulava a possibilidade de se anexar à vida social toda uma gama de produções artísticas genuínas. Na revista *Vida Capichaba*, de 10 de agosto de 1926, o editorial de abertura, assinado por Elpídio Pimentel, pontuava:

Seduzido sempre pelo meu empenho de vêr, neste Estado, o ensaio de uma vida literária promissora, (...) fixei alguns períodos, que a próxima inauguração do formoso teatro Carlos Gomes me fez acudir (...), dever-se-iam exhibir produções (...) movimentando personagens e enfocando costumes espírito-santenses. Isso valerá mais do que as mais aplaudidas comédias cariocas (...) Em Victoria já são faceis os enredos para uma bôa comedia de costumes, [levar] para o palco numerosas figuras, com as quaes, todos os dias, nos acareamos nas ruas, nos cafés, nos clubes desta cidade.⁵⁵

Vitória, como ilustra o trecho acima, já suscitava um conjunto de atividades sociais com a presença de clubes, cafés, teatros, parques e outros ambientes de circulação da sociedade, os quais davam os primeiros indícios de que, na capital, havia movimentação em torno do eixo social. Ainda que essa efervescência não fosse tão intensa e variada como a que movimentava o palco dos acontecimentos sociais carioca, já oferecia novas formas de entretenimento.

O que a engenharia política dos governadores de Estado permitiu constatar, até o devido momento, é que uma série de interferências bem sucedidas, que foram sobrepostas à arquitetura de Vitória, se projetaram, na verdade, como soluções imediatas à falta de investimentos da iniciativa privada nos setores urbanos. De acordo com Campos Júnior,⁵⁶ o motivo da manutenção desse panorama minguado das forças econômicas residia na emissão direta dos excedentes agrícolas, produzidos no Espírito Santo, para o porto do Rio de Janeiro. Isso, para uma cidade com um grande potencial exportador, como Vitória – por meio de seu porto marítimo natural – representava uma perda de arrecadação fiscal sem paralelo, que

⁵⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 74, 15 de agosto de 1926.

⁵⁶ CAMPOS JÚNIOR, 1996.

dificultava a retenção do capital e a sua posterior conversão em melhoramentos na estrutura da cidade. Por esse motivo, não é surpreendente que o Governo do Estado, um dos principais concentradores de excedentes do Espírito Santo, tenha assumido a função de promotor da urbanização de Vitória, situação que, no conjunto, demonstra que toda política que favorecia o desenvolvimento do Estado, o fazia beneficiando especialmente Vitória.⁵⁷

Esse tipo de operação seguiu a pleno vapor até, pelo menos, o governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), que procurou manter, na execução das políticas públicas, a mesma direção seguida pelo mandatário anterior, pois a ideia que prevalecia era a de que o caminho desenvolvimentista não poderia e nem deveria ser interrompido. Em consequência, sua gestão veio acompanhada dos mesmos impulsos reformistas que haviam motivado a administração de seus predecessores, dando especial atenção às obras que precisavam ser finalizadas e abrindo, ao mesmo tempo, novas frentes de intervenção urbanística. Aristeu de Aguiar deu igualmente prioridade a sequência de demolições, retomadas ao lado do calçamento de muitas avenidas, como a da República e a Cleto Nunes, a da rua do Comércio e a praça do Quartel, além da pavimentação em concreto armado da estrada para a Praia Comprida, recente núcleo habitacional do município.⁵⁸

Sua aguçada visão “moderna” fez com que o curto período em que permaneceu no mandato de governador, um ano e quatro meses, rendesse uma longa lista de obras e projetos executados, seja na área da educação, da saúde, do transporte ou da remodelação da capital. O empenho aplicado, nesse último ponto, foi de tamanha intensidade e otimismo que uma das críticas posteriores feitas ao seu governo indicava a imprudência do então Presidente de Estado em ter mantido praticamente inalterado o volume de investimentos aplicados no serviço público de Melhoramentos Urbanos, mesmo ciente da iminente crise. A atitude do Governador em postergar a suspensão dos investimentos até o último recurso disponível condizia, certamente, com as expectativas políticas de crescimento da época, partilhadas com grande entusiasmo também pela população vitoriense, convencida, pela aparência cada vez mais agradável e cômoda da Capital, de que tal meta deveria ser encarada como irrefreável, evitando assim retrocessos. Tal ponto de vista não deixou de ser enfatizado por Aristeu Borges de Aguiar, em Mensagem apresentada ao Congresso Estadual, em 1929, na qual divulga a ideia de que “sendo Victoria uma cidade magnificamente favorecida pela sua

⁵⁷ SALETTO, 2005. p. 18.

⁵⁸ Idem. p. 9.

belleza panoramica, impunha-se o auxilio da mão do homem á natureza para adaptá-la ás exigencias de hygiene e belleza das cidades modernas”.⁵⁹

O que esse discurso informa, além dos sentidos inscritos no contexto imediato de sua produção, é a existência de uma filiação ideológica capixaba com as perspectivas racionais e regeneradoras presentes nos projetos urbanísticos do século XIX, elaborados a partir de um conjunto de ideias reformistas balizadas na organização das cidades modernas. Isto implica constatar que a trajetória de modernização da capital espírito-santense foi precedida de muitas outras, que lhe serviram de inspiração, sendo a mais próxima delas a fomentada no Rio de Janeiro, sob a orientação do prefeito Pereira Passos. Na Capital Federal, foi operada uma verdadeira luta contra os velhos hábitos coloniais, aliada a um “cosmopolitismo agressivo profundamente identificado com a vida parisiense”,⁶⁰ uma vez que Paris alcançou o título de “capital modelo” ocidental em decorrência da intervenção urbanística produzida pelo barão de Haussmann, que a administrou de 1853 a 1870.⁶¹

Obedecendo a critérios semelhantes, mas não idênticos, os projetos de revisão da cidade antiga de Vitória foram levados a cabo por praticamente todas as lideranças estaduais que se revezaram no poder, durante a Primeira República. Uma linha ascendente de realizações até os anos 1930 produziu constantes intervenções urbanísticas na cidade de Vitória, a qual adquiriu novas feições. Contudo, a partir dessa data, o aparelhamento estatal pós-ascensão getulista, desviou um pouco a atenção do foco “reformas urbanísticas”. Não se quer dizer com isso que os projetos de melhoramentos cessaram de acontecer com a instituição da interventoria no Estado. Apenas que essa instituição, imposta “de fora”, vinha interromper uma relativa linearidade nos projetos de urbanização, que se encontravam no topo da lista de prioridades das ações políticas dos representantes das oligarquias locais, incontestes no poder até o Movimento de 1930.

As vozes dissonantes que se elevaram aos acontecimentos políticos, a partir de então, ressoaram no Espírito Santo com a nomeação do Cap. João Punaro Bley, que ocupou o cargo de governador e interventor de novembro de 1930 a janeiro de 1943, atravessando, portanto, o

⁵⁹ AGUIAR, Aristeu Borges apud WANIK, Flavio Calmon. *Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a expectativas frustradas. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. p. 109.

⁶⁰ SEVCENKO, 2003. p. 30.

⁶¹ SALGUEIRO, Heliana Angotti. “Revisando Haussmann: os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte)”. In. *Revista USP*. São Paulo (26): 195-205, Junho/Agosto 1995.

marco final da cronologia proposta para este trabalho, que segue até 1934, data em que uma nova Constituição foi promulgada em resposta às exigências dos grupos que encarnavam a oposição ao governo “provisório” de Vargas. No entanto, o que interessa ressaltar sobre esse período, para vias de conclusão da discussão desenvolvida até aqui, são os traços de continuidade perceptíveis na orientação das políticas públicas dirigidas pelo governo estadual às demandas urbanísticas de Vitória.

Verifica-se, nesse sentido, a permanência das intervenções, principalmente, com relação às melhorias estruturais que auxiliariam no saneamento financeiro do Estado, sendo as iniciativas do aparelhamento do porto da Capital e da criação de bancos locais as que mais receberam atenção e recursos da administração de Punaro Bley, além do aperfeiçoamento na prestação da educação e da saúde públicas.⁶² No restante, as obras de melhoria efetivadas no decorrer da Primeira República já haviam sedimentado um panorama de investimentos favorável à circulação do capital privado, induzido agora a dinamizar tanto o comércio quanto as novas relações sociais, encadeadas pelas camadas médias e altas urbanas cada vez mais ajustadas aos novos figurinos e ao novo cenário *très chic*.

Embora tantas mudanças tenham sido implementadas na cidade de Vitória, robustecida pelas curvas suntuosas de cada edifício erigido em nome do progresso, no plano geral, a sociedade espírito-santense permaneceu monocultora e rural. Situação predominante até, pelo menos, o período da intervenção federal que, no mais, correspondeu aos interesses dos produtores de café do Espírito Santo. Essa política freou significativamente as iniciativas estaduais em torno de obras industrializantes, impedindo que a economia local se diversificasse, como era a preocupação da política varguista de incentivo à indústria, a ponto de não sofrer com tamanha intensidade as oscilações do mercado cafeeicultor, novamente vulnerável com o deflagrar da crise econômica internacional, em 1929.⁶³

Por conseguinte, também foi intenção desse percurso, feito pelos governos estaduais e seus projetos de melhoria urbana, em Vitória, destacar o combate que tais procedimentos aplicaram contra o provincianismo latente na capital do Espírito Santo. Com isso, defende-se que, longe das reformas no espaço e na paisagem de Vitória terem significado apenas um processo de transposição de valores, de um eixo central para outro periférico, seu propósito de

⁶² ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

⁶³ NADER, Maria Beatriz. *Paradoxos do Progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2008.

“regeneração” foi guiado muito mais por uma noção de apropriação e de reinvenção do que simplesmente “cópia”. Analisar a modernização de Vitória por meio da noção de “importação” prejudica vê-la por meio de suas peculiaridades, submetendo-a a uma interpretação que a apresenta como um empreendimento descolado, quando na verdade correspondia exatamente às necessidades e às possibilidades de seu tempo.

Os atores sociais que participaram dessa dinâmica reformista, na conjuntura de uma capital moderna, o fizeram, do mesmo modo, motivados tanto pela enfática ideia de se adequarem aos “novos tempos”, aos novos valores e aos novos hábitos, difundidos pelas sociedades ocidentais, no início do século XX, quanto por suas expectativas locais, marcadas por uma temporalidade e um espaço de realização próprios, capazes de incorporar, ou não incorporar, na mesma medida que outros centros de agitação urbana, o conjunto do novo ideário moderno. Nesse universo de abertura de novas possibilidades de ascensão social, as mulheres se destacaram do todo para gerir um movimento particular de integração aos novos papéis sociais, os atribuídos a elas e os requisitados por elas. Às mulheres capixabas, principalmente as que advinham dos estratos sociais mais privilegiados, cabia tornar vantajoso os desdobramentos da modernidade, que fazia com que elas se aproximassem e se apropriassem cada vez mais dos redutos públicos de convivência e de afirmação da sua capacidade de atuação profissional. É por meio dessas fissuras que algumas mulheres capixabas manifestaram e legitimaram a sua produção literária, intelectual e feminista.

1.2 – Mulheres intelectuais capixabas, papéis sociais e historicidade

Antes de contextualizar algumas reflexões a respeito dos espaços de sociabilidade emergidos em Vitória, com a regeneração dos costumes e da fisionomia urbana, os quais foram frequentados elegantemente pelas intelectuais que se destacavam nas páginas da revista *Vida Capixaba*, é preciso levar em consideração algumas questões conceituais que ajudarão a compreender o modo como as mulheres, no Espírito Santo, assumiram a posição de sujeitos de sua própria história. A primeira delas compreende a noção de “escrita feminina”, vinculada à prática intelectual de algumas capixabas. Já a segunda diz respeito diretamente ao conceito de “intelectual” enquanto uma posição específica ocupada e evocada pelas mulheres como portadoras de um novo lugar de fala e de intervenção.

Como pôde ser observado até aqui, este trabalho emprega constantemente expressões como “produção literária feminina”, “literatura feminina” e “intelectualidade feminina” para definir um espaço de produção textual alimentado por mulheres escritoras. O fato do vocábulo “feminino” reunir atributos que o torna quase uma propriedade visceral das mulheres, impregnando todas as dimensões das suas práticas sociais e discursivas, faz com que seja necessário problematizar o uso dessas expressões, uma vez que elas remetem a uma série de desconfortos que caracterizam as dissonâncias presentes nos debates sobre a pertinência ou a superação da utilidade dessas categorias.

A adoção desses termos, decorrentes do conceito mais amplo de “escrita feminina”, não está, portanto, aquém das alterações acadêmicas que englobam uma crítica a essa categorização. Nas últimas décadas, essa tem sido uma discussão aquecida por muitas divergências e pouca probabilidade de resultar em opiniões consensuais. Entre as teóricas feministas que problematizaram a aplicação desse conceito, algumas reivindicaram esse rótulo como sendo o único capaz de identificar um tipo de produção escrita que só poderia ser elaborada por mulheres, preocupando-se apenas com a questão da forma e do conteúdo. Essa vertente crítica pondera a questão, optando por frisar os aspectos singulares advindos das experiências vividas pelas mulheres enquanto sujeitos envolvidos no sistema de dominação patriarcal. Outras, por sua vez, se opuseram ao uso do conceito de “escrita feminina” por demarcar territórios sexualmente distintos para a produção literária e intelectual. O que essas teóricas rebatem é exatamente o modo inapropriado com que o discurso normativo das diferenças entre os sexos é acessado para estatuir diferenças também na formulação de uma escrita, que passa a ser então marcada pelo gênero e, por isso, suscetível a figurar, dentro do sistema binário masculino/feminino, do lado do discurso considerado ordinário.

Marina Colasanti,⁶⁴ uma das representantes da primeira linha de defesa, que se posiciona a favor de que as escritoras assumam a sua identidade sexual, que, para ela, é determinada pelo modo como as mulheres estiveram historicamente situadas no mundo, se apoia no argumento da diferença para rebater a suspeita que recai sobre a escrita declarada feminina. Segundo afirma, “muitas escritoras então, buscando evitar o risco de desvalorização ao declarar feminina sua própria escrita, preferem negar qualquer possibilidade de gênero no texto e se

⁶⁴ COLASANTI, Marina. “Por que nos perguntam se existimos”. In. SHARPE, P. (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

refugiam no território neutro de uma utópica androginia”.⁶⁵ Essa autora entende que a expressão “escrita feminina” encontra-se carregada de um sentido histórico que não deve ser removido. Embora concorde que o termo, por vezes, seja utilizado para excluir, linguística e culturalmente, as mulheres do campo literário oficial, Colasanti retempera essa negatividade traduzindo-a em força motora para a escrita feminina, uma vez que representa, na história dos cânones literários, uma voz transgressora, de superação e ruptura das normas.

É perfeitamente compreensível a militância da autora que pretende assumir, a cada passo, a feminilidade de seus textos, mas o fato de não tentar desvincular a ideia de escrita feminina da categoria sexual, cria sérias dificuldades para a elucidação de algumas assimetrias que permeiam a prática literária e intelectual de homens e mulheres, determinadas pelas construções socioculturais de gênero. Rita Schmidt,⁶⁶ ao repensar o espaço da autoria feminina, avança um pouco mais, na medida em que ao menos coloca em questão o argumento de que à escrita feminina deve ser atribuída uma categorização sexual, portanto, essencialmente biológica. Segundo evidencia, a “escrita feminina” se refere ao “texto de autoria feminina escrito do ponto de vista da mulher e em função de representação particularizada e especificada no eixo da diferença”.⁶⁷ Para ela, a escrita feminina é um ato político, já que desafia as relações de poder projetadas pelo ponto de vista normativo masculino. Fica bastante claro que essas críticas reivindicam, acima de tudo, uma linguagem subjetiva que se impõe como sendo própria do discurso feminino.

Vera Queiroz, citada por Miriam Bittencourt,⁶⁸ aparece como uma das autoras que melhor visualiza o interior dessa grande polêmica em torno da escrita feminina. Para ela, dois problemas essenciais se impõem. O primeiro diz respeito ao fato de que não há sustentação para a defesa da ideia de uma escrita feminina, que teria marcas estilísticas e discursivas próprias. Já o segundo desconfia de que há uma especificidade da escrita inerente às obras de mulheres, que estivesse baseada em experiências específicas a elas ou a um universo cultural próprio. Para Queiroz, as marcas da diferença de gênero desaparecem, sendo possível falar

⁶⁵ COLASANTI, 1997. p. 37.

⁶⁶ SCHMIDT, Rita Terezinha. “Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina”. In. NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre; UFRGS, 1995.

⁶⁷ Idem. p. 189.

⁶⁸ BITTENCOURT, Miriam Raquel Morgante. *A escrita feminina e feminista de Maria Teresa Horta*. 2005. 190 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Literatura e Vida Social, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

apenas em questão da autoria e da subjetividade. A descentralização, no ato da escrita, do sujeito nomeado como “feminino” se, por um lado, prejudica, por supostamente retirar à eficácia discursiva dos sujeitos sociais, no caso, das mulheres, por outro, serve para denunciar o determinismo biológico que semeia a escrita rotulada de feminina, a qual se apoia na crença de fazer com que as marcas de feminilidade sejam aceitas como naturais.

Mesmo por intermédio de tão breve explanação, é possível conjecturar a respeito da improbabilidade de que, um dia, essa seja uma questão resolvida, de que, um dia, haja um desfecho possível para tal dilema. O que existe são apenas pontos de vista mais ou menos discrepantes que, no momento, ainda se resume no esforço, quase sobre-humano, de resposta à insistente pergunta: “existe uma linguagem feminina?”. Para Heloísa Buarque de Hollanda, essa é uma inquirição marcada geralmente

...por um desejo de valorizar e potencializar o ‘lugar obscuro’, onde se origina e... que se apóia às leis implacáveis da racionalidade masculina ocidental. Por outro lado... é inegável que os discursos marginalizados das mulheres, no momento... em que definem espaços alternativos ou possíveis de expressão, tendem a produzir um contradiscurso, cujo potencial subversivo não é desprezível e merece ser explorado.⁶⁹

Por isso, neste trabalho, as expressões “escrita feminina” ou “produção literária feminina” e, ainda, “intelectualidade feminina”, devem ser lidas como categorias que se encontram instaladas no interior do respectivo debate, e não como conceitos desarraigados de uma visão mais ampla e crítica acerca das dissensões que sistematizaram a ideia de uma produção textual em que o sujeito da autoria se corporifica nas mulheres.

Na mesma direção, o conceito de intelectual, usado para determinar um conjunto de práticas multiformes, de efeito político, exercido não só por homens, mas em escala semelhante também por mulheres, projeta-se como uma questão que esbarra, lateralmente, na já discutida categoria de uma “escrita feminina”. Assim como essa, a noção de intelectualidade feminina é permeada por agravantes de gênero que, tradicionalmente, consideram a figura do intelectual como uma entidade estritamente masculina. A maioria das análises, localizadas no cerne do

⁶⁹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 59.

recente e ainda indefinido campo da História Intelectual,⁷⁰ que se concentram em inscrever historicamente o discurso de uma intelectualidade, margeia os nomes de mulheres que se destacaram como pensadoras e ativistas intelectuais de sua época. Isso demonstra não só uma preferência, que é certamente atravessada pela ideologia de gênero, validada pelos discursos institucionais, como igualmente o problema da casualidade que fez com que fossem homens, e não mulheres, os grandes artistas e filósofos, os grandes intelectuais e pensadores, a despeito de possuírem uma genialidade que nada tivesse a ver com qualidades inerentes ao sexo com que vieram ao mundo.

Deve-se começar a perscrutar essa “casualidade”, que permite aos homens uma extraordinária vocação para a literatura, para as formulações abstratas, para as letras, enfim, com a indagação: “Quais eram as condições em que viviam as mulheres?”. A posição que ocupavam na sociedade provavelmente deve fornecer explicações menos fiadas no discurso biológico para esclarecer o reduzido número de mulheres escritoras. Virginia Woolf examina na história, que “mal chega a mencioná-la”, e na ficção, a dupla visão das condições de existência real e literária das mulheres. Segundo aprisiona:

Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhe dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler e escrever e era propriedade do marido.⁷¹

Não seria impensável concluir da morte ou da ocultação de muitos talentos frente ao soergimento de todos esses obstáculos que, desde séculos remotos, foram impostos às mulheres, impedindo que dentro dessa parcela da humanidade desenvolvesse a genialidade.

⁷⁰ Genericamente, a História Intelectual propriamente dita é classificada como o estudo do pensamento informal, dos climas de opinião e dos movimentos literários, a qual se diferencia da história das ideias por se ocupar do estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos. Essas são definições classificatórias cunhadas por Robert Darnton na tentativa de dissolver algumas confusões advindas da multiplicação de correntes, mais ou menos diferenciadas, comportadas no interior desse território historiográfico. Como essas são designações pouco precisas, pode-se dizer até obscuras, novos esforços têm se realizado no sentido de torná-lo um campo temático e metodológico menos movediço e ambíguo. Sônia Lacerda e Tereza Cristina Kirschner se referem a “História qualificada pelo apelativo de intelectual”, como uma modalidade historiográfica que se ocupa de “práticas, agentes, processos e produtos classificáveis como intelectuais”, afirmando ainda que “o que faz de determinado tema, ou determinada figura ou obra objeto de interesse de uma História que se pretende intelectual não são suas propriedades inerentes, e sim a maneira como se venha a problematizá-los”. Ver LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 26.

⁷¹ WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, 1994. p. 56.

Qualquer centelha de criatividade, de ousadia, de individualidade, qualquer recôndita manifestação literária das mulheres ganha, na história, um significado desafiador. Não é por menos que muitos estudos têm se concentrado em investigar os aspectos de uma rede de produção literária e intelectual feminina que começa a aumentar expressivamente, na transição do século XVIII para o século XIX, na Europa. No Brasil, essas pesquisas, embora relativamente recentes, também buscam registrar a história das mulheres escritoras, incluindo-as no contexto das mudanças sociais já em andamento no decorrer do século XIX, como o aumento gradual do número de mulheres alfabetizadas, principalmente dentro das camadas privilegiadas dos setores urbanos, seguido da dilatação dos limites domésticos, que permitiu as mulheres uma vida social e cultural mais ativa.

De fato, se se pode começar a tratar com menos receio da gênese de uma intelectualidade feminina, no Brasil, essa gênese encontra-se semeada nos trabalhos literários e críticos das primeiras proprietárias-redatoras de jornais, de meados do século XIX, que foram também as primeiras mulheres a elaborarem pensamentos com base no ideal feminista. Embora, nesse período, a palavra “intelectual” ainda não tivesse adquirido um sentido específico, e fosse, na verdade, um substantivo de conotação pejorativa, é possível estabelecer uma relação entre o conceito que começa a ser delineado, a partir da década de 1920, e a prática intelectual de sujeitos históricos anteriores. Para Marcos Lopes, “se intervir na realidade política e social de seu tempo é suficiente para caracterizar o intelectual”,⁷² então não passa de um modismo fixar a data de aparecimento de tal personagem, em fins do século XIX, uma vez que a figura do intelectual interventor, no sentido de participar ativamente em variados processos de mobilização da opinião pública, sempre existiu, “quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, doutos... homens de letras, literatos etc”.⁷³

Essa se torna uma acepção plausível para localizar e classificar os intelectuais homens, mas, e as mulheres intelectuais? Sabe-se que elas também sempre existiram, que foram perseguidas, desacreditadas, desvalorizadas, ridicularizadas, antes de conseguirem alcançar qualquer reconhecimento, no seu tempo ou nos registros da posteridade. Mesmo assim, vale o esforço de tentar defini-las tomando como base os critérios, os métodos e as definições próprias da História Intelectual, ainda que esse campo de estudo não tenha aprofundado qualquer iniciativa nesse sentido, ao menos não declaradamente.

⁷² LOPES, Marcos Antônio. “Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 40.

⁷³ BOBBIO apud LOPES, 2003. p. 41.

O primeiro passo para se tentar elucidar o mais satisfatoriamente possível a noção de intelectual, visando uma aproximação com os aspectos relativos à intelectualidade feminina, é determinar qual o alcance desse termo. Para François Sirinelli,⁷⁴ duas acepções demarcam a extensão da palavra intelectual, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”.⁷⁵ Nas duas ideias, os grupos de pertencimento abrangem tanto o jornalista como o escritor, o erudito e o professor secundário, conjunto que também conta com a participação de estudantes, igualmente criadores ou “mediadores” em potencial, além de outras categorias de “receptores” da cultura. Embora a segunda acepção esteja necessariamente na dependência da primeira, aquela interessa mais aos objetivos aqui expostos, por se basear numa ideia de engajamento que pressupõe a ocupação, por parte do intelectual, de uma posição específica na sociedade em que vive, uma posição que o intelectual põe a serviço da causa que defende.

Formulado dessa maneira, o conceito de intelectual parece expandir suas arestas até um ponto em que os discursos e as ações das mulheres não podem mais ser ignorados. Até porque não há como ignorar que, dentro desses redutos de ocupação, por onde fermentava uma atividade intelectual, as mulheres se tornaram presenças constantes, ainda que a regra, para todo o século XIX e parte do século XX, continuasse sendo a do condicionamento feminino às tarefas de uma vida familiar e doméstica. Considerando que, no futuro, as mulheres pudessem despertar, com mais frequência, o interesse dos estudiosos da História Intelectual, por um longo tempo elas certamente figurariam, na concorrência com os grandes nomes de intelectuais, como sujeitos “resgatados” do esquecimento, como indivíduos excepcionais, anômalos, que, por conta do seu sexo, não caberiam em outro grupo a não ser o grupo intermediário de intelectuais, incomparável, em produção e em originalidade, às grandes obras fruto da genialidade dos grandes intelectuais.

Longe de aqui se impor qualquer fagulha de ressentimento, o que se verifica é uma tendência, por inúmeras vezes repetida, de interpretar o papel exercido pelas mulheres intelectuais, através dos séculos, por meio de uma visão hegemônica. Essa veia de análise, quando utilizada, costuma eleger a feminilidade normativa como uma essência natural da mulher, classificando como transgressora toda e qualquer atividade que escape às regras impostas pela estrutura social patriarcal. Essa interpretação, no entanto, não encontra correspondência com o modo como muitas mulheres, no passado, assumiam a sua posição como sujeitos detentores

⁷⁴ SIRINELLI, 1996.

⁷⁵ Idem. p. 242.

de um discurso público. De acordo com o que assesta Bonnie Smith, nem a história tinha claramente um gênero, em princípios do século XIX, “nem as mulheres intelectuais situavam-se de maneira plena como parte do universo feminino”. Como mulheres, continua, elas estavam além do círculo de cidadania, mas como intelectuais “elas próprias excluía-se ou afastavam-se das definições de feminilidade”.⁷⁶ Diante dessa constatação, pode-se até conjecturar que tal afastamento tenha decorrido de uma estratégia das intelectuais para circular com menores entraves por entre a comunidade intelectual masculina, o que não anula a possibilidade desse alheamento ter se dado de forma menos voluntariosa, como uma consequência direta do confronto que essas mulheres travaram, por meio do seu trabalho intelectual, com os padrões e as leis que regiam essa feminilidade normativa. De qualquer modo, é preciso superar essa perspectiva, e uma das saídas é abordar os “casos isolados” não como exceções, mas como a parte visível de um *iceberg*, refletindo, então, criticamente quanto as condições sociais que produziram mulheres excepcionais.⁷⁷

Na esperança de que a discussão feita até aqui tenha adquirido o mínimo de suficiência para ajudar a localizar as mulheres num quadro já previamente definido acerca do conceito de intelectual, basta, para fins de uma aproximação mais zelosa com o objeto, identificar o “campo” em que se articulava a intelectualidade feminina capixaba.

No caso do Espírito Santo, o “pequeno mundo” intelectual feminino, como um grupo mais ou menos coeso, só encontrou condições efetivas de se forjar, no decorrer da década de 1920. Essa previsibilidade temporal, que não abrange os anos finais do século XIX nem a primeira década do século XX, se apoia na descrição fornecida por Sirinelli sobre o modo como a engrenagem de organização dos intelectuais opera no meio social. Segundo seu raciocínio:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.⁷⁸

Ao falar em “sociabilidade”, o autor se refere, exclusivamente, aos laços que unem o núcleo de intelectuais como um espaço que, mapeado, se reveste de um duplo sentido. Aquele contido na ideia de rede, que são estruturas organizacionais dessa sociabilidade, e aquele que,

⁷⁶ SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 115.

⁷⁷ VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. In. *Cadernos Pagu*, v. 13, 1999, p. 223-251.

⁷⁸ SIRINELLI, 1996. p. 248.

para além de um espaço “geográfico”, atribui sentido às relações “afetivas”, que determinam os grupos de afinidades. Afirmar, portanto, que o grupo da intelectualidade feminina capixaba surgiu no entremear da década de 1920, e não anteriormente, respeita a proposição de Sirinelli quanto à ideia de que, para se formar certo conjunto de intelectuais na paisagem ideológica de qualquer período histórico, é necessário a existência de lugares sociais que possibilitem a fermentação e a circulação de ideias. Salões, cafés, academias, escolas, revistas são lugares de aprendizagem e trocas intelectuais.

Considerando que, em Vitória, algumas dessas redes de sociabilidade só surgiram, ou só passaram a interferir no meio intelectual capixaba, nas vésperas ou nos primórdios do século XX, não é de se espantar que as mulheres intelectuais tenham sido mantidas fora desses espaços institucionalizados por longas temporadas. Não obstante, ainda no século XIX, o microcosmo intelectual feminino tenha encontrado ocasião de se desenvolver, com a abertura da primeira escola secundária para as mulheres,⁷⁹ foi somente ao longo dos anos 1920 e 1930 que elas puderam se articular como um grupo pertencente a uma matriz comum de proliferação e circulação de ideias, ainda que formado por elementos heterogêneos.

Nesse período, duas estruturas de sociabilidade concentraram a nata da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, o Colégio do Carmo e a revista *Vida Capixaba*. O primeiro, de certa forma, serviu ao segundo, no sentido de que esse foi o berço de formação da maioria das mulheres intelectuais que, na juventude e na fase adulta, imprimiram a sua colaboração no ambiente literário e cultural promovido pela revista. Como *locus* privilegiado do despertar intelectual e político de uma parcela significativa das mulheres capixabas, esses dois sítios de agrupamento e fermentação das ideias femininas, ajudaram a fundar uma categoria que, até a

⁷⁹ O Colégio Nossa Senhora da Penha, também conhecido como Escola Normal, foi a primeira instituição de ensino secundário fundada para atender, exclusivamente, a demanda feminina por educação. Em 1878, formou a primeira turma de normalistas, que iria atuar no ensino primário das escolas locais. A abertura desse colégio representou para as jovens estudantes não só uma oportunidade de seguir adiante numa profissão, mas inaugurou ainda um espaço de encontro cotidiano que ajudava a forjar esses laços de sociabilidade que fortalecem o nascimento de novas veias intelectuais. Tanto no seio do professorado, quanto no corpo estudantil, emergiram nomes que se notabilizaram no ofício das artes e da cultura letrada capixaba. O Colégio Nossa Senhora da Penha foi, num primeiro momento, a primeira instituição que acomodou um contingente de mulheres intelectuais que se empenhava em diversos tipos de atividades, inclusive expandindo sua atuação até os trabalhos jornalísticos da imprensa. Neste século XIX, tornou-se notável o papel intelectual de mulheres como Adelina Lírio, Otávia Molulo, Candida Pessanha Póvoa, Elisa de Araripe Paiva e outras, todas professoras da Escola Normal, pioneiras na instauração de uma presença mais visível e assídua de mulheres em atividades de reconhecido valor intelectual. As precursoras da intelectualidade feminina capixaba, contudo, não puderam se alinhar enquanto um grupo estável e relativamente harmônico como a geração que germinou durante a década de 1920, na cidade de Vitória. Para uma análise mais pontual sobre o Colégio Nossa Senhora da Penha, consultar FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

década de 1920, se encontrava dispersa. E, como qualquer outro grupo reunido voluntária ou espontaneamente, nesse período de agitação política e renovação dos paradigmas modernos, o pequeno mundo da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, também possuía suas referências ideológicas, que funcionavam ora como valores fluidos, ora como modelos permanentes, ainda que oscilantes, de se pensar o mundo.

O rastreamento de algumas dessas tendências pode ser obtido por meio do próprio mapeamento das orientações ideológicas que marcaram tanto o projeto de educação dirigido pelo Colégio do Carmo,⁸⁰ quanto o projeto de ascensão de uma sociedade moderna levado a cabo pela revista *Vida Capixaba*. Obviamente que, na confluência dessas duas perspectivas, nem sempre prevalecia, no posicionamento político-intelectual assumido pelas capixabas, o ideário hegemônico, já que, muito frequentemente, elas reelaboravam as ideologias dominantes de maneira a redirecioná-las em favor de seus próprios interesses. Todavia, alguns valores desempenharam importância fundamental na produção intelectual das mulheres capixabas. Os que mais ecoaram em sua linguagem foram os valores católicos, inscritos na proposta educacional do Colégio do Carmo, e a doutrina positivista, presente na orientação político-filosófica adotada pelo corpo editorial da *Vida Capixaba*.

A propósito, essas eram posições ideológicas difundidas com grande aceitação por quase toda a comunidade política e intelectual capixaba. Homens e mulheres da elite estavam irremediavelmente situados na mira de influência dessas concepções. Além disso, os intelectuais, dentro dos limites da sociedade local, pertenciam, ou detinham laços de amizade e parentesco, com a oligarquia rural, que, em aliança com a Igreja Católica, conseguia, sem muitos conflitos, internalizar os seus valores morais nos costumes e na mentalidade da sociedade espírito-santense. Desse modo, o catolicismo, no contexto capixaba, entoava o discurso religioso de maneira conciliatória à crença comtiana balizada no progresso, de modo a promover uma antiga, porém reatualizada linguagem moral e política de justificação do poder entre as classes dirigentes, sem contar que esses valores serviam, na mesma medida, para desobstruir o projeto de intervenção dos intelectuais na recriação da identidade capixaba.

⁸⁰ Em 1901, na cidade de Vitória, começou a funcionar o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sob a direção de um grupo de religiosas ligadas a filosofia vicentina, conhecidas como “filhas de São Vicente de Paulo”. Popularmente chamado Colégio do Carmo, esse estabelecimento de ensino, após ter sido equiparado à Escola Normal, em 1909, adotou como um de seus propósitos formar a mão-de-obra feminina para atuar no magistério local. Praticamente todas as mulheres que pertenceram ao quadro da intelectualidade feminina capixaba, na década de 1920 e 1930, estudaram nessa instituição. De acordo com Franco, a proposta educacional desse Colégio, assim como ocorria em outras escolas religiosas femininas, era a de modelar “o caráter das alunas nos preceitos e valores morais católicos para que fossem reproduzidos em futuras famílias”. Outras informações podem ser encontradas em FRANCO, 2001. p. 235-237.

No caso dos discursos produzidos pelas mulheres intelectuais, todos esses valores apareciam, não raro, conjugados à ideologia feminista, característica que auxilia uma identificação mais precisa do papel exercido por elas enquanto intelectuais engajadas numa causa específica. Logo, a moral católica e o ideário positivista foram adotados, além de tudo, de forma estratégica, de modo a sustentar, dentro de um ambiente conservador, os argumentos acerca da conquista da emancipação política e social das mulheres.

Apesar do positivismo se opor aos dogmas católicos em muitos sentidos, ao tratar da questão moral eles apresentavam vários pontos de convergência, principalmente no que se referia ao papel da mulher na sociedade. Assim como a doutrina positivista, os representantes da Igreja Católica mantinham sérias reservas com relação à ideia de emancipação das mulheres. Discordavam não só da sua emancipação filosófica, porque as levaria a viver conforme a sua vontade, como também se sentiam contrariados ante a espécie de reivindicação feminina relativa à emancipação social e econômica, as quais prejudicariam os seus afazeres principais, expondo-as à vida pública. Para os católicos, e não menos para os adeptos do positivismo, “a emancipação feminina era altamente prejudicial, pois trazia em seu cerne a corrupção da guardiã da moral e a dissolução do lar”.⁸¹

É demasiado constatar o fato de que esses foram argumentos amplamente utilizados pela ala antifeminista, mas talvez não seja excessivo concluir que muitas feministas lançaram mão dessas mesmas prerrogativas para persuadir os homens do seu potencial como colaboradoras da moral e do progresso. Algumas dessas fórmulas apelativas foram extremamente eficientes para ampliar a base de apoio do feminismo, ainda que, por outro lado, e em determinadas situações, esses argumentos tenham servido apenas para reforçar a tradição, sem alterar significativamente as relações de gênero.

Todo o contexto ideológico que cercou as condições de produção das mulheres no ambiente intelectual capixaba – tenha esse intelecto sido fecundado dentro de uma instituição de ensino ou amadurecido no diálogo com a imprensa – não teria produzido, de qualquer forma, nenhuma interferência no modo isolado com que as mulheres, no Espírito Santo, praticavam sua intelectualidade sem as mudanças operadas nas normas de gênero. De tal modo que, à medida que avançava a década de 1920, e as deficiências culturais, econômicas e políticas das mulheres se tornavam surpreendentemente mais claras aos olhos dessa parcela submetida da

⁸¹ ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 46.

população, menos condescendentes e mais transgressoras as mulheres intelectuais se tornavam.

Certamente, as revisões nas regras referentes ao gênero na sociedade ocidental proporcionaram um melhor encadeamento ao trabalho das mulheres intelectuais. Tanto que, entre as espírito-santenses, essas redefinições legitimaram a autoridade feminina na prática intelectual, em que os próprios homens, jornalistas, literatos, correspondentes do núcleo masculino da intelectualidade local, ajudaram a fortalecer, por meio da divulgação, o grupo das mulheres intelectuais capixabas.

Assim, em 1927, lia-se, num importante jornal capixaba, um artigo escrito por João Calazans que apresentava “A Atual Intelectualidade Feminina Capixaba” como um grupo seletivo e extraordinário que não possuía mais de sete ou oito representantes atuando no domínio das letras. O artigo chamava a atenção, especialmente, para os reveses que essas mulheres tiveram que enfrentar para se afirmarem enquanto poetisas e escritoras, sobretudo, em sua terra natal, tendo muitas delas seguido caminhos alternativos, fora do Estado, para perseverarem no ofício.⁸² No ano seguinte, em 1928, publicava-se na revista *Vida Capixaba*, uma página inteiramente dedicada a esse grupo, intitulada “Honra ao merito – Intelectualidade Feminina Espírito-Santense”, numa disposição gráfica ornamentada com flores e fotografias das seis homenageadas, distinguidas por prenome, sobrenome e estado civil, se senhoras ou senhoritas, Guilly Furtado Bandeira, Ilza Etienne Dessaune, Carolina Pickler, Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagiba e Maria Stella de Novaes.⁸³

Somados ao grupo citado, outros nomes figuraram em nota anterior, publicada na mesma revista, em 1927, como Consuelo Salgueiro, Geny Grijó, Maria Magdalena, Indá Soares e Odette Furtado, que constavam igualmente como representantes da intelectualidade feminina, em Vitória, sendo algumas colaboradoras mais assíduas e outras intermitentes da revista *Vida Capixaba*. Além dessas, em estudo feito pelo pesquisador Francisco Aurélio Ribeiro sobre a literatura feminina capixaba, adiciona-se, ainda, referências a outras intelectuais atuantes como escritoras e poetisas, tais como Lydia Besouchet, Judith Castelo Leão, Virgínia Gasparini, Ida Vervloet Finamore, Sílvia Meireles da Silva Santos e Júlia Lacourt Pena.⁸⁴

⁸² NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Edufes, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

⁸³ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 110, 2 de fevereiro de 1928.

⁸⁴ RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Literatura feminina capixaba (1920-1950)*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras / Centro de Ensino Superior de Vitória, 2003.

Esse elenco certamente contava com outros nomes, talvez menos consagrados, contudo altamente significativos para a compreensão do espaço intelectual ocupado pelas mulheres, durante a década de 1920. Porém, independente dos números, o que os registros proporcionam, além da possibilidade de constatar o conjunto crescente de referências, na imprensa, a respeito da qualidade intelectual da mulher, é uma delimitação mais precisa de qual grupo social a presente pesquisa deseja atingir. É o grupo que se encontra em “transição entre os dois mundos, [do] machista e conservador... [para] o feminista e moderno”.⁸⁵

Tal ponto de vista, além de favorecer e embasar os propósitos deste trabalho ajuda a elaborar uma série de reflexões que perpassam o lugar ocupado pelas intelectuais no cenário urbano vitoriense, permitindo pensá-las não só como personagens que figuraram periodicamente nas páginas das revistas, mas como produtoras assíduas de discursos construídos num momento histórico específico, localizado no interstício entre um projeto de mundo ocidental moderno e civilizado e uma realidade brasileira e regional ainda calcada em estruturas e princípios conservadores.

Auxilia também, e antes de tudo, a operar com a noção de que, para elas, atuar nesse espaço de transição significava mover-se por meio de atitudes e posicionamentos conflitantes, produzidos no limiar dos papéis tradicionais femininos frente aos papéis alternativos oferecidos pelo modelo da *mulher moderna* que, de um modo geral, opôs-se à versão frágil e intimista da mulher “toda dedicação”, inteiramente doméstica. Oscilando por essas duas variáveis, as intelectuais capixabas, enquanto educadoras, artistas e escritoras inscritas no circuito feminista de ideias e práticas, devem ser interpretadas por meio desses paradoxos de difícil dissolução, gerados pela internalização de um discurso dominante em frequente confronto com as propostas liberais e libertárias quanto aos direitos femininos, das quais tinham acesso e sobre as quais debatiam.

O espaço de interseção, embora imbuído de contrassensos e conflitos, foi igualmente decisivo no sentido de propiciar às mulheres capixabas desinstalarem-se, mesmo que lenta e cuidadosamente, do rígido sistema patriarcalista de relações sociais que cingia e obstruía, especialmente, as mulheres das camadas mais abastadas da população espírito-santense. Incluídas num contexto menos restrito e provinciano, latente na década de 1920 e 1930, essas mulheres puderam se deslocar ocupando espaços antes inimagináveis, dando vez a ambições frustradas no ideal de clausura e recato, enfraquecido na medida em que avançava, no início

⁸⁵ RIBEIRO, 2003, p. 53.

do século XX, um novo ideal de comportamento feminino, harmonizado com a experiência moderna e com a remodelação urbana, o qual as autorizava a exibirem posturas muito mais independentes, desenvoltas e determinadas, numa atitude desafiadora aos valores e às concepções arcaicas.

Houve, com isso, o desencadear de um processo inteiramente inédito, difundido e fortalecido em diferentes planos da vida pública (no ensino, no mercado de trabalho, na imprensa etc.) e por meio do qual a mulher ascendia como protagonista de primeira grandeza, beneficiada pela ampliação de seu ativismo social, responsável por sua transmutação como peça-chave da nova configuração sócio-urbana.

Nesse momento, as mulheres passaram a ser abordadas como alvos prediletos de campanhas médicas, pedagógicas, civilizatórias, moralistas e publicitárias, as quais acentuavam tanto “a urgência de controlar as mulheres e moldar a família como pilar da estabilidade social”, quanto alarmavam a propósito do perigo da maior liberdade feminina. Estabelecia-se aí um verdadeiro cabo de guerra entre o desejo de ver mantido, em substância, o comportamento adequado a uma moral cristã-conservadora e a adesão conquistada, a cada dia, pelas imagens da mulher independente e da melindrosa sensual.⁸⁶

A proliferação desses discursos normatizadores demonstrava a necessidade de erigir estratégias de controle articuladas e legitimadas por falas científicas de médicos, intelectuais e homens de Estado, empenhados em amenizar as ambiguidades inerentes ao processo de modernização e de remodelação das relações de gênero, principalmente no que tange ao comportamento desinibido e pretensioso das mulheres da geração de 1920 e 1930, que não hesitavam em reclamar e, conseqüentemente, ocupar os espaços abertos pela nova ordem política, social e econômica. Assim, experimentavam as mulheres capixabas, em conformidade com as mulheres de outras regiões do país, as possibilidades antagônicas oferecidas nesse período. O desafio era o de corresponder ao protótipo da *nova mulher* sem abandonar os “deveres naturais” supostamente inerentes à condição feminina.

A tensão permanente em que viviam incluía, além disso, a suposta incompatibilidade entre os papéis tradicionalmente atribuídos à mulher – como a devoção materna, o casamento e as obrigações domésticas – e a opção por seguir uma carreira literária, antagonismo que se encontra sem muita dificuldade nos testemunhos impressos da época, como o comentário feito

⁸⁶ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 10.

em nota póstuma à poetisa Maria Antonieta Tatagiba, em 1928, o qual dizia que “sem prejuízo de sua brilhante vocação artística, também foi uma boa esposa e excelente mãe de família”,⁸⁷ o que demonstra não só o caráter excepcional da ocupação dessas mulheres enquanto escritoras, poetisas, romancistas etc., mas o imediato divórcio estabelecido entre uma atividade e outra, como se fosse extremamente incomum coordená-las, ou censurável que a primeira “vocação” prosperasse em detrimento da segunda.

Em contato com esses embates, as intelectuais capixabas acumularam experiências, instituíram lugares de memória e tornaram-se visíveis no cotidiano e no conjunto da vida social espírito-santense. Elas experimentaram uma existência particular reforçada pela forma mais evidente com que as contradições da modernidade nelas se manifestavam, repercutindo nas reações manuscritas os anseios que as preenchiam enquanto sujeitos históricos.

Essas mulheres, no entanto, não eram personagens cultas intocáveis e isoladas do restante da comunidade social. Na superfície de uma atuação mais independente e erudita, elas figuravam nas colunas de mundanidades, eram elogiadas pela beleza, pelo vestuário sofisticado, pela atitude polida, pelo bom gosto artístico e estético, perfeitas representantes que eram das camadas médias e altas da sociedade, ligadas tanto aos setores do comércio-exportador e da burocracia, quanto ao grupo de profissionais liberais. Eram frequentadoras, portanto, das casas de luxo, dos cafés, dos cinemas, dos teatros, dos restaurantes, dos parques, dos clubes, dos chás-dançantes, dos jantares, dos bailes, das conferências, enfim, de todos os redutos compartilhados pelas elites urbanas ascendentes. Sua distinção, diante do conjunto de mulheres que repartiam com elas os mesmos ambientes sociais, dava-se por meio de uma notoriedade adquirida pelo talento nas artes e na produção intelectual. Portanto, se correspondiam, por um lado, às normas e aos papéis prescritos pelo sistema de gênero, por outro, improvisavam novas funções, conquistadas à custa de tensões e disputas, conflitos que excediam aos jogos de significação e às estratégias discursivas para interferirem diretamente nas suas práticas cotidianas.

É, portanto, neste intervalo, que os espaços de sociabilidade ganham relevância na análise, considerando que assumiram a função de intensificar a dinâmica de reatualização do modo de vida feminino no interior da sociedade vitoriense dos anos 1920 e 1930. Foi a partir da construção dos novos ambientes de lazer, do surgimento de novos meios de comunicação, da ampliação de novas esferas de atuação e improvisação femininas que as mulheres intelectuais

⁸⁷ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 117, 22 de março de 1928.

capixabas puderam articular suas ideias, expressando-as como reflexos das transformações sócio-econômicas ocorridas de forma ampla no cenário brasileiro, em consequência dos programas de modernização da estrutura urbana e dos costumes sociais. Nesse contexto, elas estavam deixando de atuar somente nos espaços prescritos para influir nos espaços conquistados.⁸⁸

Os espaços de sociabilidade

Vitória, desde o período em que era capital da província do Espírito Santo, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, apresentava um ambiente bastante propício para o adensamento das redes de sociabilidade. Com uma população de pouco mais de 13.000 habitantes, a Vila da Vitória, no ano de 1856, hospedava cerca de 9.436 indivíduos livres e 2.533 cativos, os quais interagiam entre si e frequentavam, em determinadas ocasiões, os mesmos espaços sociais, seja nas igrejas e irmandades, nas ruas e ladeiras ou no comércio.⁸⁹ Considerando com maior retidão a população livre, essa se agrupava em ricos e em pobres, os quais não possuíam outra espécie de distinção além do cobre que acumulavam, já que a sociedade capixaba não tinha se complexificado a ponto de incorporar gestos, gostos, objetos e linguagens que se concentrassem na visibilidade das diferenças de classe, como ocorreu no percurso do século XIX para o XX.

Crendo existir em Vitória uma diferenciação e uma estratificação social tão ou mais fraca quanto a percebida na capital do Império, concorda-se que, para se pensar nos espaços e na tessitura das sociabilidades capixabas, seja necessário traçar um paralelo com a conjuntura descrita por Maria Ângela D’Incao,⁹⁰ quando afirmou que a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, era habitada “por uma população homogênea: [onde] pessoas ricas pareciam não se distinguir, pela maneira de viver, de outras mais pobres”. Essa afirmação possibilita inferir

⁸⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. In: *Revista de História* (nova série), São Paulo, nº 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

⁸⁹ BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

⁹⁰ D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: Priore, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 224.

que, na verdade, tal situação não caracterizava regra à exceção, mas constituía-se como própria dos cenários urbanos brasileiros do século XIX, até, pelo menos, o momento em que as atividades econômicas tornaram-se vultosas e umbilicais aos arredores citadinos, fato que possibilitou às cidades se desvencilharem da função de apêndices das regiões rurais.

No caso de Vitória, havia, como constatou Enaile Carvalho,⁹¹ além do reflexo de um *modus vivendi* caracteristicamente rural dentro de uma área de feições espaçadamente urbanas, uma certa imprecisão em distinguir, no território do município, o que era meio urbano e o que era meio rural, no século XIX, estando essas faixas posicionadas, muitas vezes, de maneira contígua, com a presença de sítios e de roças nos limites geográficos da Capital. A imbricação e a dependência entre o campo e a cidade eram tamanhas que a mesma autora certifica que, grande parte dos proprietários de bens da Vila da Vitória era vinculada aos setores agrícolas, sendo comum um dono de terras aí “manter patrimônios e formas de rendas, como casas de aluguel, comércio de secos e molhados, embarcações, dinheiro a juros, escravos de ganho, botica, entre outros”.⁹² Na primeira metade do século XX, o panorama era outro e essa relação deixa de ser notada com tanta clareza, posto que os contornos urbanos de Vitória, na década de 1920, passaram não somente a distinguir, mas a incluir em suas fronteiras parte das fazendas e propriedades rurais alinhadas, agora, à construção de estradas e de pavimentos.

O que é passível de destaque, fixando-se um pouco mais nas últimas décadas do século XIX, é a existência de práticas de sociabilidade mais dinâmicas nos locais de maior concentração populacional – como o era a freguesia de Vitória –, as quais surgiram paralelamente à criação de vários circuitos de convivência auxiliáveis na ordenação das relações sociais. É possível, mesmo dotado de informações fragmentadas, apresentar um breve painel desses espaços de sociabilidade correspondentes aos cinquenta anos que antecederam a virada do século, o qual surge atestado por citações acerca das atividades, manifestações, festejos e pontos de entretenimento disponíveis na capital. Esses espaços são importantes tanto para minimizar os efeitos de uma imagem estanque da sociedade capixaba, quanto para servir como termo de referência para a análise do processo de expansão, requinte e complexificação da

⁹¹ CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

⁹² Idem. p. 73.

sociabilidade vitoriense, nos idos dos anos 1920-30, quando, no auge das iniciativas governamentais, encontrava-se arraigada a ideia de reformar para *civilizar*.⁹³

Aludindo ao fato de que, no Brasil de 1800, o domínio público pouco se distinguia dos espaços privados, estando ambos mesclados na mesma coloração da malha social, deve-se considerar o quanto as relações vicinais faziam-se imprescindíveis e determinantes, nesse período, para formar aquilo que Richard Sennet⁹⁴ nomeou de sociedade molecular, ou seja, núcleo onde o “domínio próximo ao eu não era considerado como o reino da expressão da personalidade única ou distintiva... [mas como] meio de ‘afinidades’ naturais, universais e humanas”,⁹⁵ responsáveis pela criação de uma unidade funcional baseada na indivisibilidade entre o público e o privado e na ausência de imagens e experiências concorrentes da vida pública e da vida íntima. Ao se observar a sociedade vitoriense do século XIX à luz dessa concepção, vê-se que os habitantes da Vila mantinham um modo de convivência pautado nessa mesma falta de contraste observada por Sennet na arquitetura das relações sociais europeias do século XVIII. Segundo Fabíola Bastos, os moradores de Vitória só experimentaram o processo de privatização do lar e de institucionalização da intimidade adentrando o século XX, até esse momento

As pessoas ainda viviam suas vidas deixando-se invadir pela brisa da rua e dos olhares de outros, [quando] não se reconhecia a necessidade de manter as portas e as janelas fechadas, ao passo que a rotina familiar doméstica era acompanhada de pedestres e pela vizinhança. (...) [Logo] os problemas vivenciados no lar resolviam-se *portas adentro e portas a fora*.⁹⁶

Todo esse vislumbre de cotidiano, que se apresenta sob uma aparência bastante rústica e pouco requintada, congregava, na verdade, um intenso relacionamento entre os cidadãos, relacionamento que transbordava pelos vários espaços sociáveis instituídos de forma permanente ou periódica pelos contornos da Vila da Vitória. Pode-se citar, dentre esses, a função social dos próprios estabelecimentos comerciais da região, verdadeiros locais de encontro dos habitantes da capital capixaba. Com poucas casas especializadas e muitos

⁹³ O verbo *civiliser*, do qual derivou o conceito de *civilisation*, é expressão que abarca em seu sentido praticamente a mesma definição concedida à sua evolução literária, ou seja, o conceito de *civilização*, assim como o de *civilizar*, abarca a ideia, cunhado por Mirabeau, na década de 1760, e estudada por Norbert Elias mais de duzentos anos depois, como produção inconfundível da sociedade de corte, ocupada na “suavização das maneiras, na urbanidade, [na] polidez, e [na] difusão do conhecimento, de tal modo que [neste se] inclua o decoro” (Elias, 1994: p. 54). Para aprofundamento do tema, ler: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁹⁴ SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. SP: Cia. das Letras, 1998.

⁹⁵ Idem. p. 117.

⁹⁶ BASTOS, 2009. p. 20.

armazéns de produtos variados, personagens de camadas distintas da população por eles se esbarravam com frequência, inclusive as mulheres que, por ordem de sobrevivência, não podiam isentar-se das funções que exigiam o circular no reduto público. Dessa feita, a convivência entre atores sociais e o estreitamento dos laços de vizinhança “tomavam forma também nos espaços de comércio, em torno do consumo de alimentos, guloseimas, provas de vestidos e paletós e de bebidas espirituosas”.⁹⁷

Outras ocasiões, no entanto, se intercalavam na condução de uma vida urbana mais ativa em Vitória, como, por exemplo, as constantes festas organizadas em função de uma série de comemorações de caráter religioso e profano. As celebrações religiosas, promovidas tanto pela Igreja Católica quanto pelas irmandades, eram as que reuniam o maior número de pessoas e as que concentravam os maiores esforços dos fiéis. Era muito comum a mobilização da vizinhança, nas épocas de festas de santos católicos, para “limpar a parte externa das casas e pintar os muros”,⁹⁸ ornamentando as fachadas para aguardar o cortejo das procissões.

Embora a cultura a fertilizar as relações sociais, na cidade de Vitória, até fins do século XIX, fosse primordialmente católica, favorecendo a eleição dos acontecimentos religiosos como os mais aguardados e festejados da região, não há como ignorar a influência das festividades profanas na fermentação da sociabilidade capixaba. Assim, as celebrações carnavalescas, como uma dentre as comemorações, enchiam as ruas e abundavam os salões de foliões mascarados, que acompanhavam as bandas de música e movimentavam a venda de bebidas e quitutes, além de aquecerem o comércio de sortimentos, com a compra de fantasias e de enfeites.⁹⁹

Com base em rica documentação e interessada em construir uma história das formas de convívio latentes no município de Vitória, na década de 1850 e 1870, Fabíola Bastos¹⁰⁰ atenta para o número volumoso de eventos que se sucederam na agenda dos capixabas no período de duas décadas. De acordo com sua análise, não houve, na segunda metade do século XIX, “um final de semana sequer sem que tivesse havido [alguma programação festiva], tal como vésperas de santos, novenas, feiras para angariar recursos, procissões, bailes, enfim, episódios que movimentavam a vida” da comunidade urbana da província. Tal afirmativa torna-se

⁹⁷ BASTOS, 2009. p. 62.

⁹⁸ Idem. p. 84.

⁹⁹ O carnaval, não se deve deixar de mencionar, permaneceu como motivo de agrupamento nos decênios que inauguraram o século XX, e seus efeitos ecoavam, nas páginas da imprensa, por semanas após o fim dos folguedos.

¹⁰⁰ BASTOS, 2009.

relevante à medida que sugere a existência de um quadro social bastante intenso e culturalmente rico no interior da sociedade vitoriense do século XIX, a qual ofertava, além das festas religiosas e seculares, opções diárias de lazer, encontradas nas casas de jogos, nas salas de espetáculos e nos cafés, que não devem ser entendidos como recintos similares àqueles que ocuparam as avenidas reformadas do século XX, mais sofisticados e com nítidas intenções da clientela que desejava atrair, não tardando muito a se tornarem uma das primeiras alternativas abertas à convivência feminina durante o processo de urbanização.

O que é certo, no entanto, é que os arranjos interativos no ambiente vitoriense, vigentes na segunda metade do século XIX, forneceram a sustentabilidade necessária para que novos espaços e novas relações sociais pudessem despontar no contexto da Vitória moderna, providenciando a dilatação e a multiplicação das áreas de lazer acessíveis especialmente às mulheres, que viram ampliar, no mesmo ritmo, os limites de seus ideais e de suas aspirações. Essas mudanças afetaram, sobretudo, o grau de eminência alcançado pelas intelectuais da geração de 1920 e 1930 em comparação às artistas e às literatas que cultivaram a mesma carreira nas décadas anteriores, pois se a atuação das primeiras excedeu em visibilidade e ousadia o desempenho de suas antecessoras, foi menos pelas escalas de talento do que pela descentralização das sociabilidades femininas, extensivas agora para além dos muros domésticos, cobrindo todos os acontecimentos da vida social, bem como o centro de toda a movimentação pública.

Para se ter uma ideia do quanto os espaços de sociabilidade local se ampliaram e aprimoraram-se com a chegada do século XX, é válido observar as colunas de mundanidades publicadas na revista *Vida Capixaba* durante os anos que abrangem esta pesquisa. Duas delas tecem uma moldura bastante interessante dos comportamentos, acontecimentos sociais, espaços de convívio e vida cotidiana da cidade de Vitória. A primeira, *Feminae*, era assinada por “Flor de Sombra”, pseudônimo de Ilza Etienne Dessaune, uma das representantes da intelectualidade capixaba, que se ocupava de descrever, nessa seção, as modas e os modos adequados para circular na alta sociedade, tingindo de elogios os nomes que se apresentavam em finos trajés nos salões; já a segunda, *Alfinetadas*, narrava acontecimentos triviais, como namoros, *flirts*, passeios e viagens dos filhos e filhas da elite.

Na concorrência por elevar os princípios de distinção, as colunas sociais, como a *Feminae*, responsáveis por dar relevo às iniciativas de progresso e por glorificar o bom gosto e exortar a falta de elegância, alinhavam-se aos projetos de modernização do aspecto físico e

comportamental da cidade e de seus habitantes. O propósito era o de insuflar nos protagonistas urbanos o desejo de serem modernos, de acompanhar, valorizar, frequentar e consumir essa ideia, a qual passa “a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas, principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade”.¹⁰¹ Em 1927, por exemplo, como anteriormente foi mencionado, ocorreu a inauguração do Teatro Carlos Gomes, e a novidade não cessou de ser elogiada na revista *Vida Capixaba*, reforçando o ímpeto de sua imponente construção para o benefício cultural e social da cidade de Vitória, como comenta “Flor de Sombra”:

A inauguração do bello theatro “Carlos Gomes”, da firma Carloni & Nicoletti, constituiu também um grande acontecimento mundano. A linda e confortavel sala marfim e ouro com o tecto decorado em estylo florentino, esteve repleta da nossa mais fina sociedade, que ali foi prestar seu apoio á bella iniciativa. (...). / Nossas felicitações aos srs. Carloni & Nicoletti, cujo empreendimento tanto vem concorrer para o desenvolvimento do meio artistico de nossa terra (...), que possúe, afinal, uma casa de espectaculos digna da sua cultura e distincção.¹⁰²

Quanto mais a sociedade capixaba se rebuscava, mais os ambientes de requinte eram estimados, na medida em que passaram a ser requisitados, a cada vez, com mais intensidade. E o “Carlos Gomes”, na década de 1920, simbolizava o marco de uma criação estética e sócio-cultural totalmente condizente com o projeto de modernização à europeia e, em termos de entretenimento, luzia como um dos locais mais sofisticados de encontro da nata vitorienense.

Antes de esse projeto ter abandonado as planilhas para ganhar dimensões concretas, outros pontos de encontro cooptavam a sociedade capixaba, dentre os quais o cinema. Figurando como uma das atrações mais populares da cidade, as casas representantes dessa modalidade de recreação começaram a surgir, em Vitória, no ano de 1907, com a instalação do primeiro estabelecimento dedicado exclusivamente à projeção de filmes, chamado Éden Cinema, o qual compartilhava o mesmo espaço ocupado pelo Éden Parque, de 1905, local para onde confluíam pessoas interessadas em jogos, bebidas, música e política, com o adendo de que sua freguesia era primordialmente masculina. As casas de projeção que lhe sucederam espalharam-se pelas áreas mais movimentadas da capital, como a Praça Oito, a Avenida Jerônimo Monteiro, o Parque Moscoso e a Praça Costa Pereira, que tiveram em suas proximidades os respectivos cinematógrafos: cine Rio Branco; cine Central, aberto em 1921;

¹⁰¹ HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos A. M. “O imaginário moderno no Brasil”. In. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. RJ: Rocco, 1994. p. 14.

¹⁰² Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 84, 15 de janeiro de 1927.

Politeama, concluído em 1926 e cine-teatro Glória, inaugurado em 1932, com capacidade para 1.500 lugares.¹⁰³

As opções de entretenimento e os espaços de sociabilidade, em Vitória, incluíam não só os ambientes fechados dos teatros, cinemas, clubes, escolas, cafés e restaurantes, mas se estendiam pelas praças públicas, pelas avenidas e ruas, pelas praias e parques, numa verdadeira efusão de encontros matinais e noturnos. Renato Pacheco¹⁰⁴ já reconhecia que os pontos nodais da cidade, em 1930, eram aqueles pertencentes à esfera pública, enquanto local de passagem e de agrupamento, de passeio e de trabalho, para onde afluíam pessoas que se dispunham do espaço das ruas com diferentes objetivos. As praças e os parques, de fato, eram os lugares mais concorridos, e para os quais se destinavam funcionários do comércio e das repartições, colegiais, vendedores ambulantes, aposentados e desocupados. O *footing*, encontro de rapazes e moças no passeio, também era prática muito difundida.

A área litorânea era igualmente frequentada como opção de lazer, onde ocorriam as regatas domingueiras e os banhos de mar. Antes mesmo das salas de projeção cinematográfica terem sido instaladas em Vitória, “um grupo de homens influentes resolveu fundar um clube de regatas”, o Clube de Regatas Álvares Cabral, onde se desenvolviam várias atividades de desporto. Por conta de desavenças entre os sócios, uma nova associação surgiu ainda no mesmo mês de fundação da anterior, o Clube de Regatas Saldanha da Gama.¹⁰⁵ Esses clubes, além da promoção de muitas festas e reuniões semanais, realizavam competições de barco a velas assistidas pela população. Os banhos de mar, registrados nos instantâneos impressos na revista *Vida Capichaba*, eram, do mesmo modo, convenientes para fortalecer os laços de sociabilidade. A Praia Comprida e a Praia do Canto atraíam a maior parte dos banhistas, que se deslocavam por meio de carros e bondes elétricos disponibilizados nos finais de semana e nas temporadas de veraneio.

¹⁰³ MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: [s.n.], 2008.

¹⁰⁴ PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: Edufes: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

¹⁰⁵ NOVAES, 1968.



Ilustração 2: “Na Praia Comprida”
Fonte: *Vida Capichaba*, n. 93, 1927



Ilustração 3: “Na Praia Comprida”
Fonte: *Vida Capichaba*, n. 93, 1927

A vida social acontecia, além de tudo, nos salões dos clubes e hotéis, ocasião em que a alta sociedade se reunia. O *Club Vitória* e o *Magestic Hotel* possuíam os salões mais conceituados e promoviam os principais eventos destinados ao entretenimento da elite. Maria Stella de Novaes assinalou que, “apesar de existirem alguns clubes recreativos e carnavalescos, numa prova da evolução social do meio, diversas figuras ilustres congregaram-se (...) e fundaram um grêmio de alta distinção, a 16 de junho de 1912”,¹⁰⁶ ela se referia ao Clube Vitória, frequentado pela fina sociedade, localizado no Parque Moscoso, lá se realizavam concertos, conferências, festas beneficentes, colação de grau, festas de debutantes, recitais de declamação, jantares dançantes, numa proporção semelhante aos eventos recepcionados no *Magestic Hotel*:

Que veio preencher uma das maiores lacunas de nossa cidade. Magnificamente installado em luxuoso predio, construido especialmente para esse fim, dispõe de excellentes installações e aposentos modernamente mobiliados (...). O bello salão, caprichosamente ornado a flôres naturaes (...) recebeu grande numero das nossas mais distinctas familias, que se entregaram alegremente ao prazer da dansa, ao som da orchestra Fancini.¹⁰⁷

De onde se pode extrair que esse era um reduto social de acesso privilegiado, frequentado apenas pelos figurantes da alta sociedade, que no feixe instantâneo dessas ocasiões portavam-se, como em nenhum outro momento, como peças decorativas, como artefatos de apreciação, tanto que, mesmo homens e mulheres dotados de reputação intelectual não escapavam à regra da boa aparência e do culto à estética elegante. E é daí que provém grande parte da experiência ocidental moderna, da capacidade dos novos sujeitos sociais de internalizarem hábitos antes estranhos ao seu modo de vida, de se metamorfosearem em arquétipos

¹⁰⁶ NOVAES, 1968. p. 390.

¹⁰⁷ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 79, 30 de outubro de 1926.

externados pela prática adequada de consumo e de potencializarem, através do corpo, os traços característicos da individualidade moderna, que passava a receber acentuada atenção.

Assim, o corpo e toda a forma de aparência que o compunha e o circundava, passou a ser estimado na mesma proporção em que emergiam novas formas de sociabilidade no mundo público, enquanto, de forma não menos sincrônica, a moda participava desse processo abandonando o estatuto de mero enfeite para se confundir com os próprios atributos que um indivíduo pretendia imprimir de si mesmo nas páginas da vida social.¹⁰⁸ Por tal viés de regulação, enfatiza Margareth Rago, as mulheres foram especialmente visadas, sendo as mais atingidas pelo contágio e pela tirania da moda. Segundo analisa,

A aparência e os gestos das burguesas ou das vendedoras ambulantes nos restaurantes, teatros, cinemas, praças e lojas, ou mesmo o das donas-de-casa no lar foram codificados e perscrutados” principalmente pelos cronistas na imprensa, que descreviam “minuciosamente as roupas usadas pelas mulheres... elogiando, criticando, comparando ou selecionando.”¹⁰⁹

E é por meio dessa prática, de simular os desfiles femininos no meio social, adotada também pela revista *Vida Capichaba*, que sobressaem, entre os muitos adjetivos, os vultos das personagens-chave deste trabalho, presentes nos artigos que listavam os nomes das portadoras das mais graciosas e elegantes vestimentas em exposição nos eventos sociais. Desse modo, os nomes Haydée Nicolussi, Lydia Besouchet, Indá Soares, Maria Stella de Novaes e outras aparecem identificados à descrição detalhada de suas respectivas *toilettes*, produzindo nuances combinatórias entre a identidade literária e a identidade mundana dessas mulheres.

Tem-se documentado, por conseguinte – em honra ao belo vestido de noite “rosa pallido, de túnica em *georgette*, formando inúmeras pontas em guarnições de rosinhas, do mesmo crêpe” –, a presença de Haydée Nicolussi na festa oferecida, no Clube Vitória, ao Presidente de Estado, Florentino Avidos, em razão do segundo aniversário de sua administração.¹¹⁰ Sem o qual, por mérito do mesmo feito de registro, não seria possível afirmar que Nicolussi esteve entre os convivas que partilharam a inauguração do Magestic Hotel, vestida em “*georgette* verde musgo, originalmente bordado com lagrimas de crystal”.¹¹¹ Já Lydia Besouchet foi

¹⁰⁸ LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁰⁹ RAGO, Margareth. “Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil”. In. *Cadernos AEL*, São Paulo, n. 3/4, 1995/1996. p. 29.

¹¹⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 70, 15 de junho de 1926.

¹¹¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 79, 30 de outubro de 1926.

“flagrada” entre os *habitués* no chá de primavera oferecido pela diretoria do “Aristocrático do Moscoso”, como era conhecido o Clube Vitória, no mês de outubro de 1927. Sua imagem é retida como se figurasse na página de um dos catálogos da *Casa Verde*: irradiava “em crepe-setim cinza claro, saia em machinhos pospontados nos quadris, blusa com *plastron chemisier* pregueado, e bordados azul marinho”.¹¹²

Se observada com acuidade, a inscrição das mulheres intelectuais nos espaços de sociabilidade de Vitória demonstra que a nova moda no vestir vinha acompanhada da adoção de novas posturas, encorajadas não só pela busca de elegância, como igualmente pelo alcance de uma certa originalidade. E ser original, nos novos tempos, não significava apenas capacitar-se na inovação dos acessórios ou no recorte dos vestidos, para ser singular era preciso destacar-se também pelos recursos mentais – convocava-se a *nova mulher* a assumir uma atitude prática e racional perante as alternativas do mundo moderno. Iniciava-se assim a transfiguração dos estereótipos das “matronas corpulentas e mocinhas frágeis e doentias... [para as mulheres dotadas de] energia, força, delgadez e agilidade”.¹¹³

Como assesta Rago,¹¹⁴ a renúncia ao “modelo de feminilidade fundado na passividade e na abnegação... [em prol dos modelos] da *mulher emancipada*” e da *melindrosa*, coincidiu com a própria expansão e qualificação das atividades femininas em escala urbana, deslocadas agora do miolo doméstico e familiar para o centro dos espaços de sociabilidade e para as áreas profissionais. Esse mote de transição foi o mesmo a impulsionar a revisão e a atualização das funções e papéis sociais exercidos pelas representantes da intelectualidade feminina capixaba, no contexto dos anos 1920-30, as quais se tornaram mais visíveis à medida que sua afirmação pelo discurso literário vinha reforçada por sua afirmação no reduto social, com presença marcada nos bailes, festas, teatros, passeios, recepções, cinemas, lojas, cafés, praças e clubes.

Por esse motivo, os retratos das intelectuais espírito-santenses, publicados nas edições da *Vida Capichaba*, não devem ser interpretados como simples objetos decorativos das colunas sociais, nem como meras estratégias mercadológicas típicas da imprensa ilustrada¹¹⁵ – que baseava sua diagramação na mescla do conteúdo redacional com gravuras, charges, fotografias de estúdio e instantâneos –, mas como recursos que excederam os atributos

¹¹² Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 101, 15 de outubro de 1927.

¹¹³ BESSE, 1999. p. 32.

¹¹⁴ RAGO, Margareth. “Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932)”. In. Swain, Tania Navarro; Muniz, Diva do Couto Gontijo (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

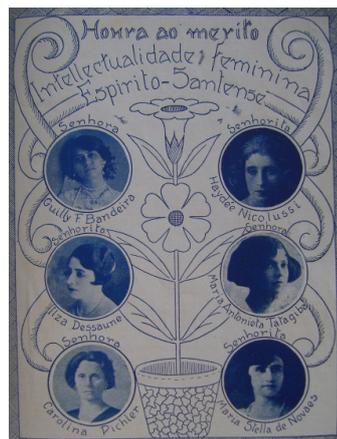
¹¹⁵ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ilustrativos e comerciais da revista exatamente pela articulação feita entre as imagens das mulheres intelectuais e suas produções literárias, entre o perfil da sociabilidade mundana que exerceram no convívio público e a arte escrita. Enquanto observadas isoladamente, talvez sejam precisamente o que aparentam ser: fotografias de damas da alta sociedade vitoriense. No entanto, sob um exame menos raso, elas adquirem também um aspecto menos óbvio, porque elas passam a se relacionar com os propósitos pertinazes “de propaganda [da *Vida Capichaba*] de tudo que se refere á intellectualidade feminina do Estado, offerecendo-lhe o mais entusiastico e gasaloso acolhimento”.¹¹⁶

O que induz a pensar que se havia, por um lado, o engajamento por parte dos editores da revista em hospedar a literatura de autoria feminina em seu espaço tipográfico, registrando-a e consequentemente retirando um pouco de seu estatuto recitativo e privado, por outro, isso não ocorria totalmente desvinculado dos reflexos do cotidiano social dessas mulheres: o que vestiam, o lugar que frequentavam, as viagens que empreendiam, as pessoas com quem se relacionavam. E tal construção representacional era acompanhada ainda de um outro projeto modelar, direcionado pelo propósito de constituí-las enquanto um grupo homogêneo que, mesmo sem emitir um coro unísono, passaria a ser reconhecido como um conjunto harmônico, em que cada peça do arranjo deteria características particulares. E as fotografias, frente à tal intento, funcionavam, para citar um termo de Buitoni,¹¹⁷ como frases visuais.



Ilustr.4: “Consuelo Salgueiro”
Fonte: V. C, n. 26, 1924



Ilustr.5: “Intellectualidade feminina”
Fonte: V. C., n. 110, 1928



Ilustr.6: “Haydée Nicolussi”
Fonte: V.C., n. 152, 1928

As imagens das artistas que compunham o quadro das intelectuais capixabas não eram veiculadas aleatoriamente, como que para preencherem vácuos de edição. Elas eram mais do

¹¹⁶ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 97, 15 de agosto de 1927.

¹¹⁷ BUITONI, Dulcília S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

que complementos do conteúdo sortido do periódico ilustrado, sua reprodução obedecia ao intuito de conduzir a sugestões textuais bastante objetivas, ou seja, a de conjugar a linguagem visual das fotos às manifestações artísticas das intelectuais capixabas, as quais estavam igualmente costuradas às constantes menções sobre as posturas, as modas e as atividades que assumiam nos círculos sociais, especialmente por meio da coluna *Feminae*, redigida por uma das representantes do grêmio intelectual feminino no Estado.

O casamento, na imprensa, entre as representações literárias e imagéticas das mulheres de destaque da elite social capixaba criava o efeito necessário tanto para que as intelectuais ganhassem um rosto e, por conseguinte, uma identidade específica, ao invés de se manifestarem sob uma forma genérica, quanto para que alcançassem visibilidade também nos canais de discussão sócio-política, uma vez que os aspectos que cercavam a produção literária das mulheres, no Espírito Santo, apareciam, não raro, articulados ao conjunto de ideias e práticas desenvolvidas pelas linhas de ação e pensamento feministas.

Esse recurso permitia, por vezes, o entrelaçar de uma rede portátil de sociabilidade que abarcava principalmente as mulheres das camadas intermediárias urbanas, pois “enquanto a imprensa utilizava suas imagens para vender produtos [e, no caso da *Vida Capixaba*, também para cultivar “o amor às letras”], elas se utilizavam da imprensa para dar vazão a frustrações, para expressar opiniões e reivindicações e para comunicar-se umas com as outras”.¹¹⁸ Foi esse um importante método de superação de uma aguda incomunicabilidade feminina marcada, no século XIX, pelo profundo isolamento geográfico e pela consequente dificuldade de difusão dos meios de comunicação. Nesse sentido, os periódicos estimularam não só uma busca consciente por interlocutoras que manipulassem dialeticamente os discursos ali produzidos, como também a construção de vias textuais que alargassem os debates a respeito da participação cada vez mais intensa das mulheres nas relações sociais públicas – como consumidoras, profissionais e ativistas –, e sobre os debates exercidos em favor de uma nova moral familiar e de novos códigos jurídicos e civis, que subvencionariam, juntamente com outras intervenções, o futuro acesso à cidadania.

No espaço intercalado pelas representações discursivas das mulheres intelectuais, na imprensa, e a posição concreta ocupada por elas no tecido social, deslindava-se um círculo minúsculo e seletivo de trânsito da alta sociedade vitorriense. Nesse reduto, as mulheres circulavam e exerciam, além do desígnio de artistas e eruditas das letras, o papel de convivas,

¹¹⁸ BESSE, 1999. p.2.

assim como o de ornamentos sintonizados com a própria decoração dos bailes e outros eventos de gala, bem como dos cafés, restaurantes e casas comerciais do centro da cidade, como a Casa Verde, Prado & Cia, Flor de Maio, A Mimosa, Madame Prado, Casa Busatto, Empório Capixaba, Casa Hollandeza, ou os cafés Estrela, Moderno, o Café Avenida, o Colombo, o Central, o Hamburgo, o Americano, o Café Elite e o Santos.¹¹⁹ Nesses lugares se reuniam comumente políticos, jornalistas, comerciantes, escritores e pessoas das mais diversas ocupações e qualidades, sendo os homens a predominar em número e assiduidade até, ao menos, a década de 1920, quando se torna mais sensível a frequência das mulheres nesses mesmos espaços de sociabilidade.

E foi de fato, a partir dessa data, que a cidade de Vitória alcançou uma feição mais urbanizada, um dos pré-requisitos básicos para o aumento do fluxo de mulheres nas praças, comércios e avenidas, já que a maior liberdade conquistada por elas nos espaços públicos de sociabilidade, antes de domínio primordialmente masculino, ocorreu em concomitância com a metamorfose da fisionomia estética e estrutural urbana.

Somadas a essas mudanças de caráter arquitetônico e funcional, a propagação de casas comerciais elegantes e as inovações técnicas, inclusive a introdução do serviço de bondes elétricos, também se impuseram como fatores que, unidos, passaram a dar o respaldo necessário às mulheres de elite, que não precisavam de justificativa mais apurada para deslocar-se pela cidade do que aquela de praticar o *footing*. Como conclui Hahner,¹²⁰ “‘fazer a avenida’, como era chamado esse desfile, tornou-se uma atividade e um prazer diário das tardes das mulheres de classe alta”. Embora estivesse se referindo ao grupo das cariocas, tudo leva a crer que as capixabas usufruíram, em medida semelhante, das instalações elegantes e modernas do centro da cidade, ocupando a Avenida Capixaba e a Avenida Jerônimo Monteiro, os cinemas, as casas de artigos importados e os cafés dos arredores com o mesmo tipo de “investimento” com que as mulheres, no Rio de Janeiro – respeitadas as proporções –, percorriam a Rio Branco e a Avenida Central, quer dizer, como consumidoras de lazer e agentes dos novos padrões de interação social.¹²¹

Esses eram sintomas muito específicos de que mudanças sociais profundas presidiam às novas relações humanas enredadas no seio dos novos espaços de sociabilidade inaugurados em

¹¹⁹ PACHECO, 1998. p. 47.

¹²⁰ HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

¹²¹ BESSE, 1999.

Vitória, os quais passavam a ser frequentados por pessoas munidas de novas expectativas, todas elas ancoradas, sensivelmente, à tecelagem de uma vida urbana espreitada pela tão desejada e comentada modernidade. Tal cenário, em constante mutação e experimentação, serviu de pano de fundo para o deslocamento de papéis empreendido pelas intelectuais capixabas que, para retomar uma observação feita em linhas precedentes, deixaram de atuar unicamente nos espaços prescritos – como mães, esposas e donas de casa – para projetarem-se nos espaços conquistados, entendidos como aqueles campos coibidos às mulheres, de maneira implícita ou declarada, que não são adentrados sem antes sofrerem tensões, ajustes e fissuras.

“Mulher Poeta?!”, perguntava de maneira instigante Maria Stella de Novaes. “Não”, respondia ela em entonação inconformada: “Poesia... era só para homens”,¹²² e a essa pergunta poder-se-ia facilmente acrescentar outros tantos lugares que, reservados aos homens impunham-se como interditos às mulheres. Determinados papéis e lugares que anunciando de antemão a imprevisibilidade da presença feminina, ainda assim não impediram que a autora supracitada reunisse uma série de exemplos pioneiros que avolumaram o primeiro material retrospectivo “da influência da mulher e de sua evolução, na terra espírito-santense”,¹²³ dentre as quais destaca a primeira funcionária, por concurso, do Banco do Brasil, a primeira paraquedista, a primeira catedrática do ensino secundário, a primeira mulher a alistar-se no Estado e a primeira poetisa, que firmou sua estreia na imprensa, no ano de 1882.

Assim, há todo um contexto específico, que não necessariamente é resultado de reverberações sociais anteriores, que merece ser discutido e caracterizado para a melhor compreensão dos laços de experiência e de identidade que formaram a geração das intelectuais capixabas dos anos 1920, aspectos que perpassam as relações peculiares e, em muitos sentidos, também inéditas, dessas mulheres com a escrita, com o conhecimento e com os meios de comunicação.

¹²² NOVAES, 1999. p. 82.

¹²³ Idem. p. 132.

CAPÍTULO II

Com relação ao jornalismo, é-nos grato verificar que as publicações femininas, disseminadas por todo o mundo, se têm multiplicado de uma forma altamente lisonjeira! Há jornais de combate pelos direitos políticos da mulher e por tudo o que respeita a assuntos femininos e feministas; há os que se dedicam à higiene, à infância, às modas, à família, à arte culinária, à floricultura, dirigidos por muitas e muito hábeis jornalistas...

Mariana Coelho (1930)

CAPÍTULO II

A TRIÁDE DAS TEMÁTICAS FEMINISTAS NA IMPRENSA

Após analisadas as principais circunstâncias histórico-sociais que franquearam o processo de modernização da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, insuflada por novos hábitos e atores sociais, propõe-se adentrar, em seguida, no contexto e nas características que assinalaram o processo de criação e circulação da revista *Vida Capixaba*, órgão da imprensa local que veiculou grande acervo de textos femininos em suas páginas. O objetivo é o de verificar como esse veículo abordou e recepcionou o debate sobre o feminismo no decorrer da década de 1920 até meados de 1930. Para tanto, adota-se como parâmetro de análise os temas de caráter feminista que mais frequentemente foram mencionados pelos articulistas da revista, em especial, pelas mulheres intelectuais que ali publicaram.

Sob esse recorte, foi possível identificar ao menos três grandes temáticas em torno das quais os discursos feministas veiculados na *Vida Capixaba* se concentraram. São estes: o direito de voto e de elegibilidade das mulheres; a participação feminina no mundo do trabalho e o acesso amplo e de qualidade dessa parcela à educação. Os temas, de fato muito imbricados, apareceram formulados em vários dos artigos publicados por essa revista, sendo que a matéria “direito político da mulher” figurou não só como o assunto de maior relevância, como foi também o principal responsável pela tensão e polêmica registradas no interior desse debate.

Por meio desse tríplice posicionamento, alinhado a todo um conjunto de mudanças operadas na engrenagem social, as mulheres intelectuais capixabas puderam, a partir da internalização dos novos repositórios de ideias (liberais, democráticas, positivistas), e dos diálogos que as feministas travavam com essas vertentes de pensamento, extrair suas considerações e manifestar um conceito particular de feminismo, reelaborado constantemente pelo contato com os valores e as crenças da realidade local.

E para melhor compreender o entrelaçar de ideias, discursos e estratégias que definiram e constituíram o feminismo capixaba na sua versão impressa, como dado discursivo presente na revista *Vida Capixaba*, é preciso indagar sobre a motivação que fez com que o seu corpo editorial desse publicidade a essa temática, verificando, além disso, como esse recorte foi

abordado e disposto na diagramação da revista. Somente em seguida, pode-se inferir sobre as características que cercaram a manifestação feminista em Vitória, mais particularmente a engendradora pela intelectualidade feminina local.

2.1 – Revista *Vida Capichaba* e Feminismo

Assim como outros órgãos da imprensa que surgiram no alvorecer do século XX, no rastro da proliferação das revistas ilustradas, a revista *Vida Capichaba* inaugurou na sociedade local um novo espaço de circulação de ideias. Nesse momento, a articulação com os elementos modernos era inevitável tanto no que tange a linguagem visual, associada à montagem gráfica das revistas, quanto no que diz respeito às tendências reflexivas que nelas passaram a ser veiculadas.

Tudo que esbarrava ou estava necessariamente incluso no ideário moderno era passível de constar como foco de debate ou crítica nas revistas ilustradas, também conhecidas como revistas de variedades. A multiplicidade que esse formato alojava discorria sobre todas as esferas que sofreram interferência com a incorporação da modernidade, anexada até mesmo como meta política de alcance a um *status* civilizado. A vida mundana passava a ser percebida por meio da mudança nos costumes, agora adaptados a nova fisionomia urbana, regenerada e higienizada, e pelas várias tecnologias que incrementavam o cenário em movimento. Foi tal contexto que atribuiu sentido aos periódicos ilustrados, os quais, de acordo com Tânia Regina de Luca, se caracterizaram por serem

...de leitura fácil e agradável, [com] diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura...¹²⁴

É possível notar, pela descrição acima, que as revistas ilustradas assinalaram uma nova fase não só na história da imprensa como também simbolizaram um marco de mudança na história da sociedade, cumprindo papel estratégico na formulação do moderno. O que auxilia a pensar o quanto essas publicações conseguiram reunir, num único suporte, vários dos atributos que

¹²⁴ LUCA, 2006. p. 121.

se tornaram indissociáveis do frenesi da vida moderna. O que fez com que seu sucesso estivesse necessariamente encadeado nessa sua capacidade de dialogar com o cotidiano, de abordar futilidades dando-lhe aspecto útil, de tornar risível a experiência drástica e desestabilizadora da modernidade, de ser geral sem deixar de ser específica, de ramificar seu conteúdo para atingir o máximo de leitores, enfim, de solidificar um viveiro de ideias, expectativas e posturas, sem deixar de prenunciar os arranjos contraditórios que faria circular a cada edição.

A primeira transformação, que foi decisiva na organização de uma nova proposta no ramo da imprensa, foi gerada pelo desenvolvimento das artes gráficas que, sob a ótica de Sodré,¹²⁵ possibilitou a repartição do conteúdo em seções e matérias distintas, dissociando o novo formato do tipo de apresentação anterior que levava a público os assuntos como numa miscelânea de notícias, as quais se espremiavam sem qualquer divisão mais apurada. Logo, revistas e jornais deixaram de se diferenciar apenas por sua substância para se tornarem dessemelhantes também no quesito gráfico.¹²⁶

Tal distanciamento, que restringiu os jornais a um caráter noticioso, ainda que de opinião, proporcionou às revistas a possibilidade de se especializarem cada vez mais como veículo condutor de cultura e entretenimento, expandindo, além disso, o campo da discussão intelectual, em muitos sentidos atrelado à prática literária. Essa aproximação entre homens e mulheres de letras com a imprensa periódica já foi bastante comentada e estudada por autores que vislumbraram nessa relação tanto o retrato de uma indústria do livro rala e de difícil inserção, que forçava os literatos a se refugiarem na imprensa, quanto a oportunidade de criação de um microcosmo intelectual que expressava a própria dinâmica interativa entre os autores e aqueles que os recepcionavam.¹²⁷

Afora toda a relevância que encobre essa temática, o que importa em ser retido nesse momento, para melhor compreensão da tendência e da intensidade com que as ideias modernas ganharam aderência na prática discursiva adotada nas páginas das revistas ilustradas – e aqui adentra toda a discussão política, filosófica e estética latente no período, inclusive a que enredava o debate sobre o feminismo –, é a particularidade cedida pelos

¹²⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1966.

¹²⁶ BUITONI, 1986.

¹²⁷ Dentre alguns autores que se debruçaram sobre esta temática, seja de forma detida ou mais ligeira, sugere-se a leitura de VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; o próprio tópico “Imprensa e Literatura” no livro de SODRÉ (1966) e para uma perspectiva da relação mulheres, imprensa e literatura consultar o artigo de DUARTE, 2003.

intelectuais, em sua maioria literatos, na composição de um discurso que materializava as ressonâncias de pensamento e de ação espaiadas pelas vias urbanizadas da Primeira República.

Nesse contexto, o tema *feminismo* vai, literalmente, invadir o conteúdo veiculado na imprensa, principalmente aquele da imprensa periódica. E se algo tímido no século XIX, articulado quase que exclusivamente às publicações feministas, dirigidas por mulheres determinadas a submeter à avaliação a condição de inferioridade a que estavam condicionadas, se torna no século XX um dos grandes motes que polarizam e polemizam as opiniões na imprensa. Falar, escrever, publicar e associar-se a causa feminista deixava então de ser uma atitude *déclassé* para assumir a postura de um movimento elegante.¹²⁸ O fato é relevante por ajudar a medir o maior grau de aceitabilidade e respeitabilidade que as propostas feministas obtiveram com a virada do século.

Um dado que não deve ficar oculto, e que contribuiu para que o feminismo se tornasse um discurso socialmente aceito, corresponde ao aumento significativo na frequência com que eram editados textos sobre as mulheres e textos escritos por mulheres nos jornais e nas revistas brasileiras. Conjuntamente a tal fato, somam-se mais duas razões que possibilitaram ao feminismo transbordar uma aparência menos ameaçadora, no início do século XX, tornando-se um assunto adequado a ser discutido nas mais respeitadas instâncias da sociedade.

A primeira dessas razões está vinculada à repercussão alcançada pelas lutas feministas internacionais, enquanto a segunda advém da adoção, por parte das feministas brasileiras, de um novo discurso caracterizado por uma argumentação menos franca, mas sem dúvida muito mais estratégica, se comparada à fala ansiosa de suas predecessoras. Essas tendiam a acentuar a necessidade de uma reforma muito mais radical do que a preconizada mais tarde, em que a prioridade recaiu sobre a reforma em âmbito legal e constitucional, a qual deveria anteceder as mudanças nas práticas sociais, até mesmo para garantir a sua manutenção. Tal posicionamento fez com que esse movimento feminista, protagonizado principalmente pela demanda sufragista, ficasse conhecido como um movimento moderado, de mulheres educadas, de boa estirpe social e dispostas a não encarnarem a figura subversiva, embora não pudessem maquiar totalmente essa sua característica.

¹²⁸ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Assim, quanto mais se espalhava a notícia de que em outros países, como na Rússia, nos Estados Unidos e na Turquia, a causa defendida pelas feministas já conquistava mudanças substanciais, mais os homens e as mulheres de opinião, membros de uma elite intelectualizada, convenciam-se e passavam a apreciar tal “novidade”, entendendo-a como necessária para o progresso de qualquer país civilizado. Obviamente que isso não garantia a unanimidade. Os antifeministas continuavam a discursar sobre o absurdo de quererem as mulheres se masculinizar, desejando exercer funções que não condiziam com a sua “delicadeza”, a sua “meiguice” e a sua “natureza subserviente e prestativa” para tudo o que dizia respeito ao bem estar da família e do lar.

A experiência bem sucedida, no estrangeiro, da atribuição de direitos políticos às mulheres respaldava, no entanto, as exigências das feministas daqui. As várias alianças entre as representantes do feminismo nacional e as associações internacionais de mulheres, como a tecida com a organização sufragista representada pela norte-americana Carrie Chapman Catt, adicionava mais legitimidade aos propósitos das feministas brasileiras, especialmente as que estavam consorciadas com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.¹²⁹ Esse estreitamento de interesses com as já veteranas na luta pelos direitos femininos nos Estados Unidos ajudou a dar continuidade a uma tática que previa a indispensável diplomacia na arte de se fazer escutar. E quanto melhor relacionadas, maiores as chances de agregar adeptos e simpatizantes a sua causa.

Aí entra o segundo fator que contribuiu para que o feminismo dissolvesse parte das restrições que o fazia um movimento pouco compreendido, e conseqüentemente ignorado, ou seja, a afinação do seu discurso com um tom menos grave, comedido, pouco interessado numa postura de enfrentamento direto. Desse modo, a escolha por empregar um discurso maleável, ainda que firme em seus objetivos, partiu da constatação de que sem a favorabilidade, ao menos de uma parcela dos líderes políticos e da opinião veiculada na imprensa, seria impossível auferir resultados. Para tanto, as feministas, principalmente as institucionalizadas, concentraram seus esforços em projetar estratégias que fortalecessem o seu vínculo com a opinião pública culta, ao invés de fragilizá-lo.

Algumas das medidas tomadas por elas para pôr em prática seu plano de manobra incluía o instrumento da “publicidade junto com o sábio uso de relações pessoais dentro do círculo do

¹²⁹ HAHNER, 1981.

governo”,¹³⁰ em que ambos se mostraram de grande utilidade para a causa que se desejava alcançar.

Considerando que a questão da cidadania, aliada ao voto, compreendia o ponto-chave em que se debatiam as feministas, do início do século XX, nada mais objetivo e hábil do que a aproximação com os representantes políticos que mantivessem essa pauta como prioridade de campanha, assim como é perfeitamente compreensível o esforço de divulgação empreendido por elas em torno das ideias feministas, principalmente por meio dos órgãos da imprensa. De acordo com Bertha Lutz, em um artigo publicado no jornal *O Paiz*, em 23 de julho de 1924, o qual é citado por Soihet, no período de quatro anos, mais de 700 artigos e notas sobre o feminismo foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro.¹³¹

Apresentando números menos exorbitantes, Diva Nolf Nazario,¹³² em seu livro *Voto Feminino e Feminismo*, que data do ano de 1923, reproduziu cerca de 50 artigos que se referiam aos direitos políticos da mulher no Brasil, publicados em jornais e revistas da capital de São Paulo e de outras cidades do Estado. A maior parte desses textos circularam entre os anos de 1922 e 1923 nas páginas de periódicos como *Vida Moderna*, *A Cigarra*, *Revista Feminina*, e órgãos da imprensa de informação, como o *Jornal do Commercio*, *Estado de São Paulo*, *Diario Popular* e *Gazeta de Batataes*. O que esses exemplos indicam perpassa exatamente essa ideia de que o feminismo deixava, pouco a pouco, de ser um tema-tabu ou um assunto desabonado na sua importância social. Na verdade, quanto mais adiantado o século XX, mais essa temática interessava e agregava debates.

Como se há de ver, esse tema vai igualmente encontrar refúgio e vazão nas páginas da imprensa no Espírito Santo, especialmente na revista *Vida Capixaba*, que o abordará de diferentes maneiras. Seja na publicação de notas informando sobre a obtenção de grau em curso superior de algumas de suas conterrâneas, seja na publicidade dada aos escritos literários femininos, seja por intermédio da seção de perguntas e respostas, em que promove a oportunidade de as intelectuais capixabas pronunciarem suas opiniões sobre tal movimento, seja ainda, e principalmente, por meio da publicação de artigos feministas.

¹³⁰ HAHNER, 1981. p. 112.

¹³¹ SOIHET, 2006. p. 40.

¹³² NAZARIO, Diva Nolf. *Voto Feminino e Feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2009.

Como pode ser avaliado, a imprensa ocupou lugar estratégico nesse processo que visava reverter a visão de escárnio e de desaprovação que recaía sobre as feministas e sobre as ideias que manipulavam. Antes, no entanto, que a imprensa comum pudesse recepcionar esses discursos, as mulheres, de há muito, já tinham lançado mão desse instrumento para fazer circular suas ideias de emancipação, criando canais para as suas reivindicações. Essa atitude, como depreende Muzart,¹³³ veio romper com o formato da imprensa tradicional, “que dedicava ao público feminino tão-somente temas como bordados, cosméticos e modas”.

E foi exatamente essa imprensa tradicional que, no decorrer do século XX, passou a acomodar o tema *feminismo* promovendo, em ação conjunta com outras táticas de aceitação exercidas pelas líderes feministas, a inunção de interesses entre um número de mulheres que visava ascender socialmente, por meio da instrução, do trabalho e do voto, e grupos políticos que enxergavam essa conquista em consonância com seus propósitos progressistas.

Até porque o tipo de discurso que era aceito como passível de figurar nas páginas de um jornal ou de uma revista de grande circulação, mesmo de um periódico de proporções menores, mas com uma linha conservadora latente, não podia apontar mudanças no sentido de alterar as relações familiares e, portanto, hierárquicas, que mantinham a estrutura patriarcal da sociedade em satisfatório funcionamento. Por isso, o insucesso, em parte, das feministas do século XIX, que tiveram elas próprias de reunir recursos, sempre escassos, para lançar seus órgãos periódicos, uma vez que arregimentavam um discurso estampido diferente em vários aspectos da atitude comportada assumida pelas líderes do movimento sufragista brasileiro, as então representantes da “terceira onda feminista”.¹³⁴

Se a partir da segunda metade do século XIX, as publicações periódicas dirigidas e redigidas por mulheres proliferaram, esse número foi significativamente reduzido na medida em que se aproximava o ano de 1900. Nos estudos que tratam da imprensa feminina (ou para melhor caracterizá-la, da imprensa escrita e dirigida por mulheres, além de ser voltada

¹³³ MUZART, 2003.

¹³⁴ Aqui será adotada a interpretação de Constância Lima Duarte que estabelece como quatro, ao invés de três, as estacas temporais que marcaram as fases do movimento feminista. De acordo com o que postula, os “momentos-onda”, ou seja, aqueles em que as causas feministas obtiveram maior visibilidade, podem ser demarcados em torno das seguintes datas: 1830, 1870, 1920 e 1970, para as quais atribui certas características. Em vista disso, a primeira onda é entendida como a fase das primeiras letras, é quando se articula o direito básico de aprender a ler e a escrever, sendo Nísia Floresta a personagem mais expressiva dessa época. A segunda onda a autora concebe como sendo a intensificadora da ideia de educação e a que vai dar o pontapé, no Brasil, no debate sobre os direitos políticos femininos. Já a terceira onda é considerada em íntima relação com a questão da cidadania, é a geração que vai se debruçar, de fato, sobre a campanha sufragista. Por último, as representantes da quarta onda, que protagonizam a luta pela revolução sexual, alicerçada a conscientização política e a melhoria nas condições de trabalho. A referência a esse debate encontra-se em DUARTE, 2003.

exclusivamente para esse público) e feminista, é possível catalogar uma quantidade de revistas e jornais escritos por e para mulheres no decorrer do século XIX superior ao número de títulos que são mencionados como pertencentes à mesma categoria nas primeiras décadas do século XX. As razões para tal evento podem ser muitas. Sem adentrar aqui na questão do surgimento do fenômeno da “grande imprensa”, que teria inviabilizado a manutenção de vários pequenos periódicos de estrutura basicamente artesanal, pode-se articular a ideia de enquadramento que o feminismo sofreu para caber num conceito que ajustasse o “destino biológico” ao “destino social” da mulher.¹³⁵

Tal processo de adequação fez com que, certamente, um número cada vez maior de feministas, quase todas imiscuídas na prática literária, expandisse pelas vias da reformulação discursiva a sua colaboração na imprensa, a qual acompanhava o respectivo estreitamento que acometia os veículos especializados nesse debate.¹³⁶

Na dificuldade de reunir informações sobre todos os títulos dirigidos por mulheres, e com textos de mulheres somente, inevitavelmente as referências se concentram em periódicos que circularam apenas em algumas cidades, localizadas em Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina, sobre as quais é possível encontrar maiores informações. Por ora, basta que se faça uma breve menção que ilustre a discrepância na quantidade de publicações que aparecem classificadas como exclusivamente femininas, na direção e na escrita, a partir de estudos que abordaram esse tipo de imprensa no trajeto finissecular.¹³⁷

O placar é vantajoso até 1900, a partir daí, o número de revistas e jornais dirigidos por mulheres começa a decair, ou pelo menos, sofre uma drástica redução nas citações feitas pelas autoras em cujos trabalhos se encontram registrados. De vinte títulos, dezesseis estiveram em

¹³⁵ NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: Edufes/ Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

¹³⁶ No caso do Espírito Santo, como será esclarecido mais adiante, não há registros de periódicos fundados por e para as mulheres, nem de orientação feminina, nem feminista. Há, sim, algumas poucas publicações dedicadas ao belo sexo, mas que eram dirigidas e escritas por homens, com pouquíssima frequência de mulheres como colaboradoras.

¹³⁷ As referências a esses órgãos da imprensa encontram-se diluídas em vários trabalhos, dentre os quais recomenda-se a leitura de HAHNER, 1981; BUITONI, 1986; BICALHO, Maria Fernanda. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: F. Carlos Chagas, 1989; HOLLANDA, 1992; MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Cidadania no feminino”. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003; MUZART, 2003; HAHNER, 2003 e TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

circulação a partir de 1850 e apenas quatro são identificados como produtos do início do século XX, como se observa nas referências feitas em relação ao *O Jornal das Senhoras* (1852), ao *O Bello Sexo* (1862), ao *Jornal das Famílias* (1863), ao *O Sexo Feminino* (1873), ao *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *A Mãe de Família* (1879), *A Mulher* (1881), ao *O Direito das Damas* (1882), ao *Corymbo* (1884), ao *Echo das Damas* (1885), *A Família* (1888), *A Mensageira* (1897), *Escrínio* (1898), *A Violeta* (1900), a *Revista Feminina* (1914); a *Penna, Agulha e Colher* (1918); a *Tribuna Feminina* (1919) e ao *Nosso Jornal* (1919).

Desses, nem todos tinham orientação feminista, principalmente os que começaram a circular a partir da década de 1910, com exceção da *Tribuna Feminina*, que correspondia a um espaço de discussão mais acirrada acerca da emancipação das mulheres.¹³⁸ Os outros três mesclavam a fórmula habitual, condensada em algumas receitas de cozinha, regras de etiqueta, moda, poemas, notícias sobre o teatro, o cinema e as festas mundanas, que eram os assuntos que realmente predominavam, com algumas notas e artigos refletindo sobre o feminismo.

Reduzidas assim as redes impressas de revistas e jornais de fala e organização unicamente feminina, as literatas e as feministas – sendo que algumas mulheres compartilhavam as duas denominações – viram-se convidadas a migrar para outros suportes. E as revistas ilustradas, de conteúdo variado, se constituíram como um desses espaços que passaram a servir de escape para as produções discursivas das mulheres. Não que a imprensa feminina e feminista tenha deixado de exercer seu papel indispensável de organizadora do acesso das mulheres ao campo da cultura e das reivindicações sociais e políticas.¹³⁹ Acontece que essas atividades foram reforçadas pela participação da imprensa geral, que somou esforços na publicidade dessas vozes, insurgentes ou não em relação à defesa dos direitos políticos das mulheres.

Como exemplificou Diva Nazario, citando os jornais e revistas paulistas que veicularam artigos sobre o feminismo, e como alertou Bertha Lutz, informando sobre a vertiginosa

¹³⁸ O periódico *Tribuna Feminina* foi fundado como um órgão anexado ao Partido Republicano Feminino de Leolinda Daltro, que por sua vez começou as suas atividades, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1910.

¹³⁹ É preciso pontuar também o fato de que, embora, as publicações dirigidas por e para as mulheres tenha decrescido com o advento do século XX, é registrada, em contrapartida, a crescente legitimação do movimento feminista com a fundação de organizações que oficializaram e buscaram centralizar os projetos feministas. Associações como a Legião da Mulher Brasileira, organização de serviço social criada no Rio de Janeiro em 1919, ou como a Liga para a Emancipação Intellectual da Mulher, fundada na mesma cidade em 1920, ou como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de 1922, sistematizaram a campanha e deram a ela a patente sufragista, que acreditavam capaz de potencializar a superação das barreiras que impediam a formação de uma sociedade liberal mais completa, com a mulher assumindo a direção de seu próprio destino.

receptividade desse tema na imprensa carioca, deduz-se que em outros Estados, mesmo aqueles de menor projeção nacional, também tenha ocorrido tal reverberação.

O interessante é frisar que tanto as feministas se serviram da imprensa como instrumento tático de difusão de suas ideias quanto a imprensa soube atrair leitores dando publicidade a tema tão polêmico, promovendo verdadeiras mesas-redondas, com direito a comentários e réplicas que eram aguardados como capítulos de um genuíno folhetim.

No Espírito Santo, a revista *Vida Capichaba* articulou por diversas vezes um debate parecido. Uma dessas discussões foi desencadeada por conta de um artigo publicado por Guilly Furtado Bandeira, cronista e uma das representantes da intelectualidade feminina capixaba, no número 119, de 15 de abril de 1928, no qual abordava o assunto “A Mulher e o Voto”, argumentando a favor da razoabilidade desse direito. A reação foi praticamente imediata. Nas edições seguintes, apareceram três artigos de autoria masculina confrontando, e até mesmo diminuindo a significância dessa conquista. Um deles, publicado na revista do dia 3 de maio de 1928, apoiava seu argumento na ideia de que

A mulher brasileira é objecto mais fino... [e que por isso] jamais deverá entrar para o campo, onde se esgrimem as mais baixas paixões humanas... [pois] Deus, certamente, em suas cogitações, nunca pensou em fazer da mulher eleitora. Dando-lhe a missão divina de perpetuar a especie humana, proporcionando-lhe as qualidades sublimes para ser mãe...¹⁴⁰

Exaltando a biologia da mulher por meio da visão etérea fornecida pela religião, o autor pretendia convencê-las de que a seara política só serviria para combalir as suas qualidades “naturais”, tornando-as seres inférteis e infelizes, exortando-as então a manterem-se incólumes, se resguardando ao ambiente doméstico. Esse argumento não era nenhuma novidade e os dois artigos posteriores, publicados respectivamente nas edições de número 124 e 127, vêm para robustecer o raciocínio do primeiro colaborador, desfechando frases que por si dão conta de explicitar o caráter conservador que cercava e embargava os ideais emancipacionistas femininos, não só no Espírito Santo como nas diversas regiões do Brasil.

Vale, no entanto, ressaltar a extrema riqueza contida nesses diálogos, que ajudam a observar as forças que se debatiam em tal contenda e que, além disso, auxiliam a desmontar para melhor compreensão as diferentes estratégias argumentativas utilizadas por feministas e

¹⁴⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 123, 3 de maio de 1928.

antifeministas na intenção de fortalecerem suas opiniões e suas alianças, e que, para o pesquisador, são tão úteis na problematização desse quadro.

Esse, contudo, é só um exemplo do debate aquecido pela revista *Vida Capichaba* em torno da temática *feminismo*. Outros o antecederam e o sucederam até o limite temporal de 1934. Só que, para aprofundar tal questão, é preciso antes analisar o contexto em que a revista surgiu, bem como as características materiais e ideológicas que a cercaram. Sem esquecer de pontuar o lugar social e o papel estratégico que exercia no seu meio de circulação.

“Revista Moderna e Ilustrada!”

*Excelente revista... Magnificamente impressa a cores, com boas photographias, vasta colaboração... com certeza terá longa e prospera existência.*¹⁴¹

A revista *Vida Capichaba*,¹⁴² dentro da sua categoria, marcou a trajetória da imprensa no Espírito Santo como um dos empreendimentos de maior qualidade, sucesso e durabilidade, principalmente quando comparada ao surto de publicações efêmeras que caracterizou o período da Primeira República no Estado. O fato lhe rendeu um lugar privilegiado na configuração do novo espaço urbano-social de Vitória, dentro do qual se desejava implantar, por meio da propaganda e da ação reformista, a ideia e a fisionomia de uma “Capital Moderna”. Projeto em que a *Vida Capichaba* muito se empenhou e contribuiu, seja por intermédio do seu incentivo às letras e às artes, seja pela propaganda intensiva dedicada a transmitir “as mais fagueiras notícias a respeito da terra espirito-santense, de cujos valores, progressos e bellezas sômos infatigaveis proclamadores”.¹⁴³

Fundada em 1923, a revista *Vida Capichaba* fazia parte de uma história relativamente recente da imprensa no Espírito Santo, a qual não havia completado ainda oitenta anos de existência

¹⁴¹ Nota publicada na revista *Vida Capichaba*, intitulada “O que dizem de nós”. Nesse espaço, os diretores da revista trasladaram alguns comentários retirados de órgãos da imprensa do Rio de Janeiro, os quais traçavam um quadro elogioso da *Vida Capichaba*. Além do jornal *A Noite*, outras publicações como *O Paiz*, *D. Quixote*, *O Jornal*, *O Commercio* também veicularam comentários positivos sobre a nova revista editada na capital do Espírito Santo. Os trechos encontram-se transcritos em Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 18, março de 1924.

¹⁴² De acordo com a pesquisa realizada, *Vida Capichaba* se designou “Revista Quinzenal Ilustrada” a partir da edição de número 36, do ano de 1924, alterando o subtítulo para “Revista Moderna Ilustrada” no decorrer das edições de número 104 e 107, correspondentes a passagem do ano de 1927 para 1928, sendo impressa com esses caracteres até, ao menos, o ano de 1934.

¹⁴³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 23, maio de 1924.

efetiva. De acordo com Bittencourt,¹⁴⁴ a primeira oficina tipográfica só se instalou em terras capixabas 32 anos após a criação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, datada de 1808, instalada imediatamente após a chegada da Corte de D. João ao Brasil. Montada, a primeira tipografia espírito-santense precisou ainda de nove anos para fazer circular o primeiro jornal de periodicidade regular, o chamado *Correio da Victoria*, antecedido por um único jornal, *O Estafeta*, projeto inaugural que não sobreviveu à primeira edição.

Nascido a partir de um contrato firmado entre o Governo Provincial e o alferes do Exército Ayres Vieira Albuquerque Tovar, a concessão cedida ao jornal *O Estafeta* previa, por um período de dez anos, a publicação das ordens e dos ofícios da administração pública. Que, como frisa Pessali,¹⁴⁵ era um tipo de acordo muito comum e até preponderante na época, pois respeitava a concepção vigente de que a impressão de jornais era uma concessão do poder público, não uma atividade aberta à iniciativa privada que, por sua vez, não poderia editar nenhum jornal sem se submeter ao controle por parte do organismo oficial.

Porém, um dos motivos que são levantados para justificar a suspensão prematura do jornal *O Estafeta* não especula sobre uma possível discordância de interesses, mas o alia a morte do proprietário. Episódio que, em 1841, forçou a interrupção dos trabalhos de impressão na oficina. Desativada até 1848, só voltou a funcionar após sua venda a Pedro Antonio de Azeredo, que tinha em vista retomar o contrato para publicação dos atos oficiais.¹⁴⁶

Em 1849, também sob custódia do Governo Provincial, saía com data de 17 de janeiro o primeiro número do *Correio da Victoria*, que até o ano de 1864 assumiu essa responsabilidade. Depois desse último jornal, surgiu ainda, em 1872, o *Espiritossantense*, que manteve a publicação dos atos oficiais até 1889. Contudo, foi somente depois de instaurada a fase republicana que ocorreu o nascimento de um órgão de propriedade exclusiva do governo, o qual ficaria responsável pela publicação ininterrupta de todos os atos oficiais expedidos pelo Estado. Assim, no dia 23 de maio de 1890, data de comemoração da colonização do solo espírito-santense, circulou o primeiro número do Diário Oficial do Estado Federal do Espírito Santo. Contudo, e de acordo com a bibliografia, a trajetória desse jornal foi marcada por constantes interrupções, encerrando e reabrindo por várias vezes as suas atividades.

¹⁴⁴ BITTENCOURT, 1998.

¹⁴⁵ PESSALI, Hesio. "A imprensa no Espírito Santo". In: *Revista de Cultura Ufes*, ano IX, n. 28, 1984. p. 7-21

¹⁴⁶ Idem.

Concomitante a essa imprensa consorciada com os recursos estaduais, uma imprensa de viés político estreava a sua participação jornalística na província do Espírito Santo. De acordo com Pessali, o jornal *O Capixaba*, fundado em 1856, marcou o início dessa imprensa de opinião, que reunia em torno de si jornalistas-literatos que se dividiam entre o absolutismo e o liberalismo, sendo que as batalhas verbais só foram intensificadas com o surgimento de *O Monarchista*, do Partido Conservador, e seu rival o *Jornal da Victoria*, que representava a corrente liberal. No entanto, todos os jornais que cumpriram a sua função de aglutinar forças políticas e de difundir seu ideário, no decorrer do século XIX, eram do ponto de vista gráfico objetos muito precários, pois

Neles misturavam-se, sem critérios definidos de distribuição, avisos de chegada e saída de navios do porto...; notícias internacionais...; literatura...; capítulos de romances de cavalaria; piadas...; anúncios; divertidas polêmicas com réplica e tréplica, por motivos de rixa pessoal, dívidas não quitadas, gracejos..., todas elas assinadas por pseudônimos; e, nas edições de final de ano, até as notas dos alunos do Liceu.¹⁴⁷

Essa informalidade gráfica, ainda segundo Pessali, só começou a ceder lugar a páginas mais bem montadas com o crescimento da imprensa republicana, opositora, em todo caso, a imprensa conservadora e monarquista, que entrava em declínio quanto mais iminente a ascensão dos republicanos ao poder. Alinhado ao Partido Liberal, o jornal *Província do Espírito Santo*, fundado em 1882 por Cleto Nunes e Muniz Freire, futuro presidente do Estado, se destacou, nessa época, como o jornal mais combativo da região, chegando a alcançar a cifra de 1.600 exemplares, tiragem ainda inédita para o Espírito Santo.

Vê-se, portanto, que a consolidação de uma imprensa mais organizada, também determinada pelo surgimento de oficinas dotadas de equipamentos gráficos mais sofisticados, favoreceu o aparecimento não só de jornais mais volumosos, de apresentação menos artesanal, mas também de muitos semanários de literatura, crítica e humor, a maioria em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, município localizado ao sul do Espírito Santo. Títulos como *A Passagem de Venus* (1883); *A Violeta* (1889); *O Lidador* (1890); *A Chrysalida* (1892); *Sorriso* (1893); *O Gladiador* (1895); *O Papagaio*; *A Borboleta* (1896); *O Binoculo* (1898); *A Bomba*; *A Lanterna* (1900); *O Pharol* (1904) e muitos outros marcaram os projetos de um tipo de

¹⁴⁷ PESSALI, 1984, p. 9.

imprensa incipiente, mas já envolvida com uma produção artística que só viria a consolidar-se após a década de 1920, com o surgimento de uma grande revista local, a *Vida Capichaba*.¹⁴⁸

Segundo Bittencourt,¹⁴⁹ da última década do século XIX até meados da década de 1920, foram registrados 484 títulos, dentre os quais seria necessário fazer um rastreamento mais exaustivo para identificar os que podem ser classificados como revistas. Todavia, o próprio autor fornece alguns nomes mais relevantes que ajudaram a inaugurar a fase da imprensa ilustrada no Espírito Santo, como *A Magnólia* (1881), *O Pirilampo* (1882), *Gazeta Literária* (1899), *Revista Ilustrada* (1910), *Vitória Ilustrada* (1914) e finalmente *Vida Capichaba* (1923), que foi sucedida pela revista *Chanaan* (1936), sua concorrente durante alguns anos, sem superá-la.

Daí por diante, a revista *Vida Capichaba* imperaria como a revista mais lida no Estado, circulando em praticamente todas as cidades do norte e do sul do Espírito Santo, sendo lida também em outras regiões, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde detinha certo número de assinantes e vários pontos de venda, alcançando cidades estrangeiras como Buenos Aires e Paris, para onde, certamente, eram levadas por viajantes ou residentes conterrâneos.

Apresentada aos leitores como uma revista ilustrada, a *Vida Capichaba* apresentava, desde o seu primeiro número, uma excelente diagramação, com impressão em papel *couché*, própria para reproduções a cores, demonstrando gosto apurado desde a exibição das capas até os clichês publicados em seu interior, como se pode observar por meio das seguintes imagens:

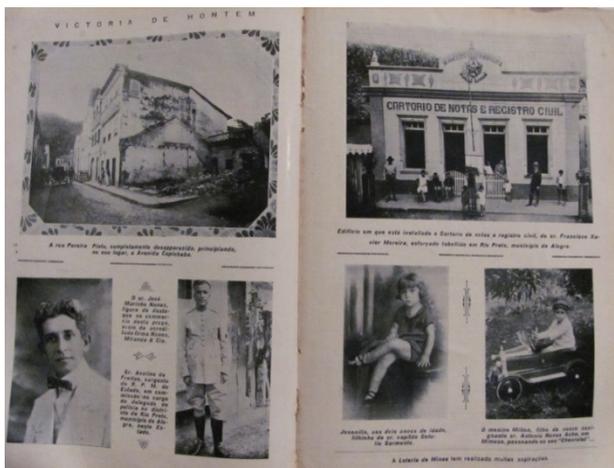


Ilustração 7: páginas internas da *Vida Capichaba*.
Fonte: V. C., n.144, 1928.



Ilustração 8: capa da revista *Vida Capichaba*.
Fonte: V. C., n. 213, 1930.

¹⁴⁸ PEREIRA, Heráclito Amâncio. “A Imprensa no Espírito Santo”. In. *Revista de Cultura Ufes*, ano I, n. 2, jan./jun. 1979.

¹⁴⁹ BITTENCOURT, 1998.

Com relação às capas da revista *Vida Capichaba*, os traços em desenho concorriam com outros elementos de tão boa feitura quanto esses, como era o caso das fotografias, ora de paisagens naturais da região, ora de pessoas de destaque na sociedade, em sua maioria mulheres, enaltecidas pela beleza ou por sua atuação em alguma atividade de relevo.

Seu conteúdo, por sua vez, incluía tudo que marcadamente dava a esse tipo de publicação o título de revista de variedades. Perpassando assuntos como moda, esporte, política, humor, cinema, coluna social, fotografias, charges, fofoca, dicas de beleza e postura, propagandas, enfim, tudo que a caracterizasse como um armazém sortido e agradável se misturava às mais distintas informações. Contudo, o mote editorial da revista *Vida Capichaba* concentrava-se na divulgação das obras e dos nomes literários mais relevantes do Estado, contribuindo para a consolidação de muitas personalidades no *metier* intelectual espírito-santense, inclusive no reconhecimento da intelectualidade feminina.¹⁵⁰

Funcionando em oficina própria, localizada na Avenida Capichaba, número 28, no centro de Vitória, *Vida Capichaba* era composta por cerca de 36 páginas, que contabilizava por ano uma média de 24 edições durante o período em que circulava quinzenalmente, saltando para o total de 48 após se tornar semanal, época em que circulava todas as quintas-feiras, sendo substituído o dia da semana por sábado no decurso do ano de 1931. O fato de passar a ser impressa, a partir da década de 1928, por meio de uma gráfica própria, deixando assim a tipografia da imprensa estadual, contribuiu imensamente para que o custo de sua produção fosse reduzido consideravelmente, o que não influiu de forma direta no valor cobrado tanto pela assinatura quanto pelo número avulso.

Com tiragem inicial de 1000 exemplares, a revista deixou de ser vendida ao preço de 500 réis logo na sua terceira publicação. O motivo para o aumento foi estampado no editorial da publicação de número 2, que explicava o acréscimo nos seguintes termos:

Augmentamos para 1\$000 o preço de cada exemplar de Vida Capichaba... Pagamos a Imprensa Estadual 900\$000 pela nossa tiragem de 1000 exemplares. Além disso, ainda mandamos fazer no Rio, os clichês que ilustram as nossas páginas... O papel e a mão de obra estão muito caros.¹⁵¹

¹⁵⁰ Essas mulheres, que se antes não eram desconhecidas, ganharam ampla projeção com a inauguração da revista, encontrando nessa publicação um espaço aberto de divulgação de seus trabalhos, dentro do qual souberam manobrar e injetar diferentes estratégias de persuasão discursiva, até mesmo para fazer circular ideias e propostas feministas.

¹⁵¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 2, abril de 1923.

As justificativas eram necessárias para evitar que os preços, considerados altos, fossem interpretados como um simples recurso para a obtenção de maiores lucros. Era preciso descrever aos leitores os detalhes das despesas para que esses não vacilassem em adquiri-la, valorizando-a exatamente pela superação dos empecilhos que comumente interceptavam tão dispendioso empreendimento.

Na contabilidade, somava verbas advindas tanto de particulares, pelo patrocínio de seus anunciantes, quanto do poder público, que não a mantinha, mas que constantemente a auxiliava com o envio de recursos. Ao menos é assim que o editorial de janeiro de 1924 sugere, elencando, em forma de agradecimento, a origem de parte dos incentivos financeiros da *Vida Capichaba*:

Apezar das multiplas dificuldades que se antolham a empresas como a que tomámos sobre os hombros, o velho 1923 nos correu bonançoso, e chegamos ao seu termo sem lucros, que nunca visamos, mas tambem sem prejuizos... Ao receber o novo anno, voltamos o nosso olhar agradecido para o anno que terminava, e em cujo ultimo mez ainda tivemos a grata satisfação de ver que os poderes publicos não quedavam indifferentes ao nosso esforço em dotar o Estado de uma revista nos moldes da *Vida Capichaba*, offerecendo-nos um auxilio valioso... E, com os nossos agradecimentos sinceros aos que continuam a nos auxiliar, ahi fica um appello aos que desertaram e que, por certo, voltarão, gentilmente, ao aprisco, para gaudio de quem vae governando o leme das finanças da *Vida Capichaba*...¹⁵²

Nesse trecho, além da referência às fontes financeiras que ajudavam a estocar os recursos da *Vida Capichaba*, também fica explícito o fôlego de seus proprietários em dotar a sua revista de uma postura mais empresarial,¹⁵³ aspecto que provavelmente tenha faltado às iniciativas anteriores. Dessa forma, um dos objetivos era conseguir articular ao seu papel sócio-cultural uma administração eficiente, que possibilitasse a sua manutenção enquanto órgão independente, quer dizer, o mais desvinculado possível do arreo estadual.

Tal posição fez com que a *Vida Capichaba* proporcionasse aos seus colaboradores certa liberdade de expressão, posto deixar prescrita a não responsabilidade pelas opiniões emitidas,

¹⁵² Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 14, janeiro de 1924.

¹⁵³ Nelson Werneck Sodré assinala que essa foi uma característica que marcou a imprensa brasileira na passagem do século XIX para o século XX, pontuando a transição da pequena à grande imprensa. De acordo com suas palavras, “Os pequenos jornais, de estrutura simples... [cederam] lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico... [e que foram diretamente afetadas tanto] no plano da produção e da circulação, [quanto] em suas relações com o anunciante, com a política e com os leitores”. E a revista *Vida Capichaba* surgiu quando esse tipo de empresa jornalística já estava consolidada nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, e sua iniciativa empreendedora firmava-se, sobretudo, no exemplo das revistas ilustradas de grande circulação, como a revista *Careta*, fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 1908, e a revista *D. Quixote*, de 1917. Tal análise encontra-se em SODRÉ, 1966.

ainda que tenha servido, em muitos aspectos, aos interesses do governo local. Mesmo comprometida com determinada ordem, é possível perceber, ao folheá-la, a mobilidade com que as ideias circularam por suas páginas, as quais se enfrentavam assumindo posturas das mais contraditórias.

Pela própria ousadia do projeto, fica fácil imaginar o impacto exercido pela revista *Vida Capichaba* na sociedade local, que a recebeu de maneira extremamente positiva, uma vez que seu surgimento respondia especialmente às demandas e às expectativas da camada elitizada financeira e intelectualmente. Esse grupo há muito já ensaiava a inauguração, a respeito do que vinha ocorrendo em outras capitais, de um veículo que ajudasse a fundar uma identidade capixaba que estivesse estreitamente vinculada à ideia de moderno, menos nas letras capixabas, do que na composição material e ideológica do que significava progresso nesse período. No trecho seguinte, publicado no editorial de lançamento, é possível entrever tal contexto no momento em que o redator define

Os ideais da *Vida Capichaba* [como sendo] os formosos ideais de todos nós, trabalhadores ingênuos e honestos pela grandeza do Espírito Santo. Não se justifica a falta de uma revista nesta Capital, que já é uma linda e encantadora cidade de muitos milhares de habitantes. Toda a cidade linda tem uma revista linda, que conta a sua história..., que exalta a sua elegância e que guarda... as ânsias sutis de sua vida sentimental... Embora velhos peregrinos da quimera, que ficaram pelo caminho, nos digam que a nossa iniciativa... terá efêmera duração, aqui estamos para enfrentar o monstro...¹⁵⁴

É bastante notável a carga de responsabilidade que os editores da revista chamam para si ao anunciarem, nesse primeiro contato com o público, a missão de registrar e de exaltar tudo que pertencia ao mundanismo, às artes, à história e à literatura de seu pequeno meio social. E sendo ela a única no gênero, dentro desse espaço, viu multiplicado o desafio de manter-se ininterrupta, mesmo diante da efemeridade vivenciada por outras publicações.

Em sua primeira fase, conhecida como experimental, a revista circulou apenas até o terceiro número, sob a direção de Garcia de Rezende e Escobar Filho. Após um hiato de dois meses, *Vida Capichaba* reapareceu sob a responsabilidade de Elpídio Pimentel, Manoel Lopes Pimenta e Aurino Quintaes, fase em que passou a ser identificada como “revista quinzenal ilustrada”.

¹⁵⁴ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 1, abril de 1923.

A partir de então, o grupo de jovens intelectuais que assumiu a dianteira da publicação reavaliou os objetivos da revista, publicando-os na edição imediatamente posterior ao intervalo da sua circulação, no enredo da qual dizia

Dentre os motivos que nos levaram a tomar a direção deste quinzenário, dois devem ser salientados aqui: 1º. A convicção de contribuirmos para o incentivo das letras e artes no Espírito Santo. Precisamos demonstrar que não é só material a prosperidade de nossa terra. Não. Também, nos domínios do espírito, do cultivo da inteligência, do amor às letras, não somos mais a capitania anachronica de 1820, nem mesmo a província canhesta de 1860. 2º. O empenho de provarmos que Victoria, capital do Estado do Espírito Santo, já comporta a manutenção de um periódico literário, má grado o costumeiro dar de ombros dos nossos systemáticos pessimistas.¹⁵⁵

Mais uma vez reforçava-se o intuito de caracterizá-la, principalmente, como uma revista literária, que se empenharia em documentar toda a produção artística de relevo criada no Espírito Santo. Para isso, convocava à contribuição de seus conterrâneos, reunindo em torno de sua publicação um número considerável de colaboradores, em sua maior parte, intelectuais já envolvidos com outras instituições e atividades literárias do Estado.

Apesar da não remuneração, os escritores que se dispuseram a enviar seus textos para publicação na revista *Vida Capichaba* eram, em contrapartida, favorecidos pela nova alternativa de divulgação promovida pelo periódico. Alternativa que lhes proporcionava um reconhecimento e um canal de circulação de ideias muito mais eficiente do que qualquer outro tipo de suporte, como o livro, as publicações institucionais ou a leitura orquestrada nos salões literários.¹⁵⁶

Com o trânsito contínuo de intelectuais nas páginas da *Vida Capichaba*, o que se torna relevante de acentuar é a formação de uma rede de sociabilidade em torno dessa publicação, a qual se articulou modelando o “pequeno mundo” da intelectualidade local, que passou a se especializar nos processos de criação e de difusão de certos elementos culturais. Entendida como um conjunto de formas de convivência, tensões e debates, essa rede de sociabilidade,

¹⁵⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 4, agosto de 1923.

¹⁵⁶ Os salões literários eram espaços semipúblicos, situados entre a rua e a casa, que compunham o circuito de divulgação, exercício e debate da cultura letrada. No Brasil, eles começaram a se multiplicar a partir do Segundo Reinado, seguindo num crescente até a década de 1930. De tradição europeia, os salões literários surgiram como uma criação das mulheres da aristocracia, e se caracterizou como um dos poucos territórios em que as mulheres tinham um lugar reconhecido. Gradativamente, esses salões se transformaram em sólidas redes de sociabilidade. Na época do Modernismo, o salão de Dona Olivia Penteado se firmou como uma das mais importantes de São Paulo, exercendo forte influência no círculo literário da época. Outras informações podem ser encontradas em HOLLANDA, 1992.

concentrada no espaço organizacional da *Vida Capichaba*, se constituiu, portanto, como um lugar de aprendizagem e de trocas intelectuais, equivalente à definição dada por Sirinelli,¹⁵⁷ que interpreta uma revista, antes de tudo, como “um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”.

Multiplicada as esferas organizacionais de atuação do meio intelectual, no Espírito Santo, mais especificamente em Vitória, os espaços tradicionalmente ocupados como os institutos, as academias, os salões e os cafés passaram a compartilhar com a revista *Vida Capichaba* o circuito de comunicação tecido pelos intelectuais. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia Espírito-Santense de Letras,¹⁵⁸ por exemplo, que muito contribuíram para a construção e a consolidação de uma história e de uma cultura capixaba, demonstraram ser demasiado restritas e insuficientes para o espírito progressista da nova geração. Ao menos é assim que se exprimiu um leitor e temporário colaborador da revista *Vida Capichaba*, Carvalho Lima Junior:

Bella victoria do espirito moderno no Espirito Santo, em demanda dos sublimes ideaes, em gloriosa barricada contra as trevas do passado em demolição pela picareta do século... Assumpto empolgante para a modesta *Vida Capichaba* nas suas mais luminosas paginas. Eia, avante! Uma Academia de Letras, um Instituto Historico e Geographico, como, sem uma Revista ao sabor da epocha, ao paladar de uma sociedade selecta e culta nas horas de lazer? Pois eil-a, ahi. Em fórmula, bem vestida, aparamentada, coquette, para delicias dos seus leitores, ufanía do bom capichaba.¹⁵⁹

Numa só frase, o interlocutor acima ajuda a percorrer algumas pistas indicativas tanto do lugar estratégico quanto do impacto social exercido pela revista *Vida Capichaba* no contexto espaciotemporal de sua circulação. Segundo julga o autor, a revista – de excelente papel, boa tinta, finas gravuras e boas penas – materializava a expectativa do público da capital em ver a sua cidade se revestindo, passo a passo, da aparelhagem moderna. E isso incluía, além da reforma urbanística, que objetivava drenar a fisionomia arcaica das ruas centrais de Vitória, a

¹⁵⁷ SIRINELLI, 1996.

¹⁵⁸ A Academia Espírito-Santense de Letras foi fundada em 4 de setembro de 1921, pelos escritores Elpídio Pimentel (publicitário e educador), Garcia de Rezende (escritor e jornalista) e Alarico de Freitas (advogado e parlamentar). O principal objetivo desse grupo de intelectuais, homens públicos e educadores, era o de congregar e orientar o movimento artístico do Estado. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, por sua vez, foi constituído em junho de 1916, com a finalidade de promover os aspectos culturais e científicos do Estado, preservando a “exata situação geográfica do Espírito Santo, defendendo as nossas fronteiras... e difundindo a nossa história”, que na verdade, “não é tão incolor”, como dizem. Para maiores detalhes ler VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*: dados, fatos e curiosidades. 3ª ed. Vitória, 1970.

¹⁵⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 16, fevereiro de 1924.

criação de um instrumento impresso que pudesse sintonizar, sintetizar e expressar as ambiguidades, os avanços e as vivências das novas injunções modernas na sociedade.

Embora fosse esse um de seus papéis mais estratégicos, formulado a partir da necessidade de auxiliar na reformulação da nova sociedade urbana capixaba, marcada por novos arranjos nas relações sociais e nos comportamentos, do ponto de vista literário, a revista *Vida Capixaba* não deve ser associada aos aspectos modernos que cercaram as produções artísticas no Brasil, como o movimento modernista. Tudo o que se caracterizava como moderno em suas edições estava restrito ao formato inovador com que era impressa e ao objetivo de realçar e impulsionar todas as facetas da modernidade capixaba, desde as realizações progressistas no Estado e na Capital, até os investimentos no comportamento moderno das elites urbanas, com moda, regras de postura e indicações de lugares a serem frequentados.

Diferentemente do que se costuma reiterar,¹⁶⁰ portanto, a *Vida Capixaba* não foi fundada no rastro do movimento capitaneado pela Semana de Arte Moderna de 1922. O seu surgimento coincidiu menos com o surto das revistas de vanguarda modernista do que com o fenômeno das revistas ilustradas, muitas delas, vale a pena ressaltar, predominantemente literárias. E quem atesta tal disposição é o próprio Elpídio Pimentel, sócio-fundador da revista, que no editorial do número 20, datado de abril de 1924, reitera aos leitores:

Podem rir-se de mim os pregoeiros das escolas novas, que adoram Marinelli e Cendras... Não poderão elles... amortecer as minhas sympathias pelo soneto... Também, em épocas anteriores... já houve tentativas de reformas extravagantes, desejosas de sobrepôr irreverentes modernices aos bons modelos antigos... Sujeito-me ao baldão de passadista, classicista ou de outro qualificativo com que me queiram caracterizar, – mas, digo-o com a mais sincera das lealdades, entre um soneto de Bilac e toda a poetica dos nossos modernos porta-lyras, prefiro os versos aureos do principe.¹⁶¹

A opinião do cronista correspondia exatamente à tendência literária adotada pelos diretores da revista em relação à escolha dos versos e das prosas a que dariam publicidade no decorrer de suas edições. E, nesse período, ou seja, nos anos iniciais da década de 1920, as prevenções quanto ao movimento modernista não eram uma ressalva exclusiva dos fundadores da *Vida Capixaba*. Grande parte dos poetas e prosadores do Espírito Santo declinava frente às

¹⁶⁰ Um dos autores que interpretaram o surgimento da revista *Vida Capixaba* como uma resposta ao movimento da Semana de Arte Moderna de 1922 não considerou o próprio conteúdo literário do periódico, primordialmente parnasiano e simbolista, portanto, forçosamente contrário à renovação “modernista” nas letras capixabas. Tal análise encontra-se em ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *Vida Capixaba: o retrato de uma sociedade – 1930*. Vitória: IHGES, 2007.

¹⁶¹ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 20, abril de 1924.

aspirações dessa corrente, insistindo na cristalização do gosto literário e estético dominante. Tal antipatia só cedeu lugar a uma manifestação mais vanguardista nas letras capixabas com a chegada do ano de 1928, que seria o ano de adesão de um grupo capixaba ao movimento antropofágico nacional, liderado por Oswald de Andrade e Raul Bopp.¹⁶²

Esse grupo era composto por alguns jovens literatos e jornalistas já muito conhecidos no meio intelectual espírito-santense, a maior parte deles colaboradores da revista *Vida Capichaba* que, embora crítica voraz a essa “aberração do bom gosto”, permitiu que fossem manifestadas em suas edições algumas impressões de caráter modernista. Não antes de 1928, pois foi somente a partir dessa data que esforços foram reunidos no sentido de agregar originalidade à literatura no Espírito Santo.

João Calazans, um dos expoentes do movimento antropofágico capixaba, acompanhado nesse empenho por Garcia de Rezende, lançou na *Vida Capichaba* uma seção intitulada “Última Hora”, a 7 de junho de 1928. Foi nesse espaço que o autor iniciou a propaganda do movimento vanguardista, conclamando os escritores capixabas a abandonarem “essa história de classicismo”, afirmando o quanto era necessário, para se criar algo novo, “viver com a nossa época”. Todavia, numa oportunidade anterior à própria seção que idealizara, João Calazans não escondeu que o laboratório para tal ensaio literário não era a *Vida Capichaba*, mas a revista *Chanaan*:

Este anno de 1928 vamos ter grandes surpresas... As letras capichabas pretendem tomar novos rumos. E isto acontecerá logo que Garcia de Rezende dê circulação á “Chanaan”, revista moderna, de grande utilidade. É sabido que só assim, com o seu aparecimento, haverá tambem o aparecimento das nossas letras. Tantas pennas novas, cheias de vigor e clareza, á espera de collocação! Assim o nosso movimento modernista tomará um impulso consideravel, principalmente... si só der ingresso em suas paginas ás pennas moças, mergulhadas no entusiasmo do brasileiro moderno.¹⁶³

O artigo só vem reforçar a noção que dissocia o surgimento da revista *Vida Capichaba* ao Modernismo, dando condições para que se afirme que esse periódico não figurou como um desdobramento da Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo. Ainda que fosse a mais expressiva publicação da época, no Espírito Santo, e ainda que tenha promovido a vida literária capixaba, a *Vida Capichaba* não participou efetivamente da reformulação dos ideais

¹⁶² BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropofágico no Espírito Santo*. Espírito Santo: UFES, 1992.

¹⁶³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 109, 26 de janeiro de 1928.

estéticos, antes, insistiu na publicação de sonetos e no elogio a essa arte. Era, definitivamente, o espelho de um gosto parnasiano já decadente, como atesta Busatto.¹⁶⁴

Para além dessas considerações, vale mencionar que a proposta “passadista” de literatura promovida pela revista *Vida Capixaba* não condizia necessariamente com os investimentos de seus redatores em prover a capital de um instrumento que funcionasse como uma bússola norteadora dos efeitos da modernidade. Daí a sua função pedagógica, concentrada em veicular e orientar a percepção das imagens e das representações modernas no seio da sociedade capixaba. Logo, os textos encarnados na revista ganhavam o estatuto de práticas que se enraizavam em gestos, espaços e costumes, “humanizados que foram pelo olhar e pelo manuseio do leitor”.¹⁶⁵

Essa noção formaliza, por sua vez, a ideia de que a revista *Vida Capixaba* se caracterizava também como uma “obra em movimento”.¹⁶⁶ Ou seja, como um veículo que, articulado ao cotidiano, detinha uma capacidade de intervenção extremamente rápida e eficaz no meio social. Perspectiva que é particularmente interessante por incidir no suporte da imprensa a capacidade de se constituir como um espaço construtor de significados, e não apenas como veiculador de ideias abstratas.

Dotada de tal potência, presume-se que assim como outras revistas, a *Vida Capixaba* também desencadeou implicações de gênero na sua publicação, dedicando-se igualmente “em produzir/reproduzir efeitos de masculino/feminino em corpos e comportamentos”.¹⁶⁷ O que, dentro de uma perspectiva que visa estudar a construção dos discursos feministas na imprensa, adquire forte ressonância, ao auxiliar o pensamento no sentido de perceber como o gênero determinou as posições discursivas dos sujeitos sociais que dessa mídia tomaram parte. E como, no mesmo sentido, a imprensa fortaleceu os espaços e as relações sexuadas, seja por meio das seções especializadas, ou em consequência dos anúncios veiculados, ou na reprodução e na validação dos discursos institucionalizados, sejam eles de teor médico, científico, jurídico, estético ou literário.

¹⁶⁴ BUSATTO, 1992.

¹⁶⁵ VELLOSO, Monica Pimenta. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; BESSONE, Tania Maria Tavares (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p.323.

¹⁶⁶ Idem. p.313.

¹⁶⁷ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; MACENA, Fabiana. “‘Semanário alegre, político, crítico e esfusante’: a construção do gênero na *Fon-Fon*”. In. *Temas de Mujeres: Revista del CEHIM*, ano 6, n. 6, p. 45-59, 2010. p.48.

Sugere-se, portanto, que a revista *Vida Capichaba* seja igualmente interpretada por meio do dispositivo de análise da tecnologia social do gênero.¹⁶⁸ Mecanismo que possibilita analisar os discursos ali impressos como parte do processo e do resultado da construção sociocultural do sexo em gênero. O que equivale a dizer que os discursos feministas veiculados na *Vida Capichaba* adquirem o estatuto de formulações que reforçaram, naquela sociedade, a partilha binária e desigual entre os sexos, contribuindo na demarcação dos espaços e das funções cabíveis a indivíduos biologicamente distintos. Principalmente em virtude dos argumentos conflitantes usados em favor de uma perspectiva social e política que fosse menos excludente para as mulheres. Como exemplifica a frase cunhada por Guilly Furtado Bandeira, uma das cronistas recorrentes desse periódico, no qual ela insemina em seu discurso a seguinte “verdade” paradoxal: “Grande é a responsabilidade da mulher na sociedade e maior ainda o é pela maternidade”.¹⁶⁹

Tal formulação demonstra, além do caráter ideológico patriarcal contido nesse tipo de discurso, certa intervenção tática que pretende, num dado momento, deslocar ou subverter as relações hierárquicas entre homens e mulheres, mobilizando para fins próprios as normas enunciadas pelo discurso dominante.¹⁷⁰ Aí, nota-se um intento muito particular, norteado pelo princípio de que era indispensável, para se alcançar resultados, apartar os conflitos entre os papéis públicos e privados das mulheres.

E tal postura, longe de ser calculada como um indício de fragilidade, de inconsistência política, de incapacidade de atingir a consciência de gênero, deve ser observada “como uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder”, convencidos de que uma luta aberta por seus objetivos seria facilmente obstruída pelas prerrogativas dominantes do seu momento histórico. Daí esse esforço de inteligibilidade que passa a cercar, por exemplo, o uso da imagem canonizada da maternidade pelas feministas, pois se, de um lado, elas demonstraram “aceitar certas diretivas estabelecidas para as mulheres pela ordem vigente, de outro, [buscaram] sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma”.¹⁷¹

Por isso, não importa o quanto os discursos feministas promovidos pelas intelectuais capixabas tenham sido marcados pelo gênero, ou o quanto tenham se apresentado de maneira

¹⁶⁸ LAURETIS, 1994.

¹⁶⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

¹⁷⁰ CHARTIER, 1995. p. 40-41.

¹⁷¹ SOIHET, 2006. p. 98.

paradoxal, contanto que eles sejam percebidos como algo que visava desestabilizar as relações de poder. Mesmo que seja inevitável atestar que, para atingir tal fim, as feministas tenham se apressado em internalizar a ideia de imutabilidade do masculino e do feminino.

Até porque, é preciso considerar que as ideias emitidas pelas intelectuais capixabas, na imprensa, não eram reflexões lançadas ao acaso. Havia toda uma projeção anterior que perscrutava qual seria o impacto produzido pela leitura de seus artigos, o que, voluntaria ou involuntariamente, interferia na confecção de seu próprio aparato textual. O jogo de expectativas e reações sociais, fossem elas aguardadas de maneira favorável ou não, induziam o uso de certa dosagem moderada na fala articulada das feministas. E, embora fossem mulheres que galgavam ótimas relações pessoais na sociedade e tivessem suas alianças e reconhecimento intelectual, ainda assim, não estavam blindadas frente à relutância de muitos em tolerar a ideia de igualdade entre os sexos. O que as obrigava a adquirir certo melindre discursivo ao demonstrar proximidade e mesmo compromisso com as ideias feministas.

Todos esses recursos estratégicos não eram em nada injustificados. No caso da revista *Vida Capichaba*, é possível observar uma multiplicidade de opiniões existentes a respeito do feminismo, muitas totalmente desfavoráveis a sua evolução. O que denota que, por mais receptivo e simpático que os seus diretores, Elpídio Pimentel principalmente, fossem com relação às ideias feministas, o campo continuava minado, dentro e fora dessa publicação, o que exigia uma atuação sempre ancorada a uma linha diplomática, paciente e moderada de discurso.

Independente das razões, dos filtros, dos recursos que levaram os editores da *Vida Capichaba* a dar publicidade a esse tipo de manifestação, o tema *feminismo* ganhou, paulatinamente, amplo destaque em suas páginas. No entanto, algumas suposições podem ser levantadas com vistas a contextualizar as motivações que levaram o grupo responsável pela linha editorial dessa revista a dar evidência a tal debate.

Quanto a isto, não se pode discordar do fato de que a “ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo [não estão de maneira alguma dissociados] do público que o jornal ou revista pretende atingir”.¹⁷² E as mulheres sempre foram apontadas como um público em potencial da revista *Vida Capichaba*, alvo vislumbrado desde o seu primeiro número, como indica este trecho do editorial de abertura:

¹⁷² LUCA, 2006. p. 140.

O Espírito Santo é um Estado de bellas mulheres, de creaturas suavissimas, para as quaes o espirito e o graça, a intelligencia e a finura, são os mais caros requisitos de belleza moral. E onde ha esplendidas mulheres, ha arte, ha poesia, e onde ha poesia, ha sonho, ha extase, ha embevecimento, ha perfumadas attitudes de credulo e romantico optimismo... Dedicamos a nossa revista á mulher espirito-santense. A mulher ainda é, na vida, a mais ardente protectora da arte e a mais requintada amiga do sonho...¹⁷³

A dedicatória soava quase como um apelo para que as mulheres capixabas tomassem por hábito a leitura do novo quinzenário. Não por menos, grande parte do público leitor dessa revista vai ser composta por senhoras e senhoritas da sociedade espírito-santense. E isso pode ser verificado só por meio da identificação, nos conteúdos, das seções e anúncios voltados particularmente para as leitoras do periódico. Assim, alguns espaços eram destinados exclusivamente para a redação de temas de grande interesse para o público feminino, os quais, de acordo com Buitoni, versavam sobre moda, literatura, beleza, amor, cuidados domésticos, família.¹⁷⁴

Na revista *Vida Capichaba*, esses temas eram veiculados por seções como “Cartas Femininas”, que abordavam vários assuntos destinados à mulher capixaba, indo desde a função de consultório sentimental até a de germinadora das ideias feministas; “Feminea”, que tratava especificamente de moda, conselhos de postura e notícias dos eventos mais expressivos ocorridos na sociedade vitorienne; “Alfinetadas”, seção que cobria os acontecimentos mais banais da vida social de Vitória como namoros, passeios, *flirts* e viagens. Sem falar dos concursos de beleza, das seções destinadas à publicação de fotografias das damas da sociedade espírito-santense, da “Pagina Feminina”, que expunha as últimas novidades no vestuário, além de todo o reclame publicitário que visava criar ou reforçar os hábitos de consumo das mulheres.

Todo esse aparato, acompanhado de muitos outros, como da abertura de um espaço de criação artística e literária voltado especificamente para a publicação de textos de autoria feminina, cimentaram ocasião para que o tema *feminismo* aparecesse conjugado a tal atmosfera de valorização de tudo que envolvia e interessava à mulher. Ao lado, portanto, de toda a reverência poética e transcendental da beleza, da feminilidade, da moral impecável, da sentimentalidade e da condescendência feminina se desenrolava outra versão nas páginas da revista *Vida Capichaba*, menos idealizada, muito mais próxima dos embates, das inquietudes,

¹⁷³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 1, abril de 1923.

¹⁷⁴ BUITONI, 1986. p. 21-23.

das expectativas e das lutas reais que encareciam tanto ou mais as experiências vivenciadas pelas mulheres na sociedade.

Essa articulação entre duas imagens tão distintas e, ao mesmo tempo, tão complementares, fazia parte das próprias ambiguidades em que se debatiam as leitoras da *Vida Capichaba*. Espremidas que estavam entre duas interpelações, a que as convidava a se manterem na inalterabilidade de suas vidas domésticas e domesticadas, e a que defendia o questionamento e a superação dessas definições tradicionais. E o lugar que a imprensa ocupava nessa disputa era o lugar do confronto, da conjunção e do choque entre opiniões e imagens discordantes. Por isso, não é de todo incompreensível a convivência, e até a afinação, desses dois discursos, o feminista e o feminino, nas edições da *Vida Capichaba*. E se entre as leitoras havia um número considerável de adeptas ao feminismo, não havia motivos para que seus colaboradores e diretores ignorassem tal fenômeno. Ao menos é assim que Ilza Dessaune, cronista da seção “Feminea”, identifica seu público, ao asseverar:

Sei que entre vós, caras leitoras, muitas adeptas ha do novo credo, e algumas exaltadissimas na defesa da sua opinião. Estamos, porém, entre mulheres; podemos, pois, deixar de parte todas as *poses* fatuas e postiças e examinar claramente a questão: não me direis, leitoras feministas, que tributo trarão á humanidade, á civilização, á propria comunidade feminista, as mulheres – *boxeuses*, as mulheres – fumantes, as mulheres – toureiras, etc. etc.?¹⁷⁵

Isso enquanto se debatia no argumento de que o feminismo não deveria ser uma caricatura rude e invejosa do masculino. E, nesse esforço em debitar de determinadas conquistas femininas seu valor social, a cronista, no papel de confidente, permitiu suas leitoras que se destituíssem, mesmo que momentaneamente, da falsa identidade feminista, oferecendo, portanto, uma referência, não tão exata, mas útil, de que o *feminismo* era uma faceta das mulheres espírito-santenses. Esse era só mais um capítulo do debate apregoado pelo feminismo nas páginas da revista *Vida Capichaba*, o qual tanto contribui para a noção aqui defendida de que a publicidade dada a tal tema fazia parte da dinâmica de comunicação com o universo do público leitor, que se supunha ativo, sendo, portanto, capaz de dar novos sentidos e significados ao texto.¹⁷⁶

Além dessa motivação, muitas outras podem ser requisitadas para explicar o porquê da presença dos temas feministas numa revista dirigida por homens, predominantemente

¹⁷⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 71, 30 de junho de 1926.

¹⁷⁶ VELLOSO, 2006. p.326.

literária, e reprodutora da moral conservadora, que amplificava o modelo feminino de pureza, fragilidade, futilidade e domesticidade. Todas, de uma forma ou de outra, convergem para a noção de que a mulher, como alvo exponencial não só da revista *Vida Capichaba*, no Espírito Santo, mas da imprensa da Primeira República de um modo geral, vinha já numa crescente intensificação de suas atividades na arena pública, o que refletia, conseqüentemente, no adensamento de sua presença nos próprios meios de comunicação da época.¹⁷⁷ E isso demonstrava, acima de qualquer coisa, que havia um mercado feminino lucrativo no qual valia a pena investir.

A estratégia se concentrava em estimular as mulheres a assumirem não só o papel de produtoras como igualmente de consumidoras, por meio da construção de uma imagem feminina autoconfiante, que enfatizava o quanto as questões e os problemas relativos a elas constituíam temas sociais importantes. Assim, era explorada a imagem da “nova mulher” na imprensa, equilibrando o retrato formal feminino à oferta de modelos alternativos. Estratégia bem-sucedida que a revista *Vida Capichaba* buscou igualmente operacionalizar.

E, no final das contas, esse periódico circulou por cerca de três décadas, de 1923 até o ano de 1957, contabilizando exatos 34 anos de frequência. No decorrer dos quais a revista pôde retratar as diversas mudanças ocorridas na sociedade espírito-santense, desde as relativas às questões políticas até às determinadas pelos costumes, modas e comportamentos, tanto da elite, que era o público que lhe interessava, quanto especificamente das mulheres.

Não se pode deixar de frisar, além disso, o fato de que a revista *Vida Capichaba* figurou como um dos principais suportes que propiciaram às mulheres intelectuais capixabas caminharem mais firmemente na direção de uma conquista do território da escrita, incentivando-as à carreira literária por meio da publicação de seus artigos, poemas, crônicas e pequenos romances. Oportunidade que, sem dúvida, acabou instigando-as a avançarem para além dos códigos dominantes, dentro dos quais conseguiram incluir assuntos, preocupações e mudanças de discurso, em grande medida disseminadores do pensamento feminista. Como compreende Sarlo, o discurso era frequentemente a única atitude e o único recurso disponível às mulheres durante um longo percurso de sua história.¹⁷⁸

¹⁷⁷ BESSE, 1999.

¹⁷⁸ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: USP, 2005. p. 193.

Por isso mesmo, antes de prosseguir na travessia analítica acerca dos temas que cercaram o conteúdo feminista atrelado à revista *Vida Capixaba*, é interessante discorrer rapidamente sobre os espaços e os circuitos precursores de discussão e produção nos quais as mulheres se envolveram e, nesse ínterim, as mulheres capixabas, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX. Aqui, a discussão se atém ao espaço projetado pela imprensa, principalmente a dirigida e a editada por mulheres, espaço voltado tanto para as atividades literárias quanto jornalísticas das mulheres letradas, o qual surgiu praticamente no rastro dos movimentos feministas e das campanhas republicanas. Caracterizado, além de tudo, como um campo permitido de ensaio e de passagem para a atuação da mulher na vida pública.

Literatas, feministas, jornalistas

Como se tem buscado demonstrar, a imprensa foi, desde a primeira metade do século XIX, o primeiro instrumento de disseminação das ideias feministas no Brasil e, logo em seguida, o primeiro dispositivo em torno do qual as mulheres puderam se organizar. Isso indica que antes mesmo da fundação de um jornal feminista, as mulheres já colaboravam com artigos na imprensa, mais comumente a feminina, caracterizada pela publicação de jornais dirigidos por homens, mas dedicados às mulheres, os quais abordavam temas como moda, literatura, belas-arts, teatro e outros tipos de entretenimento. Embora esse conteúdo não estivesse ausente dos primeiros jornais feministas, esses se diferenciavam por serem inteiramente redigidos por mulheres e por acrescentarem à sua linha editorial uma forte dose de crítica, com o firme propósito de incentivá-las a se emanciparem por meio da educação e da profissionalização.¹⁷⁹

O primeiro periódico feminino de que se tem notícia surgiu em 1827, no Rio de Janeiro, chamado *O Espelho Diamantino*, nasceu, como aqueles que o sucederam, sob o signo da literatura, acompanhado logo depois pelo da moda.¹⁸⁰ *O Espelho das Brasileiras* fez sua estreia pouco tempo depois, no ano de 1831, na cidade de Recife. Segundo consta, os primeiros escritos de Nísia Floresta teriam sido publicados nesse veículo, um ano antes da publicação de seu primeiro livro, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que foi

¹⁷⁹ Dulcília Buitoni identifica como sendo imprensa feminina toda aquela dirigida e pensada para mulheres, enquanto a feminista, apesar de se dirigir ao mesmo público, é assim definida por defender causas.

¹⁸⁰ BUITONI, 1986. p. 37.

levado a público como uma obra traduzida livremente do texto de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman*, publicado em Londres em 1792.¹⁸¹ Daí por diante, as publicações periódicas desse gênero se multiplicaram, acompanhadas do aumento no número de leitoras, a maior parte pertencente aos grupos mais abastados, instigado, dentre outras razões, pelo casamento bem sucedido entre moda e literatura.

Sob títulos alegóricos, sugestivos da “fragilidade e da meiguice feminina”, como *A Camélia*, *A Violeta*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *A Grinalda*, *O Espelho*, *Jornal das Moças* e assim por diante, esses jornais se sucediam abrindo espaço para a voz feminina ao mesmo tempo em que cultivavam a imagem da “rainha do lar”, reforçando o papel dependente da mulher naquela sociedade em transição.¹⁸²

O deslocamento para uma postura mais questionadora e reivindicativa só irrompeu com o início do periodismo feminino no Brasil¹⁸³ – marcado pela circulação de *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873) e o jornal *A Família* (1888) – momento em que as fundadoras e diretoras dessa imprensa passaram a registrar uma série de artigos que salientavam a necessidade de se conquistar direitos, principalmente os relacionados à educação, ao trabalho e, posteriormente, aos direitos políticos.

Adotando uma perspectiva feminista muito mais nítida a partir de então, as mulheres começaram a utilizar a fórmula literatura-imprensa como canal de expressão para uma fala sufocada que acumulava toda uma carga de pensamentos e de críticas. Foi assim que escritoras, cronistas, literatas e poetisas, que já tinham agregada em sua formação uma ideia menos subalterna do papel da mulher, se apropriaram do jornalismo para se fazerem representar no debate, motivado por elas mesmas, acerca da conquista dos direitos femininos.

¹⁸¹ Embora a própria autora tenha vinculado o seu trabalho ao da feminista inglesa, análises posteriores verificaram que sua principal inspiração partiu de outro texto, de 1739, intitulado *Woman not inferior to man*, que seria, no final das contas, uma apropriação de um escrito mais antigo, do pensador francês François Poulain de La Barre. A atribuição do texto traduzido à feminista inglesa não teria passado então de uma estratégia de Nísia Floresta para gerar maior impacto e credibilidade no meio intelectual, o que parece ter funcionado, já que esse é considerado o *texto fundante* do feminismo brasileiro. Ver: FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 79-80.

¹⁸² MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008. p. 373.

¹⁸³ De acordo com June Hahner, o primeiro órgão da imprensa editado por mulheres a circular no Brasil foi *O Jornal das Senhoras*, publicado no Rio durante o ano de 1852, correspondendo a uma iniciativa ousada de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina que viveu no Rio de Janeiro e que demonstrou forte convicção na extensão do ideal de progresso à posição ocupada pela mulher na sociedade e na família. Para maiores detalhes, consultar: HAHNER, 1981. p. 34-43.

Essa relação intrínseca entre feminismo e prática literária feminina é marca característica da trajetória de ambos no Brasil. Não só o feminismo encontrou nas escritoras brasileiras uma fonte por onde jorrar, como as próprias literatas puderam integrar à sua visão de mundo uma perspectiva menos resignada e, por sua vez, mais atenta às discrepâncias que permeavam a situação da mulher. Nomes como o de Joana Paula Manso de Noronha, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, Narcisa Amália de Campos, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Josephina Álvares de Azevedo e Presciliana Duarte de Almeida foram pioneiros na iniciativa de tecer essa relação, cada vez mais complementar, entre a literatura e o engajamento feminista. Na direção de seus respectivos periódicos, elas inovaram a tônica de suas produções literárias incentivando a adesão de outras mulheres como colaboradoras e como partícipes da mesma causa.¹⁸⁴

Um pouco mais tarde, já na década de 1890, e adentrando o século XX, outras escritoras selaram seu compromisso com a imprensa e com o debate político da emancipação da mulher. Elas se depararam, nesse momento, com uma conjuntura bastante diferente da enfrentada pelas primeiras editoras e jornalistas. O contexto não era mais o do Império, e a estrutura dos grandes centros começava a abandonar a fisionomia provinciana. A República dava seus primeiros passos e vinha acompanhada da promessa de modernidade, reforma e progresso, novidades que, inevitavelmente, repercutiram em mudanças no conteúdo e no papel desempenhado pela imprensa, bem como nas exigências morais que recaíam sobre a mulher.

Enquanto os jornais perdiam a sua feição artesanal e o caráter opinativo e doutrinário das suas manifestações, sendo gradualmente substituídos por um jornalismo mais profissional e noticioso, alterações iam redefinindo, na mesma proporção, o circuito da participação feminina na imprensa. No final do século XIX, ninguém mais duvidava da capacidade intelectual da mulher, e, além de talentosas escritoras, elas tinham demonstrado plena competência também na administração de seus próprios veículos periódicos. Alguns chegaram a circular por mais de vinte anos, como é o caso do jornal *O Sexo Feminino*, da professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que criado em 1873 na cidade de Campanha, em Minas Gerais, foi transferido para o Rio de Janeiro onde, a partir de 1890, passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, permanecendo na ativa até 1896. Apresentando uma frequência igualmente ininterrupta, o jornal *A Família*, dirigido pela

¹⁸⁴ DUARTE, 2003.

jornalista e dramaturga Josephina Álvares de Azevedo, se manteve em circulação por quase dez anos, deixando de ser impresso no ano de 1897.

O que esses empreendimentos de fôlego demonstram é que, à mercê de todas as dificuldades financeiras e de todas as investidas hostis remetidas às publicações feministas, as mulheres conseguiram desembainhar suas reivindicações preliminares transformando-as em verdadeiros projetos de mudança. Para tanto, foi preciso que concomitante ao amadurecimento das ideias feministas as mulheres se adaptassem, e adaptassem seus discursos, ao movimento ascendente da imprensa e do próprio movimento feminista.

É possível observar que, a partir da década de 1890, tanto o jornal quanto a escrita de coloração feminista adquiriram aspectos peculiares à transição secular. De modo que as inovações culturais e tecnológicas, desdobradas em infraestrutura urbana e em novos códigos de convivência social, logo se refletiram nos métodos e no lugar ocupado pela imprensa, ao passo que as estratégias feministas também se tornaram sensíveis a essas alterações.

Vê-se, portanto, que, mesmo antes da modernização da imprensa se intensificar nos grandes centros, o número de mulheres que editavam jornais ou neles escreviam já havia crescido consideravelmente, sendo acompanhado pelo aparecimento de novas publicações feministas, como o jornal *O Direito das Damas* (1882), de Idalina d'Alcantara Costa; *Echo das Damas* (1885), de Amélia Carolina da Silva Couto e *A Mensageira* (1897), de Presciliana Duarte de Almeida. O que esses títulos mantinham em comum com os órgãos feministas das décadas anteriores esbarrava exatamente nos traços que seriam abandonados pelas próximas editoras e colaboradoras da imprensa, a começar pelo abrandamento no conteúdo discursivo sobre a emancipação da mulher.

Toda a franqueza e a ingenuidade características da fala enérgica das precursoras na imprensa, decorrentes de seu momento histórico, e do que elas entendiam como apropriado para se fazerem notar naquela dada ocasião, foi lentamente soçobrada, vigorando em substituição uma política de persuasão mais sutil. Essa mudança, antes de representar apenas um simples processo de adesão a uma postura mais conservadora, como acredita June Hahner, está relacionada particularmente ao impacto da história sobre as táticas feministas, como associa Joan Scott. Sendo o feminismo uma busca constante, ele não está por isso isento da influência

do tempo e, portanto, “da influência da mudança dos contextos políticos sobre o pensamento e as idéias, bem como sobre a militância das sucessivas gerações de feministas”.¹⁸⁵

O formato impresso e os discursos feministas que passaram a prevalecer nos grandes centros, com a chegada do século XX, respeitavam a nova dinâmica social como uma forma de se manterem atualizados frente aos novos jogos de poder, os quais requisitavam, por sua vez, novas formas de intervenção. Assim, o novo cenário em que mulheres como Júlia Lopes de Almeida, Ignez Sabino Pinho Maia, Maria Clara Vilhena da Cunha, Maria Eugênia Celso, Gilka Machado, Maria Lacerda de Moura, Mariana Coelho,¹⁸⁶ e as capixabas Maria Antonieta Tatagiba, Haydée Nicolussi, Guilly Furtado Bandeira, Lydia Besouchet, Hersila Valverde e muitas outras vivenciaram, com a virada do século, e como representantes que eram da nova geração de pensadoras e escritoras, exprimia exatamente todas as mudanças sucedidas na capilaridade social.

No caso das mulheres, a modernização da infraestrutura das cidades, seguida por uma gama de redefinições e de reajustes nas condutas e nos códigos culturais, implicava uma série de abandonos. O abandono do ideal quase unânime do “anjo do lar”, tanto na ficção quanto na perspectiva da vida real. O abandono da obsessiva pregação em torno da doçura e da indulgência feminina. O abandono do modelo esqualido e ocioso de beleza feminina. O abandono, enfim, de uma quimera de castidade e passividade por outra, centrada primordialmente na campanha da “mulher moderna”. Tudo nesse entalhe era diametralmente oposto ao que se valorizava no modelo das gerações anteriores:

¹⁸⁵ SCOTT, 2002. p. 152.

¹⁸⁶ Zahidé Muzart (2003), Constância Lima Duarte (2003) e Heloísa Buarque de Hollanda (1992) elencam alguns nomes de escritoras que, durante o século XIX e XX, colaboraram na imprensa de outras províncias, distantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, como Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais, as quais se mantinham, em grande parte, desconhecidas. Assim, alguns nomes merecem destaque como o de Marieta Alves; Ana Autram; Albertina Berta; Amélia Bevilaqua; Carmem Dolores; Maria Josefa Barreto; Rosa Valente; Delminda Silveira; Ubaldina de Oliveira; Ana Luísa de Azevedo Castro; Júlia da Costa; Beatriz Francisca de Assis Brandão; Clarinda da Costa Siqueira e Delfina Benigna da Cunha. As atividades dessas mulheres estiveram concentradas principalmente na imprensa do século XIX. Certamente, um número muito superior de nomes continua obscurecido pela dificuldade de se reunir esses registros. No caso do Espírito Santo, desde a década de 1990, alguns pesquisadores têm se dedicado a elaborar antologias, críticas literárias e análises históricas com o objetivo de reavivar a importância de alguns nomes femininos para as letras capixabas, os quais compõem registro igualmente interessante para se pensar a história do feminismo nesse Estado. E uma das mais constantes colaborações, nesse sentido, vem da produção bibliográfica do pesquisador Francisco Aurélio Ribeiro, que já reúne uma série de títulos com ênfase para essa temática no Espírito Santo. Dentre alguns, recomenda-se: RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Antologia de escritoras capixabas*. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1998.

O piano foi trocado pelo esporte, na era do rádio e da vitrola; as longas tranças pelos cabelos curtos colados à cabeça; o roupão de banho pelo *maillot* curto e *revolucionariamente vermelho*. Além disso, *a mulher moderna* é muito prática e racional, buscando na educação e na atividade profissional uma alternativa segura para a vida que o casamento tradicional falha em oferecer.¹⁸⁷

O surto das revistas ilustradas, nesse contexto, estabeleceu o grande divisor de águas. Foram essas publicações as principais propagandistas do modelo da “mulher moderna”, seja por intermédio dos anúncios, das colunas de moda e comportamento, seja pelas páginas dedicadas ao cinema. Contudo, nem sempre, era esse o ideal desejado para as mulheres brasileiras, pois ao mesmo tempo em que eram impelidas a “revolucionar” sua individualidade, elas se deparavam com uma série de exigências e de empecilhos que tinham por intenção detê-las no reduto doméstico, dedicadas à pedagogia, à economia e à sociabilidade familiar.

Esse choque de interesses causado pela transformação dos hábitos de uma geração para outra transparecia não só por meio do jogo conflituoso da imprensa em incentivar, na mesma medida em que reprimia, a incorporação exemplar da “nova mulher”, como também era visível nas próprias inquietações e nos discursos contraditórios produzidos pelas mulheres intelectuais que colaboravam para diversos jornais e revistas da época. E, assim como os comportamentos femininos receberam novos investimentos, também a relação das mulheres com a escrita sofreu alterações significativas nos idos do século XX.

A mudança na relação da mulher com a escrita ocorreu igualmente por meio de uma série de abandonos e de ajustes. Se, como assinala Chartier, a mulher usava como recurso frequente o anonimato para dissimular a sua identidade, sendo esse um dos traços marcantes da escrita feminina durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a partir de 1900 esse se torna menos um instrumento de ocultação do que de afirmação de uma nova identidade.¹⁸⁸ O mesmo procede com o destino de suas obras, secularmente destinadas a um público restrito e familiar, com o

¹⁸⁷ RAGO, 2005. p. 209.

¹⁸⁸ Esses traços são certamente insuficientes para qualificar a escrita feminina, pois muitos deles caracterizaram também a relação do homem com tal prática, no entanto, por mais que essa escrita tenha sido marcada por um “código de comportamento partilhado pelos dois sexos”, com as mulheres acatando normas e convenções que as mantinham numa posição marginal e dominada, não há como se esquivar da noção de que as condições que cercavam essas alternativas (anonimato, edição, notoriedade) eram diferentes para homens e mulheres: enquanto às mulheres era negada qualquer perspectiva de instrução erudita, aos homens era a única opção de desenvolvimento intelectual; enquanto às mulheres impunha-se a regra do silêncio, aos homens saber discursar era quase uma obrigatoriedade; enquanto às mulheres era reservado o claustro doméstico e todas as limitações de espaço e aprendizagem que isso implicava, aos homens era garantida a exclusividade no reduto público. Daí já se pode vislumbrar alguns fatores de diferença, relacionados às representações da inferioridade feminina, as quais, longe de “só indicar figuras do imaginário masculino, incansavelmente repetido e mostrado, se [inscreviam, para além,] nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros”. Essa discussão se encontra em CHARTIER, 1995.

adentrar do século XX passam a adquirir cada vez mais projeção, principalmente por meio da imprensa.

No Espírito Santo, todas essas alterações ocorreram um pouco mais tardiamente, tanto no que se refere à participação das mulheres nos meios de comunicação, quanto ao próprio envolvimento delas com a escrita e, sobretudo, quanto à inscrição de um teor feminista nos textos das escritoras capixabas.

Se a década de 1880 marcou a entrada das mulheres espírito-santenses na imprensa local, com a divulgação mais permanente de algumas de suas produções literárias, os anos de 1920 assinalaram a maior densidade dessa exposição, assim como o despontar de um discurso mais ousado e filiado ao projeto feminista. Antes dessa data, contudo, não há qualquer registro que informe sobre uma possível produção literária de autoria feminina no Espírito Santo. O que não caracteriza nenhuma anomalia, já que, por exemplo, em todo o Brasil, só se tem notícia da publicação de um romance escrito por uma mulher no ano de 1859, intitulado “Úrsula”. Livro de autoria da maranhense Maria Firmina dos Reis, “considerado o primeiro romance de uma autora brasileira”.¹⁸⁹

E se for considerado o panorama das letras capixabas, menos arbitrariamente ainda se pode julgar da ocasião um tanto tardia com que as mulheres espírito-santenses assumiram o desafio de se tornarem escritoras. Tal qual analisa Carvalho,¹⁹⁰ o próprio movimento local em torno da literatura não aconteceu de forma substancial e contínua. Ele tem início no final do século XVIII e só encontra condições mais propícias de produção e circulação a partir da segunda metade do século XIX. Sendo que somente no decorrer das primeiras décadas do século XX é que se registram produções literárias mais expressivas e vultosas no Estado.

Não há como ignorar, além disso, todas as dificuldades que obstaculizavam as mulheres ascenderem à palavra, não só no caso particular das mulheres, no Espírito Santo, como em toda a história ocidental. Conforme essa narrativa, foi somente a partir do século XVIII adentrando o XIX, que um contingente maior de mulheres começou efetivamente a escrever e a publicar, principalmente na Europa e em algumas regiões das Américas. A negação de sua

¹⁸⁹ TELLES, 2004. p. 410.

¹⁹⁰ CARVALHO, 1982.

autonomia, de sua subjetividade, tão necessária à criação e à negação de uma educação mais erudita, tornava conseqüentemente custosa a projeção da mulher enquanto escritora.¹⁹¹

Tais limitações atingiram com grande impacto as mulheres capixabas que detinham alguma pretensão literária, as quais eram constantemente impelidas a situarem de maneira irreconciliável as atribuições convencionais imputadas ao seu sexo e o desejo incontido de seguirem a carreira de letradas. Tensão difícil de ser anulada pela própria situação de ignorância e de submissão em que se pretendia manter a mulher. O que demandou, por parte daquelas que conseguiram se destacar nesse meio, muitas articulações frente ao círculo intelectual de sua época.

Uma das primeiras escritoras capixabas a arquitetar seu reconhecimento e a se tornar, portanto, notável no circuito literário espírito-santense chamava-se Adelina Tecla Correia Lyrio.¹⁹² De acordo com Mesquita,¹⁹³ Adelina Tecla foi uma das primeiras escritoras a encontrar ocasião de publicar seus textos de forma contínua na imprensa local. Data de 1882 o ano em que ela se tornou colaboradora assídua do jornal *Província do Espírito Santo*, assumindo igual posto no ano de 1883 no jornal *A Folha da Victoria*. Nesse, ela dividiu espaço com os mais proeminentes nomes da intelectualidade capixaba, como Affonso Claudio, Aristides Freire, Augusto Calmon, Cleto Nunes, Ferreira Vianna, Domingos Vicente, Francisco de Lima Escobar, Muniz Freire e Joaquim Pessanha Póvoa.¹⁹⁴

Apesar de ser, nesse momento, uma das mais conceituadas educadoras do Estado, com iniciativas inovadoras para o ensino público, projetando ideias como a do ensino misto e a do Teatro Infantil,¹⁹⁵ e de ter, no ano de 1883, se associado à causa abolicionista, suas principais contribuições na imprensa se resumiam a uma coletânea de estrofes românticas que versavam sobre a sensibilidade feminina, o pessimismo, a melancolia, o desejo de evasão e a recordação de um passado longínquo. Por esse e outros motivos Adelina Tecla encontrou grande apoio no

¹⁹¹ TELLES, 2004.

¹⁹² Francisco Aurélio Ribeiro anuncia o nome de duas escritoras capixabas que teriam se formado numa geração de escritoras anterior a de Adelina Tecla. Seriam elas, Mariana da Conceição Barata e Amália Augusta Nobre Figueiroa. A primeira chegou a publicar versos no jornal *Correio da Victoria*, em dezembro de 1849, enquanto a última é citada apenas como uma mão pródiga para a escrita de composições, não ficando explícita a sua participação na imprensa. Ver: RIBEIRO, 1998. p. 16.

¹⁹³ MESQUITA, Letícia Nassar Matos. *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revolução de Adelina Lírio*. Vitória: IHGES, 1999.

¹⁹⁴ PEREIRA, 1979. p. 74-77.

¹⁹⁵ LAZZARO, Agostino. *A face múltipla e vária: a presença da mulher na cultura capixaba*. Vitória: Lei Rubem Braga (PMV), 1995.

núcleo literário masculino, por não incluir elementos estranhos à prática de escrita que se aguardava que fizesse parte do ato de criação feminina.

Certamente, isso não a impediu de romper uma cadeia de preconceitos, já que mais do que escrever artigos, fazer versos continuava a ser uma atividade imprópria ao sexo feminino. Contudo, Adelina, ao lado ainda de Orminda Escobar Gomes, Cecília Pitanga, Cacilda Werneck e Sílvia Meireles da Silva Santos, permanecia essencialmente atada às peias do repertório masculino. E, mais do que representar uma geração de mulheres pioneiras nas letras, ela era o próprio símbolo da transição, pois no entendimento de Norma Telles, o processo de fazer-se escritora requeria uma sequência de homicídios e de renascimentos, pois

As mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisariam escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade (...) [tendo] de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava.¹⁹⁶

Foi exatamente esse o processo que as escritoras capixabas, das duas últimas décadas do XIX e do primeiro decênio do século XX, enfrentaram, ou seja, o esforço fundador, nos limites da história local, de desencarnar o extemporâneo das suas habilidades intelectuais para tornar visível a sua força criadora. Essa posição sugere que elas transpassaram com sucesso a primeira dificuldade, que era a de ter acesso à palavra, mas que o obstáculo seguinte, o de explorar reflexões concernentes à luta pelos direitos da mulher, precisou de um tempo mais delongado para fixar lugar nos discursos das intelectuais capixabas. Constatação que não diminui em nada o mérito e a estratégia usada por essas predecessoras para expressar publicamente suas produções, as quais, “por menos que fossem, eram sempre mais do que lhes era possível ou permitido”.¹⁹⁷

Sem ter havido no Espírito Santo, como em tantas outras partes do Brasil, a publicação de periódicos dirigidos por mulheres e destinados somente a esse público, as produções literárias das escritoras capixabas tiveram que disputar espaço, na imprensa local, com a escrita de autoria masculina. Isso fez com que, certamente, o perímetro de acomodação dos textos femininos ficasse significativamente reduzido, posto não haver nenhuma iniciativa na imprensa que desse prioridade às mulheres como colaboradoras. Na ausência, portanto, de uma imprensa feminista as literatas capixabas, tanto do final do século XIX quanto do início

¹⁹⁶ TELLES, 2004. p. 409.

¹⁹⁷ MUZART, Zahidé Lupinacci. “A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira”. In: COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 13.

do século XX, ficaram comprimidas entre duas possibilidades mais acessíveis de publicação: os jornais, com seus suplementos literários, e a imprensa feminina.

Conforme a resenha cronológica feita por Heráclito Amâncio Pereira acerca dos títulos que compuseram a imprensa capixaba de 1840 a 1926, contam-se dez periódicos que podem ser classificados como “dedicados ao bello sexo”, publicados tanto na capital quanto no interior.

A peculiaridade dessas publicações está relacionada principalmente à essência de seu conteúdo. E, embora não necessariamente, mas, na maioria das vezes, tenha sido fundada e dirigida por homens, a imprensa feminina figurou como o primeiro espaço a propiciar às mulheres capixabas ascenderem ao cargo de redatoras e editoras. Assim como ocorria nos jornais, o nome de mulheres também era um dado um tanto comum na imprensa feminina, apesar de aparecerem sempre em menor número na lista de colaboradores. A diferença estava em que foi num desses órgãos que, pela primeira vez, uma mulher ocupou a função de redatora. A façanha foi realizada por D. Octavia Mululo, que redigiu o periódico *Magnolia*, fundado em fevereiro de 1884.¹⁹⁸

Depois desse marco fundador, outro registro dessa natureza só se fez presente no ano de 1913, com o periódico literário *Alvorada*, o qual esteve sob a responsabilidade de Maria Leonidia Pereira, que, no primeiro número de seu semanário ilustrado, redigiu que o objetivo do seu periódico não era outro “senão o de abrigar em suas columnas as produções literarias da mocidade de ambos os sexos”.¹⁹⁹ Contudo, não era um veículo da imprensa destinado ao sexo feminino, pois o fato de ser redigido e dirigido por uma mulher não é uma “condição necessária para que o qualifiquemos de feminino”. O grande elemento definidor dessa linha de publicação continua sendo o sexo de suas consumidoras.²⁰⁰

Anterior ao semanário *Magnolia*, somente o *Jornal das Moças* se caracteriza como um órgão da imprensa feminina publicado em terras capixabas. Esse periódico fez sua estreia em abril do ano de 1877. E, segundo descrição de Amâncio Pereira, era um “pequeno periódico dedicado ao sexo feminino e redigido por um pai de família”.²⁰¹

Após essas duas imersões, outros títulos se sucederam como o *A Grinalda* (1889), o *Calendário da Casa Verde* (1889), *O Rouxinol* (1890), da cidade de Anchieta, ao sul do

¹⁹⁸ PEREIRA, 1979. p. 78.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ BUITONI, 1986. p. 8.

²⁰¹ Idem. p. 71.

Espírito Santo, *A Madresilva* (1893), de Cachoeiro de Itapemirim, o *Alecrim* (1893), *O Beijo* (1900), o *Guttenberg* (1906) e *O Lyrio* (1916), de São Pedro do Itabapoana. Todos se enquadram numa mesma descrição por indicarem claramente a quem se dirigiam, por apresentarem certa segmentação que distinguia, de maneira bastante óbvia, a mulher enquanto o único sujeito portador da linguagem emitida. A mulher fazia parte da caracterização da imprensa feminina não só como receptora, mas, muitas vezes, como sua produtora.²⁰²

Nota-se, por conseguinte, que a imprensa feminina capixaba se constituiu, ao lado dos jornais, como um canal expressivo de divulgação da escrita de autoria feminina. Nomes como o de Ormindá Escobar, geralmente encoberto pelo pseudônimo de Alcina Mary, Carolina Pichler, Narcise Araujo, Malvina Lyrio e outros são citados como pertencentes ao elenco de colaboradores dos periódicos enumerados. Isso, é certo, não indica a aquisição de uma fala independente por essas mulheres. Os textos, poemas, artigos, notas, praticamente não ultrapassavam a fórmula miscelânea, ou seja, um pouco de tudo, sem aprofundar nada. O discurso feminista não aparece aliado a esse momento do jornalismo feminino, no Espírito Santo. O mesmo só vai avultar a produção escrita das mulheres no decorrer das décadas iniciais do século XX. Ainda assim, não há outras informações disponíveis que indiquem em quais outros órgãos da imprensa capixaba as mulheres deram vazão aos investimentos discursivos feministas além da revista *Vida Capixaba*.²⁰³

Não ter, portanto, explorado um debate mais politizado acerca da situação feminina nas malhas da sociedade patriarcal, não faz com que as mulheres capixabas, literatas que escreviam na imprensa, sejam consideradas sujeitos totalmente inconscientes de sua condição. Acontece que a literatura, acompanhada de textos rotulados por assuntos tradicionais como conselhos de saúde, trabalhos manuais e economia doméstica, antecedeu largamente, na voz insurgente das mulheres, o tipo de ensaio polêmico que os homens há muito faziam circular na imprensa. Conforme apressa Muzart, “o ensaio, como gênero masculino – porque expressava e defendia idéias –, raramente estava ao alcance das mulheres”. E, segundo constata, é somente a partir do século XX que elas passam a explorar com mais afinco e menos “pudor” ensaios de cunho político e ideológico.²⁰⁴

²⁰² BUITONI, 1986. p. 8.

²⁰³ É bastante provável que outros órgãos da imprensa local tenham disponibilizado espaço para que as mulheres intelectuais capixabas publicassem artigos de crítica e de defesa acerca dos programas feministas. No entanto, seria necessário um trabalho mais amplo de arquivo para corroborar tal suposição. O que, para o presente trabalho, escapa às intenções.

²⁰⁴ MUZART, 2002. p. 13.

Isso explica e ajuda a contextualizar, ao menos em parte, o silêncio, o conformismo e a introspecção das mulheres capixabas frente a temáticas mais polêmicas como as que moviam os discursos feministas durante o período em que escreviam para a imprensa do século XIX. Situação que só começa a mudar a partir do momento em que o feminismo adquire uma feição menos ameaçadora, o que coincide com o envolvimento cada vez mais convicto das mulheres de estratos superiores com essa luta, o que só ocorreu adentrado o século XX.

Mais confortáveis em tratar de tal assunto publicamente, sem omissão de autoria, longe de pretenderem anonimato, as mulheres intelectuais espírito-santenses, enquanto colaboradoras da revista *Vida Capichaba*, passaram então a elaborar reflexões subsidiadas pelos projetos e pelas justificativas de teor feminista, com vistas a problematizar, para em seguida oferecer às suas leitoras, uma alternativa de feminismo mais viável de ser praticada dentro da realidade social em que viviam.

Amparadas, assim, pelo contato já estreitado entre suas precursoras e a imprensa, a geração da intelectualidade feminina capixaba dos anos 1920 pôde multiplicar, junto a alguns veículos de comunicação, as arestas de participação/intervenção feminina na vida pública. Assim, pelas vias do discurso, elas fizeram circular as ideias relativas à ação e ao pensamento pleiteado pela propaganda feminista. E é sobre os detalhes desse registro que as reflexões seguintes se debruçam.

O tema feminismo nas páginas da *Vida Capichaba*

Assim como outros temas em voga nas páginas da imprensa ilustrada, na década de 1920, como o modernismo na literatura, a fixação pelo embelezamento urbano, a prática do *footing*, os meandros da política oligárquica e muitos outros, o *feminismo* também se tornou um assunto popularizado nesse período. A sua recepção na revista *Vida Capichaba* se deu de maneira relativamente abrangente e o tema passou a ocupar parte considerável das preocupações dos articulistas dessa revista. Principalmente se por *feminismo* for considerado

tudo que envolve os discursos e as práticas políticas e sociais relativas à ascensão das mulheres na sociedade.²⁰⁵

Inscrita como um semanário moderno e ilustrado, de coloração literária, a *Vida Capichaba*, apesar de buscar chamar a si o público feminino, não chegou a se especializar como uma revista feminina, tampouco feminista.²⁰⁶ As mulheres faziam parte do seu núcleo de colaboradores, mas nunca ultrapassaram os homens em número e evidência, como também não chegaram a ocupar nenhum cargo na direção desse periódico. E muito raramente assinaram artigos que estampavam a página do seu editorial de abertura.²⁰⁷ Com exceção de alguns nomes, como o de Haydée Nicolussi, que teve textos publicados no espaço dedicado a artigos de fundo da *Vida Capichaba*, a maior parte dos escritos de autoria feminina apareceram, até ao menos o ano de 1934, mesclados ao conteúdo. Outros chegaram a ocupar um lugar permanente nas edições da revista, como os que se direcionavam para algumas seções fixas. Entretanto, de um modo geral, representavam uma parcela ainda minoritária de colaborações.

Mesmo descendendo dessa característica – mais cultural e menos politizada, mais de situação e menos crítica, mais masculina do que feminina –, a revista *Vida Capichaba* soube aglutinar diferentes parcelas de público sob diferentes linhagens ideológicas e estéticas. O que atribuiu uma tonalidade bastante versátil às suas edições. Não sendo nem exclusivamente voltada para o público feminino, nem comprometida com o programa de defesa pelos direitos políticos e civis das mulheres, a *Vida Capichaba* ainda assim abriu arestas para maiores reflexões nesse

²⁰⁵ Para Duarte, o feminismo deve ser compreendido em um sentido amplo, para que nenhum momento dessa luta deixe de ser valorizado. Ela entende, por isso, que feminismo é “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”. Essa definição abrange em seu entorno um conjunto de atos que, por não serem propriamente resultantes de um movimento organizado, apontam para a existência de práticas feministas também na esfera doméstica, no trabalho, em todo plano de experiência e de vivência que nem sempre é publicamente visível, ou, embora arquitetado no mundo público, nem sempre se assemelha a uma prática de militância. Para uma leitura mais sistematizada do conceito *feminismo*, consultar: DUARTE, 2003; ALVES, 2007.

²⁰⁶ De acordo com Sodré, “as revistas ilustradas, aparecendo na fase em que imprensa e literatura se confundiam... submeteram-se, inicialmente, ao domínio da aliena o cultural..., buscando emancipar-se depois, ao se tornarem principalmente mundanas, e até femininas umas, e principalmente críticas outras”. SODRÉ, 1966. p. 346.

²⁰⁷ Sendo o editorial de abertura um espaço de elevado destaque na revista, nota-se que publicar ali resultava alcançar todo um *status* de autoridade frente ao nicho de leitores, uma vez que, a fala de abertura era geralmente a condensaa o de certos aspectos do projeto ideológico que norteava a publica o. E a revista *Vida Capichaba* publicou a maior parte do seu editorial de abertura, desde que começou a circular em caráter permanente, no ano de 1923, sob a assinatura dos sócios e diretores Elpídio Pimentel, Manoel Lopes Pimenta e Aurino Quintaes. Eles se revezaram nos artigos da se o *De quinzena em quinzena*, nome dado   se o de abertura do per dico, até o ano de 1928. Após essa data, o editorial passou a veicular textos dos mais variados autores, sob diferentes títulos, dentre eles alguns de autoria feminina.

sentido. O que, provavelmente, muito contribuiu para a circulação, difusão e posterior formação de uma ideia mais aprimorada de feminismo pelas mulheres da elite capixaba.

O primeiro artigo publicado pela revista a tratar diretamente sobre a temática *feminismo* foi impresso e levado a público no mês de abril do ano de 1924. Escrito por Oswaldo Poggi, advogado e um dos colaboradores frequentes do periódico, a crônica, intitulada “Direito Político às Mulheres”, enumerava uma série de ressalvas que deveriam anteceder a concessão de direitos formais ao sexo feminino. Concordava que o Estado devia às mulheres solteiras e viúvas, perfeitamente independentes, amplos direitos políticos, enquanto às mulheres casadas, “a bem da ordem familiar, que é base da ordem social, não devem caber tais direitos”.²⁰⁸ Considerando a possível repercussão dessas linhas, é bastante provável que o que tenha motivado o autor a dar, na quinzena seguinte, continuidade ao seu argumento, tenha sido, para além do motivo exposto, de que

Mal tinha acabado de discorrer sobre os direitos políticos da mulher... quando às minhas mãos chegou uma folha diária, que se edita na capital da Republica, e nesta folha deparou-se-me um artigo, que se referia ao recente proposito de se conceder, na Hespanha, o voto ás mulheres, com excepção das casadas.²⁰⁹

Para além dessa motivação, o autor, muito possivelmente, se sentiu entusiasmado em responder, com mais eloquência e ardis jurídicos, as possíveis reações feministas geradas em âmbito local por tal postura. E, por conta dessa necessidade em ser melhor compreendido, concluiu que a única solução para a mulher casada era o divórcio. Situação que lhe daria a possibilidade de exercer direitos políticos, mas que lhe imputaria, a contrapeso, uma posição delicada perante a ordem moral vigente. Ao fim e ao cabo, decidiu que tal assunto “é sobremodo importante para que, de uma só pennada, se venha a dizer tudo”.²¹⁰

De fato, o tema não se esgotou aí. Não só a polêmica sobre o divórcio voltou a produzir efeitos discursivos entre os colaboradores da *Vida Capixaba*, como o tema *feminismo* continuou a provocar debates, comentários e opiniões, e não somente favoráveis. Como se fará notar, o antifeminismo não era prática exclusivamente masculina, algumas mulheres, articulistas da revista, também adensaram as fileiras de adversários do feminismo, os quais se esforçavam em distorcer e banalizar as questões subjacentes a esse movimento.

²⁰⁸ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 20, abril de 1924.

²⁰⁹ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 21, abril de 1924.

²¹⁰ Idem.

Ainda no ano de 1924, apenas alguns meses depois de os leitores da *Vida Capichaba* terem travado contato com o que, neste trabalho, convencionou-se chamar o primeiro artigo centrado na questão da igualdade política e social da mulher, outro cronista se ocupou de tal assunto. De maneira ainda muito “rancorosa”, deturpada e ofensiva, em novembro do mesmo ano, na seção *Missivas Femininas*, Odinete (pseudônimo não identificado, mas tudo faz crer que se tratasse de uma mulher) rechaçou o movimento, tomando-o como uma atitude demagoga, da qual as mulheres de boa índole deveriam se manter afastadas, evitando imitar “a preocupação doentia de inglezas, mais ou menos dentuças, que [nada mais farão do que] nos conduzir ao máo trilho, por onde andam a peregrinar as aberrações do sexo”.²¹¹

“Dentuças”, “aberrações”, “doentia”, são qualificativos usados exatamente para desqualificar. E o propósito de todas as estratégias discursivas antifeministas que foram encetadas nas páginas da *Vida Capichaba* continuava sendo o de manter inatacáveis as bases das relações sociais hierárquicas tradicionais. E algumas mulheres, convencidas dessa versão, se gabavam de não caírem na armadilha da “tolice igualitária”. Senão independentes, ao menos continuavam a desfrutar a condição de “deusas do lar”, de fontes de inspiração dos poetas, de objeto de amor e de adoração – superioridades que as delicadas senhoras e senhoritas não deveriam rejeitar, pois que era necessário visar sempre a “intangibilidade do sexo”.

As investidas antifeministas não estacionaram nesse breve artigo. A *Vida Capichaba* continuou a veicular opiniões contrárias às diretrizes assumidas pelo feminismo, só que, principalmente a partir do ano de 1928, essas manifestações tiveram que disputar espaço com artigos e com crônicas de caráter feminista, escritos por representantes da intelectualidade feminina capixaba. Assim, pode-se afirmar que a temática *feminismo* só atingiu uma dimensão menos dispersa e mais concreta dentro do conteúdo da *Vida Capichaba* passados já cinco anos desde a sua fundação. Antes dessa data, os registros revelam poucas inferências diretas ao tema.

Até a publicação do artigo de Guilly Furtado Bandeira, “A Mulher e o Voto”, em 15 de abril de 1928, o tópico *feminismo* esteve presente na revista *Vida Capichaba* de forma mais implícita do que manifesta. Nos artigos e notas selecionados, praticamente todos os que antecedem o ano de 1928, publicados principalmente entre os anos de 1925 e 1927, correspondem a questões relacionadas à participação das mulheres no mercado de trabalho ou

²¹¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 35, 30 de novembro de 1924.

em atividades intelectuais, sem tocar diretamente nos laços existentes entre esses avanços e a prática feminista. Como registram os artigos enumerados nas tabelas II e IV.

Tabela I – Presença das temáticas feministas na *Vida Capichaba* (1924 a 1934)

Feminismo			
Títulos dos artigos, notas, crônicas e ensaios	Autoria	Data da publicação	Número da revista
“Missivas Femininas”	Odinete	Novembro (30) de 1924	35
“Triumphos do Feminismo”	Ilza Etienne Dessaune	Junho (30) de 1926	71
“Feminismo Ideal e Sadio”	Carolina Pickler	De 30 de agosto a 20 de setembro de 1928	138 a 141
“O Feminismo e o Sport”	s/autoria	Janeiro (31) de 1929	160
“O Feminismo na Rússia”	s/autoria	Agosto (22) de 1929	189
“Feminismo”	Guilly Furtado Bandeira	Novembro de 1931	302
“O Feminismo no Cartaz”	Néa Miranda	Dezembro (26) de 1931	307
“Feminismo”	Lydia Besouchet	Março (15) de 1932	312
“Pelo Progresso Feminino”	Hersila Valverde	Mai (30) de 1934	365
“Anti-feminismo estrábico”	Adroaldo G. Neves	Junho (15) de 1934	366
“Feminismo”	Wanda Luiza	Dezembro (25) de 1934	378
“O Pesadelo do Feminismo”	Hersila Valverde	Dezembro (25) de 1934	378
Total			12

Fonte: Revista *Vida Capichaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

Tabela II – Presença das temáticas feministas na *Vida Capichaba* (1924 a 1927)

Participação das mulheres no mundo do trabalho			
Títulos dos artigos, notas, crônicas e ensaios	Autoria	Data da publicação	Número da revista
“Senhoritas Maria Olga e Tovarina Bicudo de Castro”	s/autoria	Janeiro de 1924	14
“Dra. Herminia de Sousa Assis”	João Calazans	Abril de 1924	21
“Ida de Oliveira Ramos”	s/autoria	Janeiro (15) de 1925	37
“Ida Ramos”	Thiers Vellozo	Janeiro (30) de 1925	38
“Notavel discurso – Maria Stella de Novaes”	s/autoria	Fevereiro (15) de 1925	39
“Senhorita Odette Furtado”	s/autoria	Agosto (15) de 1925	51
“Dra. Adalgisa Fonseca”	s/autoria	Janeiro (15) de 1927	84
“Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”	FBPF	Julho (30) de 1927	96
“Doutora Adalgisa Fonseca”	s/autoria	Agosto (30) de 1927	98
Total			09

Fonte: Revista *Vida Capichaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

Tabela III – Presença das temáticas feministas na *Vida Capixaba* (1924 a 1931)

Direitos políticos femininos			
Títulos dos artigos, notas, crônicas e ensaios	Autoria	Data da publicação	Número da revista
“Direito Político às Mulheres”	Oswaldo Poggi	Abril de 1924	20
“Ainda a Mulher no Sentido Político”	Oswaldo Poggi	Abril de 1924	21
“A Mulher e o Voto”	Guilly Furtado Bandeira	Abril (15) de 1928	119
“Deve a Mulher Votar”	Nelson G. Pereira	Maio (3) de 1928	123
“O Voto de Eva”	Julio Dantas	Maio (10) de 1928	124
“A Mulher e o Voto”	Baptista de Santis	Maio (31) de 1928	127
“As Mulheres e o Voto”	s/autoria	Setembro (11) de 1928	140
“A Mulher e o Voto”	Epaminondas Martins	Janeiro (31) de 1929	160
“A primeira mulher eleitora no Espírito Santo”	s/autoria	Julho (25) de 1929	185
“A Mulher e o Voto”	Judith Leão Castelo	Novembro (15) de 1931	301
“Hora Cívica”	s/autoria	Março (15) de 1933	336
“A candidatura da sra. Bertha Lutz”	s/autoria	Abril (15) de 1933	338
Total			12

Fonte: Revista *Vida Capixaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

Tabela IV – Presença das temáticas feministas na *Vida Capixaba* (1926 a 1929)

Mulheres intelectuais capixabas			
Títulos dos artigos, notas, crônicas e ensaios	Autoria	Data da publicação	Número da revista
“Intellectualismo Feminino Capixaba”	Jairo Leão	Novembro (15) de 1926	80
“Professora Carolina Pickler”	s/autoria	Janeiro (30) de 1927	85
“Guilly Furtado Bandeira”	s/autoria	Julho (30) de 1927	96
“Senhorita Haydée Nicolussi”	s/autoria	Agosto (15) de 1927	97
“Senhorita Ilza Dessaune”	s/autoria	Julho (18) de 1929	184
Total			05

Fonte: Revista *Vida Capixaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

Nota-se que uma das características predominantes na tabela II se refere à natureza dos títulos. Das nove referências agregadas na categoria “Participação das mulheres no mundo trabalho”, oito ilustram nomes de personalidades femininas da sociedade capixaba que conseguiram ingressar no mercado de trabalho local como profissionais de alto nível, exercendo a função

de advogadas, de médicas, de dentistas, de farmacêuticas, de cientistas, de administradoras e de professoras secundaristas. É óbvio que as referências são bastante pontuais, não acompanham a realidade do cenário capixaba com relação às oportunidades de trabalho feminino. Para tanto, seria necessário que a revista veiculasse informações mais precisas sobre o ingresso das mulheres também no setor de serviços, no funcionalismo público, no comércio, no magistério primário e mesmo como mão-de-obra operária nas pequenas fábricas da região. Apesar disso, não competia aos seus propósitos dar publicidade a assuntos desfocados dos interesses da elite. Por isso, em raros momentos se pode extrair das páginas da *Vida Capichaba* alguma fotografia, informação, nota ou artigo que recorte e dê visibilidade às mulheres de setores menos favorecidos e, menos ainda, às atividades remuneradas que desempenhavam. Era estrategicamente muito mais interessante narrar um fato extraordinário, como o da conquista de um diploma acadêmico e o posterior ingresso de uma mulher nas fileiras de profissionais bem-sucedidos, do que frisar a sua competência em atividades de menor prestígio.

De maneira complementar, as referências agrupadas na tabela IV também se dirigem a explicitar outro tipo de ocupação feminina considerada excepcional e que era constantemente valorizada pelos organizadores da revista, ou seja, a ocupação especificamente intelectual, voltada, por exemplo, para o ofício das letras. Não menos importante, mas certamente pior remunerada, a carreira literária seguida por algumas mulheres, dentro e fora da *Vida Capichaba*, passa a constituir elemento igualmente significativo por ombrear com as profissões liberais na aproximação com os ideias defendidos pelo movimento feminista. Os quais, embora não homogêneos, tinham por unanimidade a

convicção de que a opressão às mulheres deveria acabar, [com a] rejeição de ideias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina – e [com a] crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos.²¹²

E expandir a participação feminina na esfera pública, no âmbito das relações sociais e das relações econômicas, incluía a superação de uma série de velhos estereótipos que obstaculizavam o alcance da independência financeira e da liberdade de criação das mulheres. Daí a justificativa para que a categoria “mulheres intelectuais capixabas” seja elencada como um dos pontos que se inter-relacionavam com a temática *feminismo* no conteúdo da revista.

²¹² PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. “Igualdade e Especificidade”. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 286.

Por representar a aliança entre atividades aparentemente inofensivas da escrita literária das mulheres – já que controladas pela própria estratégia feminina de não rivalizar com a hegemonia masculina – e a possibilidade de assumirem espaços e discursos que poderiam habilidosamente manipular a favor de suas expectativas como novos sujeitos sociais.

Todas as referências encontradas nas páginas da *Vida Capixaba* relativas aos méritos profissionais das mulheres em cargos superiores ou no ambiente artístico-literário de Vitória não estavam associadas, contudo, às ideias feministas de maneira tão evidente (como uma interpretação *a posteriori* possibilita realizar). A articulação entre os fundamentos feministas, abrangendo os assuntos relativos ao trabalho feminino, e a integração de um reduzido mas significativo contingente de mulheres capixabas nas profissões liberais, de fato, não foi tecida de maneira explícita pelos redatores da revista, e sim como um artifício para reunir a maior quantidade possível de exemplos que pudessem comprovar a superioridade intelectual das espírito-santenses e, por consequência, manifestar o espírito progressista da nova geração.

Mesmo concordando com a não intencionalidade dos diretores da revista em sustentar uma propaganda feminista à custa do triunfo de algumas conterrâneas no exercício de suas aptidões profissionais, foi bem isso que eles proporcionaram às suas leitoras ao oferecer o exemplo (aclamado, daí legítimo) de outros modelos femininos capazes de interferirem na organização da sociedade masculina, quase homogênea.²¹³ E essas novas alternativas, que indicavam caminhos possíveis de autorrealização, esbarravam nas próprias ambições de conquistas e mudanças defendidas pelas feministas, o que indiretamente produzia uma série de reflexões e de articulações nesse sentido.

Interessantemente, essas podem ser consideradas referências prévias que, de uma forma ou de outra, possibilitaram a emergência de textos mais pontuais tratando especificamente da temática *feminismo* na revista *Vida Capixaba*. O que só passou a ser registrado com a publicação de artigos abordando as questões dos direitos políticos e civis das mulheres, e após a formação de uma crítica feminista muito peculiar, inclinada particularmente para a produção de novos significados para o feminismo, elaborados de acordo com os valores sociais predominantes na sociedade capixaba.

Assim, enquanto o feminismo já se consolidara como um dos alvos de debate prediletos da imprensa ilustrada, isso desde os primeiros anos do século XX, e ao passo que o movimento

²¹³ SARLO, 2005. p. 179.

feminista, no transcorrer da década de 1920, já se encontrava em plena evolução de suas atividades,²¹⁴ o tema só encontrou ocasião propícia de deslanchar na *Vida Capichaba* cinco anos após a sua fundação, no ano de 1928, como ilustra as tabelas I e III.

Nelas, encontram-se organizados, por ordem cronológica de publicação, todos os artigos, notas, ensaios, crônicas e comentários que tinham por único objeto de reflexão o feminismo e seus desdobramentos. Sendo que, dentre os mais bem articulados, sobressaíam àqueles que não deixavam de relacionar às questões relativas aos direitos políticos femininos outros enfoques, acentuados, por exemplo, pela necessidade de uma educação formal e de oportunidades menos desiguais de emprego assalariado para as mulheres.

A tabela III, por exemplo, indica uma produção textual concentrada quase que exclusivamente na polêmica sobre a inclusão da mulher como um sujeito dotado de direitos políticos, popularizada pela campanha do sufrágio feminino. Por ser uma das principais bandeiras de luta das feministas institucionalizadas brasileiras, era de se esperar que, uma vez estando a *Vida Capichaba* aberta para a colaboração feminina, até mesmo na produção de ensaios críticos, o maior número de artigos fossem assinados por mulheres. O que é óbvio que não corresponde com a real porcentagem apresentada na tabela, pois, de doze textos, apenas dois são de autoria reconhecidamente feminina, enquanto todo o restante provém da ala masculina. Discrepância que acaba se refletindo na maneira bastante tendenciosa com que o assunto foi abordado e difundido pela revista entre os anos de 1928 e 1929, sem contar com o discurso “isolado” pronunciado por Oswaldo Poggi nas edições do mês de abril de 1924.

Essa discrepância também é notável pela própria constatação da ausência do vocábulo feminismo nos títulos dos artigos com datas anteriores a 1928. Com exceção de uma crônica publicada na seção *Feminea*, intitulada “Triumphos do Feminismo”, no ano de 1926, só em agosto de 1928 o termo foi novamente usado com a divulgação da conferência de Carolina Pickler, “Feminismo Ideal e Sadio”, que teve sua publicação dosada durante quatro números da revista. Inversamente da situação apresentada pela tabela III, a tabela I relata, portanto, a

²¹⁴ Besse, ao buscar traduzir os meios usados pelas feministas filiadas à FBPF para reunir em torno de seu programa o apoio da opinião pública, explicou que elas “conseguiram publicidade por meio de entrevistas, reuniões públicas, petições e manifestos. [Que elas] utilizaram a imprensa... Deram apoio aos políticos que defendiam os direitos das mulheres e atacaram outros que não o faziam... tentaram inscrever-se como eleitoras, chamando assim a atenção pública para o tema. Pressionaram para que se fizessem reformas no Código Civil... Mantiveram contatos com o movimento internacional de mulheres. [E,] finalmente, as associadas da FBPF ainda mobilizaram maior número de mulheres para participar de suas campanhas, instituindo novas organizações femininas”. BESSE, 1999. p. 187.

participação de apenas um representante masculino, confrontado no outro extremo por artigos escritos unicamente por mulheres.

A diferença do tipo de abordagem registrada numa tabela e noutra está menos nos assuntos destacados no conteúdo dos artigos (os direitos políticos, a instrução e a regulamentação do trabalho feminino são matérias praticamente unânimes nesse tipo de debate) do que nas estratégias discursivas orquestradas em cada uma das duas categorias. Genericamente, enquanto uma é orientada no sentido da favorabilidade e da militância frente às ideias feministas, a outra é caracterizada pelo ativismo avesso. Posições em confronto que juntas fornecem informações preciosas sobre como a temática *feminismo* foi recepcionada e divulgada pela revista.

Em se tratando disso, é dado indiscutível que o feminismo não foi um tema explorado em abundância na *Vida Capichaba*. De acordo com o levantamento realizado, longos intervalos interpuseram a publicação de artigos envolvendo essa temática na revista. Fato interessante de se constatar considerando o quanto era um assunto que vinha assumindo no Brasil relevância crescente entre as matérias de interesse público, principalmente durante a década de 1920 e meados de 1930. Mesmo de posse dessa informação, o que se observa na *Vida Capichaba* é a presença de um debate descontínuo, de periodicidade bastante irregular, o qual apresentava períodos variáveis de maior ou de menor incidência, dependendo das motivações e do contexto relacionado às respectivas edições da revista.

Os anos de menor repercussão da temática foram 1926, 1929, 1930, 1932 e 1933. Sendo que, em 1930, constata-se um relativo silêncio a respeito desse tema. Aparentemente, tal “esquecimento” não foi devido ao fato do movimento feminista ter desacelerado suas atividades, já que, de modo inverso, o advento da década de 1930 só fez aprumar a convicção das sufragistas.²¹⁵ Portanto, um dos motivos que podem ser levantados para explicar a não circulação das ideias feministas na *Vida Capichaba*, no período citado, pode estar intimamente associado à conjugação dos novos fatores políticos que agitavam o cenário local. De acordo com Achiamé,²¹⁶ a iminência do golpe getulista e a instauração da Junta Governativa, no Espírito Santo, produziram efeitos imediatos na revista *Vida Capichaba*, que

²¹⁵ A revolução de outubro, liderada por Vargas, embora não estivesse comprometida com a bandeira feminista, arrastava consigo todo o discurso de reforma que ia desde o sistema eleitoral e trabalhista desembocando na política do bem-estar social, princípios que abriram brechas para que o movimento feminista organizado articulasse novas oportunidades de interação e de debate. O propósito era o de formular recomendações sobre políticas oficiais, bem como para políticas sociais que favorecessem os direitos das mulheres. BESSE, 1999.

²¹⁶ ACHIAMÉ, 2005.

logo aderiu ao novo governo dando continuidade a sua tradicional postura conciliadora frente à política estadual. E isso representou para os seus diretores um amplo esforço em manter inalterada a costumeira cobertura dada às realizações governamentais que, desde a primazia oligárquica no Estado, se fazia acompanhar por meio de suas páginas.

Parte significativa de seu conteúdo recebeu uma injeção de reportagens, fotografias, propagandas, atos oficiais e manifestações de apoio ao novo governo. E uma vez comprometida com a ideologia dominante – que mesmo não sofrendo grandes alterações com a superação da primeira fase republicana, no Espírito Santo, integrou ainda assim novas diretrizes, como a difundida pelo movimento integralista²¹⁷ – a revista *Vida Capichaba* potencializou o conservadorismo que sempre a caracterizou. E com um novo enredo para desenvolver nos primeiros anos de interventoria, minimizou outras questões que movimentavam igualmente a vida pública do seu Estado, como a militância feminista que, embora tímida, certamente não cessara na região.²¹⁸

Mesmo escamoteando, momentaneamente, as discussões favoráveis à emancipação das mulheres, a *Vida Capichaba* não se distraiu do público feminino. As mulheres continuaram estampando as suas páginas. Continuaram sendo as figuras mais requisitadas para ilustrar as suas capas. Mantinham-se também os extensos e inflamados comentários sobre sua elegância e sua vida social. Continuaram inspirando poetas e prosadores. E sequer recuaram enquanto suas colaboradoras. A *Vida Capichaba* continuava “agradabilíssima” para as suas leitoras, embora as tenha “poupado” de interagir com assuntos tão importantes quanto aqueles relacionados à busca por seus direitos civis e políticos.

No outro extremo, são identificados os anos de maior concentração dos textos abordando o feminismo e alguns de seus princípios na revista *Vida Capichaba*, dentro dos quais se destaca os anos de 1928 e 1934. Essas são datas que deixam entrever o quanto a ocorrência mais copiosa desses discursos não correspondeu a uma sequência de eventos aleatórios. Pelo contrário, é bem possível que sua ordem tenha sofrido a motivação de eventos externos, de

²¹⁷ Segundo Achiamé, por alguns anos da década de 1930 a ideologia integralista, liderada por Plínio Salgado, comandou o jogo da política espírito-santense. E a revista *Vida Capichaba* gradativamente se aliou às ideias desse movimento, divulgando em várias edições o avanço das ações e do pensamento da organização integralista na sociedade capixaba. Com a máxima “Deus, Pátria e Família”, ficava consubstanciada a influência de tal ideologia na tradicional *Vida Capichaba*. Ver ACHIAMÉ, 2005.

²¹⁸ De acordo com a bibliografia que aborda a organização das mulheres espírito-santenses em torno da luta sufragista no Brasil, há importantes registros na história que apontam a fundação de ao menos duas associações feministas no Estado. A Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino e a Cruzada Cívica do Alistamento, ambas datadas de 1933, as quais funcionaram, além de outros propósitos, no sentido de apoiar e adensar as fileiras de mulheres eleitoras no Espírito Santo. Para maiores detalhes consultar NOVAES, 1999.

projeção nacional, que ajudaram a reaquecer a questão dos direitos políticos e civis femininos, renovando as expectativas, por consequência introduzindo novo fôlego a essa luta. O que convenientemente adensou as reflexões sobre o tema em âmbito interno.

Dois acontecimentos podem ser responsabilizados por essa efervescência: a candidatura e a eleição do Senador Juvenal Lamartine para Presidente do Rio Grande do Norte, de 1927 para 1928; e a promulgação da Constituição de 1934. A importância de ambos está na demarcação, respectivamente, do início e do fim das conquistas efetivas com relação à trajetória da aquisição do voto feminino no Brasil.²¹⁹

O pioneirismo norte rio-grandense na concessão do direito de voto à mulher por meio da aprovação do projeto que previa a inclusão, no código eleitoral do Estado, do dispositivo assegurando às mulheres o direito de concorrerem e de irem às urnas, sofreu intervenção direta do político Juvenal Lamartine, que manifestara desde o princípio de sua carreira pública enorme simpatia e compromisso com a luta pelo sufrágio feminino. Após sancionada a Lei nº 660, de 25 de outubro, sobre o Serviço Eleitoral do Estado, o Rio Grande do Norte registrou o alistamento das primeiras eleitoras e da primeira prefeita do Brasil. Amparadas pelo artigo 77 do novo código que regia a eleição estadual, as potiguares buscaram usufruir da decisão legal que garantia: “no Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem discriminação de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”.²²⁰

Aberto o precedente, o resultado foi que em vários outros Estados as mulheres correram a providenciar o pedido de alistamento eleitoral, registrando-se em todo o Brasil despachos inéditos no sentido de se caracterizar favoráveis às inscrições até então indeferidas pelas autoridades jurídicas. Inclusive no Espírito Santo, no município de Alegre, no ano de 1929, foi aceito o alistamento eleitoral de uma mulher capixaba, Emiliana Viana Emery, que se tornou então a primeira eleitora do estado. Enquanto isso continuavam a tramitar pelas casas legislativas do País os projetos visando à incorporação do voto feminino na nova redação constitucional ainda a ser elaborada. O que foi feito com a inclusão do artigo 108, na Constituição de 1934.

Seguramente, essas se constituíram como razões de grande impacto por terem incitado não só maiores reflexões sobre a importância da admissão das mulheres como cidadãs, mas também por terem ajudado a impulsionar a mobilização feminista para além dos centros onde esses

²¹⁹ HAHNER, 1981; SOIHET, 2006.

²²⁰ NOVAES, 1999. p. 115.

movimentos já haviam estabilizado as suas forças. Houve, com isso, um salto na quantidade de mulheres envolvidas em organizações de apoio à causa sufragista, as quais se concentravam em propagar informações a respeito dos novos direitos e deveres políticos e cívicos femininos.

Não é de se estranhar, portanto, que os períodos menos rarefeitos de divulgação da temática *feminismo* na *Vida Capichaba* tenham coincidido exatamente com os períodos de maior agitação das principais questões que revestiam a luta feminista nessa fase da história política nacional. Tais episódios geraram grande repercussão não só no Espírito Santo, como em diversas partes do Brasil. Produzindo, em muitos desses lugares, verdadeiras ondas de inquietação, seja argumentando a favor seja contra as conquistas auferidas.

Todavia, o que mais importa salientar nessa cadeia de motivações é a maneira como os efeitos daí advindos atingiram a produção dos discursos feministas racionalizados pelas mulheres intelectuais capixabas. Pode-se dizer que até o ano de 1927, as articulações dessas mulheres da elite letrada com os princípios feministas eram demasiadamente frágeis, tornando-se particularmente nítidas somente a partir de 1928. É quando a revista passa efetivamente a veicular ensaios críticos de autoria feminina tratando especificamente sobre os meandros do feminismo, indicando a competente manipulação de pontos de vista bastante favoráveis às causas arquitetadas pelo movimento. Ainda assim, não há como negar o fato de que essas referências são realmente muito escassas na revista *Vida Capichaba*, mas sua presença está longe de ter um valor insignificante.

Ao se proceder à leitura dos ensaios críticos de autoria feminina publicados entre os anos de 1928 e 1934, fica claramente demonstrado o quanto essas mulheres acompanharam a evolução dos fatos abrangendo os esforços de equiparação política, econômica e jurídica dos sexos. Elas revelaram ter pleno conhecimento da causa e procuraram retocar questões que julgavam pouco aprofundadas pelo movimento feminista “oficial”. Assim, temas que remontavam a situação degradante da educação formal da mulher ou temas apontando para a regulamentação do trabalho assalariado feminino, e mesmo o tão problemático debate a respeito dos seus direitos políticos recheavam a maior parte de suas ponderações. E, vistas em conjunto, essas referências indicam a existência de certas peculiaridades nos discursos das feministas capixabas.

Para se dar conta desse aspecto fundamental, que encobriu os primeiros passos dados pelo movimento feminista no cenário capixaba, é preciso conhecer um pouco das circunstâncias locais que afetavam diretamente os interesses públicos das mulheres. É preciso sondar os avanços e as paralisias intrínsecas ao panorama vivenciado pelas capixabas quanto ao mercado de trabalho, quanto à educação, mas também quanto à conscientização da utilidade do voto como um instrumento para superar a sua condição desigual na sociedade.

2.2 – Trabalho, educação e sufrágio

A trilogia “trabalho, educação e sufrágio” foi o grande trunfo em que se apoiaram as militantes de todas as vertentes do movimento feminista no Brasil. A razão de tal amplitude nos seus interesses estava contida na certeza de que havia um encadeamento de difícil ruptura entre essas três questões. Já que acreditavam piamente na sentença que expedia a ideia de que, sem a conquista pela mulher da independência econômica, possibilitada apenas por meio do acesso mais igualitário à educação, dificilmente as conquistas em âmbito político surtiriam efeitos duradouros. Essa interdependência de fatores fez com que “não apenas os direitos políticos mas também questões de educação, trabalho, saúde e *status* civil [ocupassem pontualmente as preocupações] das sufragistas brasileiras”.²²¹ Elas passaram, então, a se concentrarem em fazer valer mudanças que alterassem efetivamente as relações desiguais que regiam, particularmente, esses três domínios da sua vida pública.

No caso das convicções defendidas pelas feministas capixabas, a compreensão da existência de tal entrelaçamento não foi menos verdadeira. De fato, muitas delas concordavam que, “sem acesso à educação e ao trabalho, os direitos políticos permaneceriam meras abstrações”.²²² Guilly Furtado Bandeira, por exemplo, foi uma das colaboradoras da *Vida Capichaba* que se ocupou em enfatizar que a emancipação da mulher não poderia partir de outra fonte senão “pela instrução, pela educação e pelo trabalho”.²²³

Fortemente inspiradas por essa evidência, há que se questionar quais eram as possíveis dificuldades enfrentadas pelas mulheres capixabas, dentro dos limites locais, para conseguir

²²¹ HAHNER, 1981. p. 122.

²²² Idem. p. 122.

²²³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

finalmente desalojar dos discursos as muitas metas que, na prática, lhes serviriam para sustentar seus papéis de cidadãs e profissionais. E esses obstáculos só podem se tornar conhecidos uma vez descortinado o cenário que regulava o acesso das mulheres ao mundo do trabalho, da educação e da política, ao menos nos limites da capital do Espírito Santo.

Mulheres capixabas em busca de uma profissão

Nas primeiras décadas do século XX, o cenário que se desenhava às vistas da sociedade capixaba com relação às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres era bastante desolador. Nesse período, as atividades profissionais a elas permitidas estavam abreviadas a ocupações de baixa remuneração e de pouco prestígio. Situação agravada pelas próprias proporções adquiridas pelo mercado de trabalho local, que oferecia chances mínimas de empregabilidade, devido, primordialmente, a pouca diversificação do setor econômico. Com uma estrutura ocupacional tão reduzida e precária, às mulheres restavam poucas opções, mais ainda às mulheres das camadas privilegiadas, as quais se deparavam com minguadas possibilidades de incorporação satisfatória no sistema de trabalho formal.

Pouco a pouco, com o engatinhar do processo de modernização da estrutura urbana e econômica do Espírito Santo, as mulheres foram se ajustando aos novos padrões de emprego que emergiam de forma relativamente sincronizada com a expansão do setor de serviços que, além de lenta, concentrava-se especialmente na capital. Ali, onde antes praticamente inexistiam ofertas de trabalho prontas a serem preenchidas por uma mulher, agora era possível ao menos concorrer a uma das vagas que se abriam com a multiplicação dos escritórios, das repartições públicas, dos bancos e do comércio.

É certo que tais funções exigiam – mais do que as de costureiras, operárias e domésticas – um maior nível de instrução, o que automaticamente restringia o número e a origem social das mulheres aptas a ingressarem em tais atividades. Tal requisito barrava igualmente as mulheres dotadas de educação superior, capacitadas para ocuparem cargos mais altos com remunerações proporcionalmente maiores. Ficava bastante claro, portanto, que as novas tarefas burocráticas se destinavam objetivamente às moças pertencentes às camadas médias e

às classes baixas ascendentes da população,²²⁴ que dariam preferência, mesmo cedendo a míseros salários, ao emprego como balconistas, datilógrafas, telefonistas ao invés de se encerrarem no exercício de funções tão subalternas quanto mais desprestigiadas.

Forçava-se, com isso, um novo mercado de trabalho feminino que também previa o aparecimento de várias mulheres à frente dos seus próprios negócios, como proprietárias de casas comerciais e de ateliers de costura, todas elas exercendo, ao mesmo tempo, a função de empregadoras. Desse modo, Vitória, cercada por todas as limitações de uma província que deseja progredir, assistiu a uma abertura tímida, não obstante expressiva para uma sociedade que até então tinha como situação predominante a ideia de que o trabalho assalariado era um benefício de uso exclusivamente masculino.

As vantagens advindas dessa acanhada dilatação da participação feminina no mercado de trabalho capixaba, de 1920 para 1930, atingiam especialmente as mulheres que viviam no meio urbano, precisamente na capital. Tanto porque era nesse perímetro que se concentravam as maiores oportunidades de emprego, quanto porque era nesse espaço físico que elas poderiam aspirar possibilidades de ascensão econômica e social.

Apesar de todo o panorama definido para ilustrar a participação da mão-de-obra feminina no sistema de trabalho capixaba interessar, em qualquer das áreas de atuação, é particularmente importante destacar os espaços profissionais talhados por mulheres que construíram carreiras como médicas, advogadas, dentistas, enfermeiras, cientistas, farmacêuticas, e mulheres que se firmaram com igual dedicação nas letras e nas artes na capital do Estado. Em primeiro lugar, porque, embora fossem exceções, as capixabas que se tornaram profissionais bem-sucedidas compensavam o seu número reduzido desafiando os velhos estereótipos, ao oferecerem “modelos para maneiras radicalmente novas de ser mulher”.²²⁵ Em segundo lugar, porque saíram desses grupos as mulheres que deram os primeiros passos na direção de uma prática e de um discurso feminista no Espírito Santo, amparadas por suas posições privilegiadas econômica e intelectualmente.

Para se chegar a elas, no entanto, faz-se necessário apontar as características de todo esse setor intermediário que compunha o grosso do mercado de trabalho feminino da terceira década do século XX, retrocedendo um pouco no tempo para contextualizar as circunstâncias

²²⁴ BESSE, 1999.

²²⁵ Idem. p. 163.

que ajudaram a determinar os traços formadores da estrutura ocupacional encontrada nos anos 1920 e meados de 1930 em Vitória.

Se cabe aqui espreitar a história, não será muito difícil constatar a presença ininterrupta da mulher, no decorrer dos séculos, na força de trabalho brasileira. E pode-se julgar não ter sido diferente nas fímbrias da formação sócio-econômica capixaba.²²⁶

Apesar de ter se intensificado no século XIX, a participação das mulheres no mercado de trabalho, no Brasil, tem suas raízes no período colonial, quando “prover o próprio sustento e o de sua família parece ter sido o destino de muitas mulheres”.²²⁷ Assim, ao contrário do que rezava as normas sociais para o padrão de comportamento feminino dessa época, as mulheres, independente da posição ocupada no quadro econômico-social da colônia, assumiram posturas verdadeiramente ativas e determinantes dentro da família, dos negócios e das formas disponíveis de sobrevivência. O que ajuda a contrastar com o modelo de ociosidade e indolência que, por muito tempo, foi usado como fórmula segura para retratar a conduta feminina na sociedade patriarcal, desde o século XVI até o século XIX.

Contudo, nos primeiros séculos que marcaram a colonização, no Brasil, as mulheres estavam majoritariamente instaladas em ocupações informais. Quadro que não sofrerá alterações significativas, na segunda metade do século XIX, mas que apresentará sérios indícios de mudanças com a incorporação paulatina das mulheres na nascente força de trabalho assalariado, que se delinea a partir de importantes transformações na trajetória política e econômica brasileira. A esse respeito, Samara reforça que

No período de transição para o assalariamento, com a substituição paulatina da mão-de-obra escrava e o começo do processo de imigração, esse panorama [da mulher em ocupações informais e em tarefas complementares] não sofreu grandes modificações... Por outro lado, os avanços tecnológicos e o crescimento das cidades abriram poucas mas respeitáveis oportunidades de trabalho assalariado [para as mulheres]: como professoras e empregadas nos estabelecimentos comerciais, nos escritórios, na burocracia e nas fábricas.²²⁸

²²⁶ As raras referências com respeito à participação feminina nas atividades econômicas, no século XIX, por exemplo, no Espírito Santo, distinguem a influência das mulheres exercendo atividades como tecelãs, costureiras, fiandeiras, ceramistas, trabalhadoras de roçados, lavradoras, apicultoras, etc. Ver NOVAES, 1999.

²²⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. “Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX”. In. SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *As idéias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, CEPHAL, 1997. p. 26.

²²⁸ Idem. p. 48.

Ainda assim, as mulheres continuavam exercendo atividades sempre menos rentáveis e menos lucrativas se comparadas às atividades aplicadas pela força de trabalho masculina. Isso se devia especialmente à forma segmentada, obedecendo principalmente a critérios de sexo,²²⁹ com que as ocupações eram desempenhadas, forçando a maioria das mulheres trabalhadoras a permanecerem nas chamadas ocupações femininas tradicionais. Essa situação se confirma mesmo sob a constatação de que essas atividades se desenrolavam no interior de um cenário bastante diversificado e dinâmico, que apontava para uma variedade considerável de ocupações possíveis de serem exercidas tanto no meio urbano quanto no meio rural.

E o que se verifica é que a segmentação por sexo na força de trabalho permaneceu como uma constante, ao longo de vários séculos, nos modos como foi utilizada a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, chegando, ao início do século XX, sem amenizações expressivas nesse sentido. Acontece que algumas barreiras começaram a ser rompidas na medida em que mudanças socioeconômicas iam enfraquecendo as bases materiais do sistema patriarcal.²³⁰ Especialmente depois de 1870, novos parâmetros começaram a propiciar o surgimento de uma sociedade em transição, que gradativamente se adaptava aos avanços na economia, na vida política e na organização social do País.

O entrecortar de ferrovias, a chegada dos navios a vapor, o desenvolvimento do setor de comunicações, o aumento da demanda por uma cultura de exportação, a consequente acumulação de capital, a substituição gradual do trabalho escravo pela mão-de-obra livre, a expansão do mercado interno, o investimento na infraestrutura das cidades, o despontar de uma classe média ascendente, o surgimento das primeiras indústrias de consumo, tudo isso mais a ruína de algumas instituições políticas formais, como as que caíram juntamente com o governo monárquico, contribuiu para que o final do século XIX fosse marcado pelo afrouxamento das relações sociais patriarcais.²³¹ Debilitado, esse modelo de relações sociais foi perdendo igualmente sua força no seio das relações familiares. Onde, tanto a perda da

²²⁹ Outros fatores também devem ser levados em conta ao se avaliar a participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro, como os fatores idade, estado conjugal, etnia, classe e localização espacial (se exercida no campo ou na cidade), nos vários contextos regionais. Todos esses critérios encontram-se na análise de SAMARA, 1997.

²³⁰ BESSE, 1999.

²³¹ Idem.

tutela dos pais sobre os filhos, que cada vez mais optavam por seguir carreiras urbanas, quanto a gradativa eliminação dos dotes²³² refletiam e contribuíam para esse desgaste.

Outras transformações ocorridas na função e na organização do núcleo familiar, no decorrer do século XIX, apontavam na mesma medida para o esmorecimento do poder patriarcal. Dentre elas, o gradativo afastamento, principalmente das famílias urbanas, dos meios de produção que garantiam a sua sobrevivência, tendendo progressivamente a se tornarem apenas unidades de consumo.²³³ Essa perda gradual da função produtiva levou ao estabelecimento de uma relação de dependência cada vez maior das famílias com a produção industrial.

Outro elemento que vinha agregar mudanças na composição e nas funções assumidas pela família na nova sociedade perpassava o processo de ajustamento de um novo ideal de relações familiares. Assim, funcionando menos como um modelo de organização familiar do que como um dispositivo ideológico,²³⁴ o protótipo da família patriarcal, no início do século XX, cedeu lugar a um novo padrão de estrutura familiar, o qual também se desdobrava mais como uma norma do que uma fórmula de convivência doméstica praticada e difundida em amplitude.²³⁵

Comumente, o arranjo moderno de agrupamento familiar foi considerado como um típico produto do processo de industrialização e urbanização do mundo ocidental.²³⁶ Como um discurso, esse modelo previa a redução do núcleo da família ao casal e aos filhos, assumindo o homem o papel de único provedor e a mulher o papel de zeladora do lar. Por seu intermédio, a família deveria ser uma instituição higienizada, organicamente equilibrada, com papéis sociais de gênero cuidadosamente definidos. Esse conceito ideal, no entanto, fora forjado no

²³² NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²³³ Idem.

²³⁴ LAGE, Lana. "Penitentes e Solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial". In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006.

²³⁵ Desde o passado colonial, esse primeiro modelo se impôs não tanto como uma estrutura familiar, posto nunca ter deixado de coexistir com famílias nucleares menores, bem como com uniões consensuais ou com as famílias chefiadas por mulheres, mas principalmente como um modelo de relações de poder. Abordada nesse sentido, o modelo de família patriarcal, ao incluir a submissão feminina, nunca deixou de impregnar os valores das relações familiares, nem mesmo com a ascensão do novo modelo da família nuclear burguesa.

²³⁶ William Goode questiona a relação simplista traçada entre o surgimento da família conjugal moderna e a industrialização. Segundo ele, ainda não foram apresentadas provas suficientes de que essa foi mesmo uma relação de causa e efeito. Embora não negue a interferência da industrialização na formação desse tipo familiar, o autor se aproxima de uma nova hipótese, que trabalha com o contra-efeito, assinalando que é possível destacar, igualmente, que a família conjugal interferiu objetivamente na manutenção e no funcionamento do sistema industrial, à medida que tornava os laços de parentesco mais elásticos, e se pautava na busca legítima do indivíduo pelas próprias conquistas, 'independente' da família. Para maiores apontamentos, ler GOODE, William. *Revolução mundial e padrões de família*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: USP, 1969.

interior de uma sociedade que vinha sofrendo modificações substanciais, as quais proporcionaram o aparecimento de novas oportunidades de atuação feminina no mundo público, ficando cada vez mais *démodé* infligir à mulher a privatização no lar.

Desse modo, ao tempo em que eram exaltados seus papéis de esposa, dona de casa e mãe de família, na direção contrária, as mulheres eram assediadas pelas exigências advindas da crescente urbanização, a qual solicitava “sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, dos teatros, cafés, [além de] sua participação ativa no mundo do trabalho”.²³⁷ Esse duplo investimento criava sérios conflitos. Por um lado, porque forçava a incompatibilidade entre as supostas atribuições naturais da mulher e as suas aspirações profissionais. Por outro, e paradoxalmente, porque insistia na adequabilidade do trabalho feminino às suas funções “naturais”. De fato, todo o problema se esgueirava pela dúvida de como conciliar a demanda por mão-de-obra feminina, intensificada com o desenvolvimento urbano-industrial, com a necessidade de se manter inalterados os deveres familiares milenarmente desempenhados pelas mulheres. Realmente, não era um problema passível de ser resolvido a curto prazo. Por isso, o uso do método paliativo de buscar setorizar a participação feminina no mercado de trabalho, restringindo seu ingresso a tarefas e a profissões “inadequadas”. Por consequência,

Considerações políticas, sociais e culturais exigiam que o emprego feminino não possibilitasse às mulheres deixar de lado seus papéis familiares nem destruísse os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo.²³⁸

E, de um modo geral, a participação feminina na força de trabalho definia-se exatamente como uma extensão de seus papéis domésticos, em qualquer dos ramos de emprego para o qual se dedicasse. Se operárias, eram admitidas principalmente nas fábricas de produtos de consumo não-duráveis como roupas, sapatos e alimentos. Se ingressantes como trabalhadoras numa posição de empregabilidade mediana como telefonistas, balconistas, secretárias, e mesmo como professoras primárias, outra capacidade não lhes era exigida além da que despendiam na rotina da casa (paciência, desvelo, abnegação). Em último caso, se profissionais de mais alto nível, como médicas, advogadas, dentistas, funcionárias públicas de

²³⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 62.

²³⁸ BESSE, 1999. p. 145.

alto escalão, não escapavam a prescrição semelhante, que lhes exigia moralidade e senso aguçado de responsabilidade social no desempenho também dessas profissões.

Durante as primeiras décadas do século XX, uma situação análoga cercava o mercado de trabalho feminino capixaba. Sendo que, do ponto de vista regional, as mulheres se deparavam com um quadro ainda mais restrito de opções, já que, além de enfrentar as limitações impostas pela segregação feminina a certos tipos de atividades, sofriam com a baixa oferta de empregos que amortizavam as oportunidades tanto de homens quanto de mulheres de obterem rendimentos fixos mensais. Ainda assim, mudanças incipientes começavam a alterar a fisionomia do cenário dentro do qual a força de trabalho feminina capixaba se desenrolava.

A exemplo do que ocorreu em outras localidades, o magistério primário foi uma das primeiras áreas abertas às mulheres espírito-santenses com o intuito de lhes proporcionar uma fonte de trabalho assalariado. Desde o século XIX, há apontamentos que registram a presença de mulheres no exercício dessa ocupação, não obstante elas só a tenham integrado de forma maciça nos anos iniciais do século XX.²³⁹

Despontando como uma das primeiras profissões revestidas de dignidade e de prestígio social, portanto, adequadas para as mulheres, o magistério primário se apresentou como uma alternativa de trabalho que atingia principalmente as moças das camadas intermediárias e altas da sociedade capixaba. Para se ter uma ideia do quanto o magistério se instituiu como uma opção viável e segura de acesso da mulher ao mundo da profissionalização, de todas as mulheres que participaram da revista *Vida Capixaba* exercendo o papel de intelectuais e literatas, todas foram escritoras e professoras, segundo Ribeiro.²⁴⁰ Em contrapartida, a admissão no magistério secundário era uma tarefa um tanto mais custosa, fosse para trabalhar, fosse para estudar, pois para essa etapa da vida na escola já não era tão interessante manter o argumento da atividade docente como um prolongamento das funções maternas e do lar.

²³⁹ “Na primeira metade do século XX, o magistério primário no Brasil sofreu um processo de feminização tanto na frequência das Escolas Normais pelas moças como pela ocupação do magistério pelas mulheres” (ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 65). Constatação inferida no trabalho de Almeida e que é testada por Franco no contexto regional, levando-o a corroborar a mesma assertiva, de que “no que tange à história da educação no Espírito Santo, a feminização do magistério ocorreu verdadeiramente a partir do século XX, com a política implementada pelos republicanos, quando efetivaram a expansão da oferta da escolarização do ensino primário. Isso não poderia ter ocorrido anteriormente, pois poucas eram as mulheres habilitadas para a função do magistério”. Para mais detalhes sobre esse tema, ler FRANCO, 2001.

²⁴⁰ RIBEIRO, 2003.

Daí o afunilamento da participação feminina na força de trabalho recrutada para o magistério secundário, uma realidade que atingia não só o quadro da educação no Espírito Santo, como toda a extensão nacional. Dentro desse contexto, Maria Stella de Novaes, como uma das maiores representantes da intelectualidade feminina capixaba, foi a grande desbravadora, conseguindo se tornar, por concurso público, a primeira catedrática do ensino secundário no Espírito Santo.²⁴¹

Mesmo proporcionando baixa remuneração, o magistério, como já dito, ainda possibilitava certo *status* social, ao contrário de muitas atividades informais, improvisadas ou degradantes, no sentido de infligirem uma carga elevada de exploração, como era o caso de muitas mulheres que se empregavam como operárias de indústrias e de pequenas fábricas.

No caso do Espírito Santo, que se manteve até ao menos toda a década de 1930 com uma base econômica primordialmente agrícola, não houve, de fato, um desenvolvimento de fôlego na área da industrialização. Um primeiro esforço de incentivo às atividades industriais no Estado, ocorrido entre as décadas de 1910 e 1920, fomentou pouco mais de meia dúzia de pequenas e médias indústrias que geravam uma proporção de emprego igualmente franzina. Para as mulheres então os números eram de longe mais inexpressivos. No entanto, Nader adverte para a existência da presença feminina em indústrias capixabas, a partir da década de 1920, quando são quantificadas certa porcentagem em duas fábricas: “uma localizada em Cachoeiro de Itapemirim, que empregava 186 mulheres, ou seja, 64,80% de seu quadro de empregados, e outra em Vitória”.²⁴² Ao que tudo indica tanto a fábrica do Vale do Itapemirim quanto a em funcionamento na capital eram indústrias de produção têxtil,²⁴³ o que ajuda a explicar, em certa medida, a preferência pela contratação da força de trabalho feminina em detrimento da força operária masculina, mesmo não sendo fornecidos os dados percentuais da mão-de-obra feminina aplicada nesse segundo estabelecimento.

²⁴¹ NOVAES, 1999. A façanha alcançada pela professora Maria Stella de Novaes ficou conhecida para além das fronteiras do Espírito Santo. Isso é tão verdade que Mariana Coelho, feminista, professora e publicista portuguesa, radicada na capital do Paraná, fez referência em seu livro a essa conquista, redigindo-a nos seguintes termos: “Na Vitória, Estado do Espírito Santo, há uma mulher formada em medicina. Na mesma capital a senhorinha Maria Stella de Novaes é catedrática de História Natural, por concurso”. Essa e outras informações sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro encontra-se em COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo*: subsídios para a sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 173.

²⁴² NADER, 2008. p. 72.

²⁴³ A aproximação foi feita com base na informação fornecida por Franco acerca das fábricas em funcionamento, no Espírito Santo, nas primeiras décadas do século XX. Dentre essas, ele destaca exatamente “a fábrica de tecidos localizada no bairro de Jucutuquara, em Vitória, e a fábrica de tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, que aproveitava a boa produção de fibras têxteis do sul do Estado”. FRANCO, 2001. p. 53.

Sem embargo essas fossem atividades desempenhadas primordialmente pelas camadas empobrecidas da população, não eram esses os únicos ofícios disponíveis à classe. Para as mulheres pobres restava ainda os pequenos negócios, as quitandas, as vendas ambulantes, o trabalho como lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas e outras ocupações. Com o aquecimento do setor de serviços e a abertura de novos postos de trabalho feminino nos escritórios e nas lojas de atendimento comercial, um número significativo de mulheres desse estrato da população, somado a um número igualmente significativo de mulheres advindas das classes médias, todas com um bom nível de instrução, passaram a ocupar as vagas de recepcionistas, datilógrafas, secretárias de repartições públicas e de escritórios particulares, contadoras, telefonistas e toda qualidade de profissões nascente junto à expansão burocrática e ao desenvolvimento do comércio. Embora mal remuneradas essas não eram ocupações consideradas tão marginais.



Ilustração 9: Aspecto do escritório da C. Loteria ES.
Fonte: V. C., n.53, 1925.

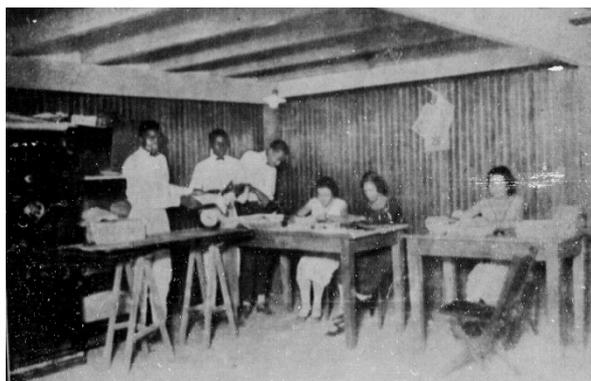


Ilustração 10: Secção de expedição de bilhetes da C. Loteria do ES.
Fonte: V. C., n. 53, 1925.

Nas figuras acima, aparecem ilustrados alguns tipos de atividades femininas que começaram a ser desempenhadas com a instauração desse novo padrão de empregabilidade da mão-de-obra das mulheres. Apesar de fotografarem funcionários da mesma empresa, as imagens nitidamente se destoam, o que possibilita ao observador comparar os diferentes usos da força de trabalho feminina de acordo, agora, não só com critérios de sexo, como também de etnia e origem social.

Na primeira fotografia, o ambiente de trabalho se apresenta bastante organizado e perfeitamente equipado, com cada funcionário ocupando a sua própria mesa dentro de um cômodo construído com paredes de alvenaria. As mulheres, e o único homem, flagrados em suas funções nas repartições da Casa de Loteria aprisionam claras características que os

vinculam a uma camada social intermediária, contrastante com os mesmos aspectos que cercam as três mulheres e os três homens da segunda fotografia. Não só por estarem alocados num ambiente bem mais modesto de trabalho, mas também por trajarem uma postura e uma aparência manifestamente mais simples é que se depreende que o segundo grupo de empregados pertence a uma classe menos privilegiada do que o primeiro. Nota-se, portanto, que além do gênero ser um fator determinante na ocupação de certos setores do mercado, a variável classe e etnia não são menos importantes no processo de segregação.

Além dos escritórios e postos de serviço nos setores financeiros e de comunicações, o comércio também aparecia como uma possibilidade de acesso da mulher ao mercado de trabalho. Conforme acrescenta Besse, “os empregadores [do setor comercial] concordavam em que o trabalho da mulher era ‘mais eficiente, mais seguro e mais rápido’ (e também mais barato)”²⁴⁴ do que o do homem. Por esse e por outros motivos, elas passaram a ser selecionadas para ocupar tarefas como vendedoras e balconistas em diversas lojas da cidade de Vitória. Uma delas foi a “Casa Joana d’Arc”, de propriedade da Sra. Maria Cavalcanti, uma das primeiras comerciárias da capital. A casa de modas e chapéus foi inaugurada em setembro do ano de 1927, na Rua Primeiro de Março, e foi uma das mais assíduas anunciantes da revista *Vida Capichaba*. Na imagem que se segue, tem-se um apanhado do estabelecimento com destaque para a presença de duas mulheres na posição de responsáveis pelo negócio (possivelmente uma seja a empregadora e a outra a empregada).



Ilustração 11: “Um aspecto desse elegante estabelecimento, com fabrica de e secção de cabelleiros para senhoras, de propriedade de Mme. Maria Cavalcanti recentemente inaugurado nesta capital.”

Fonte: V. C., n.99, 1927

²⁴⁴ BESSE, 1999. p. 148.

Provavelmente tal situação tenha se repetido em várias outras empresas comerciais em funcionamento na cidade. Como é de se esperar que tenha ocorrido, por extensão, em outra Casa de moda tão ou mais importante, e que era conhecida pelo nome de “Atelier Sousa Lopes”, também de propriedade de duas senhoras, Semíramis Lopes e Neném Sousa.²⁴⁵

Outro exemplo de mulher empreendedora que, na capital do Espírito Santo, abriu seu próprio negócio é o da senhora Celina Florêncio que, em 1920, fundou a Escola Remington de Vitória. O curso de datilografia e taquigrafia oferecido por essa instituição era a grande novidade da capital que, até então, só tinha a opção de aproveitar a mão-de-obra formada pela Escola Remington do Rio de Janeiro ou de cidades próximas. Demonstrando senso aguçado para os negócios, a proprietária dessa escola começou imediatamente a formar o quadro de funcionárias especializadas que aparelhariam os escritórios, os bancos, as casas comerciais e as repartições públicas da cidade.²⁴⁶

Sendo impossível empreender aqui uma tentativa de traçar um perfil mais amplo das ocupações femininas desempenhadas no mercado de trabalho capixaba, há de se costurar a última referência os espaços ocupados pelas mulheres que conquistaram sólidas carreiras profissionais. De fato, não são muitas, cabem em breves parágrafos, mas sua importância para o cenário da vida urbana capixaba interferiu nos limites e no modo como o trabalho feminino foi encarado por essa sociedade, abrindo precedentes para que outras mulheres desafiassem o modelo social tradicional que, nos anos iniciais do século XX, predominava no caminho de vida seguido pela maioria das vitorienses.

As principais profissões escolhidas pelas mulheres capixabas que tiveram a oportunidade de conquistar um diploma acadêmico, e de praticar uma ocupação de alto valor profissional, em verdade, não eram tão dessemelhantes das que, no limite, eram permitidas a todas as mulheres que conseguiam ingressar no ensino superior. Desde que, em 1879, foi revogada a lei que proibia indivíduos do sexo feminino frequentar os cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, no Brasil, o número de mulheres com formação acadêmica e exercendo profissões antes consentidas apenas aos homens cresceu expressivamente. Entretanto, foi somente na década de 1920, que começaram a aparecer as primeiras espírito-santenses diplomadas. Aproveitando a estreita gama de funções que lhes eram abertas, por conta da crença de que eram compatíveis com sua “ natureza feminina”, elas se formaram em

²⁴⁵ NOVAES, 1999.

²⁴⁶ Idem.

farmácia, medicina, odontologia, enfermagem, nutricionismo, advocacia e outros cursos menos previsíveis como o de química industrial.

Para essas que detinham aspirações profissionais, a cidade de Vitória praticamente não oferecia opções de cursos que pudessem lhes proporcionar maior nível de graduação. As Escolas Normais, juntamente com alguns cursos técnicos, e a recém-inaugurada Faculdade de Pharmacia e Odontologia, no ano de 1930, compreendiam todas as opções disponíveis às mulheres nas primeiras décadas do século XX. Esse estreito panorama fez com que a maioria das capixabas, que reunia condições financeiras para sair de Vitória, tivesse como destino a cidade do Rio de Janeiro.²⁴⁷

Formada pela Faculdade de Medicina da Capital Federal, Herminia de Sousa Assis foi, então, a primeira capixaba a alcançar o título de doutora em ciências médicas, ao passo que já possuía o grau em farmácia. Aprovada com distinção, no ano de 1924, segundo consta em artigo publicado em sua homenagem na revista *Vida Capichaba*, se tornou membro efetivo do quadro de médicos do Hospital de S. Francisco de Assis e do Instituto Manguinhos, ambos no Rio de Janeiro.²⁴⁸ Dois anos mais tarde, Adalgisa da Fonseca tornava-se a segunda capixaba graduada em medicina pela mesma Escola do Rio de Janeiro, segundo noticiava os redatores da *Vida Capichaba*:

No Rio de Janeiro, em fins de dezembro ultimo, após segura defesa de these, recebeu o grão de doutora em medicina essa nossa distincta conterranea, que é o exemplo mais convincente do quanto pode a força de vontade, quando a impulsiona um espirito forte. Modesta educadora primaria nesta capital, onde sempre a cercaram as melhores considerações, conquistadas pela sua bondade e virtudes, resolveu um dia fazer o curso medico e da resolução á pratica não mediou larga distancia.²⁴⁹

Elogiada por sua “bondade” e suas “virtudes”, a “modesta” educadora que, com muita “força de vontade” abandonou os limites medianos da sua ocupação no magistério primário para se tornar médica, não frustrou a opinião dominante, que conspirava a favor de que as mulheres só se ocupassem de atividades afins com suas aptidões femininas. A inauguração de seu consultório, à Rua José Marcelino, cuja especialidade era tratar de doenças de crianças e

²⁴⁷ NADER, 2008.

²⁴⁸ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 21, abril de 1924.

²⁴⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 84, 15 de janeiro de 1927.

senhoras, demonstra bem essa tendência em encerrar as mulheres em determinados setores que seriam, por assim dizer, impróprios para os homens.²⁵⁰

De outro lado, tem-se o exemplo de outra mulher capixaba que também abandonou a carreira de professora primária para realizar aspirações superiores. Odete Braga Furtado foi, em comparação, uma das mais versáteis profissionais desse período. Uma rápida exposição da sua biografia é suficiente para que se compreenda a origem dessa afirmativa. De acordo com pesquisa feita por Novaes,²⁵¹ Odete Furtado se destacou como precursora em três diferentes modalidades de ocupações no mercado de trabalho do Espírito Santo. Em ordem cronológica, essa conterrânea se tornou, em 1921, a primeira mulher a assumir um cargo superior na função burocrática do governo, ocupando a posição de Oficial de Gabinete da Presidência Estadual. Ao passo que, em 1928, alcançou o título de primeira advogada capixaba, graduada pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ingressando, de forma simultânea, como a primeira funcionária do Banco do Brasil, mediante concurso. Como não bastasse, e como já informado, compôs ainda o quadro do professorado primário da capital, desde 1915 até 1921, empregando, nessa época, algum tempo extra como correspondente da firma exportadora “Vivacqua, Irmãos S.A.”. Dona de uma trajetória tão peculiar, Odete Furtado foi, nas pequenas proporções em que se afluava o mercado de trabalho feminino assalariado em Vitória, uma das grandes incentivadoras, pelo exemplo, do ingresso das mulheres capixabas em várias das novas frentes de ocupações.

Um número ainda considerável de mulheres tiveram seus nomes associados a carreiras profissionais recém-admitidas ao sexo feminino. Maria Antonieta Tatagiba, Haydée Nicolussi, Guilly Furtado Bandeira, Consuelo Salgueiro, Lydia Besouchet, Carolina Pickler, Julia Lacourt Pena, Judith Castello Leão, Sílvia Meireles da Silva Santos, são referências encontradas tanto para exprimir a qualidade da participação feminina capixaba nas letras e nas artes, quanto no quadro atinente ao seletivo núcleo de mulheres que conseguiram notoriedade por terem ambicionado alcançar um nível de independência maior do que lhes era previsto.

A maior parte dessas mulheres, membros dos estratos médios e altos da sociedade, exerceu, em algum momento de suas vidas, a função de professoras. Dentre essas, uma se destacou na política, assumindo cargos eletivos (Judith Castello Leão). Outra ingressou como escriturária no Ministério da Saúde (Guilly Furtado Bandeira). Outra se tornou ainda funcionária do

²⁵⁰ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 98, 30 de agosto de 1927.

²⁵¹ NOVAES, 1999.

Museu Nacional de Belas Artes (Haydée Nicolussi).²⁵² Tanto em um caso como em outro, o que essas mulheres tinham em comum era o modo relativamente atípico com que desafiaram, voluntária ou involuntariamente, a ordem patriarcal, contribuindo para a gradativa redefinição das relações de gênero, dentro da nova sociedade urbanizada e no interior da própria instituição familiar.

É fato que somente a minoria dessas mulheres valorizou claramente as próprias carreiras acima da imagem feminina do “anjo do lar”, renunciando muitas vezes a ajustá-las ao ideal do casamento e da maternidade, enquanto a maioria delas manteve o discurso abnegado de que a carreira era apenas uma função acessória às suas vidas em família, como boas esposas e mães dedicadas. Assim, o panorama da participação feminina no mercado de trabalho, dos primeiros anos do século XX, foi marcado por rupturas e continuidades, arrematada por Besse nos seguintes termos:

Somente um pequeno número de mulheres [das classes média e alta] conseguiu verdadeira satisfação e independência com o trabalho assalariado, enquanto a economia em rápida expansão ganhou uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável... Além disso, o impacto potencialmente radical do emprego feminino foi solapado pela segregação da ampla maioria de trabalhadoras em cargos “femininos”.²⁵³

Isso resume os principais aspectos que cercaram também o ingresso e a busca das mulheres capixabas por uma profissão no mercado de trabalho local. Baixa remuneração, exigência de qualificação mínima, baixo *status*, rotina de subalternidade, somados a algumas situações de exceção, formavam a realidade enfrentada pelas mulheres espírito-santenses que, por escolha ou necessidade, se dispunham a ingressar nos novos empregos abertos pelo setor terciário e pelas profissões liberais.

Além do mais, ter uma mínima ideia das condições e das perspectivas que orientavam a formação do trabalho feminino assalariado na esfera econômica e social de Vitória permite relacioná-las ao objeto de ponderação que as feministas capixabas tinham em mente ao debaterem o tópico “participação das mulheres no mundo do trabalho”, nos artigos que publicaram na revista *Vida Capichaba*. Todo o cenário profissional que experimentavam e observavam interferia diretamente na opinião que emitiam acerca da incorporação feminina

²⁵² COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

²⁵³ BESSE, 1999. p. 180.

na estrutura ocupacional urbana. Fator igualmente determinante quando o assunto abordado envergava para a questão dos direitos políticos das mulheres ou da necessidade de ampliar o seu acesso à educação.

Instrução e voto: o plano para a emancipação

No que tange a busca das mulheres pela superação das desigualdades de gênero, por meio dos discursos e das práticas feministas, desde meados do século XIX até a quarta década do século XX, há que se destacar a existência de um forte entrelaçamento, dentro do conjunto da causa, entre os requisitos educação, direitos políticos e trabalho feminino. Os quais, raramente, apareceram como metas isoladas no cerne da militância feminista.

Partindo da bandeira da instrução, ou usando-a como um discurso intermediário para o alcance da independência econômica ou da independência política das mulheres, as feministas se especializaram em articular discursos e programas de reforma que perspicazmente encadeavam esses três postulados básicos da vida feminina em sociedade. O objetivo específico era o de fazer com que as mudanças angariadas em benefício das mulheres fossem consideradas como um conjunto de políticas que só funcionariam se uma dessas engrenagens fizesse as outras funcionarem. Ou seja, de forma simultânea ou em cadeia, o propósito das feministas era o de sustentar a prática da emancipação como o resultado de uma conquista arquitetada nos três campos mais cruciais da sua incorporação no mundo público: o campo político, o campo educacional e o campo profissional.

Nos limites da capital do Espírito Santo, mais especificamente no debate feminista divulgado pela revista *Vida Capixaba*, essa também foi nitidamente a estratégia seguida pelas mulheres intelectuais para dar sentido aos seus discursos de emancipação. Isso porque, muitas delas detinham liberdade de pensamento suficiente para relacionar a submissão feminina à forma tutelada, segregada e preconceituosa com que os discursos pedagógicos, científicos, religiosos e legais insistiam em condicioná-las. Assim, o sistema educacional, bem como o mercado de trabalho feminino assalariado, se apresentaram aos olhos de uma parcela significativa das feministas capixabas como espaços, por excelência, de construção, manutenção e reciclagem

das normas sociais tradicionais de gênero. Ao passo que o discurso jurídico e político também não escaparam às suas observações como instituições marcadas pela ideologia de gênero.²⁵⁴

Tendo essa noção como premissa, o próximo passo é apressar as considerações acerca da situação da educação feminina, no Espírito Santo, perpassando o panorama da relação das feministas capixabas com a política e com os movimentos sociais que difundiam o feminismo. A importância de inclinar a análise por esse caminho está em que muitas das mudanças incididas na estrutura educacional, no Brasil, e por extensão no Espírito Santo, advieram não só de condições externas e independentes à luta feminista, mas também como resultado da pressão exercida por elas na busca por igualdade social, econômica e política.

E, ao considerar a existência dessa articulação, abre-se logo a possibilidade para melhor compreender a influência do contexto local na formação dos discursos feministas das capixabas, também preocupados em dar conta do tema relacionado à necessidade de ampliar as vias de acesso das mulheres à educação.

Semelhante a outras províncias do Brasil, o Espírito Santo, durante o século XIX, exibiu um aspecto bastante precário e rudimentar com relação à educação feminina. Embora não tenha demorado muito, desde que, em 1827, uma lei federal aprovou a abertura de escolas primárias femininas, para que fosse inaugurada a primeira instituição escolar nesses moldes, na capital, foi preciso cerca de dez anos para que a escola recém-inaugurada pudesse reunir as condições necessárias para o seu funcionamento. Assim, de 1835 a 1845, esse estabelecimento de ensino manteve-se inativo principalmente devido à falta de profissionais qualificados para executar a função no magistério.²⁵⁵

A insuficiência na oferta de mão-de-obra especializada para atuar no quadro do professorado primário do Estado foi, sem dúvida, um dos grandes problemas encontrados na execução dos projetos de reforma educacional, no Espírito Santo. Daí o incentivo à abertura de Escolas Normais, com ensino secundário profissionalizante para as mulheres, que marcou profundamente o panorama da educação feminina capixaba na virada do século XIX para o

²⁵⁴ Segundo Teresa de Lauretis, “ideologia de gênero” é a base teórica, validada por discursos institucionais, que sustenta a oposição binária autoexcludente entre duas categorias (masculino e feminino), por meio das quais o gênero adquire a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres. O gênero, não passando de uma “representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição rígida dos dois sexos biológicos”, é comumente confundida com esse mesmo sexo, uma condição natural, camuflando a verdadeira obstinação desse sistema, que é a de transformar o sexo em gênero por meio de uma intervenção sociocultural que atribui significado a indivíduos dentro da sociedade. LAURETIS, 1994.

²⁵⁵ FRANCO, 2001.

XX. Em primeiro lugar, porque possibilitou às moças, que antes só tinham acesso ao nível primário do ensino, alcançar um grau acima da educação básica. E, em segundo lugar, porque ampliou as chances dessas mulheres de incorporarem a força de trabalho assalariada local.

Apesar de o ensino secundário feminino ter sido instalado, no Espírito Santo, desde o ano de 1869, com a inauguração do Instituto Feminino Secundário, que a partir de 1871 passou a se denominar Colégio Nossa Senhora da Penha, foi somente com a fundação da Escola Normal que o Estado passou a prover, de forma satisfatória, as escolas que proliferavam pela Província, durante os anos iniciais da Primeira República.²⁵⁶ Considerando que esta instituição teve, preferencialmente, como alunos, pessoas do sexo feminino, começa a se maturar a ideia de que o magistério primário, no Espírito Santo, não demorou muito a se feminizar. O que se, por um lado, denunciava a tradicional forma setorizada de se alocar a mulher no mercado de trabalho, ficando os homens com posições e salários superiores, por outro, faz despertar para o fato de que tal ocupação propiciava às mulheres, principalmente das classes intermediárias, profissionalizarem-se, de maneira a encontrarem alternativas distintas da carreira matrimonial e doméstica.

Não era esse o objetivo apregoado à educação feminina, desde que se permitiu a sua expansão na segunda metade do século XIX. A própria estrutura curricular destinada à escolarização das mulheres deixa manifesta a intenção de lhes podar o pensamento criativo, crítico e independente, pois estava aí a garantia de que as mulheres não ambicionariam concorrer com os homens nos cargos de mais alto nível. Para tanto, os mantenedores da ordem social decidiram-se por uma forma sutil de sabotá-las, disponibilizando um conteúdo de ensino ralo e superficial, almejando com isso abafar-lhes as vocações.

Um exemplo do quanto isto estava entranhado na prática escolar feminina também no Espírito encontra-se no fato “curioso” de que, mesmo com a implementação, no ano de 1908, do decreto que previa a equiparação das disciplinas estudadas por meninos e por meninas nas escolas estaduais, o conteúdo de muitas delas continuava inalterado, ou era ainda mais adaptado, para as consideradas “necessidades práticas da vida feminina”. Franco chega a afirmar, em seu estudo sobre o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher capixaba, na Primeira República, que

²⁵⁶ FRANCO, 2001.

Paralelamente à necessidade de se alterar o currículo da escola para aprimorar os profissionais do magistério, houve sempre a preocupação de que as atividades manuais tivessem um significativo peso na formação das moças da época. [As quais] Logo se tornavam peritas em diversos trabalhos de agulha, aprendendo a fazer pontos ligeiros, pontos para bordados a branco e a cor, pontos de costura, pontos simples de bordado, remendos, cerzidos, a pregar botões, a fazer costuras..., a fazer bainha e crochê.²⁵⁷

Vê-se que o ensino de princípios intelectuais abstratos não era considerado relevante e útil para as mulheres, muito pelo contrário, era visto até como fator de possível degeneração. E para evitar tal mal, valia mais lhes oferecer ensinamentos de real proveito para a vida doméstica e familiar, do que lhes iludir com falsas promessas de ascensão profissional. Obviamente que eram frases de efeito muito bem articuladas para convencê-las de que detinham uma nobre e digna missão a abraçar, a de “proteger a saúde, alimentar as mentes e formar o caráter dos futuros cidadãos”.²⁵⁸ Educação que, só eventualmente, poderia ser usada para cobrir contingências econômicas.

Desse modo, fazia parte do plano de instruir as mulheres para a vida moderna, mantê-las atreladas às redes da hierarquia de gênero. E essa função era primorosamente executada pelas escolas dirigidas por ordens religiosas. Em Vitória, o conhecido Colégio do Carmo, batizado oficialmente como Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em atividade a partir do ano de 1901, foi de grande eficiência na propagação dos valores morais conservadores na formação escolar de suas alunas. A exemplo de outras escolas associadas à Igreja Católica, o Colégio do Carmo dava ênfase particularmente forte à educação moral e doméstica, embora também tenha propiciado às estudantes uma cultura geral refinada, ministrando disciplinas como Geografia, Ciências Físicas e Naturais e História. Porém, não objetivava garantir a profissionalização das mulheres. Sua meta central continuava sendo a de preparar as moças para serem boas esposas, mães e donas-de-casa.²⁵⁹

Foi assim, de forma paradoxal, que as mulheres capixabas tiveram acesso à educação, nas primeiras décadas do século XX. Embora não seja desconhecido o fato de que um longo percurso havia sido superado até a década de 1920 e meados de 1930, não há como negar que, ainda nesse período, as mulheres haviam caminhado muito pouco. O ensino primário normal e profissional, por sua vez, continuava desvinculado da universidade e do ensino secundário

²⁵⁷ FRANCO, 2001. p. 219.

²⁵⁸ BESSE, 1999. p. 123.

²⁵⁹ FRANCO, 2001.

preparatório para a academia. O que, de forma flagrante, dificultava sobremaneira às mulheres o ingresso em instituições de ensino superior.

Todo o retrato, sucinto admite-se, da situação em que se encontrava a educação feminina no Espírito Santo, aponta para a própria situação de volubilidade e de precariedade em que se debatiam as mulheres no mercado de trabalho feminino capixaba. As oportunidades se estreitavam de todos os lados. E a própria dificuldade das mulheres de se fazerem representar conduzia-as a um círculo vicioso difícil de romper. Alguns deslocamentos, nesse sentido, de fato, só começaram a acontecer por intermédio da expansão dos meios de acesso à educação e ao trabalho, mas não só. O lugar assumido pelas mulheres enquanto locutoras e interlocutoras na imprensa, emergindo enquanto donas de suas próprias falas, enquanto sujeitos que se auto-representavam, produziu efeitos igualmente disruptivos. E é desse reduto que surgiram as primeiras vozes feministas, no Espírito Santo. Foram elas as responsáveis por questionar alguns dos mais persistentes papéis tradicionais femininos na sociedade, como os que limitavam “o destino das mulheres à ociosidade e ao casamento”.²⁶⁰

Pode-se dizer que é a partir desse momento, do momento em que as intelectuais espírito-santenses, que publicavam na imprensa, estreitaram contato com as ideias feministas, na década de 1920 para a década de 1930, que começou a se intensificar a relação das mulheres capixabas com a política. Não necessariamente com a política institucionalizada, formal, de partidos e cargos eletivos no governo, mas a política em sentido amplo, de intervenção social, de luta por direitos, de mobilização, de emissão e de recusa de discursos. É ao longo desse período que o debate sobre o voto feminino, no Espírito Santo, principia a ser discutido pelas mulheres capixabas. Até então, um incômodo silêncio, ainda não perscrutado pela bibliografia, sugere que apenas os homens de Estado, políticos eminentes, se ocupavam de julgar a causa.

Muniz Freire, enquanto representante do Espírito Santo na Assembleia Constituinte de 1891, foi um dos oradores que se posicionou em atitude contrária à inclusão do sufrágio feminino na nova carta constitucional. Segundo aponta suas próprias palavras na tribuna:

O homem é, pela sua superioridade de caracter, votado principalmente ás labutações da vida activa; a mulher, pela sua superioridade de affectos, tem na vida domestica o seu destino a realisar. Confundir esses principios seria

²⁶⁰ Revista *Vida Capixaba*, n. 119, 5 de abril de 1928.

desorganizar a família e a sociedade... Não devemos emprestar às mulheres aptidões que ellas não teem.²⁶¹

Fica claro que sua eloquência remonta uma série de preconceitos rigidamente moldados pela moral católica e pela primazia de uma ideia deturpada sobre a determinância da biologia sobre o destino social dos indivíduos. Opinião que, conjugada a muitas outras, ajudou a deliberar sobre a inconveniência, ou a imaturidade, de tal proposta para ser prescrita nos termos da nova Constituição Republicana, adiando por quarenta anos a conquista dos direitos políticos femininos.

Sem qualquer expressão mais radical no Espírito Santo, o debate sobre o sufrágio feminino praticamente desapareceu das referências políticas locais, até, ao menos, o limiar do século XX. Contudo, um investimento concreto sobre as discussões favoráveis a causa só foi intensificado dos anos 1920 para a década de 1930, ocorrendo tanto por meio de discursos na imprensa, quanto pela fundação de organizações feministas em prol dos direitos políticos e civis das mulheres.

Se na imprensa capixaba a temática feminista se acalorava, foi muito gradativamente que ela se deslocou do terreno da discussão para o terreno da prática, no Espírito Santo. Embora algumas manifestações isoladas – de mulheres exercendo carreiras profissionais, de mulheres se destacando no domínio das letras e das artes, de mulheres tomando a iniciativa de se alistarem como eleitoras – tenham promovido de alguma ou outra forma os ideais feministas, foi apenas na década de 1930, mais precisamente no ano de 1933, que as feministas capixabas se reuniram para fundar sua primeira organização. Funcionando como um braço da FBPF, a instituição aberta em Vitória foi denominada Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino, que assumiu a responsabilidade de promover pelo Estado o alistamento das novas eleitoras.²⁶²

Além dessa organização, foi criada simultaneamente a Cruzada Cívica do Alistamento (CCA), com o intuito de incentivar as mulheres capixabas a tomarem consciência dos seus novos direitos políticos. De acordo com Novaes, vinte e cinco senhoras estiveram presentes no ato de fundação da FBPF e da CCA, que aconteceu numa das salas do Instituto Histórico e Geográfico Espírito-Santense. Dessa reunião formou-se a seguinte diretoria: Silvia Meireles

²⁶¹ NAZARIO, 2009. p. 52.

²⁶² NOVAES, 1999.

da Silva Santos (Presidente); Judith Leão Castello (Vice-presidente); Indá Soares Casanova (Secretária); Maria Stella de Novaes (Tesoureira); Julia Lacourt Pena (Oradora).²⁶³

Essa disposição repercutiu até mesmo pelo interior, onde foi fundada, no município de Cachoeiro de Itapemirim, no mesmo ano, a União Cívica Feminina, que complementava as atividades das duas primeiras. Formalmente, essas instituições tiveram vida relativamente curta, acompanhando o esfacelamento do próprio movimento feminista organizado, a partir do estabelecimento da ditadura varguista em 1937. Da conquista do voto e da elegibilidade, em 1934, até a chance de exercerem efetivamente o papel de eleitoras e candidatas, dez anos se interpuseram às mulheres capixabas, assim como à maioria das mulheres brasileiras, pois, somente em 1947, Judith Leão Castello ascendeu ao mandato de primeira deputada estadual, do Espírito Santo.²⁶⁴

Vê-se, portanto, que a relação da mulher capixaba com a política existia, embora fosse bastante frágil. Além do que, só as mulheres de camadas médias e altas tinham acesso às vias desse diálogo, ficando “a mulher vulgar, mal educada e pior instruída”²⁶⁵ às margens de todo o processo de inclusão feminina na cidadania.

Tanto o cenário delineado pela participação política da mulher capixaba, quanto àquele definido pela realidade enfrentada com relação à educação e ao acesso afunilado ao mercado de trabalho local, interferiram, numa perspectiva ampla, no modo como as feministas capixabas formularam as suas principais críticas, ponderações, programas e expectativas frente à luta das mulheres por novas condições de existência. Usando a revista *Vida Capichaba* como canalizadora e propagadora das suas opiniões, as mulheres intelectuais que se envolveram, direta ou indiretamente, com o movimento feminista, tinham por intenção primeira mudar a realidade imediata, aquela que estava ao seu alcance. E é aí que reside a sua importância para a história do feminismo local, porque, embora as discussões aprisionadas tenham sido motivadas por acontecimentos externos, foi no plano interno que as feministas capixabas encontraram as bases em que se apoiar, aceitando ou invertendo valores, elaborando toda uma tônica particular do movimento.

²⁶³ NOVAES, 1999.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Revista *Vida Capichaba*, n. 119, 5 de abril de 1928.

CAPÍTULO III

Esbarrei contra a resistência de teu muro, tal como outrora, tal como sempre. Mas com o pensamento transpuz o muro, galguei o alto, rompi a fôrca, quebrei as grades. Que pode um homem contra o pensamento pequeno que cresce debaixo das pálpebras e que penetra os sonhos?

Lydia Besouchet

CAPÍTULO III

FEMINISMO MORAL, INTELLECTUAL E CÍVICO

À primeira vista, e como aparentemente sugere o título deste capítulo, o feminismo, no Espírito Santo, poderia ser interpretado como um foco de manifestação coesa e homogênea que se desenvolveu entre um grupo de mulheres da elite capixaba, reunidas em torno de um conceito semelhante de feminismo, compartilhando das mesmas respostas à persistente pergunta: *O que é feminismo?* ou *O que pensa sobre o feminismo?*²⁶⁶ Realmente, essa é uma armadilha de fácil captura caso algumas precauções não sejam tomadas. Uma delas é a de adotar o ponto de vista da heterogeneidade, constatado por várias pesquisas acerca do feminismo no Brasil. De acordo com as informações recolhidas, o movimento feminista, no Espírito Santo, durante as décadas de 1920 e meados de 1930, também se caracterizou como um movimento de múltiplas formas e objetivos, fragmentado e heterogêneo a ponto de apresentar diversas ramificações.²⁶⁷

A multiplicidade de ações e de discursos que fomentaram e deram visibilidade ao feminismo, nas primeiras décadas do século XX, chegou ao Espírito Santo, com maior intensidade na cidade de Vitória, reelaborada pelas tradições e valores atinentes à realidade capixaba da época. Tal reelaboração, responsável por ressignificar uma série de apontamentos que irradiavam dos centros de agitação do feminismo para as capitais distantes, partiu de várias correntes político-ideológicas defendidas por grupos de mulheres com formações intelectuais distintas. Isso leva a distinguir que, para além do que sugere a denominação “Feminismo Ideal e Sadio”, o termo não implica a inexistência de manifestações paralelas, sejam elas afastadas ideologicamente ou não dessa primeira vertente.

²⁶⁶ Aqui há uma alusão aos questionários elaborados pelas revistas ilustradas da época. *Vida Capixaba* também aderiu à moda dos inquéritos e lançou questões aproximadas a estas para serem respondidas pelas conterrâneas ilustres, geralmente mulheres envolvidas em atividades intelectuais.

²⁶⁷ Céli Regina Pinto começa sua análise sobre a trajetória do feminismo no Brasil com a seguinte afirmação: “escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa bastante peculiar... [pois] tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas”. Além disso, faz questão de salientar que, a chamada primeira fase do feminismo, que começou ainda no século XIX e estendeu-se pelas três primeiras décadas do século XX, se caracterizou por um conjunto diverso de manifestações, algumas organizadas, “outras vozes solitárias de mulheres que se rebela[ra]m contra as condições em que viviam na época”. Para maiores informações, ler PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

A escolha por batizar o feminismo estudado por esta dissertação de “Ideal e Sadio” adveio da observação de que, embora vários discursos feministas concorressem à atenção dos leitores da revista *Vida Capichaba*, um prevalecia. A investigação à fonte mostrou que um tipo de feminismo mais moderado, atento para a construção de um discurso apaziguador e de pouco enfrentamento, sobressaiu as outras variáveis discursivas, essas por serem mais dispersas ou por assumirem uma posição mais provocativa e engajada. Desse modo, a preponderância do feminismo moderado vem tanto da frequência com que foi identificado nos artigos e nos comentários das mulheres que escreveram sobre o feminismo no respectivo periódico, quanto do maior grau de aceitação pública alcançado por esse modelo de feminismo, verificável por sua limitada, porém indubitável vitória no meio social e político espírito-santense.²⁶⁸

Concomitante ao feminismo que buscava se manter pelas vias de um discurso comedido, com críticas mornas às relações estabelecidas de gênero, duas outras formas de expressão das ideias feministas se destacaram entre as intelectuais capixabas. A uma convencionou-se chamar de feminismo difuso e a outra de feminismo avançado, corrente que manteve estreitas relações com a linguagem de conteúdo socialista.

No interior dessas três categorias emergiram nomes de liderança, como o de Judith Leão Castello, Maria Stella de Novaes, Guilly Furtado Bandeira, Haydée Nicolussi e Lydia Besouchet. Por meio da trajetória de muitas delas é possível traçar a maneira gradual e cuidadosa com que o feminismo avançou no meio capixaba, desnudando as alianças e rupturas que, de certa forma, determinaram qual proposta de feminismo haveria de vingar no contexto político, intelectual e social do Espírito Santo.

Embora a pesquisa privilegie clarificar o discurso moderado que circulava entre as feministas capixabas – suas características, suas propostas, suas alianças ideológicas e suas conquistas –, não pretende isolá-lo das outras vertentes discursivas que também processavam as críticas e as questões feministas. A intenção deste capítulo é a de estudar a elaboração e a emergência desses discursos paralelos em contraponto ao feminismo moderado, investigando as possíveis

²⁶⁸ Pode-se dizer que o feminismo moderado triunfou no Espírito Santo, principalmente após o desfecho favorável às reivindicações sufragistas, devido a uma soma de acontecimentos significativos. Dois deles podem ser citados brevemente: a eleição de Judith Leão Castello para o cargo de deputada estadual, demonstrando a força da liderança feminista cujas metas justificavam o lema “Ideal e Sadio”; e a exclusão de algumas literatas, como Haydée Nicolussi (ligada às fileiras de feministas avançadas), do quadro de intelectuais que compuseram a Academia Feminina Espírito-santense de Letras no ato de sua fundação. O veto foi deliberado por Judith Leão Castello, presidente da Academia na época, e outras mulheres ligadas ao feminismo moderado, as quais tinham monopolizado os espaços institucionais abertos às mulheres capixabas, especialmente após a década de 1940.

razões que fizeram com que o feminismo eleito como modelo adequado fosse aquele contrafeito aos questionamentos mais profundos da subalternidade feminina. Daí fundamentar o problema central que perpassa esta pesquisa, que é o de compreender os principais aspectos que moldaram o feminismo capixaba, ou melhor dizendo, os feminismos capixabas, a partir dos discursos pronunciados por mulheres da elite intelectual do Estado.

Para isso, tanto quanto o contexto local, importa não perder de vista a conjuntura macro em que se desenrolou o feminismo, nas primeiras décadas do século passado. No Brasil, esse contexto é comumente situado entre as capitais carioca e paulista, lugares em que o feminismo, de fato, encontrou condições ideais para proliferar suas ideias, vivendo nesses centros urbanos as mais conhecidas e influentes feministas do início do século XX.²⁶⁹ Porém, ao lado dessas regiões tradicionalmente estudadas, emergem localidades afastadas do eixo Rio-São Paulo que registram, mesmo que em proporções menores, mas não menos impactantes, várias iniciativas feministas. Essas regiões, não deixando de ombrear em relevância histórica com os centros de irradiação do feminismo, ajudam, na mesma medida, a montar um panorama mais elucidativo do alcance que as ideias feministas tiveram no Brasil.²⁷⁰

Somente trilhando esse caminho – que por inúmeras vezes vem sendo revisitado pelas estudiosas da história do feminismo – é que o caso específico do Espírito Santo poderá receber tratamento mais acurado. Logo, o que há de singular ou de genérico no surgimento e no desenrolar das ações e dos discursos feministas entre as capixabas poderá se desembaraçar das referências apressadas e do silêncio que, antes de ser somente proposital, resulta do desinteresse ou do pleno desconhecimento da existência dessa face da história social e política vivida pelas mulheres espírito-santenses.

²⁶⁹ O Rio de Janeiro, mesmo para as mulheres defensoras do feminismo que nasceram nessa cidade e de lá foram viver em outros países ou cidades, foi roteiro de passagem e mesmo de permanência de feministas vindas de várias regiões do Brasil. A biografia de muitas das mulheres que aqui são retratadas esbarra com a informação de que, em algum momento de suas vidas, elas se deslocaram para àquela capital com vistas a estudar, a trabalhar ou a viver sem previsão de retorno à sua cidade natal. Isso se repete, com mais ou menos frequência, na trajetória de vida de muitas capixabas, que se destacaram nas artes, na ciência, na política.

²⁷⁰ Soihet afirma que, na década de 1930, a FBPF contava “com filiais em treze unidades da Federação, o que comprova seu esforço na intensificação da campanha para a consecução dos direitos políticos”. Ver SOIHET, 2006. p. 45.

3.1 – O feminismo no Brasil

Ao contrário de muitos países do ocidente, como França e Estados Unidos, o feminismo, no Brasil, nasceu na imprensa e a ela ficou restrito durante a maior parte do século XIX. Dessemelhante dos países citados, onde as feministas haviam adquirido a prática de conciliar ativismo e escrita militante, desde os primeiros ensaios do movimento,²⁷¹ no Brasil, a adoção conjunta desses elementos, de forma objetiva e harmoniosa, só aconteceu no despontar do século XX. Até esse momento, prevaleceu como uma manifestação bastante tímida, embora incisiva, que orbitava entre a literatura e a imprensa.

Outro traço bastante característico do feminismo brasileiro, de meados do século XIX, está relacionado ao pequeno círculo de mulheres que assumiram publicamente o interesse em professar as ideias feministas às suas companheiras de sorte. Essas vozes solitárias foram paulatinamente se erguendo, num ponto e outro do País, de forma relativamente autônoma e desalinhada. A imprensa foi prontamente adotada como o único instrumento capaz de divulgar, o mais amplamente possível, os pensamentos dessas adeptas do emancipacionismo feminino. Como a imprensa tradicional, a imprensa de informação, e mesmo a imprensa literária mantinham lacradas às possibilidades de publicação de artigos críticos assinados por mulheres, poupando qualquer envolvimento com ideias encorajadoras da capacidade de realização feminina, as próprias idealizadoras do comportamento mais independente das mulheres fundaram suas redes particulares de polêmica.

Apesar de simbolizarem a vanguarda do pensamento feminista, no Brasil, essas mulheres estavam mais inclinadas a proceder por meio de um voluntarismo político do que por meio de um movimento organizado. Mesmo adquirindo a posição de editoras, de redatoras e de proprietárias de seus próprios órgãos da imprensa, demonstrando, com isso, todo o senso de empreendedorismo e de ousadia inclusos em suas atividades, elas se mostraram

²⁷¹ Sobre a luta pelos direitos políticos e sociais das mulheres na França e nos Estados Unidos, consultar SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal*. 2002 e FLEXNER, Eleanor. *Century of struggle*. The Woman's Rights Movement in the United States. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996. June Hahner também dá a sua contribuição ao analisar comparativamente o movimento feminista no Brasil com as características do feminismo norte-americano. Ao elaborar sua análise dos primórdios do feminismo brasileiro, no século XIX, ela afirma: "As defensoras da emancipação feminina no Brasil permaneceram isoladas por muitos anos e nunca se beneficiaram da participação plena de algo semelhante à efervescência dos movimentos sociais que ocorreram em meados do século XIX, nos Estados Unidos". HAHNER, 2003. p. 107.

aparentemente despreparadas, ou talvez impedidas, de promoverem ações simétricas e mais funcionais a favor de uma determinada bandeira de luta.

Certamente, a dificuldade de comunicação entre cidades, durante grande parte do século XIX, agravada pela rigorosa cartilha de costumes que cercava o comportamento feminino, mais o alto índice de analfabetismo entre as mulheres, somada à situação política do Império que era desfavorável a alterações profundas no *status quo*, foram fatores que impuseram sérios empecilhos à elaboração de um movimento organizado por parte das primeiras defensoras dos direitos femininos. É possível mesmo dizer que todo esse ambiente avesso tenha, de fato, barrado qualquer cogitação nesse sentido.

A ausência, no entanto, de uma organização sistemática não dissolveu a importância que essas mulheres tiveram enquanto vozes inconformadas frente à condição secundária inculcada nas pessoas do seu sexo. Elas não precisavam de maiores motivações, do que suas próprias vidas, para denunciar os desmandos que o poder patriarcal exercia sobre todos os domínios de atividade em que se aventuravam. Inclusive o fato de terem se apoderado da imprensa, por meio da palavra inflamada e polêmica, influiu na opinião hostil que recaía sobre suas iniciativas, isso quando a indiferença não abatia seus esforços.

Gradualmente, essas mulheres conseguiram aumentar o seu público-leitor. Os incentivos vinham não só do aumento na vendagem de seus jornais, como também por meio das colaborações e manifestações de apoio às causas defendidas. Apesar dos periódicos feministas terem que concorrer pela atenção da mesma audiência com os vários jornais voltados para as mulheres, os quais enfatizavam quase exclusivamente a moda ou a literatura, eles contavam com a expectativa de ascensão de uma consciência feminina que despertasse o potencial de autodesenvolvimento de suas leitoras, o que justificava o enfrentamento de todas as dificuldades. Desse modo, um dos propósitos das editoras dos jornais que defendiam a emancipação feminina era exatamente o de atrair a parte mais numerosa do público do jornalismo literário e de entretenimento, que ofereciam tudo, menos um questionamento à ordem social estabelecida. Era preciso acrescentar aos figurinos, às receitas de doces, aos moldes de trabalho e conselhos de beleza argumentos persuasivos para elevar as mulheres de posição, abrindo espaço para que elas atuassem no mundo externo ao lar.²⁷²

²⁷² HAHNER, 2003.

Para tanto, o maior desafio enfrentado pelas primeiras defensoras dos direitos femininos, no Brasil, foi o de questionar as precárias condições do ensino reservado às mulheres. A realidade da educação, em pleno século XIX, apesar de não ser a adequada às necessidades de um país cujo número de analfabetos superava a população alfabetizada, apresentava níveis ainda mais alarmantes no que se referia à educação das meninas. Além das escolas ofertadas a elas serem numericamente inferiores às disponibilizadas para os estudantes do sexo masculino, os conteúdos curriculares também contribuía para o aumento das disparidades entre as duas modalidades de ensino. De acordo com o censo realizado pelo Governo Imperial, no ano de 1872, apenas 5.077 escolas primárias, dentre públicas e privadas, encontravam-se em atividade nesse período. Distribuídos pelas instituições, um contingente de cerca de 160.260 alunos se dividiam numa porcentagem que era majoritariamente masculina, ficando as mulheres com uma fatia correspondente a 40,5% desse total.²⁷³

Os dados são bastante ilustrativos das desigualdades impostas pelas oportunidades de ensino ofertadas às mulheres em comparação às oportunidades abertas aos homens. Não é preciso fazer nenhum cálculo matemático mais sofisticado para concluir que as mulheres se encontravam numa situação bem menos vantajosa. Tal constatação requiritava uma reação. E essa partiu exatamente do núcleo de mulheres alfabetizadas advindas das classes média e alta.

Não por menos, a educação, entendida como única forma de adquirir independência financeira, se tornou o argumento mais explorado pelas mulheres que se posicionavam como defensoras da emancipação feminina, no início e já em meados do século XIX. Todo o esforço se concentrava na elaboração de métodos argumentativos convincentes que atingissem a consciência das mulheres acerca da necessidade de viverem do seu próprio trabalho, daí o valor atribuído a uma educação menos decorativa e mais utilitária.

Pode-se dizer que a semente para a intensificação desse debate, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi lançada por uma mulher que, hoje, é conhecida como a pioneira do feminismo no Brasil. Nísia Floresta Brasileira Augusta²⁷⁴ tem sua importância

²⁷³ As informações acerca do *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872* foram retiradas do levantamento feito por June Hahner sobre o índice de alfabetização no Brasil. Para a leitura desses dados, ler HAHNER, 2003. p. 75.

²⁷⁴ Dionísia Gonçalves Pinto, nome de batismo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nasceu no Rio Grande do Norte, no ano de 1810. Durante a sua trajetória de vida, escreveu várias obras, nas quais abordava diversos assuntos, sejam eles de teor abolicionista ou republicano. No entanto, o tema que mais lhe ocupava o intelecto era o relacionado à condição da mulher. Com 18 anos, morou na cidade de Olinda, onde colaborou com distintos órgãos jornalísticos. Em seguida, fixou residência em Porto Alegre, para onde foi com seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, e os dois filhos desse matrimônio. No período que morou no Rio de Janeiro,

medida pelo grau de publicidade que alcançou o seu primeiro livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.²⁷⁵ Segundo Constância Duarte, esse livro recebeu três edições em menos de oito anos. A primeira delas foi lançada em Recife, no ano de 1832. No ano seguinte, uma nova edição surgiu em Porto Alegre, para onde Nísia Floresta havia se mudado. Seis anos mais tarde, em 1839, no Rio de Janeiro, foi anunciada a venda de uma nova edição.²⁷⁶

Considerado o texto fundante do feminismo brasileiro, essa tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, originalmente intitulada *A Vindication of the Rights of Woman*, acomodada as peculiaridades do cenário nacional, promoveu de forma altissonante uma revisão dos conceitos estabelecidos entre o que significava ser homem e ser mulher na sociedade regida pela moral patriarcalista da época. De acordo com a principal estudiosa de Nísia Floresta, esse texto nisiano “identifica no *costume* e no *preconceito* o cerne do problema”, denunciando os homens como os manipuladores da tirania que massacra o gênio feminino. E esclarece o fato de que

Extrapolando o raciocínio de Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta tenta inverter a relação: de mulheres inferiores socialmente, ela acredita e quer provar, a superioridade feminina frente aos homens. Superioridade essa, diga-se de passagem, que o “sexo invejoso e pouco generoso” oculta, para melhor dominar através da força física e do despreparo intelectual feminino.²⁷⁷

A rasa educação destinada às mulheres consistia no ponto de partida e de chegada da inércia que as mantinham presas ao círculo vicioso que, há séculos, as desobrigavam de cultivarem a razão e a ciência. Por mais que objetivassem desenvolver seus talentos intelectuais, produzindo recursos para o progresso da sociedade, as mulheres continuavam a sofrer o vilipêndio masculino, instigado pelo interesse de privarem as mulheres do conhecimento, devido ao perigo de uma educação profunda elevá-las à condição de competidoras.²⁷⁸ Para

destacou-se por sua atuação no magistério, à frente da direção de um colégio de meninas. Em 1849, Nísia Floresta fez sua primeira viagem à Europa. Depois disso, por duas vezes passou longas temporadas em países como a França, a Alemanha, a Itália e a Grécia. Em 1875, voltou para Paris, onde residiu por três anos, falecendo, em 1885, na cidade de Rouen. Segundo consta, a sua morte praticamente não foi noticiada nos jornais europeus, o que indica que, no final de sua vida, a escritora tinha se recolhido ao ostracismo. Para uma abordagem mais detalhada da biografia de Nísia Floresta, remeter-se a FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

²⁷⁵ FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4 ed. atual. com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

²⁷⁶ Idem. p. 15.

²⁷⁷ DUARTE, Constância Lima. “Posfácio. Nos primórdios do feminismo brasileiro”. In. FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989. p.116.

²⁷⁸ FLORESTA, 1989. p. 52.

Nísia Floresta, “não será difícil provar que o conhecimento de nós mesmas e de outras muitas coisas é absolutamente necessário para aumentar-nos a persuasão de nossas obrigações morais”.²⁷⁹

Os escritos de Nísia Floresta adiantaram em alguns anos o argumento da emancipação pela educação. A partir especialmente do ano de 1852, data em que começou a circular *O Jornal das Senhoras*, o enfoque sobre a educação feminina passou a ocupar lugar central nos debates das feministas-jornalistas de então. Joana Paulo Manso de Noronha, proprietária e editora-chefe de *O Jornal das Senhoras* durante seus primeiros meses de existência, apostando na arte da persuasão e da retórica, optou por uma estratégia de convencimento que atravessava a invocação contínua do próprio interesse masculino na melhoria da posição das mulheres.

Apoiando-se num tom de súplica, as redatoras de *O Jornal das Senhoras* acreditavam assim poder exercer sobre os homens a influência necessária para que eles consentissem o acesso integral das mulheres à educação. Não uma educação gratuita, adquirida exclusivamente para o seu crescimento pessoal. Às mulheres não era permitido qualquer ideal de individualidade. Contudo, uma educação direcionada missionariamente para o aprimoramento moral dos seus filhos poderia muito bem ser o argumento adequado para sobrepor a severidade masculina com relação ao desenvolvimento intelectual da mulher, pois, como assesta Hahner, “a nobre tarefa de educar as crianças era uma responsabilidade que atribuía um novo valor às mulheres”.²⁸⁰

Grande parte das feministas de meados do século XIX almejavam exatamente essa distinção, alcançar uma emancipação moral que não necessariamente as impulsionasse a abandonar suas atribuições maternas e conjugais. Nisso, as redatoras de *O Jornal das Senhoras* comungavam com Nísia Floresta. Em seu livro *Opúsculo Humanitário*, de 1853, a autora empenhou-se em mapear, aqui e no exterior, o grau de avanço ou de atraso em que se encontrava a educação das mulheres. Como complemento de sua argumentação, Nísia Floresta expõe os mesmos artifícios retóricos para se tornar inquestionável o crescimento intelectual feminino.

Nada por certo é mais prejudicial á educação das filhas do que as repetições dessas scenas domesticas, natural ou artificialmente representadas pelas mãis, manifestando o resfriamento dos deveres impostos pela sociedade, e mantidos pelo bom senso e pela religião no seio das familias pensadoras, compenetradas do empenho de firmarem o porvir dos tenros seres, que se

²⁷⁹ FLORESTA, 1989. p. 50.

²⁸⁰ HAHNER, 2003. p. 88.

vão modulando pelos exemplos d'aquella, cuja voz mais imperio tem sobre seus corações. Uma mãe é então o quadro mais eloquente, para lhes servir de norma em sua conducta futura, o modelo que devem primeiro copiar...²⁸¹

O papel civilizador da mãe é investido de uma aura sublime que ajuda a justificar a necessidade de se fortalecer a educação feminina. As mães devem educar seus filhos, e principalmente suas filhas, seguindo critérios práticos, para que sua prole forneça os recursos humanos de que demandam uma nação. Segundo adverte, as mulheres são vulgarmente educadas à base de uma “indolente languidez” desde a infância, o “que as faz por vezes contrair males precoces e a depender inteiramente... nas cousas mais faceis”. Todos esses equívocos inerentes à educação das mulheres fazem com que elas se mantenham ignorantes frente aos únicos bens indefectíveis para a segurança do seu futuro, a virtude e o saber.²⁸²

Toda a profecia de fé que Nísia Floresta realizou acerca da educação feminina esteve, no entanto, e curiosamente, desvinculada da educação como princípio indispensável à emancipação das mulheres. Para ela, lutar pelo acesso feminino à escola não implicava lutar ao mesmo tempo por sua emancipação. A autora, nos trechos a seguir, se apressa em distinguir os dois termos. Ela diz: “Em quanto pelo velho e novo mundo vai resoando o brado – emancipação da mulher – nossa debil voz se levanta, na capital do imperio de Santa Cruz, clamando – educae as mulheres!”.²⁸³ Mais adiante, ela reitera sua opinião, aconselhando aos seus contemporâneos: “deixemos á Wollstonecraft, Condorcet, Sieyes, Légouvé etc. a defesa dos direitos do sexo; a nossa tarefa é outra, e cremos que mais conveniente será ás nossas sociedades modernas a educação da mulher”.²⁸⁴

Ao produzir esse desvio, ou recuo, como o chama Constância Duarte, Nísia Floresta tingia seu texto de certas contradições que antecipavam os argumentos antagônicos que permeariam toda a produção textual das primeiras redatoras dos jornais feministas. Até a década de 1870, os discursos das mulheres empenhadas em melhorar as condições de existência de suas consortes estiveram frontalmente alicerçados a um jogo de conciliação com as práticas dominantes. Não que as feministas daí em diante tenham assumido uma postura de total rompimento com as regras hegemônicas, favoráveis à perpetuação da diferença “natural” entre os sexos. No entanto, foi a partir desse período, que as feministas ampliaram suas considerações sobre a emancipação das mulheres. Menos acanhadas, arriscando expor novos

²⁸¹ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. Silva Lima, 1853. p. 111.

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem. p. 3.

²⁸⁴ Idem. p. 27-28.

pontos de vista, jornais como *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Dinis, e *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo, apostavam num método diferente para atacar os mesmos velhos problemas.

Ao invés de dirigirem-se aos homens, pedindo-lhes que mudassem suas atitudes e comportamentos em relação às mulheres em seu próprio interesse..., como tinha feito *O Jornal das Senhoras* duas décadas atrás, [as redatoras desses jornais] buscavam despertar as mulheres para sua situação, suas reais necessidades e potencialidades.²⁸⁵

A escolha por estabelecer um canal direto de diálogo com as suas leitoras, sem apelar para as questões que atingiam principalmente os valores masculinos de feminilidade, foi sem dúvida um grande avanço para que o feminismo difundido entre as brasileiras do século XIX deixasse de ser compreendido como uma simples reivindicação pelo reconhecimento de sua importância no seio familiar, e por extensão na sociedade. O uso desse argumento, por melhor intencionado que fosse, não vinha imbuído dos questionamentos acerca da preeminência do homem sobre o domínio da vida das mulheres. Não se questionava as relações desiguais de gênero. Muito pelo contrário, elas eram reforçadas de modo a servirem de fundamentação para justificar as razões pelas quais as mulheres, dotadas dos supostos qualificativos naturais do seu sexo, solicitavam menores entraves a sua participação ativa no mundo privado e público. A educação, assim como o trabalho, era acionada como um recurso útil para moralizar e melhor facultar a sociedade para o progresso.

Após o uso contrabalançado desses argumentos pelo primeiro grupo de adeptas do feminismo, diferenças significativas começaram a ser operadas no modo como as editoras dos jornais feministas, da década de 1870 em diante, transpuseram suas ideias de emancipação para o papel. Diferente de suas predecessoras, mulheres como Francisca Dinis e Josephina Álvares de Azevedo, já não escondiam com tanta obstinação suas reais intenções nas franjas de um discurso conciliatório. O acesso à educação de qualidade, aliada à obtenção de um trabalho digno, justificavam-se em termos de sobrevivência econômica e de autorrealização. O valor moral da educação feminina era, assim, gradualmente abandonado. A ideia essencial que passava então a subsistir era a “de que a independência econômica determinava a subjugação feminina e de que uma educação melhor poderia ajudar a elevar o *status* da mulher”.²⁸⁶

²⁸⁵ HAHNER, 2003. p. 94.

²⁸⁶ HAHNER, 1981. p. 55.

Agora, a educação estava imediatamente vinculada ao trabalho. Não obstante a própria Nísia Floresta já tivesse estabelecido essa consequência umbilical, do trabalho ser uma conquista da aplicação de uma educação mais profunda e erudita para as mulheres, a missão primordial do projeto de instrução feminina, mesmo no texto nisiano, era ainda a da fomentação de uma maternidade esclarecida. “Adornem-lhe a intelligencia de uteis conhecimentos; e a mulher será não sómente o que ella deve ser – o modelo da familia, mas ainda saberá conservar dignidade, em qualquer posição, em que por ventura a sorte a collocar”.²⁸⁷ Ou seja, Nísia Floresta, assim como outras feministas que a ela se sucederam, pregava um conceito de emancipação muito particular. Às mulheres era permitido e aconselhável emancipar-se, desde que tal liberdade não interferisse nos papéis tradicionais exercidos por elas. Acima de tudo, as mulheres deveriam permanecer virtuosas como mães e como esposas.

Alguns autores julgam esse ponto de vista como uma estratégia de inversão muito bem elaborada. Stella Franco, por exemplo, ao analisar os textos de viagem de Nísia Floresta, relatos que foram produzidos entre as décadas de 1850 e 1860,²⁸⁸ os interpretou como uma narrativa que, em sua perspectiva feminista, era costurada por profundos paradoxos. Por que desvencilhar os propósitos da educação feminina dos propósitos emancipacionistas? Ou, por que reforçar os papéis femininos recorrentes no discurso dominante por meio do recurso da educação de qualidade? Se for essa mesma educação que vai proporcionar às mulheres concorrerem com os homens no mundo público, tornando-as capazes de viver com o fruto do seu próprio trabalho, como admitir que também seja tal educação a responsável por mantê-las reclusas ao ideal de domesticidade? Como afirma Duarte, “é uma postura ambígua de conciliar o inconciliável”. De fato, os paradoxos nos discursos feministas sempre foram uma constante. E, no caso de Nísia Floresta, como alude Franco, percebe-se que ela se “apropria de um discurso masculino buscando inverter o seu sentido original, isto é, visando alterar a hierarquia de poder presente nas relações entre homens e mulheres”.²⁸⁹

Na trajetória particular do feminismo brasileiro, propensa a avanços e a recuos, não é de se admirar que tal estratégia discursiva tenha sido acessada muitas outras vezes, por feministas de contextos históricos distintos, para justificar e fundamentar os pontos de debate dos seus

²⁸⁷ FLORESTA, 1853. p. 32.

²⁸⁸ São dois os relatos de viagem que a autora analisa, *Itinerário de uma viagem à Alemanha*, publicado pela primeira vez no ano de 1857, e *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*, que teve seu primeiro volume publicado em 1864, datando de 1872 o lançamento do segundo volume. Essas obras foram reimpressas, respectivamente, pela Editora Mulheres e pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para uma análise pormenorizada dessas obras, consultar FRANCO, 2008.

²⁸⁹ Idem. p. 147.

projetos de reforma. Tal constatação é válida mesmo que se faça notável as diferenças sutis que intercalaram os vários discursos feministas, já que cada momento histórico do feminismo, no Brasil, assumiu uma determinada causa com mais veemência do que outras.

Como já foi registrado, a causa primordial defendida pelas feministas do século XIX era a da ampliação do acesso das mulheres à educação. Esse alargamento deveria ser realizado tanto em sentido numérico, quanto qualitativo. Essa antiga reivindicação vinha acompanhada, quase que inevitavelmente, dos reclames por maiores oportunidades no mercado de trabalho formal. Na verdade, a educação “jamais constituiu fator de discordância entre as defensoras da emancipação feminina”. Nem as feministas que lançaram suas diretrizes de mudança no século XIX, nem as que atuaram nas primeiras décadas do século XX deixaram, portanto, de afirmar e reafirmar sua crença na educação, a crença de que a educação constituía-se como o agente primário para a realização de mudanças na condição social feminina.²⁹⁰

Os dissensos referentes ao uso do discurso da educação pelas feministas brasileiras existiam apenas no plano da finalidade atribuída a tal benefício, ou melhor, das justificativas utilizadas para legitimar tal benefício. Num primeiro momento, marcado pelo calor que o ineditismo dessas ideias emancipacionistas provocava, as feministas adotaram uma dupla direção para advogar acerca da educação instrutiva da mulher.

As primeiras delas condenavam a falta de instrução por essa agir maleficamente sobre os talentos e as habilidades femininas. A mulher mantida na ignorância encontrava-se também debilitada em suas funções mais “instintivas”, como a de educar seus filhos e reger virtuosamente o lar. O que essas mulheres acharam por conveniente buscar naquele intervalo temporal, mais especificamente, nas primeiras décadas do século XIX até os anos 1870, recaía principalmente no campo da moralidade, pois, de acordo com o que ponderavam era “graças às ações exercidas sobre os descendentes, que as mulheres dedicadas ao lar poderiam influenciar a humanidade, regenerar a sociedade, ou contribuir para a ‘grandeza nacional’”.²⁹¹

²⁹⁰ HAHNER, 2003. p.134.

²⁹¹ Idem. p. 131.

Após os anos 1870, o argumento baseado no conceito de maternidade para justificar a melhoria na educação das mulheres enfraqueceu, embora não tenha desaparecido.²⁹² O fato é que, no final do século XIX, a tônica era outra. A educação passou a ser desejada para além da pedagogia doméstica. Logo, o leque de questões examinadas e propostas pelas feministas, em favor do desenvolvimento intelectual, profissional e social da mulher, havia ampliado consideravelmente. Por intermédio dos jornais que publicavam, dos artigos que faziam circular, as feministas das três últimas décadas do século XIX passaram então a atestar um crescente interesse em torno de questões como a do *status* legal da mulher, do acesso à educação superior, da inclusão em carreiras profissionais, e, finalmente, em torno de questões políticas, tais como a abolição da escravidão e, mais adiante, o sufrágio.

Contudo, o que não cessa de transpirar nas investidas desses grupos de feministas, tanto das que tiveram o auge de suas ideias propagadas na primeira metade do século XIX, quanto às que meditaram sobre o mesmo problema nas décadas seguintes, é o apelo, ora estratégico ora condescendente, feito ao discurso da diferença natural entre os sexos para tentar reverter a concepção de inferioridade e incapacidade da mulher pelo reconhecimento da importância do poder feminino nas várias instâncias da vida social. Embora a mobilização desse argumento produza uma série de tensões, ele emerge crivado de expectativas que superavam as fronteiras do privado e do mero cumprimento das funções femininas tradicionais.

Francisca Diniz, por exemplo, a já conhecida editora do jornal *O Sexo Feminino* (1873-1896), também incutiu em seu discurso a “velha noção” de esferas separadas de atividades de acordo com a posição ocupada pelos indivíduos na ideologia de gênero, de modo a requisitar para as mulheres o acesso a outros domínios de atuação. A começar, as mulheres deveriam ser alocadas em áreas profissionais dentro das quais pudessem reaproveitar suas vocações aparentemente naturais, desdobradas em qualificativos advindos do exercício da maternidade, como a indulgência, o zelo, a parcimônia e a delicadeza. Lecionar, como foi por diversas vezes reiterado até a conclusão do processo de feminização do magistério primário, na Primeira República, foi defendida como uma das práticas profissionais que deveriam ficar sob

²⁹² Durante a campanha republicana e, particularmente, após a instauração desse regime, no Brasil, essa será marcadamente uma das retóricas mais utilizadas no repertório do discurso positivista para determinar o papel a ser desempenhado pelas mulheres na nova sociedade. Tal argumento se tornará muito popular e difundido pelos reformadores da nação. Além disso, muitas feministas atuantes nesse período irão mesclar o conteúdo do ideário positivo com relação, por exemplo, às obrigações “naturais” da mulher, com vistas a reduzir o impacto que suas propostas sobejamente causavam entre a linha conservadora da sociedade. Sobre a difusão dos modelos femininos pela propaganda positivista, durante a Primeira República, destaca-se a leitura de ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário* (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

o domínio exclusivamente feminino. Assim como as carreiras burocráticas e as profissões de assistência à saúde. Até a década de 1930, principalmente entre as feministas institucionalizadas, o estímulo à profissionalização das mulheres, e a justificativa para a ampliação desse espaço, deu-se mais ou menos na mesma direção, ou seja, por meio da

...preocupação em aprimorar nas mulheres qualidades que lhes eram consideradas peculiares, quais sejam, as de harmonizadoras das relações entre os gêneros e das questões da sociedade, assim como aquelas voltadas para a administração do lar e do exercício da maternidade.²⁹³

Pode-se dizer que as feministas souberam exatamente onde aplicar, de maneira a converter em privilégios e vantagens, as distinções fundadas no sexo, ainda que isso implicasse perpetuar as concepções acerca da divisão das atribuições entre os gêneros. Mesmo vulneráveis aos efeitos dessa perpetuação, ou seja, da permanência da polaridade dos papéis sexuais, ao que parece, isso não as impediu de reafirmar o compromisso com o ideal de emancipação feminina. Considerando que a história do feminismo não é a história de opções disponíveis e de escolhas tranquilas, mas sim de choques, tensões e incompatibilidades internas, é de se esperar que, no fundo, a questão não se resume a escolha de uma ou outra estratégia, pois, uma vez que o feminismo e as feministas incorporaram o paradoxo, não há como ignorar a contradição e a ambiguidade, isso seria o mesmo que ignorar, como adverte Scott, “o potencial subversivo do feminismo e do agir feminista”.²⁹⁴

O que, de um modo geral, as gerações de feministas do século XIX e primórdios do século XX pretenderam foi transformar a “diferença sexual”, usada como justificativa para o banimento das mulheres do domínio público, em argumento a favor da maior igualdade de direitos. Ao tentar realizar essa façanha elas não vislumbravam, de fato, acabar com a hierarquia entre os sexos, mas defender essa diferença como uma relação simétrica, de direitos e deveres proporcionais para ambos.²⁹⁵

Foram raras as mulheres que negaram totalmente essa diferenciação biológica, questionando a universalização das categorias e das relações entre masculino e feminino. Raras foram as que radicalizaram seus discursos, arriscando tornarem-se párias na sociedade, sem, contudo, abrir mão da autonomia de seu pensamento. Porém, a maioria das mulheres, incluindo as redatoras dos jornais feministas, se encontrava presa a teia patriarcal. No limite desse sistema, elas

²⁹³ SOIHET, 2006. p. 72.

²⁹⁴ SCOTT, 2002. p. 46.

²⁹⁵ Idem.

faziam o que estava imediatamente ao seu alcance para lutar não só contra os fatores externos que as constrangiam, mas também “contra suas próprias dúvidas e seus sentimentos contraditórios sobre os papéis que deveriam representar na família e na sociedade”.²⁹⁶

Um exemplo de linguagem e de ação mais combativa presente na imprensa feminista das últimas décadas do século XIX pode ser encontrado na participação de Josephina Álvares de Azevedo, redatora-proprietária do jornal feminista *A Família* (1888-1897). Ao contrário da maioria de suas contemporâneas, inclusive de Francisca Senhorinha Dinis, essa crítica da condição feminina não se apoiou tão resolutamente na crença dos papéis tradicionais para reivindicar direitos mais amplos para as mulheres. Ela adentrava em debates pouco amistosos, aos olhos opositores, quando reunia argumentos ousados para defender, por exemplo, o divórcio. Era por meio tanto do questionamento acerca da indissolubilidade do casamento, quanto da refutação das justificativas dadas para o afastamento das mulheres da arena pública que Josephina aprofundava as críticas à cultura patriarcalista. As diferenças de aptidões fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos não a convenciam, nem a fazia corroborá-las por precaução. Contrariamente, a literata, jornalista e feminista avançava na direção de uma crítica a toda a ideia de preeminência do ser masculino.²⁹⁷

Até a finalidade que essa ativista dos direitos femininos atribuía à defesa de uma educação mais rigorosa e plena para as mulheres destoava da opinião do restante de suas colegas. Teresa Marques,²⁹⁸ a título de ilustração, compara o contraste existente entre as propostas de Senhorinha e Josephina acerca do fim a ser atingido com a educação de qualidade para as mulheres. Segundo conclui, para Senhorinha Dinis, a educação feminina era um fim em si mesmo, enquanto que, para Josephina, era apenas a primeira das mudanças que deveriam abranger as experiências cotidianas das mulheres. Para ela, a educação não representava outra coisa além de um instrumento para a conquista de outros direitos.

O posicionamento de Josephina de Azevedo interage com as já significativas transformações operadas na mentalidade de algumas feministas das últimas décadas do século XIX. Os escritos devotados aos temas feministas, redigidos por mulheres envolvidas com a causa, revelavam, agora, “uma consciência cada vez mais clara da natureza opressiva das relações

²⁹⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007. p. 501.

²⁹⁷ HAHNER, 1981. p.62-63.

²⁹⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932”. In. *Revista Gênero*, Niterói, v.4, n. 2, p. 149-169, 2004.

entre homem e mulher e da ideologia destinada a preservá-las”.²⁹⁹ E se a educação não se explicava mais como um fim último da campanha feminista na imprensa, se essa adquiria uma importância cada vez mais aguçada para a obtenção de outros direitos, tanto os acontecimentos no plano da política formal, quanto os referentes à condição legal pespegadas ao sexo feminino passavam a interessar tanto ou mais do que as questões tratadas modestamente no plano da educação e do trabalho.

O fato da campanha abolicionista e da campanha republicana, eclodidas dentro dos setores intelectuais e políticos urbanos, a partir dos anos 1870, ter desencadeado fundadas esperanças de que os grupos excluídos da ordem política, econômica e social do Império encontrariam sua compensação com a instauração da nova ordem institucional, acabou por incitar a parcela feminina interessada nessas mudanças a participar ativamente no terreno das contendas políticas da época. Os jornais feministas, como *O Sexo Feminino* e *A Família*, principalmente o último, por meio dos seus artigos de fundo, acompanharam, opinaram e propuseram suas lógicas reformistas com base nas ações desdobradas no campo político. Paulatinamente, o momento histórico ia aplacando as reservas femininas com relação a uma postura mais contundente ante a exigência do direito de voto e de elegibilidade às mulheres. Tornava-se cada vez mais perceptível que a questão do voto feminino deveria contrair um caráter vital no cerne de suas reivindicações.³⁰⁰

Tanto assim que, com a proclamação do regime republicano no País, Francisca Senhorinha da Mota Dinis, que antes havia evitado abordar temas políticos no seu jornal, rebatizou-o de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Como já dito, o momento era muito convidativo, e a proprietária desse jornal se sentiu igualmente concitada a participar mais efetivamente dos desenlaces políticos. Se, em sua primeira fase, ela costumava “demonstrar ceticismo quanto aos eventuais efeitos positivos da mudança do regime sobre a condição feminina”,³⁰¹ suas aspirações feministas logo vincularam a causa do voto à igualdade das mulheres.

²⁹⁹ COSTA, 2007. p. 512.

³⁰⁰ June Hahner cita a esse respeito que “vários grupos de mulheres, entre eles o das trabalhadoras urbanas especializadas, cuja autoconfiança e cuja agressividade tinham sido estimuladas pela campanha abolicionista e pela esperança de uma vida melhor alimentada pelos republicanos, tentaram mobilizar-se, unir-se e ingressar na arena política. O estabelecimento de uma república abriria um novo mundo de possibilidades também para as mulheres?”. Tal questão é conscienciosamente respondida pela autora, com a afirmação de que, na verdade, as questões defendidas pelas feministas do século XIX foram engolidas, ou melhor, ignoradas pelos novos representantes da nação brasileira. Segundo ela, a questão do voto feminino jamais foi considerada com seriedade suficiente nem pelos republicanos, nem pelos monarquistas. Para tal debate, HAHNER, 2003. p.161.

³⁰¹ MARQUES, 2004. p. 153.

Esse momento de efusão das ideias sufragistas entre as feministas, do final do século XIX, indicava, afinal de contas, a formação embrionária de uma consciência que passava a detectar na questão do voto o reflexo das divisões e das desigualdades de gênero. Se essa consciência não alcançou plenitude, ao menos contribuiu para que algumas mulheres começassem a enxergar na participação política feminina algo mais do que o simples ato de votar. Uma vez investidas de tal direito, confabulavam que, com isso, poderiam começar a influir na elaboração das leis, tornando-as mais adequadas as suas aspirações. Josephina de Azevedo, por exemplo, considerava o voto uma prerrogativa crucial para as mulheres, pois seria por meio dele que lograriam sua “elevação na sociedade”.³⁰²

Já no ano de 1889, com a notícia de que uma comissão constituinte havia sido convocada, as editoras dos jornais feministas, aproveitando da agitação em torno das especulações sobre o novo conjunto de regras do sistema republicano, intensificaram seus protestos a favor da inclusão do voto feminino. Durante os três anos de debates no Congresso Nacional, até a promulgação da nova Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, mulheres como Senhorinha Dinis, Josephina de Azevedo e Maria Clara Vilhena da Cunha, uma das colaboradoras do jornal *A Família*, fizeram circular sucessivos artigos tratando eloquentemente do tema. Concitando os legisladores a considerarem com seriedade e justeza a igualdade dos direitos políticos das mulheres, Josephina Álvares de Azevedo, em 30 de novembro de 1889, na quadragésima edição de seu jornal, reivindicava, nos seguintes termos, a admissão das mulheres ao grupo de indivíduos politicamente ativos.

À mulher como ao homem, deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria. Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.³⁰³

Além do uso da imprensa como instrumento de pressão, a solicitação de alistamento eleitoral também se tornou um método alternativo de chamar atenção para a causa sufragista. Ao menos três tentativas nesse sentido se tornaram conhecidas, nas duas últimas décadas do século XIX. Um dos casos partiu da iniciativa de Isabel de Souza Mattos, uma baiana residente no Rio Grande do Sul, que, alegando possuir qualificação para se tornar eleitora, uma vez que possuía diploma de nível superior, procedeu à solicitação do seu alistamento

³⁰² HAHNER, 2003. p. 165.

³⁰³ Citado em MARQUES, 2004. p 156.

eleitoral.³⁰⁴ Como era de se esperar, seu pedido foi recusado formalmente pelo ministro do Interior Cesário Alvim, em 1890. Ao que parece, o exemplo mal-sucedido não desanimou o surgimento de novas tentativas. Em Goiás, cinco requisições foram feitas, sendo igualmente negadas às cinco mulheres que ousaram interpretar as ambiguidades da regulamentação eleitoral como brechas passíveis de serem questionadas. Em Minas Gerais, por sua vez, mais duas mulheres entraram com o pedido de alistamento, as quais tiveram que lidar em medida semelhante com a frustração da recusa.³⁰⁵

A resposta republicana para a reivindicação dos direitos políticos femininos, levada a cabo pelas feministas do final do século XIX, imprimiu um desfecho inconciliável com a doutrina liberal, mas perfeitamente condizente com os argumentos antissufragistas, tão bem explorados pelos oradores da constituinte. Na verdade, como analisou, décadas mais tarde, a advogada Diva Nolf Nazario, “a emancipação feminina foi, naquele tempo, uma questão, por assim dizer, condenada antes de entrar em discussão”.³⁰⁶ Os poucos deputados que se posicionaram a favor da inclusão das mulheres no grupo de eleitores previsto por lei, não formavam coro suficiente para derrubar os frágeis, porém arraigados argumentos que, não obstante reconhecessem capacidades intelectuais nas mulheres, se opunham ao voto em nome da manutenção da família. Os mais radicais se arriscavam ao ridículo de suas ponderações apelando até mesmo para o tamanho inferior do cérebro das mulheres.

Com efeito, a derrota imposta pelos congressistas da constituinte de 1891 às questões perseguidas pela vanguarda feminista, das últimas décadas do século XIX, encerrou o capítulo de luta das primeiras defensoras da emancipação feminina. Todavia, longe de suas ideias terem perecido junto às suas fracassadas tentativas de mudança, essas sofreram a devida

³⁰⁴ Mariana Coelho, em seu livro *A evolução do feminismo*, publicado pela primeira vez em 1933, noticia o falecimento de Isabel de Mattos, apresentando-a como uma republicana histórica. No trecho que dedica a esclarecer a importância dessa personalidade para as aspirações feministas, ela expõe: “Entusiasta no sonho de emancipação do seu sexo, [a Dra. Isabel de Mattos] trabalhou por lhe conseguir a igualdade de direitos. E apegando-se ao art. 4º da lei *Saraiva* que autorizava o voto aos habilitados com diplomas científicos ou literários de qualquer faculdade, academia ou escola... requereu o título de eleitora ao juiz municipal de S. José do Norte, no Rio Grande do Sul, onde residia... Republicana e feminista apaixonada, escrevia nos jornais da época, batendo-se pela libertação do seu sexo. Marcadas as eleições para a Constituinte, apresentou-se candidata a deputada pelo seu Estado natal – a Bahia... Não foi, porém, esta entusiasta eleitora pleitear no seu Estado a cadeira de deputado, e por isso perdeu a eleição”. Para ler a referência completa ao nome de Isabel de Mattos, conferir COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo*: subsídios para a sua história. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 146-147.

³⁰⁵ A maior parte das informações acerca das tentativas de alistamento de mulheres no quadro do eleitorado brasileiro, ainda no século XIX, chegou ao conhecimento dos historiadores por meio, principalmente, dos escritos jornalísticos de Josephina Álvares de Azevedo que, periodicamente, buscava notícias sobre a ação propulsora das mulheres em benefício da emancipação do sexo feminino, isso nas várias partes do Brasil e do mundo. Nesse caso, parte das informações encontra-se compilada no texto de HAHNER, 2003.

³⁰⁶ NAZARIO, 2009. p. 47.

metamorphose para serem reutilizadas por um novo agrupamento de feministas, que começava então a construir uma noção própria de feminismo, determinada pela conjuntura histórica em que viviam. Logo, se não é apropriado trabalhar com a ideia de continuidade entre as mulheres que atuaram na cena pública nos meados do século XIX e as líderes sufragistas do início do século XX – já que o feminismo, como uma busca constante, está sujeito a mudanças conceituais e práticas –,³⁰⁷ não há como simplesmente atropelar o fato de que a experiência acumulada pelas mulheres no século XIX abriu precedentes às que se engajaram em propósitos semelhantes nas primeiras décadas do século XX.

A descontinuidade estaria disposta muito mais nas condições plurais em que se deram as práticas transgressoras dessas mulheres do que, por exemplo, nas questões que levantaram como convenientes de serem reclamadas. Os temas da educação, do trabalho e do sufrágio mantiveram-se na raiz das questões enfocadas pelas feministas dos primórdios do século XX, ainda que diferenças iniludíveis as distanciem de suas antecessoras. O fato de terem sido classificadas, pela posteridade, como uma minoria radical e multiforme sem seguidores,³⁰⁸ condiz, sem dúvida, com as circunstâncias históricas com as quais tiveram de lidar para transpor a previsibilidade dos papéis formais. Por intermédio desse ponto de vista, não poderia ter havido fracasso, já que as gerações de feministas do século XIX, se muito não puderam conquistar, contribuíram sobremaneira para a introdução das questões relativas aos direitos das mulheres na arena pública de debate, “esse tema podia agora ser livremente [defendido ou] contestado, tanto informal quanto formalmente”.³⁰⁹

Uma vez superadas em suas manobras, principalmente retóricas, para alcançar uma posição legal que fosse menos subalterna para as mulheres, as feministas, da segunda metade do século XIX, foram sucedidas por um grupo de partidárias do feminismo, também em sua maioria literatas e colaboradoras na imprensa, inclinadas a obtenção de uma emancipação feminina mais moderada, a qual seria viabilizada por uma atitude menos combativa e controversa. O momento parecia exigir um enfoque mais cauteloso, ao invés da impulsividade das primeiras defensoras dos direitos femininos. As feministas deste período de transição – quase todas iriam persistir em cena durante as três primeiras décadas do século XX – acalentaram uma “política de persuasão sutil em substituição ao nu e cru anúncio da

³⁰⁷ SCOTT, 2002.

³⁰⁸ COSTA, 2007.

³⁰⁹ HAHNER, 1981. p. 92.

verdade”,³¹⁰ chegando, mais tarde, a tecer alianças com as líderes sufragistas. Certamente, a posição social que ocupavam, enquanto mulheres pertencentes a uma elite econômica e letrada, influenciou no modo equilibrado com que advogaram a favor de um ideal específico de feminismo.

Nomes como o de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Ignez Sabino Pinho Maia (1853-1911) ganharam repercussão, na transição do século XIX para o século XX, como escritoras e promotoras do novo ideal que deveria direcionar benignamente a participação feminina no mundo público. Em contraposição ao cenário hostil e até indiferente em que atuaram suas predecessoras, uma aceitação crescente passou a envolver os propósitos feministas, no limiar do novo século,³¹¹ o que facilitou, em partes, o trânsito e a militância dessas bem-educadas ativistas pelos círculos intelectuais da época. Tanto, que as barreiras de acesso à grande imprensa foram superadas somente com a produção literária e crítica dessa fileira de senhoras feministas que, por não reivindicarem importantes mudanças nas relações familiares, não induziam a oposições enérgicas da ala masculina ante as suas opiniões. Segundo professavam, “nem o voto nem o título universitário impediriam uma mulher de realizar seus deveres domésticos”.³¹²

Esse posicionamento de valorização dos papéis tradicionais da mulher não era de modo algum um aparato argumentativo novo. Como uma análise dos discursos feministas pode apurar, a dedicação incomensurável que a mulher deveria derramar sobre o lar e os membros da família foi um dos apelos amplamente utilizados por algumas feministas, do século XIX, para garantir que a conquista dos seus direitos na instância pública estivesse amparada e justificada por tal prerrogativa moral. O mesmo argumento só será abandonado, ainda assim parcialmente, por feministas como Josephina Álvares de Azevedo que, já em fins da década de 1880, fez questão de expor sem subterfúgios ou ornamentos as suas aspirações.

No caso desse grupo intermediário de feministas, se não há perigo de assim classificá-las, que não se filiou por completo nem à luta sufragista nem às ideias mais radicais e inflexíveis de algumas de suas contemporâneas, o acento dado à necessidade das mulheres de se manterem como boas donas-de-casa, enquanto evoluíam cultural e socialmente, respeitou mais a

³¹⁰ SCOTT, 2002. p. 152.

³¹¹ Para uma leitura dos motivos que levaram a esse grau elevado de aceitabilidade, na virada do século, revisar a página 79 a 81 desta dissertação.

³¹² HAHNER, 1981. p. 94.

convicção de que as duas atividades não eram incompatíveis do que a intenção de se fazer escutar por meio de uma artimanha retórica.

O fato de essas escritoras, que também se auto-proclamavam feministas, terem manipulado com fino trato os argumentos em favor de uma emancipação parcial do sexo feminino, sem desestabilizar a hierarquia patriarcal, respeitando as possibilidades de ascensão que uma mulher poderia desejar e alcançar naquela época, determinou, em grande medida, a formulação do termo “feminismo possível”.³¹³ A expressão foi utilizada por De Luca para denominar as principais características que cercaram a prática emancipacionista levada adiante por Júlia Lopes de Almeida, na virada do século. No mais, o termo foi cunhado por meio da observação tanto do quadro histórico-social que serviu de pano de fundo para a atuação artística e política dessa e de outras mulheres, quanto do promissor ambiente familiar em que puderam cultivar o talento transposto para suas produções intelectuais.

A consistência da literatura veiculada por esse pequeno grupo de mulheres, encabeçado pelas já citadas Júlia Lopes de Almeida e Ignez Sabino, logo as elevou ao patamar de literatas respeitáveis e prestigiadas, ajudando, com isto, a exorcizar parte dos mitos machistas que vedavam às mulheres profissões consideradas exclusivamente masculinas. Todos esses fatores reunidos auxiliam, como pretende De Luca, a explicar e, ao mesmo tempo, a retirar o caráter reacionário atribuído as colaboradoras da causa feminista. E, de acordo com o que pondera a autora, referindo-se especificamente à atuação de Júlia Lopes de Almeida,

Num certo sentido, sua propalada “amenidade” refere-se mais a recursos estilísticos (sua estratégia de “aconselhar persuadindo”) do que ao caráter brando de seu feminismo propriamente dito. Foi justamente graças às suas pouco agressivas intervenções que a escritora teve acesso garantido à grande massa de leitores distribuídos pelos mais diferentes extratos sociais. Propostas de cunho mais revolucionário iriam bani-la da grande imprensa... – condenando-a a permanecer confinada às páginas dos periódicos de circulação restrita e minúscula tiragem, como já ocorrera com sua antecessora Josefina Álvares de Azevedo.³¹⁴

Respeitadas as diferenças, foi também por meio dessa atuação diplomática, da sutileza persuasiva e da convicção de que as mulheres poderiam conciliar suas tarefas domésticas com atividades no mundo público, que as outras expoentes do feminismo, emergente no trajeto finissecular, se guiaram para expandir suas ideias. No caso de Ignez Sabino, poetisa, contista,

³¹³ DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”. In. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 275-299, 1999.

³¹⁴ Idem. p. 298-299.

romancista, biógrafa e memorialista, sua atuação como publicista dos direitos femininos começou ainda na década de 1880, enquanto colaborava com uma ampla rede de jornais. Dos títulos inventariados pela pesquisadora Maria da Conceição Araújo,³¹⁵ que somam 13, ao menos sete correspondem a jornais da grande imprensa, como o *Diário da Bahia* e o *Jornal do Brasil*, fundado no Rio de Janeiro. Essa constatação adquire relevância se comparada com o baixíssimo número de mulheres que conseguiram aceder à imprensa de grande circulação no período em que Ignez Sabino já era fluente por essas paragens.

No ano de 1899, veio a público seu livro *Mulheres Ilustres do Brasil*, publicado pela editora Garnier, no Rio de Janeiro. Nessa obra, Ignez Sabino realiza um trabalho pioneiro de resgate da memória literária feminina, recuperando o nome de muitas poetisas, romancistas, articulistas e teatrólogas brasileiras.³¹⁶ Como é de se notar, sua atuação resvalou por toda a década de 1900, não só por meio dos seus livros, mas primordialmente pela frequência com que publicou seus textos no meio jornalístico. O *Corymbo*, jornal literário fundado pelas irmãs Revocata Heloísa de Mello e Julieta de Mello Monteiro, em 1884, no Rio Grande do Sul, foi o veículo que mais divulgou os escritos de Ignez Sabino. Conforme levantamento feito por Araújo, a literata foi colaboradora do jornal de 1888 até 1911, ano de sua morte.³¹⁷

Uma das preocupações pungentes que rondava os anseios de mudança de Ignez Sabino estava concentrada no reconhecimento da capacidade intelectual da mulher, relacionada diretamente com a questão do direito à educação feminina. O alto índice de mulheres analfabetas, no Brasil, com ampla desvantagem para aquelas provenientes de estratos sociais empobrecidos, motivou a sua luta argumentativa em favor da disseminação da educação também pelos grupos de mulheres das classes populares. E, talvez pela certeza que afligia os seus intuitos reformistas, de que um longo caminho precisava ser trilhado para o alcance de uma instrução integral para todas as mulheres, é que Ignez Sabino apresentou fortes desconfianças com relação à extensão do direito ao voto na mesma proporção em que deveria ser promovido o direito ao ensino. Se a educação era uma solicitação de caráter abrangente, o sufrágio feminino não, “já que nem todas as mulheres estavam preparadas para o voto”. Na verdade, a

³¹⁵ ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

³¹⁶ Para conhecer algumas dessas referências, ler ARAÚJO, 2008. p. 68. O livro de Ignez Sabino também pode ser encontrado em edição atual, com reedição da editora Mulheres, que no ano de 1996 lançou uma publicação fac-similar desse livro.

³¹⁷ Araújo cita que, “no total, o *Corymbo* divulgou 43 textos dessa autora... 13 poemas, cinco biografias, nove prosas literárias e 17 artigos, sobre temas como educação feminina, religião, luta da mulher pela profissionalização, etc.”. Idem. p. 88.

questão do voto foi seguramente apoiada por Ignez Sabino, mas com a condição de que fosse uma luta propriamente voltada para a mulher esclarecida.³¹⁸

Como se vê, lentamente, os argumentos incisivos utilizados pelas feministas do século XIX foram sendo atenuados pelo modo menos controverso com que as feministas da virada do século se expressaram. Apesar de terem compartilhado, com articulistas mais radicais, dos mesmos espaços de divulgação – como no periódico *Corymbo*, em que nomes como o de Júlia Lopes de Almeida e Ignez Sabino apareceram ao lado de colaboradoras como Maria Lacerda de Moura –, as adeptas desse discurso menos provocador, conforme o avançar dos últimos anos do século XIX, aumentaram a distância entre elas e a opinião mais contundente acerca da condição feminina dentro e fora do lar. Isso demonstrava a ocorrência de mudanças significativas no contexto histórico-social, decorrente dos primeiros anos de república.

Traduzindo um pouco as transformações efetivadas no discurso e na ação das feministas da virada do século, June Hahner aponta para a ideia de que “no processo de ampliação de seu apelo e de alargamento de suas bases de sustentação entre as classes superiores, o movimento pelos direitos da mulher tornou-se mais conservador”.³¹⁹ Por um lado, talvez essa seja uma interpretação consistente, mas por outro, ela escorrega por desabonar o papel determinante da conjuntura social na adoção dessa nova postura. Por esse viés, talvez o termo “conservador” sirva com certa precisão para explicar a maior aceitabilidade conquistada pelo feminismo entre os homens de opinião da época, deixando de ser um assunto de escárnio para se tornar uma questão de cunho legítimo. Entretanto, ao observá-lo por outro ângulo, percebe-se que o termo, revestido de um caráter arbitrário, não contempla as características que, de fato, se acercaram do pensamento e da ação feminista, durante as décadas iniciais do século XX.

Em primeiro lugar, não é plausível julgar que o feminismo tenha adquirido um tónus reacionário com base no fato do movimento ter conseguido envolver um número cada vez maior de mulheres das camadas abastadas (posto que esse número também foi preenchido por mulheres originadas da nascente classe média, como professoras e profissionais de diversos ramos de atividade). Em segundo lugar, tampouco faz sentido classificá-lo como um movimento conservador tendo como ponto de apoio para tal argumento o fato das feministas, atuantes nas primeiras décadas do século XX, terem reavaliado as suas prioridades, optando por acentuar uma reforma legal e constitucional ao invés de mudanças mais radicais na

³¹⁸ ARAÚJO, 2008. p. 98.

³¹⁹ HAHNER, 1981. p. 97.

estrutura das relações de poder. Nada disso é suficiente para autorizar chamar o feminismo que surge nesse novo século de conservador, nem o fato dessas feministas, vinculadas à elite, “defenderem mudanças menos drásticas nos papéis e atitudes da mulher do que as propostas pelas professoras como Francisca S. da M. Diniz, no final do século XIX”.³²⁰

Contudo, não há como negar que, nesse período, o movimento realinou a sua conduta na direção de uma perspectiva mais moderada. Na verdade, o mosaico de atitudes e orientações ideológicas, que já havia marcado o desenrolar das ideias feministas no século XIX, se fragmentou ainda mais, lançando estilhaços em várias direções. Logo, enquanto um grupo de mulheres acreditava na necessidade de se organizar partidariamente, outro vislumbrava promover um feminismo cristão, ficando a cargo de algumas ativistas campanhas pluritemáticas, às vezes com ênfase para o fim da opressão sexual feminina, ao passo que a luta sufragista ganhava seu lugar entre as feministas institucionalizadas. Por isso, o fato de afirmá-lo, genericamente, como um movimento prudente, comedido, não induz interpretá-lo como um movimento conservador, que como o próprio nome já indica, se pauta numa visão reacionária do mundo. Adotar esse ponto de vista é praticamente ignorar a força subversiva e a significação histórica dessas vozes, sejam elas individuais ou coletivas.

Dito isso, resta agora percorrer as reações feministas que foram desencadeadas após a retomada de fôlego do movimento, no Brasil, o qual havia sofrido um intervalo (de modo algum inativo, porém abrandado) de mais ou menos duas décadas até a emergência de uma nova organização³²¹ em torno da questão sufragista e dos direitos civis femininos.

De acordo com a historiografia especializada, o ano de 1910 é considerado o ano de reinauguração da luta pelos direitos políticos femininos. A responsabilidade por esse reavivamento recaiu sobre um grupo de mulheres que, “inconformadas com a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte”, resolveu fundar um partido exclusivamente voltado para a divulgação e sustentação das atividades políticas das mulheres. As duas principais fundadoras do partido, batizado de Partido Republicano Feminino, já eram conhecidas no reduto social carioca por várias de suas atuações e voltaram a chamar a atenção pelo arrojo da

³²⁰ HAHNER, 1981. p 98.

³²¹ Na verdade, como já esclarecido em outra ocasião, o século XIX não registrou nenhuma associação organizativa de mulheres em torno de qualquer causa defendida por essa ideologia. A luta pelo voto, nesse período, ficou restrita a um impulso individual, às vezes colaborativo, de mulheres que detinham um capital intelectual e estavam envolvidas em atividades literárias e jornalísticas que as alçavam aos centros de debate público, tornando-as fortes opositoras do esquema de submissão da mulher. A expressão “nova organização” não pretende remeter a existência de organizações anteriores, apenas que as mulheres voltam a se comprometer, coletiva ou individualmente, em torno de uma reivindicação já antes proclamada.

nova iniciativa, que tornava ainda mais visível a urgência do assunto. A professora e defensora dos direitos indígenas, Leolinda Daltro,³²² e sua associada, a poetisa Gilka Machado, fundaram o Partido Republicano Feminino, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo não apenas de defender o direito ao voto, mas também de dialogar e motivar as mulheres a conquistarem sua emancipação e independência.

Não demorou muito, desde o ato de sua fundação, para que as representantes do PRF se dedicassem a elaborar um estatuto próprio. Essa preocupação fazia parte dos seus propósitos de oficializar, até onde fosse possível, as diretrizes do seu partido. Desse modo, em 17 de dezembro de 1910, o *Diário Oficial da União* publicou o programa de reformas do Partido Republicano Feminino, instituindo-o nos seguintes termos:

Art. 1º. De accôrdo com o art. 72, § 8º da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte Programa... § 2º Pagnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independencia e de solidariedade patriotica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho... § 4º Pagnar para que sejam consideradas extensivas á mulher as disposições constitucionaes da Republica... § 7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brazil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo... Art. 2º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, commum e geral; durará por espaço illimitado de tempo; será constituído de numero illimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brazil, sem distincção de nacionalidade nem de religião, e terá sua séde na capital do Brazil.³²³

Uma leitura atenta desses parágrafos facilita entrever a seriedade com que essas mulheres desejavam ser tratadas pela sociedade civil. Tanto que, além de terem demonstrado o ineditismo de sua capacidade organizativa, ainda se esforçaram por atribuir ao movimento uma legitimidade, até então, bastante incomum entre as práticas feministas.

Céli Regina Pinto atenta, além disso, para o fato curioso de que esse foi um partido político “composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de

³²² Mariana Coelho desenha uma breve biografia da feminista, traçando em poucas linhas suas realizações e inventivas. Conforme informações reunidas pela autora, a distinta professora Leolinda Daltro – natural do Estado da Bahia – “mulher de uma fisionomia enérgica, decidida e insinuante”, foi feminista e publicista, “sendo redatora e proprietária dos jornais de livre pensamento: *A Verdade* em 1902, *A Política* em 1909 e a *Tribuna Feminina* em 1916 [a data do periódico contrasta com a informada pela historiografia, que a fixa em 1919]. Foi sócia fundadora da União Cívica Brasileira em 1906... Fundadora e presidenta da Junta Feminil Pró-Hermes Venceslau em 1909... Fundadora e presidenta do PRF... Sendo professora catedrática jubilada, fundou a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca em 1911. No mesmo ano, fundou a Escola de Enfermeiras Laicas do Brasil”. Para maiores detalhes, ler COELHO, 2002. p. 151-152.

³²³ PARTIDO REPUBLICANO FEMININO, *Diário Oficial* [República Federativa do Brasil]. Rio de Janeiro, n. 290, 17 de dezembro de 1910.

ocorrer fora da ordem estabelecida”.³²⁴ Daí sua significância para aquele momento histórico,³²⁵ quando seria quase impensável cogitar da criação de um partido estruturado somente por mulheres, ou seja, por sujeitos não-detentores de direitos políticos, ocupadas em articular mudanças unicamente no sentido de incluir o elemento feminino nas bases produtivas da sociedade. Tal manobra teria ajudado a lançá-las na arena pública, onde suas manifestações, por melhor intencionadas que fossem, ainda não haviam deixado de ser consideradas ilegítimas e, por isso, alvo do humor satírico de vários adversários.³²⁶

Desde a data de sua fundação até o ano em que deixou de existir, o Partido Republicano Feminino promoveu, certamente, diversas atividades, mas poucas referências são encontradas com relação a sua dinâmica de intervenção e a sequência de suas ações. O uso da imprensa como instrumento de repercussão da causa é frequentemente citado no *modus operandi* da militância das representantes do partido. E, para além da palavra escrita, há alusão a uma passeata ocorrida nas ruas do centro do Rio de Janeiro, a qual teria sido liderada por Leolinda Daltro e as filiadas do PRF, reunindo quase cem mulheres em protesto pelos direitos políticos femininos. Afora esse tipo de ingerência, não há relatos detalhados sobre os episódios que marcaram o período de existência de partido tão inusitado. Sabe-se, no entanto, que por ocasião das deliberações parlamentares, ocorridas em 1921, referentes ao projeto de lei encaminhado pelo senador Justo Chermont, no qual pretendia estender às mulheres maiores de 21 anos o direito do voto e do mandato político, Leolinda Daltro, acompanhada de 88 ativistas e simpatizantes ao sufrágio feminino, compareceu às últimas sessões do Congresso com vistas a manifestar interesse pela passagem do projeto, dando provas de que a tribuna também era um reduto eventualmente usado como *locus* para a sua campanha sufragista.

³²⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 18.

³²⁵ O Brasil de 1910 era um país que tinha acabado de vivenciar suas primeiras disputas eleitorais, marcada, por um lado, pela Campanha Civilista de Rui Barbosa, e de outro, pela campanha levada a cabo pelo representante militar da oligarquia, ambos candidatos ao cargo de presidente da República. Toda a discussão em torno da moralização do regime republicano que adveio com a campanha de Rui Barbosa acabou por impregnar, principalmente entre os setores urbanos, uma ideia pouco simpática a continuidade do pacto oligárquico no sistema político brasileiro. A campanha eleitoral pode ter insuflado, juntamente com outros fatores, a vontade das feministas de se fazerem representar por meio de um partido, de modo a participar da efervescência política e dela tirar proveito.

³²⁶ Lima Barreto, escritor e cronista dos costumes da sociedade carioca da Primeira República, foi um dos mais corrosivos críticos do movimento feminista brasileiro. Seus comentários ácidos e irônicos visavam ridicularizar a atuação das feministas do início do século. Leolinda Daltro e Bertha Lutz eram alvos constantes de sua pena debochada. A maior parte dos artigos em que polemiza, com argumentos misóginos, o feminismo, se encontra nas edições da revista *Careta*, periódico que circulou de 1908 a 1960, na cidade do Rio de Janeiro.

Não obtendo resultados mais promissores do que aqueles auferidos nos dois episódios em que requisitou às autoridades sua identidade política,³²⁷ Leolinda Daltro teve de lidar mais uma vez com a morosidade e a indiferença dos homens de lei pela matéria relativa à emancipação política da mulher. Isso porque, no decorrer de sua trajetória à frente do Partido Republicano Feminino, Leolinda já havia presenciado outra tentativa de admissão do direito de voto ao sexo excluído do pleito. A emenda que alteraria a lei eleitoral de 1916, incluindo-as entre os cidadãos alistáveis e elegíveis, fora redigida e apresentada à Comissão de Justiça pelo deputado Maurício de Lacerda, no ano de 1917, sendo rejeitada pelo relator Afrânio de Mello Franco que a julgou inconstitucional.³²⁸

Nesse mesmo ano, marcado por vários acontecimentos no plano internacional, já era possível, para um bom observador da realidade circundante, avaliar as consequências que a Primeira Grande Guerra havia trazido para a vida das mulheres. As rupturas causadas pelo conflito incluíam a ampliação e o fortalecimento das ações feministas, motivadas pelas importantes transformações impingidas no comportamento e nos papéis exercidos pelas mulheres na sociedade. Tal mudança respeitava, além de outros fatores, a demanda temporária por mão-de-obra feminina, que viria acudir a ausência da força de trabalho masculina, naquele momento, ostensivamente concentrada nos campos de combate. A ocupação das mulheres nos postos de trabalho, desde os abertos nas fábricas bélicas e confecções, até em cargos burocráticos e na indústria alimentícia, foi de tamanha dimensão que, embora não tenha alterado as velhas relações desiguais de gênero, suscitou mudanças significativas nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade. Mariana Coelho, feminista portuguesa radicada na capital do Paraná, que acompanhou o desenrolar dos eventos da Grande Guerra, chegou a declarar que “a maior calamidade mundial... fez mais pelo feminismo, em quatro anos, que todas as sufragistas”.³²⁹

Na verdade, ao contrário do que alguns estudiosos costumam apregoar, a Primeira Guerra Mundial, embora tenha repercutido notável e imediatamente na situação das mulheres, não foi a única responsável pelas mudanças que, a partir de então, foram registradas na condição

³²⁷ Leolinda Daltro requisitou, em 1917, o título de eleitora, confiando ser essa uma solicitação perfeitamente cabível, já que a lei eleitoral de 1916 afirmava poderem ser eleitores *todos os cidadãos brasileiros*, maiores de 21 anos, entendendo a razoável feminista que nessa cláusula ela também estava incluída. O resultado era o já conhecido, o que não significa que tenha sido recebido com menos inconformidade. Dois anos mais tarde, em 1919, a mesma protagonista tentou sem sucesso se candidatar à Intendência do Rio de Janeiro. Referências a essas iniciativas podem ser encontradas em COELHO, 2002 e PINTO, 2003.

³²⁸ COELHO, 2002.

³²⁹ Idem. p. 31.

social e política feminina.³³⁰ Ao menos no Brasil, a pressão exercida pelas feministas detém sua parcela de importância, que não é em nada desprezível. Para se ter uma ideia do senso de oportunidade que as mulheres assumiram no decorrer do pós-guerra, à medida que o espaço público foi se abrindo à sua participação, mais mulheres se ocupavam em questionar as definições tradicionais da “natureza feminina”, protestando contra os abusos masculinos dentro e fora da família e adotando modas e hábitos modernos.³³¹ Tal descrição cabe, principalmente, às mulheres das camadas médias e altas urbanas que eram as mesmas que preenchiam as fileiras de feministas, muitas delas organizadas para exercer pressão em favor de direitos jurídicos e civis.

A partir da década de 1920, o movimento sufragista ganhou novo fôlego, motivado pelas mudanças ocorridas na perspectiva social das mulheres. Com essa abertura, os trabalhos de campanha pelos direitos políticos femininos se intensificaram, aquecendo, conseqüentemente, os debates em torno de tal questão. Como era inevitável que ocorresse, um novo projeto estabelecendo o direito de voto às mulheres foi encaminhado ao Senado, no ano de 1920. Os parlamentares que discutiram a regulamentação desse adendo à Constituição consideraram o projeto com menos resistência que às comissões anteriores. No entanto, isso não foi suficiente para a sua aprovação. O máximo que o autor desse projeto, o já conhecido paladino da causa feminista, Maurício de Lacerda, conseguiu foi a emissão de uma declaração de favorabilidade. Embora frustrada, sua iniciativa não foi infrutífera. Na verdade, as feministas sabiam que o acúmulo de propostas sequencialmente expostas nas tribunas traria algum resultado, que esse chegasse cedo ou tarde, não se podia prever.

Enquanto isso, elas buscavam se organizar taticamente de modo a chegar aos mesmos resultados obtidos por outros países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha, Noruega, onde as mulheres, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, haviam começado a usufruir dos direitos políticos teoricamente em pé de igualdade com os homens. É

³³⁰ Hobsbawm é categórico ao afirmar que “essas mudanças não foram conseguidas por pressão feminista nem tiveram qualquer repercussão notável sobre a situação das mulheres”, desqualificando, com isso, os esforços do movimento de mulheres intelectuais, tanto na América do Norte, quanto na América Latina, a favor da emancipação do sexo feminino. Para uma leitura completa da citação, ler HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 306.

³³¹ Conforme Besse analisa, “entre 1918 e 1937, os movimentos feministas brasileiros tiveram papel essencial na formulação dos modos como se redefiniu a ordem de gênero de seu país. Bem-educadas, talentosas e, em muitos casos, bem-relacionadas politicamente, as feministas atraíram a atenção das comunidades profissionais e políticas do Brasil para suas reivindicações de igualdade social, econômica e política. E conseguiram vitórias significativas: maior acesso das mulheres às oportunidades de educação e emprego, sufrágio feminino e outras reformas legais e institucionais”. Não é preciso o uso de outras referências para demonstrar o quanto as partidárias do feminismo, no Brasil, influíram nas reformas legais e sociais realizadas em benefício das mulheres. Sobre a política adotada pelas feministas das primeiras décadas do século XX, ver BESSE, 1999.

bem provável que as experiências bem sucedidas dessas partes do mundo também tenham incitado o considerável número de projetos que se avolumaram nas instâncias do poder legislativo brasileiro³³² (de 1891 até o ano de 1932 contabiliza-se, de acordo com a bibliografia consultada, cerca de cinco tentativas de aprovação da lei pelo sufrágio feminino). É como sugere o senador paraense Justo Chermont, ao apresentar, em dezembro de 1919, a justificativa ao projeto que previa o direito de voto às mulheres maiores de 25 anos.³³³ Para tentar convencer seus colegas parlamentares, o político usou do seguinte argumento: “As nações civilizadas estão adotando em suas leis essa igualdade de direitos. Não deverá o Brasil imitá-las satisfazendo uma aspiração que justifique quanto se deve à mulher pelas provas dadas de capacidade, de aptidão, de coragem e de patriotismo?”,³³⁴ demonstrando o quanto passou a fazer sentido discutir a constitucionalidade do sufrágio feminino com o respaldo da conquista desse direito em países de grande potência.

As feministas brasileiras não demoraram muito para compreender a força contida em tal argumento, optando por utilizá-lo de forma mais direta na busca por estabelecer parceria com as feministas estrangeiras, em grande parte norte-americanas, responsáveis pela disseminação de várias Ligas pelo sufrágio feminino, mormente na América Latina. A pioneira dessa iniciativa foi Bertha Lutz que, no seu retorno ao Brasil, em 1918, já graduada em Biologia pela Sorbonne, cuidou de estampar nas páginas de vários jornais do Rio de Janeiro o modo como julgava imprescindível a formação de associações pela emancipação da mulher, a exemplo do que já vinha acontecendo em países da Europa e nos Estados Unidos. Todavia, cuidando para não tornar alarmante a sua convocação, Bertha Lutz opôs imediatamente o seu projeto de organização à associação de “suffragettes” inglesas, que ganhara fama pela adoção de certas medidas violentas em favor dos direitos femininos. Isso aponta para o fato de que, antes mesmo de se tornar a líder incontestada do movimento sufragista no Brasil, Bertha Lutz se preocupava em transmitir um discurso moderado, conciliador e com forte entonação colaborativa, o que certamente fez com que sua campanha assumisse um caráter hegemônico, no decorrer da década de 1920, perante as outras frentes feministas de atuação.

³³² De acordo com Miriam Moreira Leite, é evidente que “as vitórias sufragistas nos Estados Unidos e na Europa... ampliaram o movimento pelos direitos da mulher e sua aceitação”, levando “médicas, advogadas, farmacêuticas, dentistas e escritoras” a se organizarem para defender mudanças por meio de “táticas bem conduzidas de utilização da imprensa e dos políticos atuantes no Legislativo e no Executivo”. Consultar LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984. p. 36-37.

³³³ O projeto do senador Justo Chermont foi aprovado pela Comissão de Constituição, em maio de 1921. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Justiça. De acordo com Soihet, “face á composição da Comissão, em sua maioria contrária ao reconhecimento do voto feminino, os seus mentores julgaram mais apropriado aguardar melhor oportunidade para a continuidade da discussão”. Para referência completa, ler SOIHET, 2006. p. 41-42.

³³⁴ COELHO, 2002. p. 157.

O seu primeiro passo, após frequentes aparições na imprensa, foi o de fundar uma associação que pudesse colocar em prática tudo aquilo a que vinha se dedicando desde que voltou a fixar residência no Rio de Janeiro. Funcionando mais como um grupo de estudo do que propriamente um instrumento de ação, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, fundada por Bertha Lutz em colaboração com a professora e ativista mineira Maria Lacerda de Moura, em 1920, foi o campo de ensaio que possibilitou a aquisição de toda a experiência necessária para a formação de uma estrutura organizacional definitiva, especializada na questão sufragista. Essa organização seria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, em 1922, foi fundada por Bertha Lutz e parte das associadas da Liga. No entanto, Maria Lacerda de Moura não chegou a transferir suas atividades para o novo agrupamento, deixando a luta pelo sufrágio, que já a havia desencantado, sob responsabilidade das “comportadas mulheres de elite”, seguindo assim um caminho próprio, vindo, mais tarde, a se tornar a maior expoente do feminismo dito anarquista, ainda que negasse certas rotulações.

O que há de interessante a ser pontuado, no que se refere à substituição da Liga para a Emancipação da Mulher pela Federação, tem a ver com o modo como as ações dessas feministas se tornaram mais amplas e sofisticadas após a formação dessa última. Os esforços que, até 1922, haviam se limitado a entrevistas, artigos nos jornais e alianças esporádicas com alguns políticos simpatizantes dos direitos femininos, ganharam reforço extra com a aproximação das feministas brasileiras com organizações sufragistas internacionais. Ao que tudo indica, foi a oportunidade de tecer tais laços que alavancou o movimento pelo sufrágio, no Brasil, tornando-o uma luta institucionalizada devido ao uso de recursos mais convencionais, com vistas a subtrair as derrotas que congestionavam a obtenção de resultados mais satisfatórios. Não mais restritas à palavra escrita, nem mais reclusas às reuniões privadas, as feministas agora promoviam seus próprios Congressos para deliberar sobre assuntos de estrito interesse das mulheres. Era ampla a publicidade alcançada por esses eventos, o que atraía a atenção dos críticos, das feministas e dos possíveis adeptos da causa.³³⁵

A fórmula seguida para o sucesso desses encontros, que se estendiam por dias nos salões conferencistas, era mais ou menos àquela adotada pelas organizações internacionais, principalmente a gerida pela Aliança Internacional pelo Sufrágio da Mulher, em plena atividade desde 1904. Sua presidente, Carrie Chapman Catt, sectária da difusão da luta pelo sufrágio para além das fronteiras estadunidenses, por ocasião da Primeira Conferência Pan-

³³⁵ HAHNER, 1981. p. 104-105.

Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, em abril de 1922, ajudou no projeto de criação de uma associação que reunisse todas as delegadas latino-americanas, que resultou no estabelecimento de sociedades que seriam atuantes nos limites de cada País associado. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, oficialmente inaugurada a 9 de agosto de 1922, surgiu como uma dessas filiais. Durante os anos iniciais de atividade dessa associação, Chapman Catt foi convidada por Bertha Lutz a acompanhar e assessorar as primeiras iniciativas do grupo, composto especialmente por mulheres profissionais, além de escritoras renomadas e esposas de líderes políticos.³³⁶

Além da veterana norte-americana ter ajudado na redação do Estatuto da FBPF, foi ela também a convidada de honra – e certamente a conselheira de Bertha Lutz na organização do evento – do I Congresso Internacional Feminino, ocorrido no Rio de Janeiro, em dezembro de 1922. Por anos a fio Bertha Lutz e Chapman Catt continuariam trocando correspondências e experiências relativas à luta pelos direitos civis e políticos femininos. Conforme explicita Hahner, a líder sufragista brasileira “continuou a participar de conferências internacionais de mulheres, mantendo firmes laços com o movimento internacional e com a imprensa no exterior”,³³⁷ o que certamente ajudou a consolidar e a tornar cada vez mais legítima a propaganda pelos direitos eleitorais e eletivos das mulheres, no Brasil. A influência da feminista estrangeira atingiu ainda organizações pró-feminismo de outras cidades, como no caso da criação de uma associação sufragista composta por mulheres paulistas, no ano de 1923, que tinha a frente Diva Nolf Nazario e Walkyria Moreira da Silva.

É de se notar, portanto, que o movimento a favor dos direitos políticos das mulheres avançou conforme foi possível para as defensoras da causa sufragista aplanar as suspeitas e a repulsa que tais exigências produziam nos nervos dos que se pronunciavam contrários às reivindicações feministas, seja por meio de alianças com associações feministas internacionais, como visto, seja por intermédio da promoção de debates assíduos e sóbrios nos jornais da época. Nesse último caso, era exigido um empenho contínuo das feministas para neutralizar e superar os efeitos retroativos que o argumento da preservação moral da instituição familiar impingia aos objetivos que cercavam a ideia de emancipação das mulheres. Logo, quando não as expunha ao ridículo, os antifeministas adotavam essa espécie de objeção moralizadora considerada infalível e intocável, por lidar com valores difíceis de serem deslocados do senso comum. E já que não se podia combater a crença na divisão dos

³³⁶ SOIHET, 2006. p. 34.

³³⁷ HAHNER, 1981. p. 114.

papéis sexuais, sem cair no degredo imposto pela opinião pública às posições feministas mais radicais, as feministas, principalmente as que se identificavam com o projeto de intervenção traçado pela FBPF, se concentravam em minimizar os efeitos prejudiciais dessas sentenças para a conquista dos direitos básicos femininos. Bertha Lutz, por exemplo, depositou grande parte de suas ponderações na ideia de equilíbrio entre as funções privadas e públicas das mulheres, tanto assim que, no ano de 1929, quando muitos passos adiante na luta sufragista já podiam ser registrados, ela escreveu um artigo para a imprensa afirmando que

A dilatação da esfera de atividade feminina, para abranger os direitos e deveres da cidadania, não é, apesar da opinião contrária dos espíritos anacrônicos, incompatível com as funções próprias da mulher. O fato de ser eleitora, de comparecer de três em três, de dois em dois, ou de ano em ano às eleições, não impede a mulher de ser boa esposa e mãe... O lar não cabe mais no espaço de quatro muros. Na concepção ampla da palavra, lar não é mais apenas a casa, mas também a escola..., as fábricas..., as dependências do poder judiciário... E em todas essas instituições é preciso, é indispensável, a colaboração da mulher nos interesses do próprio lar.³³⁸

Nota-se que para driblar a retórica da incompatibilidade entre os direitos políticos das mulheres e os deveres domésticos a elas destinados foi necessário que a articulista utilizasse o artifício da ampliação do conceito de lar, ao invés de trazer a mulher integralmente para a esfera pública. A presença da mulher no mundo masculino só se justificaria assim pela ideia de colaboração, o que sugere que essa participação no domínio público nada teria a ver com suas ambições, mas apenas com a resposta prática dada pelas mulheres às demandas da vida moderna, que as impelia a prolongar suas atividades benéficas e seus atributos morais para além da esfera doméstica. Ao contrário, havia, no fundo, algo mais do que isto impulsionando as feministas a tratarem com tanta sutileza dos assuntos referentes às conquistas econômicas, sociais e políticas requeridas para as mulheres. Pairava a noção de que, gradativamente, elas poderiam se desvincular da ideia de um destino biológico, visto que, não raro, muitas mulheres envolvidas com as questões feministas, donas de carreiras promissoras nas mais diferentes áreas de atividade, optavam – ou eram arremessadas pelas circunstâncias – por não adquirir laços conjugais, privando-se igualmente de exercer a chamada função primordial da

³³⁸ LUTZ, Bertha. “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar”. *Jornal do Brasil*. 19 de fevereiro de 1929, citado por SOIHET, 2006. p. 227-230.

mulher, ou seja, a maternidade.³³⁹

Esse pensamento só aparecia tacitamente nos discursos das feministas moderadas, estando menos subentendido no modo como elas desempenhavam seus papéis sociais. No entanto, se é possível trabalhar com a suposição desse repertório estratégico na produção discursiva das feministas fica mais difícil ponderar acerca da sua eficácia com relação aos objetivos que levaram os homens, políticos principalmente, a professar os mesmos argumentos em favor do voto feminino e do direito das mulheres de participar plenamente da vida pública.

Não há dúvida de que a repercussão alcançada pelos projetos de lei que previam a concessão dos direitos políticos às mulheres favorecia a campanha das sufragistas, mas favorecia não porque os políticos que redigiam esses projetos compartilhassem, na mesma medida, dos propósitos em que se empenhavam as feministas, e sim porque ajudavam a insuflar confiança na vitória da causa. Além disso, toda vez que se anunciava a discussão de um projeto pela concessão do voto feminino se multiplicavam, na imprensa, os debates, os comentários e os artigos em torno do tema, reacendendo as discussões e dando nova oportunidade às feministas de exercer pressão direta.

Duas ocasiões, em particular, se mostraram propícias as representantes da FBPF para impulsionar a questão do voto feminino, em fins dos anos de 1920. A primeira delas deu-se por conta da votação, na Câmara dos Deputados, do projeto que dispunha sobre os direitos políticos das mulheres, apresentado pelo senador Justo Chermont, o qual, desde 1921, aguardava parecer em última instância, o que só foi possível no ano de 1927. As líderes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, informadas da movimentação em torno da matéria, intensificaram a campanha publicitária e a presença nas sessões do Congresso, inclusive reunindo duas mil assinaturas exigindo a aprovação da lei que, afinal, não foi aprovada e nem sequer discutida satisfatoriamente, ficando “para outra sessão – ou outras sessões... a discussão e defesa do debatido assunto”.³⁴⁰

³³⁹ Esse não é um dado constatável apenas para as feministas que ganharam projeção nacional, como foi o caso de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, por exemplo. As feministas, no Espírito Santo, também corresponderam a esse comportamento no que se refere à ausência de matrimônio e de filhos. Por meio de uma análise menos apressada de suas biografias pode-se pensar, genericamente, o que as teria levado a discrepar do padrão de vida esperado para uma mulher. Só o fato de terem assumido publicamente certas posições políticas, aliadas ao fato de terem se dedicado profissionalmente a atividades de alto *status*, embora nem sempre bem pagas, já fornece uma mínima noção dos motivos que as fizeram seguir por caminhos pouco convencionais.

³⁴⁰ COELHO, 2002. p. 179.

A segunda ocasião, que foi logo aproveitada por Bertha Lutz e suas companheiras, adveio com a candidatura e eleição do senador Juvenal Lamartine para presidente do Rio Grande Norte, em 1928. O conteúdo da sua plataforma de campanha era especificamente favorável ao exercício dos direitos políticos pelas mulheres, o que atraiu imediatamente o apoio das feministas da Federação pelo Progresso Feminino. Para elas, não equivalia a nenhuma surpresa deparar-se com o nome de Juvenal Lamartine em mais uma empreitada contra a privação dos direitos políticos e civis ao sexo feminino, posto que, em 1924, ele já havia alcançado a simpatia das sufragistas com o parecer favorável que emitiu, enquanto deputado, ao projeto do Dr. Basílio Magalhães, que propunha a concessão do voto às mulheres.³⁴¹

O desfecho da campanha para presidente do Rio Grande Norte já é bem conhecido, pois foi em decorrência desse episódio eleitoral que as mulheres daquele Estado conquistaram o título de primeiras eleitoras, sendo também de lá a primeira mulher a ocupar um cargo elegível numa administração municipal, pioneirismo que se deve ao nome de Alzira Soriano de Souza, eleita prefeita do município de Lages. O exemplo das rio-grandenses fez com que aumentasse consideravelmente o número de mulheres a requisitar alistamento eleitoral, expandindo para vários Estados a expectativa de aprovação de lei semelhante. Enquanto isso, em nível federal, a questão ainda encontrava barreiras, pois na primeira oportunidade, ou seja, na temporada legislativa de 1928, os senadores julgaram nulas as cédulas que registravam o voto das mulheres do Rio Grande do Norte que, nesse caso, participavam da eleição do Dr. José Augusto, que viria a ocupar a vaga senatorial aberta com a saída de Juvenal Lamartine.³⁴²

Daí por diante, contudo, as feministas ligadas à luta sufragista concentraram toda a sua atenção em táticas que pudessem viabilizar, o mais rápido possível, a reforma legislativa, retirando a distinção baseada no sexo como empecilho para o exercício dos direitos políticos. Como já praticado desde o início do projeto de campanha encabeçado por Bertha Lutz, grande parte dos objetivos continuava centrado no estreitamento de relações com políticos eminentes, os quais pudessem interferir definitiva e favoravelmente para o desempate da questão.

³⁴¹ O projeto de lei apresentado pelo deputado mineiro Basílio Magalhães, em 1924, em emenda ao projeto de reforma da lei eleitoral, causou grande alvoroço e indignação entre as feministas da FBPF. A leitura do parágrafo IV, do artigo I, que declarava ser necessário à mulher casada possuir autorização do marido para proceder ao alistamento eleitoral gerou sérios protestos, um deles, encaminhado pela própria diretoria da Federação. Em mensagem aberta, as líderes da FBPF, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita, Cassilda Martins e outras, entendendo ser essa uma restrição inconstitucional, exigiram a exclusão desse parágrafo do respectivo projeto, apontando os prejuízos que tal dependência marital projetava sobre a concessão da cidadania política às mulheres. De acordo com Mariana Coelho, o autor do projeto concordou, sem grande relutância, em suprimir o referido parágrafo. Para leitura integral da Mensagem, consultar COELHO, 2002. p. 164-167.

³⁴² HAHNER, 1981; COELHO, 2002; SOIHET, 2006.

A mudança nos arranjos políticos, causada pelo enfraquecimento das elites oligárquicas e a ascensão de novas lideranças com a revolução de outubro de 1930, não alterou significativamente as estratégias utilizadas pelas feministas, “a persuasão de figuras políticas importantes permanecia básica”.³⁴³ Todavia, o fato do Governo Provisório de Vargas ter gerado fortes expectativas em torno da necessidade de reformas constitucionais modificou de forma abrupta o senso de oportunidade das feministas partidárias do sufrágio. Esse foi o momento de maior veemência do movimento feminista organizado, período em que pôde reafirmar seus propósitos e ampliar suas bases de reivindicação.

Diferente da década de 1920, relativamente caótica e cheia de incertezas, por conta da crise pela qual passava a Primeira República, a década de 1930 estreou como uma nova etapa para a vida política brasileira, que trazia embutida a promessa de reexame das práticas utilizadas no passado. As feministas não demoraram muito para perceber o quanto a reformulação das velhas estruturas oligárquicas poderia ser bem aproveitada com vistas a agilizar a aprovação de várias medidas que, há mais de dez anos, algumas organizações de mulheres vinham se empenhando em conquistar. Sem perda de tempo, a liderança da FBPF resolveu convocar o II Congresso Internacional Feminista que, durante onze dias do mês de junho de 1931, na cidade do Rio de Janeiro, realizou trabalhos, entabulou debates e formulou resoluções que iriam orientar, nos anos que se seguiriam, a luta organizada pelos direitos femininos no Brasil.

Conforme explicita Besse, “entre as mais importantes das resoluções aprovadas [nessa convenção] estava a que declarava que a emancipação econômica das mulheres era o problema central do movimento feminino”.³⁴⁴ Apesar de não ser uma pauta inédita na política de ação da FBPF, ela adquiriu novo significado e nova posição na lista de reivindicações prioritárias da organização, na medida em que o voto feminino caminhava para se tornar uma realidade concreta, ainda que não fosse uma questão totalmente livre de retrocessos. Além disso, quanto mais avançava o novo quadro político mais nitidamente ia se fixando na concepção das feministas a ideia de que o Brasil se aproximava também de uma revolução econômica e social, o que preferivelmente teria de acontecer em concomitância com a aceleração da emancipação econômica e social das mulheres.

Para facilitar o ingresso dessa parcela da população no processo de crescimento econômico, pautado no fortalecimento do bem-estar social, as feministas da Federação Brasileira pelo

³⁴³ HAHNER, 1981. p. 118.

³⁴⁴ BESSE, 1999. p. 188.

Progresso Feminino enfatizaram a necessidade de orientar a educação pública no sentido de preparar as mulheres para exercer uma profissão, adicionando a esse primeiro conselho outros programas que as auxiliariam a ocupar empregos remunerados. Para garantir que boa parte dessas reivindicações fosse efetivamente implementada, as líderes do movimento feminista organizado encaminharam ao Chefe do Governo Provisório uma síntese das conclusões referentes aos debates realizados no referido Congresso, salientando, além da necessidade de concessão da cidadania política, o quanto era imperativo admitir a colaboração da mulher nos trabalhos da Subcomissão Legislativa, encarregada de preparar uma minuta da nova constituição.³⁴⁵ Segundo as intenções sublinhadas nessa solicitação, vê-se que as feministas não queriam ou não podiam mais depositar apenas em alguns homens, que exerciam enquanto políticos certa pressão no Congresso, o trabalho em prol da ampliação dos seus direitos. As questões que interessavam diretamente às mulheres só poderiam ser afiançadas por elas mesmas, com a participação de uma representante nas discussões parlamentares.

Assim, em 1932, logo após ter sido baixado o decreto nº 21.076, que estabelecia o voto feminino³⁴⁶ e o voto secreto e obrigatório aos maiores de 21 anos, Bertha Lutz foi indicada pela FBPF e entidades autônomas filiadas a assumir a posição de componente na comissão governamental responsável pelo estudo preliminar das normas que vigorariam na nova Constituição. Daí resultou um documento, intitulado *Treze Princípios*, que ofereceu um material extenso enumerando quais mudanças, relativas à condição legal da mulher, deveriam ser introduzidas na Constituição de 1934. As mais urgentes diziam respeito à incorporação definitiva dos direitos políticos das mulheres e à forma adequada de aplicação da legislação trabalhista ao emprego remunerado feminino.³⁴⁷

Muitas dessas propostas sobreviveram às discussões na Assembleia Constituinte, outras foram retiradas e reavaliadas mais tarde, outras, ainda, foram veementemente negadas. Porém, o que importava para as líderes da FBPF, além do fato de terem conquistado a vitória para várias reivindicações históricas das feministas, era ter podido, pela primeira vez, depois de uma

³⁴⁵ SOIHET, 2006; BESSE, 1999.

³⁴⁶ O novo Código Eleitoral, promulgado por Getúlio Vargas em fevereiro de 1932, estabeleceu a não obrigatoriedade do voto feminino. O voto só se impunha obrigatório para aquelas cuja ocupação fosse exercida em vigor de função pública remunerada. Princípio que foi reiterado no art. 109 da Constituição de 1934. Cf. PIMENTEL, Sílvia. *A Mulher e a Constituinte*. São Paulo: Cortez: EDUC, 1987.

³⁴⁷ A regulamentação do trabalho feminino, de acordo com os *Treze Princípios* propostos pelas feministas da FBPF, estabelecia inúmeras garantias para as mulheres trabalhadoras, “como a proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; mínimo de conforto, segurança econômica; instituição do lazer necessário, liberdade de reunião e de associação de trabalhadores”. Outras requisições versavam sobre a licença-maternidade e o direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública. Considerações mais extensas sobre tais princípios, ler SOIHET, 2006. p. 67.

década de luta, opinar diretamente sobre assuntos de estrito interesse para as mulheres. Até então, somente por vias intermediárias algum pronunciamento havia sido possível.³⁴⁸ Nesse caso, as mulheres conseguiram interferir, com grande vantagem para seus propósitos, na nova organização da vida pública nacional.

Mesmo de posse de resultados tão positivos, o diretório da FBPF não extinguiu os seus trabalhos, pelo contrário, o momento era propício para esboçar novos objetivos. Com a instituição do novo Código Eleitoral de 1932 e a promulgação da Constituição de 1934 estavam abertos os precedentes para que as mulheres, ambiciosamente, conseguissem consolidar os direitos já conquistados e viabilizar novas conquistas, principalmente no que se referia às limitações impostas pelo Código Civil de 1916 aos indivíduos do sexo feminino. Para Bertha Lutz, o pior que poderia suceder naquele momento de superação das primeiras bandeiras de luta era a desmobilização do movimento feminista organizado. Em correspondência datada de 25 de julho de 1933, a líder da FBPF tenta alertar as associadas da Federação o prejuízo iminente que a dissolução do movimento poderia causar aos esforços até aí empreendidos. Conforme busca inflamar novo ânimo as suas companheiras, ela afirma:

Se, vencidas pelo meio, completamente absorvidas pelos problemas individuais das vossas próprias existências, ou convictas de que hora em diante é desnecessário o trabalho organizado, desejais desistir, enfrentaremos desde agora, sob forma de realidade certa, a ameaça constante, de que a mulher não conseguirá manter pelo seu esforço, as grandes conquistas, em seu nome alcançadas... Se quiserdes continuar, está chegando o momento de avocardes a tarefa de remodelação total da campanha feminista.³⁴⁹

Embora não seja possível medir os efeitos produzidos por tal recrutamento, sabe-se que naquele mesmo ano realizou-se, no Rio de Janeiro, a I Convenção Nacional Feminina que, dentre outras atividades, comemorou a fundação da Liga Eleitoral Independente. Desde 1932, a Liga promovia palestras, cursos, conferências e outros trabalhos, como o de montar postos de alistamento em várias partes do Brasil, voltados para a mobilização política das mulheres, de maneira a instruí-las para o exercício da cidadania. Além dessa convenção, mais dois

³⁴⁸ Segundo expõe Mônica Schpun, “as sufragistas da FBPF ocupam de diversas formas a cena política durante toda a década de vinte, aproximando-se inclusive dos espaços masculinos de debate, quando os projetos de lei tratando do voto feminino são discutidos por deputados e senadores. Elas vão à imprensa, conversam, discutem, reivindicam, fazem-se ouvir sempre que possível, construindo um espaço político que lhes é próprio”. Contudo, os anos de 1932-33 adquirem uma importância particular, uma vez que o novo objetivo, daí por diante, passa a ser o de “levar à Constituinte alguns nomes femininos, a seus olhos representativos dos interesses feministas, para deixar impressas na nova Carta Constitucional algumas das melhorias que reivindicam”. A discussão completa encontra-se em SCHPUN, Mônica Raisa. “Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz”. In. *Cadernos Pagu*, v. 12, 1999. p. 331-377.

³⁴⁹ Essa correspondência encontra-se nos anexos do livro de SOIHET, 2006. Consultar página 155 a 160.

eventos foram organizados, na cidade do Rio de Janeiro. A convenção de 1934 e o III Congresso Feminino Nacional, em 1936, ambos concentrados em viabilizar um programa minucioso de consolidação e extensão do que já se havia conquistado. Dentre os pontos enfatizados, mantinha-se a intenção de pressionar o governo a promover oportunidades iguais de emprego para homens e mulheres. Após a obtenção dos direitos políticos, Bertha Lutz passou a reunir suas expectativas em torno da emancipação econômica das mulheres, de acordo com ela, pré-condição para todas as demais formas de emancipação feminina.³⁵⁰

Longe dessas questões poderem ser resolvidas fora dos redutos em que se fabricavam as leis, as feministas da FBPF tinham plena consciência da utilidade e do prestígio que a eleição de uma representante na Constituinte e na Câmara Federal traria para as causas defendidas pelo feminismo. Depois de longas negociações predominou o nome de Carlota Pereira de Queiroz, primeira mulher a ocupar um cargo de deputado federal no Brasil e a única a assinar a Constituição de 1934.³⁵¹

Originada do contexto político-social da Revolução de 1932, marcada pelo regionalismo paulista, a candidatura de Carlota de Queiroz pareceu corresponder na medida exata as possibilidades de manobra permitidas pela conjuntura política daquela época. O seu nome já se encontrava estabelecido entre as lideranças femininas emergentes após a referida Revolução, e Bertha Lutz, como uma observadora atenta, soube valorizar a identidade política já conquistada pela paulistana cedendo apoio a sua indicação, tornando-se com isso uma forte aliada na sua trajetória de campanha. Acima de tudo, a líder da FBPF tinha um senso bastante desenvolvido de colaboração e, de acordo com a sua experiência, era preciso apresentar publicamente uma candidatura feminista indivisível, centralizada na figura de uma única representante. Até certo ponto, a deputada paulista demonstrou proximidade com os projetos defendidos pelo movimento feminista organizado. No entanto, na medida em que a pressão desse grupo aumentava para que se posicionasse explicitamente a favor das demandas feministas, mais a deputada se via empenhada em reafirmar sua ligação com o ideário constitucionalista de 1932, recusando, mais de uma vez, o título de feminista, para o desgosto de Bertha Lutz e de toda a liderança carioca da FBPF.

Desavenças mais profundas marcaram ainda o encontro de Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz nas sessões da Câmara em que ambas desempenharam a atividade de deputadas

³⁵⁰ BESSE, 1999.

³⁵¹ SCHPUN, 1999.

federais. Não obstante, a chefe da FBPF tenha perdido as eleições de 1933, ela assumiu seu mandato três anos depois, em decorrência do falecimento do deputado Candido Pessoa, do qual era suplente. Quase que imediatamente à sua posse, Lutz lançou importantes propostas de reforma, dentre as quais uma que recomendava a elaboração de um Estatuto da Mulher (conjunto abrangente de leis relativo ao *status* legal e aos direitos sociais das mulheres), que previa, dentre outras coisas, a criação de um Departamento governamental autônomo para tratar especificamente de assuntos de interesse predominantemente femininos. Conforme parece, foi essa uma das pautas de debate que mais acirraram as relações divergentes entre a líder paulista e a líder carioca.

Contrária ao isolamento das questões femininas no interior de um setor específico, a deputada paulista sustentou o argumento de que um Departamento desse tipo fortaleceria a segregação entre os sexos, afastando os “competentes” homens de Estado dos debates a respeito dos interesses femininos. Segundo consta, “seu diagnóstico sobre a realidade social e a conjuntura política [diferia] fundamentalmente daquele feito pelas feministas”,³⁵² principalmente no que se referia à regulamentação do trabalho feminino. Para Lutz, esse era o problema primordial a ser enfrentado pelas mulheres após o desfecho da Constituinte de 1934, mas, para Carlota o trabalho feminino não passava de uma questão secundária, que deveria estar subordinada aos temas da educação e da saúde da mulher.³⁵³

Sem poder contar com uma aliança política forte, que levasse adiante seus projetos de criação de uma rede especializada em promover políticas públicas para as mulheres, garantindo assim as bases para a sua emancipação, e enfrentando a reviravolta da situação política do País, com a dissolução do Congresso, em 1937, o movimento feminista organizado se deparou com barreiras e dificuldades que escapavam ao seu controle. De mãos atadas, quase nada mais podia ser feito pela FBPF, e, diga-se de passagem, por nenhuma das adeptas do feminismo, no Brasil, após a instauração da ditadura varguista. A breve experiência de alistamento nacional das mulheres como eleitoras, e sua rápida participação nas urnas, em maio de 1933, teve de esperar até 1945 para ser novamente praticada. Já a Federação nunca mais adquiriu força organizacional após esse retiro forçado, o que não significa que tenha sido inglória a sua luta.

Apesar da trajetória do feminismo ter sido até aqui cronologicamente discutida, é preciso entrever nos eventos selecionados aqueles que não puderam aparecer, mas que permaneceram

³⁵² SCHPUN, 1999. p. 369.

³⁵³ SOIHET, 2006.

lá, compondo a disruptividade do movimento feminista, dos focos de resistência e das tendências adotadas pela variedade imensa de grupos de mulheres politicamente enredados, desde meados do século XIX até os anos de 1930. Essa variedade abrange, além de tudo, espaços e temporalidades diversas, necessárias de serem documentadas de modo a trazer à luz experiências vividas em diferentes conjunturas sociais e históricas.³⁵⁴ No caso do movimento feminista, seja ele compreendido como fruto de um esforço individual ou coletivo, sua influência se espalhou por várias regiões do Brasil, desencadeando ações e pensamentos que coexistiram por meio de múltiplas regras, valores e linguagens.

E é aí que se introduz toda a relevância de se perscrutar a face do feminismo no Espírito Santo, o modo e a intensidade com que as mulheres capixabas o abordaram, o diálogo travado com o movimento feminista contemporâneo e todo o tipo de indagação que ajude a mediar uma escrita histórica da vanguarda feminista espírito-santense. Visto que, como afirma Foucault, o ativismo feminista, assim como qualquer outra espécie de prática de resistência, inscreve-se de forma irreduzível nas relações de poder e é, portanto, um lugar de distribuição irregular, de modo que

Os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva... Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos.³⁵⁵

Isso significa que a trajetória do feminismo, no Espírito Santo, se o seu início pode ser datado, não coincidiu necessariamente com o despontar do movimento em outras conjunturas regionais. Nem podem ser cobradas condições idênticas de desenvolvimento, já que a realidade local tende comumente a determinar os limites que as mulheres tiveram de lidar, no interior de cada contexto específico, para tornarem sobreviventes suas práticas informais, suas condutas subversivas e seus questionamentos às posturas tradicionais que, na transitoriedade da história, permearam a construção hierárquica entre os papéis feminino e masculino.

³⁵⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. In. *Estudos Feministas*, n. 2, p. 373-382, 1994.

³⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. p. 106-107.

Os primórdios do feminismo entre as espírito-santenses

Para tentar traçar um pouco da trajetória de existência do feminismo entre as capixabas, com os vácuos de registro que a história das mulheres, no Espírito Santo, fornece, é preciso ter em mente o detalhe de que qualquer busca por um início, que teria marcado a origem do movimento feminista entre as espírito-santenses, é um dado de autoridade instável. De acordo com Pateman, os historiadores frequentemente se perdem na tarefa de fixar um acontecimento específico como um momento decisivo, um nascimento, mas, segundo adverte, muita coisa pode ter acontecido antes, “outros acontecimentos podem ser mencionados e tais origens estão sempre em aberto para uma reinterpretação contínua”.³⁵⁶ Não fosse isso, certamente se repetiria aqui a afirmativa de que o evento fundador do movimento feminista, no Espírito Santo, teria sido o banquete organizado e oferecido exclusivamente por mulheres em homenagem a recém-graduada em medicina, Dr^a. Adalgisa Fonseca, no ano de 1926.

Tal episódio tem sido constantemente citado como desencadeador do feminismo entre as mulheres capixabas, as quais, a partir de então, teriam se sentido estimuladas a participar do movimento em prol dos direitos civis e políticos femininos. A data e a importância atribuída ao evento não são questionadas principalmente porque a fonte de onde essa informação é, por repetidas vezes, extraída advém do trabalho histórico-literário de Maria Stella de Novaes, uma das precursoras do feminismo, no Espírito Santo.³⁵⁷

Esse registro pode ser levado em consideração apenas se o interlocutor considerar o feminismo estritamente como um movimento político, que opera por meio de ações coordenadas para a conquista de um tratamento mais igualitário para as mulheres no campo da política e do direito civil. Porém, se essa percepção se altera e o feminismo passa a ser entendido como todo protagonismo, anônimo ou reconhecido, individual ou coletivo, que visa questionar, subverter e alterar, temporária ou permanentemente, as relações desiguais de gênero. Então, deixa de fazer sentido, ou ao menos se torna minimamente contestável, a asserção sofismática de que o movimento feminista, no Espírito Santo, deu seus primeiros passos após o jantar tematicamente feminino oferecido por mulheres da nata vitorriense em comemoração à conclusão dos estudos em ciências médicas de uma ilustre conterrânea.

³⁵⁶ PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 323-324.

³⁵⁷ NOVAES, 1999.

Fica claro que a exatidão com que a pesquisadora estabeleceu esse marco tem por intenção fixar menos o advento do feminismo entre as capixabas do que imprimir uma forma simbólica para caracterizar definitivamente o seu surgimento. Tanto assim, que a própria trajetória de vida da intelectual Maria Stella de Novaes (Naturalista por formação, professora secundarista, pensadora social, historiadora) descortina fatos exemplares ³⁵⁸ que ajudam a mensurar o quanto o feminismo tinha já se imiscuído na atuação das mulheres capixabas, antes mesmo da segunda metade dos anos 1920. Isso quer dizer que, se as ideias feministas circularam independentemente da adesão partidária a um movimento feminista específico, então é possível cogitar da presença dessas aspirações, no Espírito Santo, desde as últimas décadas do século XIX, obviamente que de forma mais difusa do que concentrada e menos confessa do que implícita nos comportamentos e discursos.

Muzart, por exemplo, ao se referir à origem do vocábulo *feminismo*, afirma que, “como prática, o feminismo preexiste ao emprego da palavra com que é designado”, e que essa precedência dificulta qualquer proposta de estabelecimento de uma origem que seja unanimidade entre os pesquisadores, “pois cada um tem tendência a se referir a [tal prática], segundo a análise política que faz do feminismo: ruptura individual; expressão crítica no domínio cultural, engajamento coletivo no combate político”.³⁵⁹

Se, por um lado, é forçoso concordar com a ideia de que as mulheres capixabas só encontraram ocasião de se envolver diretamente com os movimentos e com os discursos feministas, nos anos 1920, por outro, não se deve ignorar atuações pioneiras ocorridas às margens de uma militância política declaradamente feminista, já que ambas ajudam a elaborar uma noção mais dilatada do modo como veio a se desenvolver o feminismo em terras capixabas. Atividades aparentemente desprezíveis desempenhadas pelas mulheres, perceptíveis tanto no alargamento das funções públicas (no magistério, no funcionalismo público e nas profissões liberais), quanto no ativismo empregado em favor de campanhas por reformas sociais, como a deflagrada, na década de 1880, em apoio à causa abolicionista, compõem duas medidas indispensáveis para se pensar a irradiação de uma postura feminista entre as mulheres vitorienses.

³⁵⁸ Uma análise sobre a obra de Maria Stella de Novaes, que engloba também a sua biografia, pode ser encontrada na tese de doutorado da professora Juçara Leite. Para uma leitura mais detida, ver LEITE, Juçara Luzia. *Natureza, Folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX*. 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História) programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

³⁵⁹ MUZART, 2002. p. 14.

A história do Espírito Santo, por exemplo, conserva algumas narrativas em que as personagens principais são mulheres que, em determinado momento de suas vidas, se destacaram por conta de comportamentos inusitados, demonstrações de bravura, inteligência, poder, ou seja, por deterem qualidades classificadas como tipicamente masculinas e, portanto, singulares numa mulher. Dois casos são exemplares, o de Luísa Grimaldi, esposa de Vasco Fernandes Coutinho Filho, que substituiu o marido falecido na administração da capitania do Espírito Santo durante quase cinco anos, de 1589 a 1593; e o de Maria Ortiz, que passou para a história como a heroína que ajudou a defender a capitania da invasão dos holandeses, no século XVII. Além dessas mulheres notáveis, encontram-se referências às mulheres anônimas que detiveram grande importância para o desenvolvimento da cultura e da economia no Espírito Santo. O que é valorizado, nesse caso, é o trabalho cotidiano desempenhado por elas, como proprietárias de fazendas, agricultoras, rendeiras, ceramistas, enfim, como trabalhadoras de toda espécie de atividade imprescindível para a sustentação da vida econômica e social da sociedade em que viviam.³⁶⁰

Embora as próprias mulheres que viveram suas experiências enquanto feministas, no início do século XX, tenham frequentemente utilizado de exemplos remotos como esses para avolumar e legitimar seus argumentos em defesa do vigor do feminismo e da busca pela igualdade civil e política, hoje tais alusões parecem por demais anacrônicas para serem recuperadas como vestígios de uma voz feminista. Portanto, não será necessário retroceder tantos séculos para começar a tracejar algumas linhas que torne inteligível pensar os primeiros aspectos que assumiu o feminismo, no Espírito Santo.

Para tal propósito convém dar atenção a uma distinção sutil que a historiadora June Hahner conferiu à definição de feminismo e de movimento pelos direitos da mulher. De acordo com a autora, “o feminismo abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político e econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade”. O movimento pelos direitos da mulher, por sua vez, estaria restrito a um objetivo mais específico, que seria o de buscar alcançar a emancipação feminina por meio da conquista de direitos legais. E, conforme explicita, o movimento pelos direitos da mulher, no Brasil, coincidiu em parte com o movimento sufragista, das primeiras décadas do século XX.³⁶¹ Conquanto Hahner tenha obtido nessas duas definições menos um efeito de diferença do que de interseção, faz sentido

³⁶⁰ NOVAES, 1999.

³⁶¹ HAHNER, 1981. p. 25.

o modo como procedeu a divisão de significados, uma vez que essa distinção auxilia transpor a observação histórica das práticas feministas, do último quartel do século XIX, para o surgimento de organizações formais de luta pelos direitos femininos, a partir do limiar do século XX.

Como já apreciado anteriormente, data do século XIX, no Brasil, as primeiras manifestações de insatisfação das mulheres perante os papéis tradicionais a elas atribuídos, principalmente por meio de jornais editados e dirigidos por representantes do sexo feminino. Nesse período, inexistiam organizações feministas preocupadas em lutar por mudanças substanciais na situação jurídica, econômica e política das mulheres, como ocorrera no início do século posterior. Além do uso da imprensa como instrumento de canalização da produção crítica de teor propriamente feminista, já que questionava as condições de inferioridade a que as mulheres estavam secularmente submetidas, as associações de propaganda reformista e os trabalhos filantrópicos também foram acessados como recursos disponíveis para ampliar a sua participação na esfera pública.

No caso do Espírito Santo, especialmente de Vitória, no final do século XIX, é possível identificar a presença de algumas mulheres atuando igualmente nesses espaços, seja escrevendo para a imprensa, participando de associações antiescravistas ou promovendo trabalhos de caridade. É por onde se pode começar a observar formas alternativas de existência para as mulheres capixabas, sobretudo para as oriundas das camadas abastadas, que com isso experimentavam novas formas de intervenção na sociedade.

Antes dos anos 1880, no entanto, havia poucas possibilidades de atividades externas ao lar disponíveis às mulheres, na capital espírito-santense, menos ainda se a busca se esgueirasse por atividades relacionadas a tarefas associativas, concentradas em mobilizar debates e empreender mudanças na estrutura social. Com a intensificação das discussões em torno das questões republicanas e abolicionistas, a partir do segundo quartel do século XIX, começaram a surgir várias organizações de jovens intelectuais, preocupados em disseminar as ideias emancipacionistas por todos os rincões do Brasil. O movimento em prol de ideais libertadores atraiu o interesse de muitas mulheres, que passaram então a engrossar as fileiras de contestadores da causa.

No Espírito Santo, o primeiro clube fundado com objetivos abolicionistas foi formado no ano de 1869. Em 1874, uma nova associação libertadora de escravos entrou em funcionamento, a

Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro, fechada quatro anos depois para ser substituída por uma Associação de Beneficência. Afora essas duas iniciativas, que trabalhavam principalmente para reunir recursos e distribuir cartas de alforria, discutindo com pouca profundidade o problema da escravidão, foram ralos os investimentos para manter ininterrupta a pressão política com foco antiescravista, ao menos até o movimento abolicionista, em Vitória, atingir sua fase culminante, a partir do ano de 1882. A intensa propaganda realizada, daí em diante, a favor do abolicionismo, principalmente por jornalistas locais, colaborou indubitavelmente para o aumento de adeptos à causa.³⁶²

O discurso pró-libertação dos escravos, antes pouco frequentado e debatido pelas mulheres capixabas, foi paulatinamente penetrando no cerne de seus interesses. Logo começaram a ser notadas mudanças na configuração dos membros que participavam das associações abolicionistas, na capital do Espírito Santo, com a mistura de alguns nomes de mulheres intercalando a representatividade masculina. A presença feminina, no entanto, não obscurece o fato de que as funções eram distribuídas conforme a distinção dos sexos, ficando a cargo dos homens a fala nas reuniões fechadas e nos espaços públicos, enquanto às mulheres eram destinadas tarefas tão ou mais trabalhosas, ainda que “indignas” de compartilhar do mesmo prestígio, como as destinadas à arrecadação de fundos para manumissão dos(as) escravos(as). Apesar disso, o conjunto das ações antiescravagistas deve ser entendido como a primeira oportunidade de participação política experimentada pelas mulheres da elite capixaba.

Assim, a primeira organização pró-emancipação dos escravos, no Espírito Santo, a permitir o elemento feminino entre os seus membros foi a Associação Libertadora Domingos Martins, fundada em Vitória no ano de 1883. Dentre os seus idealizadores estava Aristides Freire, Pessanha Póvoa e Afonso Cláudio, este se dedicou “intensamente à luta abolicionista na capital, promovendo conferências públicas e viajando para cidades do interior da província propagando as ideias antiescravistas e republicanas”.³⁶³ O modo de atuação desse núcleo abrangia ainda reuniões no Paço Municipal, eventos beneficentes, como quermesses e feiras para recebimento de donativos, além de saraus literários e concertos de piano. A promoção de festas, com intuito de angariar fundos, era uma prática bastante comum entre as sociedades abolicionistas, e a Libertadora Domingos Martins a adotou como um dos recursos de

³⁶² PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

³⁶³ Idem. p. 88.

propagação da causa e um dos meios eficazes para reunir verbas destinadas ao pagamento de indenizações e à compra de liberdade dos cativos. Não por menos, há registro de doze nomes de senhoras da alta sociedade capixaba incluídos na lista nominativa dos sócios da Libertadora, que contava ainda com o nome de sessenta e dois homens, a qual foi divulgada a 19 de agosto de 1883, no jornal *A Província do Espírito Santo*, órgão do Partido Liberal que se dedicava a veicular a campanha abolicionista, em Vitória.

De acordo com Mariana Pícoli, as mulheres que se associaram ao movimento abolicionista, por meio da Libertadora Domingos Martins, consistiam “nas esposas ou nas mães dos cavalheiros” que faziam parte do clube. Hahner também se refere às damas que participaram de associações antiescravistas, na cidade do Rio de Janeiro e em outras capitais, como “filhas ou esposas dos líderes abolicionistas”. Na verdade, dificilmente poderia ser outra a origem das mulheres que integraram os circuitos de campanha pela abolição da escravatura. O fato de pertencerem aos estratos sociais privilegiados prenunciava a retenção de certo poderio distintivo, a começar pelo tipo de educação que era rigidamente prescrito às moças dos segmentos abonados. As habilidades que eram adquiridas nos colégios, geralmente particulares, raramente poderiam ser desfrutadas pelas mulheres oriundas das camadas empobrecidas. E era indispensável para a admissão em qualquer espaço de sociabilidade hegemonicamente masculino, que as aspirantes do sexo feminino detivessem talentos próprios de uma dama, que soubessem equilibrar a arte do bem falar com a arte de saber a que horas calar; que soubessem utilizar de suas vocações artísticas com a temperança de uma mulher modesta e recatada, enfim, que fossem elegantemente educadas.

E isso só passou a ser largamente desenvolvido no caráter das meninas em formação com a inclusão nos currículos escolares de disciplinas mais sofisticadas do que as lecionadas com o intuito apenas de capacitar as mulheres a ler, a escrever e a contar. No caso das mulheres abolicionistas que viveram e participaram das associações libertadoras, no Espírito Santo, a aquisição de conhecimentos mais refinados deu-se, principalmente, fora do Estado, nos internatos do Rio de Janeiro. Algumas, no entanto, estudaram no Instituto Normal do Colégio Nossa Senhora da Penha, em Vitória, que oferecia lições de música, trabalhos manuais e francês. Assim, algumas mulheres da elite espírito-santense puderam receber uma aprendizagem que incluía, além da inculcação de prendas domésticas tradicionais, lições de civilidade acrescidas de uma formação artística rebuscada, com aulas de pintura, desenho e piano.

Conforme relembra Novaes, “era muito cuidada a cultura musical da mulher espírito-santense. Contratavam os fazendeiros [proprietários de escravos], de preferência, professoras que soubessem tocar piano e falar francês, para se encarregarem da educação de suas filhas”,³⁶⁴ dando, com isso, a mínima noção “reveladora do papel e da utilidade da educação no sentido de estabelecer a marca de uma distinção social evidente”,³⁶⁵ que supunha a necessidade de aquisição de certo requinte no comportamento e no modo de se apresentar nas reuniões sociais. Além do que, eram esses ensinamentos que qualificavam as mulheres a concorrerem no mercado matrimonial, a “assumirem, futuramente, o trono de um reino que lhes estava predestinado e predeterminado pela sua condição de gênero”.³⁶⁶

O valor simbólico que a adoção desses novos hábitos adquiria na sociedade burguesa em ascensão logo foi transferida para as experiências culturais abolicionistas. Vista como uma causa nobre, cívica e humanitária, além de potencialmente política, o movimento de emancipação dos escravos se serviu da maneira “civilizada” e polida com que se educavam as mulheres nos colégios e no convívio familiar para ajudar na interação com os diversos grupos sociais, visando atenuar a distância entre as atividades do movimento e a sociedade em geral.

Para aproveitamento dos líderes abolicionistas, no entanto, valia mais os dons artísticos das mulheres que se disponibilizavam a participar da campanha contra a manutenção da instituição escravista, do que provas da capacidade intelectual e da oratória feminina para contribuir nos debates públicos. Eles apostavam, além de tudo, no imaginário difundido de que a mulher detinha uma benevolência natural, que tornaria mais virtuosa e altruísta a causa, amenizando os efeitos das disputas políticas que permeavam as lutas emancipacionistas. Desse modo, muitas atividades culturais promovidas pelas sociedades abolicionistas demandavam a participação das mulheres, seja vendendo doces ou flores, seja angariando donativos nas portas das igrejas e dos cemitérios, seja ainda animando as reuniões com recitais e declamações. Logo, percebe-se que

...as mulheres abolicionistas foram privilegiadas com uma formação escolar que ampliou suas possibilidades de inserção nos acontecimentos sociais de sua época, sem incorrer no perigo quanto a serem vistas como desonradas. Tais mulheres não detinham esta experiência de musicalidade “civilizada” *a priori*, mas foi justamente a experiência com a aprendizagem da arte de tocar

³⁶⁴ NOVAES, 1999. p. 74.

³⁶⁵ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. “O Império, o piano e o ensino da ‘miserável música’ em Minas Gerais do século XIX”. In. COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e história*. Brasília: Editora Paralelo, 1999. p. 137.

³⁶⁶ Idem. p. 133.

piano, bem como de uma escolarização diferenciada em colégios particulares... um dos sinais distintivos da constituição das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos.³⁶⁷

Essas características também cercaram as práticas abolicionistas executadas pelas mulheres capixabas, que encontraram nas reuniões lítero-musicais realizadas pela Associação Libertadora Domingos Martins ocasião de se constituírem enquanto sujeitos políticos por meio do uso de seus saberes, como exímias declamadoras e musicistas. O reconhecimento social podia ser mensurável, dessa forma, através das publicações na imprensa dos eventos abolicionistas, os quais, muitas vezes, eram registrados com os nomes das mulheres que atuavam como promotoras culturais nesses encontros. A 27 de julho de 1884, por exemplo, no sarau lítero-musical preparado pela Libertadora, “ali, estavam a executar peças de raro valor as pianistas Maria Nascimento, Adélia Borges, Amélia Figueiredo, Alzira Pacheco, Porcina Goulart, Maria Couto, Leocádia Escobar e Adelina Lírio”.³⁶⁸

E fica praticamente impossível imaginar, na dinâmica dessas reuniões, que entre o canto, a dança e as declamações as mulheres não participassem dos debates, não interferissem nas decisões, não entabulassem conversas sobre os temas políticos que animavam as discussões locais, não atuassem como ouvintes críticas nos discursos proferidos pelos homens. Elas faziam tudo isso, no entanto, tinham um papel apenas secundário, auxiliar, não assinavam declarações públicas, nem artigos jornalísticos manifestando os preceitos abolicionistas. Essas funções ficavam sob a responsabilidade de homens como Afonso Cláudio que, além de principal orador da bandeira contra o sistema escravista, no Espírito Santo, se destacou ainda como um dos advogados capixabas mais comprometidos com a defesa de cativos em ações de liberdade.³⁶⁹ Às mulheres, salvo exceções, restava as tarefas altruístas e o uso atrativo de seus dotes artísticos, únicas modalidades de assistência consideradas convenientes, de modo a não ferir as tradicionais virtudes femininas de nobreza e autossacrifício.

Essa percepção ficava explícita até mesmo na mais desintencionada das notícias impressas nas páginas dos jornais da época. *A Província do Espírito Santo*, na edição de 22 de junho de 1884, para se ter uma ideia, publicou a seguinte nota, na qual é interessante enfatizar o modo como é levado a conhecimento do público a concessão de alforria dada por uma proprietária de escravo – considerando que essa era uma narrativa episódica muito utilizada em favor da

³⁶⁷ SANT’ANNA, Thiago. “Noites Abolicionistas’: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888)”. In. *OPIS – Revista do NIESC*, v. 6, p. 68-78, 2006. p. 74.

³⁶⁸ NOVAES, 1999. p. 76.

³⁶⁹ PÍCOLI, 2009.

propaganda abolicionista. Como não poderia deixar de ser, a ação da senhora foi classificada, primeiramente, como um ato gratuito de pura generosidade, ao invés de figurar como qualquer concessão providencial, das muitas que eram realizadas por senhores alforriantes que, na segunda metade do século XIX, por motivos de dispêndio financeiro ou ideologia política, concediam espontaneamente liberdade a alguns de seus escravos.³⁷⁰

Em prol da redempção [sic]: a exma. sra. d. [sic] Jacintha Leocadia Escobar Ribeiro, viúva do capitão honorário do exército José Francisco Pinto Ribeiro, atendendo [sic] aos bons serviços de seu único escravizado [sic] de nome Eusebio, de 36 annos [sic], padeiro, natural desta cidade, e para commemorar [sic] o 2º anniversario [sic] natalício de seu neto e afilhado Luiz de Gonzaga, filho legítimo [sic] de nosso amigo Francisco de Lima Escobar Araujo conferiu liberdade sem ônus algum do referido escravo. Nossos parabéns a philantropica [sic] senhora.³⁷¹

Leocádia Escobar, como não é mencionado, era, nesse momento, para além da imagem de uma senhora de sentimentos filantrópicos apreciáveis, uma das sócias da Libertadora Domingos Martins. Sua participação no movimento abolicionista já se estendia por alguns anos, e isso sugere uma proximidade com a causa que não era apenas de simpatia, mas de envolvimento direto. A liberdade concedida a seu único escravo pode ter vindo, portanto, menos por compaixão do que por coerência com os princípios que defendia enquanto membro de um clube abolicionista.

Como se pode observar, era muito comum que a participação das mulheres na luta pela extinção da escravatura fosse interpretada de maneira a remover os aspectos políticos que cercavam a sua desenvoltura como defensoras da causa. Não só naqueles tempos remotos, e por homens de sua época, como também por observadores contemporâneos. Essa visão mais estreita acabou por permear também o trabalho pioneiro de June Hahner. A autora, além de reduzir a significância da colaboração das mulheres para a campanha abolicionista, no Brasil, silenciou ainda sobre a ideia de como essa bandeira despertou o interesse de algumas

³⁷⁰ Luis Carlos Soares, ao documentar os casos de concessão de alforria, durante a primeira e a segunda metade do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, registrou um caso particular em que um rico senhor proprietário de escravos procurou dar uma larga demonstração da sua benevolência, alforriando de forma plena, e de uma só vez, seis cativos menores de 10 anos. Todavia, segundo dados cartoriais, o autor revelou outro caso em que a concessão deu-se de forma menos generosa, e essa foi empreendida por uma mulher, a senhora Joaquina Luíza de Oliveira, que presenteou a escrava de 10 anos, Maria, com a liberdade, obrigando-a, contudo, a lhe servir até completar 21 anos. Como se vê, o sexo não era determinante para definir o sentimento, a motivação ou as razões implícitas na manumissão de escravos. Além desses, outros episódios podem ser consultados com a leitura do estudo de SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

³⁷¹ Citado em PÍCOLI, 2009. p. 115.

mulheres brancas devido às semelhanças que elas enxergaram entre a modalidade de poder que as imobilizava na suposta inferioridade do seu sexo e a política de dominação que determinou a subjugação dos negros ao cativo.

Embora fosse necessário tecer críticas a essa percepção universal e hegemônica atribuída à opressão de gênero e de raça, não há dúvidas de que tal referência ajudaria a elucidar o fato de que também as mulheres abolicionistas brasileiras, numa intensidade menor do que as da América do Norte, projetaram a luta por seus direitos sociais e políticos no combate pelo fim da escravidão. Conforme provoca Sheila Rowbotham, “suspeito [que o modo como as mulheres têm concorrido para a causa da abolição] não se deva apenas a ideais religiosos ou democráticos sobre a igualdade de todas as almas, mas porque elas podem se imaginar sendo usadas no corpo e no espírito”.³⁷²

Hahner, ao invés disso, prefere afirmar que, diferentemente de suas irmãs norte-americanas, as brasileiras “permaneceram isoladas por muitos anos e nunca se beneficiaram da participação plena na agitação de movimentos sociais”.³⁷³ Situação que, aqui, se julga improvável, posto que, no fundo, o movimento abolicionista se apresentou às mulheres que viviam nos centros urbanos, e que detinham um bom nível de instrução, como uma oportunidade inédita de terem acesso à participação nos movimentos políticos, de serem reconhecidas como abolicionistas e de ocuparem a posição de sujeitos.³⁷⁴ Se o movimento abolicionista, no Brasil, não gerou, como nos Estados Unidos, uma consciência feminista, e não animou imediatamente a formação de organizações de mulheres para exigir seus direitos civis e políticos, não se pode negar, contudo, que a partir do contato travado com os propósitos antiescravistas as mulheres encontraram oportunidade de começar a refletir e a questionar sobre a sua própria situação de subordinação, ainda que o acesso ao movimento tenha se dado por meio da preservação dos papéis tradicionalmente femininos.

Ao menos foi assim com mulheres como Josephina Álvares de Azevedo, Francisca da Motta Diniz, Maria Firmina dos Reis, a cearense Francisca Clotilde,³⁷⁵ a gaúcha Maria Benedicta

³⁷² ROWBOTHAM, Sheila. “Caro Dr. Marx: carta de uma feminista socialista”. In. *Cadernos Pagu*, v. 32, 2009. p. 159-182.

³⁷³ HAHNER, 1981. p. 50.

³⁷⁴ SANT’ANNA, 2006.

³⁷⁵ Francisca Clotilde Barbosa Lima foi uma das mais ativas representantes da sociedade abolicionista do Ceará. Professora, jornalista e escritora, participou de várias solenidades, comissões e atividades em prol da libertação dos escravos, a maior parte delas registrada na imprensa. Além disso, foi uma das fundadoras da associação abolicionista as Cearenses Libertadoras, de 1883, formada pelas esposas dos sócios da Sociedade Libertadora Cearense, que contou com vinte e duas mulheres na direção e outras sessenta e seis apoiadoras. A atuação

Câmara Bormann e a pernambucana Maria Amélia de Queiroz, esta enfrentou o ridículo para ter o direito de proferir palestras públicas sobre a abolição. Foi assim, também, com mulheres capixabas como Adelina Tecla Correia Lírio (1863-1938), que se tornou o nome feminino de maior relevo na imprensa local, do século XIX.

E, embora seja difícil calcular a ordem em que se deu o reconhecimento social de Adelina Lírio, devido a uma atuação multifacetada no mundo público – como professora da Escola Normal, como poetisa, como colaboradora dos jornais de maior circulação do Estado e como abolicionista – é possível afirmar que foi de forma mais ou menos coincidente com o período de inauguração da campanha antiescravista, em Vitória, que o seu nome, principalmente como escritora, ganhou repercussão na imprensa. Em contato com os líderes abolicionistas que publicavam longos e engajados editoriais, no jornal *A Província do Espírito Santo*, a partir do ano de 1882, Adelina Lírio pôde se constituir como um sujeito político. Não sem contornar e subverter as normas de gênero, que erguiam o universo das coisas públicas como domínio hostil e inacessível às pessoas do sexo feminino. Por meio de um enfrentamento singelo, que aparentemente não chegou a gerar reações violentas da opinião masculina, ela transpôs, ou melhor, deslocou as fronteiras que poderiam ter limitado sua vida unicamente às tarefas domésticas, se deparando, assim, com outras experiências de existência. E isso adquire plena importância se se toma de empréstimo a ideia de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”.³⁷⁶

Se a participação das mulheres no movimento abolicionista, no Espírito Santo, assim como em outras partes do Brasil, não funcionou como um estopim para o surgimento de uma ideologia feminista entre as mulheres capixabas, isso não significa que tenha sido um envolvimento inexpressivo no que concerne a conquista de um posicionamento político pioneiro. Até porque, é fato que, desde essa época, desde os fins do século XIX, o tema dos direitos femininos vinha sendo abordado na imprensa da Capital e do interior, ainda que de forma um tanto velada, sempre com a preocupação de não divulgar pensamentos muito ousados. Assim, Mesquita se refere à publicação de textos de autoria feminina, editados no

feminina na campanha antiescravista, na cidade de Fortaleza, ajuda a ter uma ideia mais ampla das proporções alcançadas pelo envolvimento das mulheres na respectiva luta. Outras organizações femininas foram instaladas, ainda, na cidade do Rio de Janeiro (Sociedade de Libertação, de 1870); em São Paulo (Sociedade Redemptora, também de 1870) e na cidade de Recife (Ave Libertas, de 1884), segundo HAHNER, 1981. Sobre a escritora Francisca Clotilde, consultar ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Francisca Clotilde e a palavra em ação*. 2008. 261 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

³⁷⁶ SCOTT, Joan. “Experiência”. In. SILVA, Alcione Leite da et al (orgs.). *Falas de Gênero*. Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 27.

jornal *O Cachoeirano* (órgão porta-voz do clube republicano fundado na cidade de Cachoeiro de Itapemirim) e no periódico *A Província do Espírito Santo*, como artigos que versavam sobre a questão da emancipação da mulher, “seja apregoando a manutenção de alguns conceitos, seja trazendo novos valores para o universo feminino”.³⁷⁷

No dia a dia, outras mudanças iam se operando na vida tanto das mulheres capixabas que escreviam, quanto das que somavam o público leitor desses textos “protofeministas”, tornando cada vez mais visível o que nunca esteve ausente, ou seja, “as discrepâncias entre o comportamento real das mulheres e as prescrições das leis, da Igreja e dos moralistas”.³⁷⁸ Apesar de somente algumas mulheres capixabas terem se tornado notáveis por suas atividades na imprensa, nos movimentos reformistas e na literatura, dezenas de desconhecidas, que não tiveram seus nomes registrados nos documentos e que, por isso, se tornaram um contingente invisível para a história, também enriqueceram as experiências femininas de inconformidade a uma vida confinada às prescrições do lar e às funções de boa esposa e mãe dedicada. As maneiras de burlar os padrões tradicionalmente aceitos davam-se, muitas vezes, por meio da própria afirmação desses padrões, que justificavam a presença da mulher na esfera pública, no mundo do trabalho e nas diferentes práticas sociais.

Assim como o movimento pelo fim do sistema escravista auxiliou às mulheres, em especial às dos estratos médio e alto urbanos, à inaugurar um canal de diálogo intelectual, cultural e político na sociedade em que viviam, o envolvimento com entidades beneficentes também se destacou como um dos poucos lugares onde a participação das mulheres era permitida ou tolerada. Constantemente, a historiografia se refere ao trabalho voluntário das mulheres em favor de causas caritativas como uma simples válvula de escape para as suas existências entediadas e inúteis, como um subterfúgio para exercerem seus talentos e despenderem suas energias acumuladas ou como um recurso para auxiliarem na promoção social de seus maridos e de seu próprio prestígio.³⁷⁹ No entanto, certamente, havia algo a mais do que distração, vaidade e escapismo na dedicação feminina aos trabalhos filantrópicos, uma vez que os encargos sociais também se desdobravam em implicações políticas.

³⁷⁷ MESQUITA, Letícia Nassar Matos. *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revolução de Adelina Lírio*. Vitória: IHGES, 1999. p. 56.

³⁷⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007. p. 496.

³⁷⁹ HAHNER, 1981; BESSE, 1999.

A própria difusão das organizações femininas de caridade, a partir dos anos 1910, indica certas particularidades que respondem a questões de caráter propriamente político. Em primeiro lugar, não foi por acaso que os trabalhos de beneficência saíram do domínio estritamente religioso para alcançar associações de mulheres leigas. Se até a segunda metade do século XIX, os trabalhos de assistência aos necessitados pertenciam exclusivamente aos grupos ligados às Irmandades religiosas, a partir da fase republicana esses redutos começaram a ser explorados por mulheres de boa condição financeira, dispostas a conciliar seus afazeres domésticos com a prática assistencialista. Na verdade, esse envolvimento decorreu, em parte, de um investimento masculino em argumentar sobre a responsabilidade social da mulher como mãe. O que vinha acontecendo, desde a virada para o século XX, quando as mulheres foram frequentemente bombardeadas com imagens e discursos referentes à importância cívica que a maternidade havia recentemente adquirido. E, ao mesmo tempo em que essa era uma retórica importada com vistas a manter o controle da mulher na esfera privada, era também, e no sentido inverso, usada “para lhes abrir as portas e levar as aptidões maternas para fora de casa, para o exercício de determinadas profissões consideradas próprias às mulheres, como a assistência social compatível com a ‘missão altruística’ das mães”.³⁸⁰

As mulheres das camadas médias e as mulheres da elite responderam à demanda e começaram a fundar associações filantrópicas em várias regiões do país, engrossando as fileiras de grupos femininos que intervinham publicamente nos espaços dinâmicos da sociedade. Tanto assim que diferentes organizações feministas funcionaram paralelamente como instituições que realizavam trabalhos de beneficência, visando principalmente atingir as leis de proteção à infância e à maternidade.

Em segundo lugar, se os grupos caritativos femininos proporcionaram às mulheres o desenvolvimento de habilidades organizacionais relativas não só à logística na arrecadação de fundos em favor da causa dos desvalidos, mas igualmente à formação de uma liderança, responsável por direcionar as atividades de manutenção da entidade, então esse foi um lugar constituído politicamente, já que permitiu a emergência de papéis públicos alternativos aos papéis femininos tradicionais. Como no caso exemplar da primeira deputada federal do país, Carlota Pereira de Queiroz. É afirmado que sua projeção pública deu-se, além de outros fatores, por conta do seu destaque à frente de instituições filantrópicas paulistas, o que sugere

³⁸⁰ MOTT, Maria Lúcia. “Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)”. In. *Cadernos Pagu*, v. 16, 2001. p. 211.

que seu prestígio enquanto reformadora social produziu reflexos também na importância que alcançou enquanto política, durante a década de 1930.³⁸¹

Quanto ao Espírito Santo, não são muitas as notícias encontradas sobre a fundação de organizações femininas de caridade, diferentemente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que detêm vários registros historiográficos sobre essas sociedades de filantropia.³⁸² Mesmo sobre as instituições religiosas de fundo assistencialista há dificuldades para serem localizados estudos. Há, pelo menos, duas pesquisas que permitem um conhecimento mais detido sobre a única entidade filantrópica em funcionamento na capital da província, no século XIX, a Irmandade da Misericórdia, que ajudou a fundar e a manter o atendimento da única casa de saúde pública, de Vitória, desse período, o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Apesar dos estudos narrarem grande parte das atividades assistidas pela Irmandade, assegurando ainda que os atos caritativos dependiam, em grande medida, das doações particulares de membros da sociedade vitoriense, eles não chegam a citar a participação das mulheres, nem como doadoras, nem como benfeitoras, mas apenas como beneficiadas pelas ações de altruísmo.³⁸³

Referências à fundação de uma associação feminina com fins de caridade não aparece antes da década de 1920, no Espírito Santo. Isso porque apenas uma menção foi encontrada, tanto nas fontes documentais quanto bibliográficas, e ela se refere à entidade filantrópica Associação Santo Antônio dos Pobres do Menino Jesus, fundada pela professora, poeta e escritora Ormindá Escobar Gomes, que “organizou e liderou diversas campanhas em favor dos desassistidos”.³⁸⁴

³⁸¹ SCHPUN, 1999.

³⁸² BESSE, 1999; MOTT, 2001.

³⁸³ PIVA, Izabel Maria da Penha; SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889)*. [Consultado em 01 de março de 2011]. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_2_PDFs/Izabel%20Piva.pdf> ; JABERT, Alexander. *Da nau dos loucos ao trem de doido: as formas de administração da loucura na Primeira República – o caso do estado do Espírito Santo*. 2001. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.

³⁸⁴ LAZZARO, 1995. p. 44.



“Dia das Violetas”
haba, n. 94, 1927.

Outra referência à reunião de mulheres em ações filantrópicas foi retirada da revista *Vida Capichaba*, na edição de junho de 1927, e diz respeito à promoção de um evento beneficente batizado “Dia das Violetas”. Como se pode notar na imagem ao lado, jovens senhoritas foram convocadas para executar o trabalho voluntário da venda de flores, provavelmente com o objetivo de angariar recursos para alguma instituição de caridade, da

cidade de Vitória. Segundo Besse, a maioria dessas jovens solteiras não mantinha qualquer compromisso com organizações assistencialistas, muitas estavam apenas interessadas em “flertar com rapazes” e posar para fotografias que estampariam as páginas de alguma revista ilustrada. Tal fenômeno, ainda de acordo com Besse, teria começado a partir de meados dos anos 1920, quando “tornou-se moda as mulheres organizarem chás, bailes e festas para levantamento de fundos, onde se reunia a elite da sociedade”, eventos que eram rotineiramente noticiados nas colunas sociais dos jornais diários e dos periódicos semanais.³⁸⁵

Por trás das razões decorativas e do entretenimento como pretexto, havia sim um alargamento das funções femininas se delineando no espaço público por meio das atividades sócio-benéficas, isso independentemente das motivações que levaram cada mulher a participar de causas de caridade. Aliás, para medir, mesmo que inexatamente, a importância que tais atividades tiveram na dilatação dos papéis femininos é preciso considerar, pairando um pouco acima das implicações conservadoras que marcaram os trabalhos de altruísmo, que as mulheres saíram física e moralmente dos lugares que lhes eram atribuídos para se apoderarem dos espaços que lhes foram confiados. Afinal, a valorização da maternidade, gestada no interior de um discurso médico e religioso, foi fundamental para a criação de instituições femininas de filantropia, e essas, por sua vez, contribuíram para a formação da “matriz de uma consciência de gênero” na prática cotidiana das filantropas, estimuladas a testar seus limites para fora das ambiências domésticas, o que as levou a testar, em contrapartida, a própria estrutura de segregação dos papéis sexuais, apoiada numa definição estrita do público

³⁸⁵ BESSE, 1999. p. 172.

e do privado.³⁸⁶ Além disso, a assistência social permitiu às mulheres dos estratos privilegiados a descoberta do mundo da pobreza, ainda que o encontro com as mulheres das classes inferiores não tenha ocorrido sem choques, ambiguidades e conflitos.³⁸⁷

Apesar das ralas referências encontradas sobre as associações femininas e seus eventos em favor das causas caritativas, em Vitória, na década de 1920 e 1930, existem algumas alusões ao trabalho de assistencialismo desenvolvido por Judith Leão Castello enquanto ocupava a posição de deputada estadual, durante os quatro mandatos em que se manteve no cargo. De acordo com os dados biográficos que relatam a sua trajetória política, a maioria dos projetos que defendeu na Assembleia Constituinte revelava a constância da sua linha filantrópica de atuação, além de demonstrar forte preocupação com as questões que envolviam a educação pública e as condições de trabalho do professorado. Também chegou a desempenhar importantes trabalhos de reforma e ampliação na área da saúde, inclusive com a fundação da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer, no ano de 1952, trabalho que se estendeu para a implantação, na década de 1970, do Hospital Santa Rita de Cássia.³⁸⁸ Tanto a sua atuação política era marcada pela obra assistencialista que a própria deputada, por ocasião de seu discurso de posse na Academia Espírito-Santense de Letras,³⁸⁹ saudou, servida de vários exemplos, “a inteligência da mulher a serviço da caridade”, virtude teologal, a primeira dentre outras, inspiradora de almas sublimes.³⁹⁰

É verdade que essas referências extrapolam o marco temporal da pesquisa, mas, o que se quis destacar com tal apontamento foi a probabilidade das ações filantrópicas comandadas por mulheres terem desconhecido longos intervalos de inatividade. No fundo, é bastante provável que a lacuna nos registros sobre associações femininas de caridade, no Espírito Santo, seja mesmo apenas uma falha documental e bibliográfica. Já que, como afirma Scott, invisibilidade não significa necessariamente ausência.³⁹¹

³⁸⁶ MOTT, 2001; PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁸⁷ TELLES, 2004, p. 438.

³⁸⁸ RIBEIRO, Judith Leão Castello. *Presença*. Vitória, 1980.

³⁸⁹ Aliás, Judith Leão Castello foi a primeira mulher capixaba a ser aceita como membro permanente dessa instituição, no ano de 1981. Antes disso, as mulheres participavam apenas como membros correspondentes ou como conferencistas, como foi o caso da escritora Dinah Silveira de Queiroz, Maria Stella de Novaes, Indá Soares e Madalena Piza. Para maiores esclarecimentos, ler ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS. *Cadeira 12: recepção e posse de Judith Leão Castello Ribeiro 10/9/81*. Vitória, ES, 1981.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ SCOTT, 2002.

O esforço até aqui empreendido foi o de trazer à tona algumas das práticas desempenhadas pelas mulheres na arena pública da cidade de Vitória, práticas que pudessem ser elucidadas como precipitações de uma forma feminista de se posicionar no mundo, ainda que essas práticas não tenham sido diretamente confrontadas com o pensamento feminista latente na época. Assim, o envolvimento das mulheres no movimento abolicionista, nas tarefas de natureza filantrópica, na imprensa, na literatura e na ocupação de várias profissões liberais abertas a mão de obra feminina nos setores urbanos em desenvolvimento, compreenderam lugares de desvio, uma vez que desafiaram os padrões normativos vigentes, principalmente no que se referia ao apelo da separação de esferas para as atividades masculinas e femininas, em que prevalecia para as mulheres o reino “tanto da esfera física do lar quanto das complexas tramas das relações íntimas interpessoais”.³⁹²

Todas essas experiências, de fato, antecederam a filiação das mulheres capixabas ao movimento feminista. Contudo, até o ano de 1933, não havia sido organizada, no Espírito Santo, nenhuma associação de mulheres propriamente dedicada a essa luta. Foi somente com a fundação de uma sucursal da FBPF, em Vitória, que as capixabas teriam oficialmente ingressado no movimento em prol dos direitos femininos. Acontece que o feminismo, como ideologia, como doutrina, como alternativa comportamental, como deslocamento e como reduto das aspirações femininas, já havia penetrado nos discursos e nas ações das mulheres espírito-santenses. A prova disso está no conteúdo dos artigos escritos por mulheres publicados na imprensa, nesse caso, na revista *Vida Capixaba*. Eles demonstram que, ao menos desde o início dos anos 1920, o tema já se encontrava entranhado nas análises críticas da comunidade intelectual do Estado. Tanto homens quanto mulheres emitiam suas opiniões e competiam com declarações feministas e antifeministas, nas páginas do periódico.

E foi exatamente por intermédio da imprensa que se pôde acompanhar a trajetória e a construção dos sentidos inscritos nos discursos feministas produzidos pelas mulheres intelectuais capixabas, de 1924 até meados da década de 1930. E é a análise propriamente dita desses discursos, das suas filiações, das suas particularidades e das suas múltiplas possibilidades de significação que o tópico seguinte se dedica, com a finalidade de elucidar os principais aspectos que moldaram cada uma das três vertentes identificadas na arena dos debates feministas na revista *Vida Capixaba*, ou seja, o feminismo moderado, o avançado e o feminismo difuso. Sem deixar de notar que, embora as orientações político-ideológicas de

³⁹² SCOTT, 2002. p. 117.

cada tendência tenham experimentado certa fluidez, dialogando e compartilhando, em um ou outro momento, das mesmas concepções, existiram contrastes incontornáveis. Contrastes que fizeram emergir diferenças significativas, principalmente para se compreender o que tornou possível o feminismo “Ideal e Sadio” exercer maior atração e alcançar maior legitimidade, dentro do contexto sócio-cultural capixaba, em comparação aos outros investimentos discursivos feministas igualmente presentes na imprensa.

3.2 – O feminismo capixaba em suas múltiplas vozes

Na ausência de uma organização representativa, nas primeiras décadas do século XX, o feminismo, no Espírito Santo, se fez notar especialmente por meio dos discursos produzidos pelas intelectuais, na imprensa. Não que o feminismo, como ideologia e como prática, tivesse escapado à atuação de muitas mulheres capixabas na busca pela realização de suas aspirações – com as mulheres concorrendo, cada vez mais, pelo direito de exercer novas funções no domínio público. Contudo, foi particularmente com a publicação de artigos nos meios de comunicação que o feminismo capixaba pôde se materializar como linguagem. Uma linguagem dispersa, com múltiplas ramificações, mas tangível, que construiu, a partir da palavra escrita, uma noção própria do conceito de feminismo (que se transmutou em feminismos), bem como um sentido específico para a ideia do que era e o que implicava “ser feminista”.

Nesse traçado, alguns nomes da intelectualidade feminina ganharam destaque como Carolina Pickler, Judith Leão Castello, Guilly Furtado Bandeira, Haydée Nicolussi e Lydía Besouchet. Foram essas mulheres as principais expoentes do feminismo capixaba, não só por serem as assinantes dos artigos mais expressivos e críticos sobre o feminismo, publicados na revista *Vida Capixaba*, nos anos 1920 e meados de 1930, como também por suas trajetórias biográficas corresponderem a histórias de vida muito particulares, porque fortemente marcadas pelas transformações sociais e políticas pleiteadas e alcançadas pelo movimento feminista e pela própria lógica de transformação conjuntural do mundo moderno.

Nas páginas do respectivo periódico, as mulheres intelectuais que praticavam sua arte, no Espírito Santo, encontraram condições propícias para expressar suas opiniões e para fortalecer

uma posição crítica e autônoma em meio à sociedade conservadora da época. Na verdade, ao longo de suas edições, é possível acompanhar todo o desenvolvimento da literatura feminina espírito-santense, bem como a evolução do pensamento feminista entre essas intelectuais, que escreviam literatura e que refletiam, ao mesmo tempo, sobre a problemática da subordinação feminina. Essa segunda ocupação é particularmente interessante para os propósitos deste trabalho, uma vez que permite investigar as estratégias de ressignificação e, por consequência, os contornos atribuídos pelas mulheres intelectuais, no reduto capixaba, para a construção de um projeto feminista específico, condizente com seus compromissos políticos e ideológicos e com a singularidade do contexto social em que viviam.

Assim, de 1924 a 1934, tem-se uma série de ensaios, a respeito do tema *feminismo*, escritos por representantes da intelectualidade feminina, que deixam entrever a articulação de distintas referências usadas para se pensar em questões que envolviam a emancipação das mulheres. Essas referências ora estiveram ligadas a uma filosofia católica, ora a uma filosofia socialista, ora positivista, ora, ainda, a uma filosofia liberal, que permitiu a construção de vários pontos de vista para tratar de assuntos correlatos, todos direcionados para a discussão das propostas de melhoria na educação feminina, para o acesso da mulher ao mundo do trabalho e para a conquista dos direitos civis e políticos dessa parcela da população. Desse modo, a intensidade com que cada uma dessas mulheres adotou tais princípios filosóficos, na formulação de uma visão própria sobre o avanço das conquistas femininas, é o que determinou as disparidades no interior dos discursos feministas publicados na imprensa, resultando na estratificação do feminismo capixaba em, ao menos, três vertentes.

A presente pesquisa adotou, com isso, um parâmetro de análise amplo e outro restrito para nomear e caracterizar cada uma dessas correntes feministas, identificadas de acordo com a orientação político-ideológica, com as pautas de luta e com os papéis históricos desempenhados por suas expoentes. A primeira coordenada se apoia no referencial que compartimenta em três os tipos de manifestações feministas em plena atividade, nos anos iniciais do século XX. De acordo com Pinto,³⁹³ o movimento feminista brasileiro esteve nas mãos de três principais grupos que, ao se tornarem conhecidos e bastante estudados, resolveram provisoriamente as dificuldades de reconstituição de “todas as múltiplas manifestações de mulheres solitárias e organizadas em defesa dos direitos femininos”.³⁹⁴

³⁹³ PINTO, 2003. p. 10.

³⁹⁴ Idem. p. 10.

Pode-se dizer que no topo ou, melhor, na linha de frente dessas manifestações, encontrava-se o grupo liderado por Bertha Lutz, o qual montou um verdadeiro esquema de mobilização, chegando a alcançar uma institucionalização surpreendente, para levar adiante a questão central em que se debatia, ou seja, a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. O segundo grupo, numa versão menos comportada, intitulada de feminismo difuso, foi o responsável por todo o tipo de manifestação que desconhecia um direcionamento claro e incontestado, o que lhes propiciou transitar por um campo muito mais vasto de questões, chegando a tratar de temas delicados para a época, como a dominação dos homens e os temas da sexualidade e do divórcio. A terceira e última vertente, que reunia, na mesma medida, um número significativo de mulheres intelectuais empenhadas em valorizar e divulgar as causas feministas, detinha a particularidade de defender a liberação da mulher de forma mais completa e radical, uma vez que suas teses feministas mantinham estreitas articulações com os ideários anarquistas e comunistas.³⁹⁵

É certo que essas classificações são bastante genéricas. Todavia, é exatamente essa universalidade que propiciou a criação de uma tabela comparativa para observar numa perspectiva paralela às vertentes feministas capixabas com as vertentes feministas nacionais, de modo a iluminar as características das primeiras por meio das tendências seguidas pelas últimas.³⁹⁶ Não por outra razão, as vertentes feministas capixabas foram batizadas seguindo a mesma linha de raciocínio adotada por Pinto³⁹⁷ para categorizar as correntes de amplitude nacional. Assim, o feminismo conhecido como organizado, ou institucional, conforme especificidades locais, foi chamado de feminismo “Ideal e Sadio”; o feminismo difuso manteve-se com a mesma nomenclatura, devido à não identificação de aspectos significativos que justificassem atribuir nome distinto; e o feminismo radical, que teve como seu equivalente, no Espírito Santo, o feminismo intitulado de avançado, foi chamado assim por deter certa proximidade com o feminismo de esquerda, embora possuísse, em contrapartida, uma ideia própria do que significava e como deveria ser praticada a ideologia feminista.

³⁹⁵ PINTO, 2003. p. 14-15.

³⁹⁶ As tabelas VII e VIII, relativas aos dados comparativos das principais correntes de pensamento feminista, no Brasil e no Espírito Santo, encontram-se nas páginas 249 e 250. As discussões que engendram os assuntos debatidos e analisados, daqui por diante, estão baseados na leitura dessas tabelas, as quais fornecem informações acerca das principais orientações político-ideológicas tanto das feministas capixabas quanto das feministas de expressão nacional; suas prioridades quanto as pautas de reivindicação dos direitos femininos e o nome das expoentes de cada vertente, dados que permitem comparar as tendências concorrentes que defendiam a emancipação das mulheres, no início do século XX.

³⁹⁷ PINTO, 2003.

A segunda coordenada, portanto, baseia-se no confronto entre a formulação de um pensamento feminista capixaba e seu referencial externo, ou seja, em um referencial inscrito na formulação de um pensamento feminista de alcance longitudinal. Sem essa perspectiva, dificilmente seria visível a tensão no interior dos discursos feministas das mulheres intelectuais capixabas. Elas, por sua vez, ao escreverem sobre o feminismo se posicionaram no lugar da mediação entre o igual e o diferente, num jogo constante de ressignificação. Sob a lógica da análise do discurso, somente dessa maneira suas palavras poderiam adquirir sentido, “e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras”.³⁹⁸ Por isso, é papel do analista compreender esse deslocamento, de maneira a se aproximar dos mecanismos que possibilitam o funcionamento dos discursos.

O objetivo, nesse caso, é o de explicitar as leituras feministas realizadas pelas mulheres intelectuais capixabas com respeito ao próprio fenômeno do feminismo, de maneira a tornar mais claro o modo como os seus discursos produziram sentidos, criando novos significados. A ideia é a de concentrar a análise no investimento discursivo empreendido por cada vertente feminista detectada nas páginas da revista *Vida Capixaba* para, com isso, delinear diferenças, identificar rupturas e entender linhas de recusa e de aceitação. A começar pelas chamadas vertentes dissonantes, que existiram em contraponto ao feminismo desejável, o qual sabia como articular moderadamente os seus discursos, apoiado na moral, na inatacabilidade dos costumes e na manutenção das relações hierárquicas de gênero.

Vertentes dissonantes: avançadas e difusas

Não totalmente na contramão, mas distando de forma bastante expressiva do feminismo moderado, as chamadas vertentes dissonantes constituíram, por assim dizer, a face menos comportada do feminismo articulado pelas mulheres da intelectualidade capixaba. Representadas pelas feministas de ideias mais avançadas e por aquelas que construíram seus discursos equilibrando os extremos, tais vertentes se diferenciavam, por uma série de fatores, do feminismo de feições mais ponderadas. Um deles está relacionado, por exemplo, à distância que as feministas adeptas de um discurso dissonante mantiveram do discurso religioso, largamente utilizado pelas que defendiam o feminismo “Ideal e Sadio”, que, assim

³⁹⁸ ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 36.

como as partidárias do “feminismo católico”, “enfaticavam constantemente a natureza e as origens conservadoras do ‘verdadeiro’ feminismo, [pois] o feminismo era fruto não de desejos revolucionários, mas de instintos... de preservação e reconstrução da moralidade”.³⁹⁹

Outros aspectos podem ser citados para ilustrar as discrepâncias existentes entre os discursos do feminismo avançado e do difuso e os discursos das mulheres que apoiavam um feminismo que, segundo elas, era dotado de valores mais racionais e sóbrios. Assim, ao passo que as feministas do primeiro grupo teciam considerações de forte teor crítico, admitindo o que a maioria das mulheres das classes média e alta tinha dificuldade de enxergar e aceitar, ou seja, que a condição subordinada em que viviam era consequência da sustentação da autoridade masculina apoiada no direito patriarcal, as feministas moderadas evitavam qualquer posição mais polêmica, talhando todo o debate em termos de direitos e deveres e de funções distintas e complementares para homens e para mulheres.

Observou-se, além disso, que na maioria dos textos produzidos pelo pensamento feminista avançado e pelo pensamento feminista difuso também se inscreviam críticas referentes ao modelo sufragista de luta pelos direitos femininos, algo menos intenso na discussão realizada pelas feministas cujo pensamento era moderado. Não que a conquista do voto fosse desconsiderada por elas como um objetivo sensato e justo, antes, do ponto de vista desses dois grupos, as mulheres brasileiras não estavam preparadas para votar, a não ser as mais instruídas e conscientes da importância desse direito. Afora o contraste, havia outro ponto de divergência que afastava as vertentes dissonantes da tendência seguida pelo feminismo “Ideal e Sadio”, que era a estratégia conciliatória adotada com muito mais ênfase pelas moderadas do que pelas intelectuais que professavam um discurso feminista mais versátil e heterodoxo.

Como se pode notar, a identificação de tais semelhanças entre os discursos feministas produzidos pelas intelectuais desencadeou um efeito discriminante a propósito do que era dito e analisado sobre o feminismo, na revista *Vida Capichaba*, retirando, com isso, qualquer aparência de consenso que pudesse pairar sob o modo como essa doutrina atingiu as mulheres das elites urbanas do Espírito Santo.

Por sinal, na medida em que as mulheres que colaboravam na imprensa iam sendo interpeladas a se posicionarem política e ideologicamente no meio social – como constantemente o eram, devido à importância do lugar de fala que ocupavam enquanto

³⁹⁹ BESSE, 1999. p. 203.

membros reconhecidos da intelectualidade local – elas, gradativamente, faziam chegar ao público opiniões sobre o feminismo totalmente afetadas pelas peculiaridades de suas formações culturais, de seus temperamentos e de suas experiências sociais. O que leva a supor que foi exatamente por conta dessa multiplicidade de posturas que o pensamento feminista capixaba foi, antes de tudo, um pensamento que operou por meio de clivagens.

Mulheres como Haydée Nicolussi e Lydia Besouchet, que tiveram contato com outras referências ideológicas, além das transmitidas pela filosofia cristã e pela doutrina positivista, dificilmente comungariam das mesmas concepções acerca do feminismo com mulheres como Judith Leão Castello e Carolina Pickler. Estas se tornaram entusiastas do feminismo não por simpatia às vozes insurgentes do movimento, mas, pelo contrário, por defenderem o combate a esse feminismo fragilizado pelas paixões revolucionárias. Desse modo, a suspeita de que o quadro da intelectualidade feminina, no Espírito Santo, comportava personalidades com inclinações ideológicas distintas fez com que os próprios responsáveis pela linha editorial da revista *Vida Capichaba*, a exemplo do que se vinha praticando “nos centros da mais requintada civilização”,⁴⁰⁰ se empenhassem em divulgar os julgamentos que essas ilustres mulheres faziam dos mais diferentes assuntos em voga, dentre eles, o feminismo.

O primeiro investimento dos diretores da revista *Vida Capichaba* para tentar captar algumas das opiniões formuladas pelas mulheres intelectuais aconteceu por intermédio do lançamento de um questionário, no ano de 1925, que contava com uma sequência de 32 perguntas, entre as quais apenas quatro interessa diretamente. Segundo o texto de apresentação do novo “entretenimento intellectual”, publicado na edição de 15 de agosto de 1925, do respectivo periódico, a seção intitulada “Pagina Confidencial” [sic] fora pensada e escrita “por uma das mais scintillantes frequentadoras das boas letras conterraneas”,⁴⁰¹ ficando essa colaboradora anônima responsável pela confecção de todas as perguntas. É bem provável que Ilza Etienne Dessaune, cronista permanente da seção “Feminea”, tenha sido, na verdade, a criadora dessa enquete, que, de acordo com os organizadores da revista, já havia logrado “lisonjeira acceitação das nossas gentis leitoras”.⁴⁰²

O questionário foi publicado, pela primeira vez, na revista *Vida Capichaba*, na data de 15 de julho de 1925, o qual veio acompanhado das respostas da poetisa Maria Antonieta Tatagiba, que estreou, portanto, a seção de perguntas e respostas. Após essa primeira convidada, Guilly

⁴⁰⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 49, 15 de julho de 1925.

⁴⁰¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 51, 15 de agosto de 1925.

⁴⁰² Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 49, 15 de julho de 1925.

Furtado Bandeira foi a próxima personalidade cotada para responder à enquete, que seria impressa na edição seguinte, com data de 31 de julho de 1925. Na sequência, outras cinco mulheres responderam ao inquérito que, a partir da colaboração de Júlia Lacourt Penna, datada de 15 de agosto de 1925, passou a abrir espaço para a participação masculina, por sugestão do então diretor do periódico Elpídio Pimentel. Sua recomendação se apoiava na ideia de que era necessário abrir espaço também à cooperação masculina. Desse modo, foi introduzido um “hiato nas respostas femininas, com que tem sido honrada esta página, para permitir que os nossos colaboradores [tivessem] também oportunidade de externar as suas opiniões”.⁴⁰³ Atendida a sugestão, alguns jornalistas, colaboradores da revista *Vida Capichaba*, enviaram suas respostas ao questionário. Orlando Sette, Oswaldo Poggi, Nilo Bruzzi, foram um dos ilustres intelectuais a compartilhar com o público suas opiniões. O questionário seguiu até a edição de 25 de dezembro de 1925, o qual encerrou-se com as respostas de Garcia de Rezende. Haydée Nicolussi, no entanto, encerrou a sequência de respostas dadas pelas mulheres intelectuais, segundo pode ser lido na tabela V.

Tabela V – Questionário *Página Confidencial* da *Vida Capichaba* 1925

Perguntas selecionadas	Mulheres que responderam à enquete	Data publicação	Número revista
- <i>Que pensa do casamento?</i>	Maria Antonieta Tatagiba	Julho (15) de 1925	49
- <i>Que diz da moda? Merecem-lhe sympathia os cabellos cortados?</i>	Guilly Furtado Bandeira	Julho (31) de 1925	50
- <i>Qual a sua opinião sobre o feminismo?</i>	Julia Lacourt Penna	Agost. (15) de 1925	51
- <i>Qual a sua ocupação favorita?</i>	Juracy Machado	Set. (20) de 1925	53
	Eurydice O’Reilly de Sousa	Set. (30) de 1925	54
	Ilza Etienne Dessaune	Out. (30) de 1925	56
	Haydée Nicolussi	Nov. (30) de 1925	58
Total	04		07

Fonte: Revista *Vida Capichaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

⁴⁰³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 52, 31 de agosto de 1925.

Conforme explicita as informações acima ilustradas, sete mulheres responderam ao questionário e é somente por meio de suas respostas, dirigidas às perguntas levantadas pela enquete de 1925, que se pode conhecer e analisar um pouco mais sobre o que as mulheres capixabas pensavam sobre o feminismo, num período anterior a 1928 – ano em que o tema passou a ser explorado com maior profundidade, ainda que de forma intermitente, na revista *Vida Capixaba*.⁴⁰⁴ Dos nomes femininos que desfilaram por essa primeira versão de perguntas e respostas dois têm maior relevância para os objetivos desta pesquisa, o nome de Guilly Furtado Bandeira e o de Haydée Nicolussi. As razões já foram apontadas, pois Guilly e Haydée são peças-chave, juntamente com outras intelectuais de sua época, para se compreender o mosaico em que se constituiu o feminismo capixaba nos anos 1920 e 1930.

Essas duas figuras da intelectualidade local também tiveram a oportunidade de responder a 62 perguntas do inquérito que circulou no ano de 1927, nas páginas da mesma revista. São os únicos nomes femininos que se repetiram entre as duas edições da seção de questionários. Conquanto, na segunda versão da enquete, se somou às entrevistadas àquela que seria outra importante representante do feminismo capixaba, Judith Leão Castello, que elaborou respostas, no mínimo intrigantes, para as quatro perguntas selecionadas, algumas delas serão analisadas mais tarde. Por enquanto, resta comentar o fato de que misturadas as perguntas do questionário de 1927, existiam algumas que pretendiam transmitir uma falsa ingenuidade que, no fundo, encobria certas desconfianças ou recusas às convicções feministas. Isso se revelou, por exemplo, no modo distinto com que foram formuladas as perguntas do questionário, de 1925 e de 1927, relativas, respectivamente, ao feminismo e aos direitos políticos das mulheres. Conforme se vê a seguir na tabela VI.

⁴⁰⁴ Essa análise faz parte das discussões do segundo capítulo do presente trabalho. Para leitura das tabelas de I a IV, relativas a presença das temáticas feministas na revista *Vida Capixaba*, entre os anos de 1924 a 1934, consultar as páginas 102 e 103 dessa dissertação.

Tabela VI – Questionário da *Vida Capichaba* 1927

Perguntas selecionadas	Mulheres que responderam à enquete	Data publicação	Número revista
- <i>Que pensa do divorcio?</i>	Indá Soares	Julho (30) de 1927	96
- <i>Como define e aceita a politica? Como compreende e justifica os chamados "direitos políticos" da mulher?</i>	Guilly Furtado Bandeira	Agost. (30) de 1927	98
- <i>Como se deve compreender á justa a designação actual de "mulher moderna"?</i>	Haydée Nicolussi	Set. (30) de 1927	100
- <i>Qual a profissão que lhe parece mais conveniente á mulher?</i>	Judith Leão Castello	Out. (30) de 1927	102
	Regina Santos	Fev. (23) de 1928	113
Total	04		05

Fonte: Revista *Vida Capichaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

Na verdade, se forem comparadas as perguntas selecionadas na tabela V com as presentes na tabela VI, pode-se notar uma ligeira diferença de entonação e de intenção impressa nelas. Assim, inquirir uma mulher sobre o que ela pensa do casamento, não é o mesmo que perguntar sua opinião sobre o divórcio. Questioná-la sobre sua ocupação favorita não produz o mesmo efeito que perguntá-la sobre qual profissão lhe parece mais conveniente às pessoas do seu sexo. Também não induz a respostas similares perguntar sobre a moda adotada pela mulher moderna e o que significa ser uma mulher moderna. Desse modo, fica bastante nítida a maneira como as perguntas acentuaram seu tom polêmico conforme avançaram os anos. Num verdadeiro salto, as perguntas feitas em 1927, diferentemente do que se percebe nas que figuraram no questionário de 1925, apostaram em questões um pouco mais provocativas esperando recolher respostas, na mesma proporção, mais controversas.

Ao menos esse é um dado perceptível nas respostas dadas tanto por Guilly Furtado Bandeira, quanto por Haydée Nicolussi às questões que cobijavam extrair seus julgamentos a respeito do feminismo e dos debates sobre os direitos políticos das mulheres, bem como nas opiniões formuladas por Judith Leão Castello, que respondeu apenas ao segundo inquirido.

Por intermédio desses questionários têm-se uma noção preliminar do modo como as mulheres intelectuais capixabas encararam o feminismo e o modo como elas recepcionaram e reformularam suas impressões sobre tal questão. É curioso notar, sob esse ponto de vista, que algumas delas alteraram significativamente a sua opinião sobre o tema, mudando, de acordo com o passar dos anos, não só sua atitude perante o discurso feminista, mas igualmente sua prática com relação às investidas do movimento, chegando a negar, num primeiro momento, qualquer simpatia à causa e assumindo, em ocasião posterior, uma posição de liderança na luta pelos direitos das mulheres, no Espírito Santo.

A cronista, poetisa e jornalista Guilly Furtado Bandeira, uma das representantes do que aqui se convencionou chamar de feminismo difuso, foi uma que permaneceu firme em suas discussões sobre o feminismo e sobre o palpitante debate sufragista – ao menos até o último artigo de sua autoria encontrado na data-limite de 1934 –, sem produzir alterações significativas em seu discurso. Essa escritora foi também a literata que mais colaborou com a revista *Vida Capichaba*, de maneira que sua contribuição somou, de 1924 a 1934, 44 registros, entre ensaios, crônicas, poemas e contos. Ao responder à questão sobre o feminismo, no primeiro questionário, Guilly foi sucinta, sem deixar de inscrever em sua fala os argumentos que iriam atravessar e fecundar toda a construção do seu discurso feminista, sustentado por uma ideia própria do que era o feminismo e em que sentido as mulheres deveriam requisitar uma vida emancipada. Segundo suas palavras, o feminismo “é um movimento necessario para transmutar a mulher *coisa, objecto de uso*, no individuo livre, consciente e responsavel, capaz de ser a *companheira* do homem moderno e a factora da geração de amanhã”.⁴⁰⁵ Desta forma, a autora fornece indícios que ajudam a identificar quais foram seus parâmetros ideológicos quando o assunto resvalava pela ascensão econômica, social e política das mulheres.

De acordo com o que se pôde captar, a sua opinião foi construída tendo por base tanto a filosofia liberal, responsável politicamente pela noção do conceito moderno de indivíduo,⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 50, 31 de julho de 1925.

⁴⁰⁶ Segundo Scott, o discurso político produzido pelos teóricos liberais sobre o conceito abstrato de indivíduo – considerado aprioristicamente como um conceito de base universal, uma vez que admitia que todos os seres humanos, independente das “categorias diferenciadoras de nascimento, família, riquezas, ocupação, propriedade e religião”, e independente de “suas características físicas distintivas de fisionomia, [como] cor de pele e sexo” eram sujeitos dotados de uma identidade humana fundamental – permitiu que fosse aberto o caminho para que se pensasse em termos de igualdade política e social entre homens e mulheres. Apesar disso, na prática, o conceito abstrato de indivíduo funcionou com mais eficiência para excluir aqueles que se julgava não possuírem as características exigidas do que como padrão de inclusão dos indivíduos na cidadania. Para uma discussão completa sobre a influência do individualismo liberal na história do feminismo, ler SCOTT, 2002. p. 30-31.

quanto pela moral positivista, que pregava que a mulher era a catalisadora do progresso, a educadora das gerações futuras e a colaboradora do homem nas lidas diárias pela sobrevivência.⁴⁰⁷ A sua crença numa tradição democrática, que deveria incluir as mulheres como cidadãs, na medida em que como indivíduos elas também eram dotadas de direitos, perpassou igualmente a resposta que deu à pergunta sobre os direitos políticos das mulheres feita no questionário que circulou nas edições de 1927, da revista *Vida Capichaba*. Para ela, os direitos políticos da mulher se justificavam “simplesmente no voto secreto...”.⁴⁰⁸ Isso se explica pelo modo como o voto secreto e o sufrágio feminino estiveram intrincados, naquela época, à formulação de um novo Código Eleitoral, que pretendia aprimorar os mecanismos legais das eleições e ampliar as próprias bases do já instituído voto universal e direto.

Vale lembrar que, nas datas em que esses questionários foram respondidos, Guilly Furtado Bandeira já havia estreado no ofício das letras desde, ao menos, o ano de 1913, quando, na cidade de Belém, para onde se mudou em companhia de seu pai, que era militar e paraense, atuou como jornalista e publicou diversos trabalhos de poesia no jornal *A Província do Pará*.⁴⁰⁹

Sua experiência como literata excedeu, portanto, a de muitas jovens escritoras que começaram a ganhar visibilidade e prestígio, durante a década de 1920, no Espírito Santo, como é o caso, por exemplo, de Haydée Nicolussi, que mal havia assumido, em 1925, sua identidade literária, publicando na revista *Vida Capichaba* quase sempre sob o pseudônimo de “B.H.”. Por conseguinte, na época em que Haydée respondeu aos questionários ela não possuía, como Guilly, uma visão tão ampla quanto conquistaria, mais tarde, com o alargamento da sua cultura intelectual e o contato com novas crenças filosóficas. Apesar dessa diferença, não se pode esquecer que a maturidade atribuída à Guilly tem a ver, sobretudo, com o fato dessa autora ser 15 anos mais velha do que Haydée. Essa não havia comemorado nove aniversários quando Guilly, solteira e com 23 anos, fora convidada a ingressar como fundadora da Academia de Letras do Pará, fato que lhe rendeu notoriedade por ser a única mulher entre os acadêmicos paraenses, e na própria história das Academias de Letras, no Brasil, a fazer parte

⁴⁰⁷ BESSE, 1999.

⁴⁰⁸ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 98, 30 de agosto de 1927.

⁴⁰⁹ RIBEIRO, Francisco Aurelio. “Guilly Furtado Bandeira, uma capixaba pioneira na Academia”. In. *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*, Vitória, vol. I, 1998.

dessa instituição, que, por tradição, não aceitava mulheres como membros permanentes de seu quadro de associados.⁴¹⁰

Ao currículo de Guilly Furtado Bandeira incluía-se ainda a publicação do seu primeiro e único livro de contos chamado *Esmaltes e Camafeus*, publicado pela editora Garnier, do Rio de Janeiro, no ano de 1914.⁴¹¹ Essa conquista deu à Guilly outro posto de pioneirismo, o de ser a primeira mulher capixaba a publicar um livro. Até essa descoberta, a façanha era arrogada à poetisa nascida em São Pedro de Itabapoana, Maria Antonieta Tatagiba (1895-1928), que publicou, em 1927, o livro *Frauta Agreste*, livro muito elogiado pelos críticos literários do Estado⁴¹² e por uma das mais consagradas escritoras da época, Maria Eugenia Celso. Apenas para ilustrar essa afirmação, foi numa palestra literária realizada no salão do Magestic Hotel, em Vitória, no mês de fevereiro de 1930, que a conferencista Maria Eugenia Celso tornou pública a sua admiração pela já falecida poetisa espírito-santense. De acordo com as notas de agradecimento que foram publicadas na revista *Vida Capichaba*, dias depois do evento, um dos motivos que levou a literata a começar pelo Espírito Santo sua excursão de palestras pelo país foi a amizade e a lembrança que tinha guardada de sua “grande amiga espiritual: Maria Antonieta Tatagiba”, cujo livro teve por epígrafe versos seus.⁴¹³

Embora Maria Antonieta Tatagiba não faça parte do núcleo de mulheres intelectuais selecionado por essa pesquisa, que pretende analisar as particularidades operadas nos discursos feministas construídos pelas literatas capixabas, sua resposta à pergunta “Qual a sua opinião sobre o feminismo?”, do questionário de 1925, merece ser citada por várias razões. Chama a atenção, primeiramente, o fato de não ter poupado palavras para deixar registrado, em mais de meia página do periódico, uma opinião consistente e bem articulada sobre como julgava os progressos do feminismo. O modo como se posicionou inteiramente favorável a esse movimento intelectual e prático das mulheres é outra razão para que a sua resposta seja

⁴¹⁰ Para se ter uma ideia, a Academia Espírito-Santense de Letras, que foi fundada em 1921, só rompeu com a tradição de não aceitação das mulheres em seus quadros de literatos, na década de 1980, quando foi permitido a Judith Leão Castello Ribeiro ocupar a cadeira número 12, vaga com o falecimento de Clóvis Rabello. Todavia, segundo o Desembargador Waldemar Mendes de Andrade, que foi o orador escolhido para abrir a sessão solene de posse da nova acadêmica, os fundadores do grêmio literário capixaba já haviam demonstrado, desde a sua inauguração, o carinho pela mulher, pois no próprio momento de sua criação lembraram-se do nome da poetisa Maria Antonieta Tatagiba para patrona da cadeira número 32, que foi ocupada por José Paulino Alves Júnior. Também a Academia Brasileira de Letras tardou a abandonar os critérios que discriminavam as mulheres do seu elenco de letrados. Fundada em 1897, foi somente no ano de 1977 que uma mulher ingressou no seu quadro de acadêmicos e esse fato se deve a escritora Rachel de Queiróz.

⁴¹¹ Sobre o assunto ver RIBEIRO, 1998.

⁴¹² FLEURY, Karina de Rezende Tavares. *Alma de flor. Maria Antonieta Tatagiba: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Formar; Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

⁴¹³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 214, 13 de fevereiro de 1930.

atribuída certa relevância, pois a escritora demonstrou, além de tudo, conhecimento e simpatia pelas correntes mais progressistas do pensamento feminista em circulação, nas primeiras décadas do século XX. Em resumo, a poetisa redigiu a seguinte resposta:

Nos dias que correm, quando o feminismo está prestes a triunfar, a mulher por efeito de uma educação mais apurada, transformou-se; não é mais a suave e humilde creatura, cujo horizonte social se limitava ao estreito âmbito da família... [O homem], abusando de sua força, fazia da mulher, escrava, serva, instrumento de seus caprichos e prazeres. Hoje, lutando ao [seu] lado, aparelhada como elle para enfrentar e vencer as dificuldades da vida, conscia dos seus direitos... ella não poderá soffrer, como até então... D'ahi o odio ou o temor de muitos pelos progressos do feminismo... O homem não deve, pois, receiar o feminismo, porque elle terá a seu lado uma companheira culta, digna, capaz de comprehendel-o e substituil-o nas necessidades prementes da vida... Deixem que as mulheres lutem e trabalhem; nem todas se casam, nem todas possuem um lar, nem todas se acham ao abrigo das necessidades: - a essas que provêm a subsistencia com a afanosa actividade do seu espirito ou com o labor das proprias mãos, o nosso carinho e o nosso respeito, porque ennobrecem o sexo, exalçam as virtudes e elevam a dignidade da mulher.⁴¹⁴

Maria Antonieta falava, aqui, provavelmente dela mesma. Se não viveu tempo suficiente para se juntar a ala de feministas capixabas que, em 1933, fundou uma filial da Federação pelo Progresso Feminino, no Espírito Santo, ela, ao menos, deixou a entender que se sentia uma das representantes desse feminismo que combatia a ociosidade, a indignidade e o isolamento da mulher. Segundo informações que constam na sua biografia, muito cedo ela teve que assumir as responsabilidades financeiras da família, com a morte do pai, em 1908, e a enfermidade da mãe. As dificuldades que se abateram sobre o seu sonho de seguir carreira nas ciências médicas, fez com que a sua trajetória profissional seguisse o rumo das letras e do magistério. E foi por meio dos rendimentos enquanto professora que Maria Antonieta ajudou a manter as despesas domésticas até se casar com José Tatagiba, na idade de 26 anos. Isso demonstra que a poetisa conhecia bem os descaminhos de uma mulher que se encontrava na necessidade de se sustentar na ausência de outros recursos que não o seu trabalho. Além disso, Fleury,⁴¹⁵ estudiosa da obra de Maria Antonieta Tatagiba, afirmou que o ideal de vida desejado por essa escritora desviava completamente do destino da maioria das mulheres de sua época. Contudo, se Maria Antonieta não alcançou, pela medicina, a aspiração de viver afastada de uma atmosfera cotidiana banal, sem ímpeto e atávica, sua produção poética lhe possibilitou superar as estimativas de uma vida comum, consagrando-a na elite das letras capixabas.

⁴¹⁴ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 49, 15 de julho de 1925.

⁴¹⁵ FLEURY, 2007.

Não é possível, apesar dessas informações, confrontar as opiniões de Maria Antonieta Tatagiba sobre o feminismo e a luta pelos direitos políticos das mulheres, ao longo do período de que trata essa pesquisa. Sua curta trajetória de vida sequer lhe possibilitou testemunhar as transformações, as disputas e as perseguições políticas advindas com a Era Vargas. Desse modo, não se pode saber se em seus discursos operariam mudanças significativas de inclinações, como ocorreu com a produção intelectual de Haydée Nicolussi, que morreu em 1970, aos 64 anos, deixando no rastro de sua existência uma história cheia de dilemas, marcada por rompimentos, reconciliações e por descobertas que afetaram diretamente os seus alinhamentos ideológicos, acrescentando um caráter flutuante às ideias que emitiu no decorrer de sua carreira como intelectual.

Esse constante processo de autorrevisão e de formação, como o qualifica Ribeiro,⁴¹⁶ é passível de ser observado já nas respostas incisivas que Haydée destinou aos questionários de 1925 e de 1927. Aparentemente, a precoce escritora não concebia a luta pelos direitos políticos das mulheres como uma das causas costuradas ao movimento feminista. Se, por um lado, o feminismo foi considerado por ela como “um grande movimento evolucionista, necessario ao aperfeiçoamento da mulher na sociedade”, por outro, descrevia na vocação das senhoras e das senhoritas para atuar na política, segundo se expressou no ano de 1927.

O melhor *direito politico* da mulher é fazer do seu lar um templo, de si mesma uma deusa, do seu marido um sacerdote e de seus filhos homens, e, sobretudo, não esquecer que a rua é o “inferno sempre calçado de boas intenções”. Essa é a melhor maneira de ella servir, politicamente, á patria.⁴¹⁷

Suas palavras, no auge dos seus 22 anos, é a exata reprodução da ladainha patriarcal, que funcionava no sentido de garantir as fronteiras de gênero, que operavam claramente por meio da definição de “lugares” a serem ocupados distintamente por homens e por mulheres, os quais eram recortados não apenas em esferas ou territórios separados, mas também em posições dicotômicas dentro da existência social em geral. E isso faz ecoar em sua resposta uma forte entonação conservadora, que guarda, além de tudo, resquícios de uma moral católica que iria perdurar ainda por alguns anos em sua escrita. Marcas de uma educação que, desde tenra idade, fora baseada nos ensinamentos do catolicismo, reforçados em seu caráter pela influência que sofreu enquanto aluna do curso Normal, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Vitória, uma escola dirigida por religiosas vicentinas que ajudou a

⁴¹⁶ RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

⁴¹⁷ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 100, 30 de setembro de 1927.

incutir a devoção cristã na formação intelectual, moral e religiosa da promissora literata. Conforme Ribeiro, a religiosidade de Haydée só foi abalada nos anos 1930, quando ela se envolveu com os movimentos de esquerda da juventude comunista brasileira.

Praticamente em todas as respostas que Haydée Nicolussi dirigiu ao questionário de 1927, que, como já dito, possuía intenções mais ardilosas do que a enquete de 1925, sobressai os valores que carregava consigo e que foram modelados por uma rígida educação religiosa, que exaltava a generosidade, a submissão, a humildade, o primado do amor ao próximo, e como não poderia deixar de ser, a indissolubilidade dos laços matrimoniais. Tanto que, na substância de sua resposta à pergunta “Que pensa do divórcio?”, ela não titubeia e discorda, afirmando ser o divórcio “uma vergonha, que tomou a forma de lei, para justificar a impureza do amor... os divorciados intolerantes são eternos, dignos de piedade”.⁴¹⁸ Já Guilly, ao comentar a sua opinião sobre o divórcio, tempera com maior tolerância esse assunto tão delicado para a sociedade da época – tão delicado, que a própria liderança da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino evitava assumir posição clara nesse debate, abstendo-se de enfrentá-lo. Para essa colaboradora assídua da revista *Vida Capichaba*,

O divórcio, legal, como meta moralizadora e não capa de envergonhismo e o horror a responsabilidades da época, é um estadió da civilização e uma necessidade para o erro, ou incompreensão, de muitos conjuges. Julgo-o urgente, como uma válvula escapatória, para evitar a explosão de uma caldeira. Elle traria a liberdade, a elevação moral, e uma possível ventura para aquellos condemnados dos lares – lares que são arenas, onde duas feras se degladiam, sob o falso rotulo de casados, isto é, *unidos*...⁴¹⁹

No período em que formulou essa declaração, Guilly Furtado Bandeira já se encontrava casada, com dois filhos e residia na cidade do Rio de Janeiro, centro cosmopolita do Brasil do início do século XX. Seu trabalho como jornalista e escritora consumia quase duas décadas de sua vida e os anos de experiência como livre-pensadora havia lhe conferido absoluto despreendimento dos preceitos religiosos.⁴²⁰ Se o divórcio fosse caro aos seus valores, certamente não seria por conta de uma formação católica que não reconhecia a dissolução da

⁴¹⁸ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 100, 30 de setembro de 1927.

⁴¹⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 98, 30 de agosto de 1927.

⁴²⁰ Francisco Aurélio Ribeiro recolheu informações da vida de Guilly Furtado Bandeira que indicam que ela pertenceu à AMORC, “Antiga e Mística Ordem Rosa-Cruz”, “que tem como filosofia principal despertar todas as faculdades do homem, mostrando a relação entre as leis cósmicas e naturais” (RIBEIRO, 1998, p. 42). Ainda segundo esse autor, parece estar aí o fato de Guilly ter-se distanciado das principais escritoras da época, as quais, em 18 de julho de 1949, fundariam a Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Ao ser inaugurada essa instituição, alguns nomes da intelectualidade feminina capixaba foram excluídos do núcleo de patronas, dentre elas, Guilly, Haydée e Lydia Besouchet, sendo, anos mais tarde, reparado o equívoco. Certamente, a exclusão dessas figuras emblemáticas da literatura capixaba mantivera relação com suas filiações ideológicas. Ver RIBEIRO, 1998.

família, mas provavelmente estaria relacionado a princípios laicos, como ética e regras da boa convivência. Nisso, Guilly destoava frontalmente de suas colegas escritoras, que colaboravam na mesma época para a revista *Vida Capichaba*. A maioria delas, muito católicas, carregou pelo resto de seus dias a convicção e a virtude cristãs. Poucas, como Lydia Besouchet e a própria Guilly, escaparam de reproduzir em seus discursos o culto aos ensinamentos do cristianismo. Todas as outras mantiveram fortes vínculos com a filosofia católica, o que, de certa forma, as prendeu a um modelo feminino tradicional que convivia, em paralelo, com as suas personalidades de mulheres públicas e independentes.

Esse conflito habitou, especialmente, o percurso intelectual e político de Haydée Nicolussi. Menos de um ano após a publicação de suas respostas ao inquérito de 1927, começaram a ser percebidas sensíveis mudanças na temática e na cadência de seus discursos. Consoante análise de Ribeiro,⁴²¹ é por volta do ano de 1928 que a produção literária de Haydée começou a apresentar traços conflitantes entre as antigas crenças e as novas referências sociais e políticas com as quais havia travado conhecimento. A partir desse momento, identifica o pesquisador, a sua criação artística surpreende ao intercalar “a angústia existencial com as crises religiosas”. Assim, “a autora, já influenciada pelas leituras marxistas... vê seus valores pequeno-burgueses ameaçados”.⁴²² E, nos anos 1930, o que era apenas circunstancial, passa a impregnar toda a sua orientação ideológica. Ganha relevância em seus discursos uma fala menos condescendente e mais contestatória. Como explicita o artigo que publicou na revista *Vida Capichaba*, em fevereiro de 1931, intitulado *Nihilismo*, expressão que indica, de antemão, a presença de princípios que colocam à prova todas as suas antigas “verdades”, ou seja, todos os tipos de discursos que ela acolheu e fez funcionar como verdadeiros,⁴²³ dentre os quais aquele que repousava no discurso das esferas separadas de gênero e no papel passivo da mulher construído pelas narrativas masculinas hegemônicas. Nesse momento, Haydée abandonou a

⁴²¹ RIBEIRO, 2005.

⁴²² Idem. p. 48.

⁴²³ Para Foucault, o conceito de “verdade”, não existe fora do poder ou sem poder. “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Sendo assim, cada sociedade tem seu regime de verdade e tem, por consequência, seus “mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns dos outros”. No caso de Haydée, um conjunto de “verdades” se desmanchavam para dar lugar a outras “verdades” imediatas, que tinham a ver com sua “descoberta” do “quanto é grave a responsabilidade de um intelectual em face do seu povo e de sua época” (citado por RIBEIRO, 2005. p. 54). O fato de Haydée Nicolussi querer assumir um papel enquanto intelectual e não mais fazer “arte pela arte”, diz respeito à noção por muito tempo difundida de que o intelectual dito “de esquerda” tinha reconhecida sua posição enquanto dono de uma referida verdade e de uma justiça que a acompanhava. Segundo Foucault, o próprio intelectual passou a confundir a significação política de seu trabalho com uma posição histórica universal, que lhe conferia a perspectiva de que “ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos”. Para maiores discussões sobre o conceito de “verdade”, consultar FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

imagem da “rainha do lar” e adotou o ponto de vista da consciência de que a mulher vivia em estado de opressão, e não como uma criatura divina, que deveria viver apenas no ambiente puro da família. Para ela,

O problema mais completo do momento para a nossa geração em guerra com todas as gerações passadas, visa abertamente, sem mais disfarces, através de todos os ramos da arte e da ciência, amparar o instinto economista de cada ser no quadro transitório e absorvente da vida. / Mesmo a própria Mulher, escrava de todos os tempos, interdita ainda por mil e uma con... (eu ia dizer complexos) condições, já penetrou todo o amago da engrenagem, embora enlaçada no meio da corda que os homens puxam de cada lado, não saiba se libertar de sua própria tortura interior.⁴²⁴

Nota-se que alguma mudança ocorreu na ordem do seu discurso. Embora a mulher continuasse sendo “Mulher” no seu sentido genérico, como um grupo social homogêneo, como uma categoria primária, mas que acima de tudo era implicitamente associada à “mulher branca” de classe média, essa noção deixou de ser aceita como se fosse livre de conflitos de gênero, como se a mulher vivesse em pacífico sacerdócio no lar. Haydée começou a articular as suas ideias a constatação de “que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão”.⁴²⁵ Esse posicionamento crítico, por sua vez, esteve intimamente ligado ao ideário socialista que lhe foi apresentado com as leituras de Marx e Lênin,⁴²⁶ e é por onde começa a se formar o seu pensamento de esquerda. A partir de então, Haydée Nicolussi passou a questionar a sua vida pequeno-burguesa e todos os valores nela embutidos. Contudo, foi principalmente depois de 1932, quando já residia na cidade do Rio de Janeiro, que a escritora acentuou, de fato, a sua atividade intelectual engajada à esquerda.

Foi também nessa época que Haydée Nicolussi teve de lidar com as perseguições políticas que o Estado getulista empreendia contra todos os suspeitos de participar ativamente da célula do Partido Comunista ou de ser simpatizante da causa.⁴²⁷ Foi igualmente nesse ambiente de efervescência ideológica e revolucionária que Haydée adquiriu sua consciência política. Isso, de certa forma, a diferia, junto com Lydia Besouchet, das mulheres intelectuais capixabas que, na década de 1930, atuaram nos limites locais em defesa dos direitos políticos e civis femininos. A preocupação daquelas ultrapassou a luta pelo direito ao voto ou a defesa do

⁴²⁴ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 264, 21 de fevereiro de 1931.

⁴²⁵ PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH / Unicamp, n° 48, nov. 2002. p. 13.

⁴²⁶ RIBEIRO, 2005.

⁴²⁷ Idem.

chamado “sexo frágil”, de caráter liberal. O feminismo socialista de Haydée e de Lydia Besouchet, como assim o nomeou Soares,⁴²⁸ inquietava-se com a condição de inferioridade em que viviam as mulheres, mas o que realmente mobilizava a sua ação eram as questões relativas à exploração da sociedade de classes, que incluía, numa abordagem diferente da adotada pelas associações propriamente feministas, que não mantinham quaisquer ligações com partidos políticos, o questionamento sobre as relações de poder, que impediam as mulheres de transgredir os espaços sociais demarcados pela ideologia de gênero. Tal a característica central que modelou o feminismo avançado praticado pelas intelectuais Lydia Besouchet e Haydée Nicolussi, tanto no período em que residiram em Vitória, quanto depois, já vivendo no Rio de Janeiro.

Haydée, na verdade, pertenceu também ao feminismo difuso, outra vertente identificada nos discursos feministas das mulheres capixabas. Pode-se dizer que de 1924 a 1928, ela dialogou mais com esse feminismo de orientações múltiplas e dispersas do que com o feminismo de tendências socialistas, nos moldes do que era seguido por sua amiga Lydia Besouchet. Apesar de sua formação ter sido fortemente influenciada pela tradição católica, a postura sempre insubmissa de Haydée, somada ao seu talento e a sua natureza francamente aberta a renovações, tanto literárias quanto ideológicas, não permitem aproximá-la do grupo de feministas capixabas que trabalharam com a produção de um discurso moderado, que além da moral cristã, mantinha alianças com os preceitos positivistas, chegando a comungar, nos anos 1930, com a ideologia do Integralismo, um movimento ultraconservador, fundado por Plínio Salgado, que defendia a ligação do Estado com a família e a manutenção de princípios éticos, morais e religiosos na sociedade. Portanto, identificar a sua dupla presença, num primeiro momento, dentro da vertente difusa do feminismo, e no momento seguinte, período de sua fase mais politizada, como uma das expoentes do feminismo avançado, é uma prerrogativa autorizada, pode-se dizer assim, pela própria escritora, já que a própria considerava a sua personalidade “um tanto dispersiva e eclética, a pior forma mental de se surgir para enfrentar a vida”.⁴²⁹

Em contrapartida, as outras intelectuais que apresentaram um discurso amplo sobre o feminismo sem apresentar inclinações moderadas, tampouco comunistas, se enquadraram na categoria do feminismo difuso não pelas mesmas qualidades conflitivas de Haydée, que viveu

⁴²⁸ SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

⁴²⁹ Citado em RIBEIRO, 2005. p. 28.

uma verdadeira “encruzilhada ideológica entre os valores da infância... e os questionamentos da realidade”,⁴³⁰ mas porque concorreram individualmente para assumir uma posição dentro do discurso feminista, tal foi o caso de Guilly Furtado Bandeira e de Hersila Valverde. Não há registros de que a determinada altura de suas vidas tenham se filiado a algum grupo associativo de mulheres, nem que tenham ingressado como militantes das causas esquerdistas. Com isso, dificilmente poderiam ser encontradas particularidades fortes o suficiente para reuni-las, numa ponta, à Judith Leão Castello, à Maria Stella de Novaes e à Carolina Pickler, e na outra, à Haydée Nicolussi e à Lydia Besouchet. Não há vestígios em seus textos que as coloquem de par em par com as moderadas ou com as feministas de ideias avançadas. O que há, e em abundância em seus discursos, são fragmentos das principais tendências político-ideológicas, como o liberalismo, o positivismo, o catolicismo e o socialismo, que regeram as variáveis do pensamento feminista, no decorrer dos anos iniciais do século XX.

Outro aspecto que tornou o feminismo difuso em uma corrente de pensamento específica foram as questões abordadas por suas representantes, investidas de suas próprias prioridades quando o assunto era discutir o melhor caminho a ser adotado pelas feministas para a conquista da emancipação das mulheres. Guilly e Hersila Valverde transitaram por um campo muito mais vasto de problemáticas do que aquele explorado pelas outras vertentes do discurso feminista capixaba. Seus apontamentos penetraram por todos os temas comuns à discussão do programa de aspirações do feminismo, como o da educação, do trabalho e dos direitos políticos e civis das mulheres, mas foi além, introduzindo um debate que, naquela época – e até hoje –, despertava sérias polêmicas, como a que se referia ao feminicídio,⁴³¹ ou seja, ao assassinato de mulheres caracterizado pela violência de gênero. Essa perspicácia de ampliar os horizontes de debate sobre o feminismo, na revista *Vida Capixaba*, se deveu principalmente a Guilly Furtado Bandeira, que, no conteúdo de seus dois artigos *A Mulher e o Voto* e *Feminismo*, encontrou ocasião de se expandir, denunciando não só a sordidez dos assassinatos contra as mulheres, como também a prostituição e a exploração da mão-de-obra feminina.

⁴³⁰ RIBEIRO, 2005. p. 77.

⁴³¹ Só recentemente esse termo foi criado para denominar o tipo de violência de gênero que afeta especificamente as mulheres. O conceito visa caracterizar o tipo de violação contínua e sistemática dos seus direitos, e essa se baseia na legitimação de múltiplas formas de dominação e de poder masculinos. Sobre o tema, Nader esclarece: “o processo de historicidade de maltratos à mulher tem sido caracterizado por uma trajetória construída pela dominação masculina e pela dependência feminina. Trata-se de um cenário montado a partir da lógica do patriarcalismo, cuja exploração e exclusão feminina faz parte de uma história de contradições e desigualdades sociais, marcada pelo autoritarismo e violência familiar”. Para uma abordagem mais ampla, consultar NADER, Maria Beatriz. “A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas da denúncia”. In: Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM). Buenos Aires, 2009. v. 1. p. 1-14.

À primeira vista, a desenvoltura de Guilly ao tratar de temáticas tão delicadas e, ao mesmo tempo, tão espinhosas para a sociedade conservadora do início do século, pode levar a confundir seu discurso multifacetado com o discurso mais radical de feministas ligadas às doutrinas de esquerda, como é o caso de Maria Lacerda de Moura e de Ercília Nogueira Cobra, o que, de fato, seria um equívoco. Essas feministas, donas de uma individualidade tão ou mais aguçada do que a de Guilly, defendiam, além de tudo, a libertação sexual das mulheres, e eram a favor do fim absoluto da opressão de gênero, além de pregarem o amor livre e de questionarem a exigência da virgindade feminina, temas interditos e marginalizados para a época.⁴³² Guilly, de certa forma, mantinha um discurso apaziguador, no sentido de afirmar, assim como as feministas moderadas, a necessidade de cooperação entre os sexos, pois, como afirmou: “Não encaremos o homem como um inimigo, que é preciso esmagar; mas uma parte que se deve *integralizar* em benefício da colectividade humana; o companheiro que devemos entender e ajudar; o amigo que nos acompanhará nos torcicollos da vida”.⁴³³ Afora isso, prezava pela valorização da mulher como mulher, criticando a moda da masculinização dos gestos e dos trajés, “repetindo velhos estereótipos acerca da importância de serem respeitados os diferentes atributos dos homens e das mulheres, concepção presente na religião, atualizada e sofisticada pelos filósofos iluministas e utilizada pela ciência”.⁴³⁴ Com isso, trabalhou na fronteira entre um discurso reticente e um discurso de tendências mais avançadas. Assim como Hersila Valverde, que, no entanto, projetou um debate feminista centrado, especialmente, na revisão dos conceitos cristãos sobre a posição da mulher na sociedade e sobre os limites que cerceavam a luta sufragista.

⁴³² Durante os anos de atividade política e intelectual de Maria Lacerda de Moura, ela apresentou palestras, atuou no movimento do operariado, dialogou com a doutrina anarquista e com o socialismo, escreveu para a imprensa oficial e para a imprensa alternativa, organizou conferências e publicou uma série de livros, cada um com um título mais subversivo do que o outro. Suas preocupações filosóficas e políticas ganhavam nitidez à medida que suas obras alcançavam o público sempre restrito de leitores. Para se ter uma ideia da sua ousadia, segue o título de alguns de seus principais livros: *A mulher é uma degenerada?* (1924); *Religião do amor e da beleza* (1926) e *Amai e... não vos multipliqueis* (1932). Sobre a biografia de Maria Lacerda de Moura, ler LEITE, 1984. Ercília Nogueira Cobra, por sua vez, foi uma escritora paulista que, nos anos 1920, escreveu dois livros, igualmente impactantes, *Virgindade Anti-Hygienica* (1924) e *Virgindade Inutil, novella de uma revoltada* (1927), ambos escritos numa linguagem panfletária e irônica. Sua vida é cercada de mistérios e pouco se sabe da sua história, mas os registros de sua produção escrita revelam que ela se colocou ora na linha de frente do feminismo de seu tempo, sobretudo pelas críticas que fez ao papel tradicional da mulher, ora na linha de defesa pelo sufrágio, “sem contudo considerá-lo a panacéia para a emancipação da mulher”, mas a maior parte do tempo ela levou sua empreitada feminista sozinha, “sem ligação com nenhum dos grupos femininos ou feministas... movida apenas pela crença que através dos seus livros estaria contribuindo... para que a liberdade das mulheres chegasse o mais depressa possível”. Os inéditos da vida de Ercília Nogueira Cobra podem ser consultados em MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra”. In. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, ago. 1986. p.89-104.

⁴³³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

⁴³⁴ SOIHET, Rachel. “Formas de violência, relações de gênero e feminismo”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, 2002. p. 14.

No artigo publicado, na revista *Vida Capichaba*, em abril de 1928, intitulado *A Mulher e o Voto*, Guilly Furtado Bandeira cuidou de aprimorar e expandir o seu discurso feminista, o qual já havia começado a se delinear em 1925, por ocasião da sua participação entre os entrevistados do questionário “Página Confidencial”. O esclarecimento de sua posição política acerca do feminismo começou com uma referência ao “corajoso e afoito” Rio Grande do Norte, que, em 1927, havia agitado o cenário das lutas sufragistas com a concessão do “direito patriótico do voto” às mulheres. Certamente, tal adiantamento impressionou e animou Guilly, tanto que, para chamar a atenção para o seu artigo, deu preferência à popularidade do título do que às informações realmente contidas nele.⁴³⁵ O voto da mulher foi apenas um pretexto para que Guilly interviesse na cena dos debates feministas trazendo à baila questões mais urgentes e que a incomodavam mais do que às relativas aos direitos políticos das mulheres. Como se pode notar por meio desses fragmentos de seu escrito:

... indago dos homens conscientes e doutos de minha terra: Acaso a Nação é apanágio exclusivo do homem?... No evoluir progressista do século do rádio, um espírito verdadeiramente superior cogitará ainda da questão minúscula da sexualidade, quando não mais carecem de importância os *gêneros* e apenas se visa o indivíduo e suas aptidões?... A mulher, mais do que o homem, constitui o plinto das columnas desse templo, que é a *Família*: núcleo da sociedade... Pertence-lhe o filho nos primeiros anos. É a mãe que... ensina-lhe a primeira palavra; guia os primeiros passos; incute-lhe as primeiras idéias; forma-lhe o carácter, preparando o seu porvir. Se, porém, tal mulher, essa mãe, for atrasada e sem educação (phísica, moral, intellectual ou cívica) rotineira e eivada de preconceitos... que será dos filhos dessa mãe – homens de amanhã, cidadãos do futuro? Embora uma victoria empirica, o direito do voto feminino abre uma clareira de civilização entre nós, pois que de ha muito a mulher *elegia* sem suffragar nas urnas... *Intra-muros*, no lar, pela efficiencia do affecto... influencia no animo do *eleitor* e mui raro não era o seu preferido a chapa vencedora... Fez-se demorada a realidade deste sonho, que aspiravam espiritos feminis capazes de comprehender e aquilatar o valor moral da obtenção do voto feminino. Entretanto, ter-se-ia, assim, decapitado a cabeça integral dessa hydra terrivel: o *preconceito*?⁴³⁶

Nesse trecho, encontra-se o entrecruzamento de um conjunto de discursos políticos e ideológicos que demonstram a vastidão e o múltiplo direcionamento de suas considerações. Opera em sua fala tanto o discurso positivista republicano, de uma cidadania específica para a mulher, em que é atribuída uma função social à maternidade, uma cidadania a “ser exercida

⁴³⁵ Para se ter uma ideia, no mesmo ano e no ano seguinte, ao menos cinco artigos foram publicados com o título “A Mulher e o Voto”, sem contar os que chegaram ao público com título equivalente. No total, o assunto sobre o voto feminino rendeu doze ensaios críticos na revista *Vida Capichaba*. Para uma análise sobre esse conteúdo, se remeter às tabelas do capítulo II.

⁴³⁶ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

no recesso do lar, como mães dos futuros”⁴³⁷ cidadãos, quanto o discurso propriamente feminista de adesão, visando à inversão, desse mesmo discurso masculino da mulher como guardiã da moral das futuras gerações. A exemplo de outras feministas, suas contemporâneas, Guilly inverte o panegírico romântico da imagem da “mãe” para dedicar-lhe um fim prático, que é o de “transformar a maternidade, o traço mais significativo e simbólico da mulher naquela época, numa justificativa”⁴³⁸ para a desobstrução do acesso das mulheres à educação, à participação política, à igualdade legal de direitos e deveres, enfim, à cidadania plena. Além disso, exerce fascínio sob sua fala a ideia de que a mulher detém poderes difusos e periféricos, os quais são investidos principalmente no privado,⁴³⁹ no âmbito das relações interpessoais. E isso age em seu discurso como uma estratégia legitimadora, que visa mostrar a presença da mulher, a plenitude de seus papéis e de sua influência no domínio público independente dos homens as reconhecerem como cidadãs de direito. Todavia, é por meio do argumento de que as mulheres têm poderes, exercidos através de recursos refinados, que Guilly põe à prova a noção de que a conquista dos direitos políticos seria suficiente para colocar a mulher numa situação de indivíduo emancipado. Depois de apreciar as vantagens da obtenção do sufrágio, a autora questiona e responde:

Como ser eleitora, livre, a mulher, se o Código Civil se levanta ainda como um espantinho num arrozal? Que é a mulher, perante o Código, entre nós, nestes dias de super-civilização? Uma eterna tutelada. A solteira, antes da maioridade, equiparada aos menores não emancipados; a casada, quando supõe libertar-se do patrio-poder pelo casamento, na ilusão da liberdade, é a mais vil de todas as escravas... A mulher casada não tem responsabilidade individual: é irresponsável como as crianças e os loucos. É preciso libertar a mulher, antes de tudo, do jugo das leis. Como ha de voar se tem “asas nos hombros e grilhões nos pulsos?”⁴⁴⁰

A partir de então, Guilly começa a se esgueirar por questões enviesadas, que costumavam provocar arrepios nos mais conservadores e que indignavam, na mesma medida, as mulheres antifeministas. Começa a ficar claro, portanto, que o feminismo defendido por Guilly Furtado Bandeira não depositava na luta pelo voto a posição dianteira para a melhoria nas condições de vida das mulheres, como tantas outras perspectivas feministas o considerava – como era o caso da campanha nacional encabeçada por Bertha Lutz. Segundo era de sua opinião, de que adiantaria o direito de ir às urnas se a mulher continuava desprotegida legalmente?

⁴³⁷ SOIHET, 2002. p. 10.

⁴³⁸ SCOTT, 2002. p. 126.

⁴³⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴⁴⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

Além da necessidade de se libertar a mulher do jugo das leis, antes de lhe conferir o direito de votar, também era urgente instruí-la, para que ela pudesse melhor compreender e melhor usar dos direitos adquiridos. E já, na sequência, com idêntico tom crítico, Guilly questiona a reivindicação pelo ingresso ampliado da mulher no mercado de trabalho. Para ela, “o trabalho, infelizmente, na generalidade, é ainda um meio de exploração da fraqueza feminil... visado como a carta de alforria da mulher... é, muita vez, o portico da deshonra e um antro, onde a virtude periclita, a dignidade vacilla, o pudor se cresta, a mulher se prostitue”.⁴⁴¹

Essa imagem de um ambiente de trabalho corruptor e insalubre certamente não era, na sua concepção, o mesmo compartilhado pelas mulheres dos segmentos superiores da sociedade. O seu discurso sobre a exploração e a desvalorização do trabalho feminino, na verdade, visava atingir, especialmente, à problemática dos abusos morais e sexuais vividos pelas mulheres das camadas empobrecidas. Sua intenção era mais a de sensibilizar as mulheres de sua classe, que eram as que ocupavam os cargos de prestígio nas profissões liberais, a “defender as outras mulheres, incultas e faceis, ignorantes, infelizes e exploradas”, do que a de projetar uma crítica direta à reivindicação das feministas – que eram, em sua maioria, membros da elite – por postos de trabalho nos setores urbanos.⁴⁴²

Outra problemática que mereceu a atenção de Guilly foi desencadeada pela chamada “epidemia” de assassinatos de mulheres, que estavam diariamente nas páginas dos jornais. De acordo com Eva Blay,⁴⁴³ em seu estudo sobre homicídio de mulheres e direitos humanos, “ao longo das décadas de 1920 e 1930, cresceu a tendência a *absolver* os assassinos de mulheres”, em grande parte, porque “para todos os efeitos a vingança não seria crime; era desfecho consagrado pelos valores sociais que garantiam a subordinação da mulher”.⁴⁴⁴ Esses episódios foram sublinhados por Guilly como uma das faces dos problemas das mulheres que deveria ser combatida pelas “tutoras” do feminismo. Ela se dirige, notadamente, as feministas de sua terra, “nós outras, que não nos restringimos no fatídico triângulo, que limita o destino da mulher: *ociosidade, casamento, prostituição* – [nós que] perlustramos academias e faculdades, hobreando com o homem em misteres... por melhor compreendermos nossas

⁴⁴¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP, Ed. 34, 2008.

⁴⁴⁴ Idem. p. 36 e 38.

responsabilidades”,⁴⁴⁵ cuidemos de “nossas irmãs menores”, que “não sabe[m], não quer[em], ou não póde[m] ainda caminhar sozinha[s]”.⁴⁴⁶

Os “crimes de paixão” eram motivados, primordialmente, por denúncias de adultério. Muitos juristas aceitavam a alegação de “legítima defesa da honra” e absolviam esse crime brutal ajudando a perpetrá-lo e a justificá-lo como um ato de autêntica vingança “contra a insuportável emancipação da mulher”, que ousava “romper a singularidade da monogamia estúpida”, como assim o classifica Guilly, se referindo à dupla moral sexual, em que à mulher é destinada a fidelidade e ao homem a libertinagem.⁴⁴⁷ Para essa representante do feminismo difuso, a razão da mulher ser assim vitimada pelo alvitre do capricho masculino está em que, secularmente, ela fora tratada como “objecto de uso e abuso do sexo oposto”, como “propriedade privada, legal, convencional”, como “animal domestico que tem todos os deveres e nenhum direito”. Logo, para ela, os homens pressupõem que

Assim como um copinho de paraty está ao alcance do seu appetite e do seu tostão, em qualquer taberna, também a vida da mulher, presumivelmente sua ou alheia, esta ao alvitre do seu capricho, prazer e instintos perversos de proprietário... E a faca, o revolver, o pau, o mau trato, a fome, o veneno, as palavras que matam, os epithetos causticos como o vitriolo, todas as modalidades phisicas e moraes se prestam á revelação das táras ancestraes e lhe servem para assassinar a mulher que o traiu, o deshonrou, manchou-lhe o lar (que muita vez elle não respeita, não mantém, não exemplifica e até nem sabe, ás vezes, si existe)... Heroicamente, usa do direito de vida e de morte que lhe conferem a religião, os usos, os costumes e a tradição, sobre a desgraçada que aceitou seu auxilio, amparo, preferênciã e sacrificio... São mui raros ainda os espiritos cultos que estendem á mulher mão fraterna e amiga de companheiro na escalada da emancipação humana. Sabendo embora, a maioria não quer comprehender que homens ou mulheres são ambos animaes feitos do mesmo agregado de molleculas, cartilagens, sangue, ossos, vasos, visceras, nervos, sujeitos, portanto a eguaes necessidades e impulsos, instintos e aspirações semelhantes – individuos que se completam, funccionalmente, para a finalidade maxima da existencia humana: a conservação da especie.⁴⁴⁸

O tom de revolta que emprega nas linhas em que relata as tragédias “*intra e extra conjugaes*” dá a exata medida do quanto interferia em suas preocupações sobre a condição feminina à vulnerabilidade em que viviam as mulheres na sociedade, passíveis de todos os tipos de violência, seja física ou simbólica, imposta pelos “instintos criminosos do sexo forte”. Embora Guilly, entre as feministas capixabas, tenha sido a única, de 1924 a 1934, a abordar

⁴⁴⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

⁴⁴⁶ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 302, 22 de novembro de 1931.

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 302, 22 de novembro de 1931.

em seus artigos o tema da violência de gênero, esse não era um assunto ausente do conjunto de questões que cercavam o feminismo. Eva Blay se refere a uma campanha contra os crimes passionais, patrocinada pela *Revista Feminina* – uma das revistas de maior circulação no Brasil do início do século XX, dedicada às mulheres, ligada estreitamente ao feminismo católico – que pretendeu tornar pública e disseminar a indignação frente às dilacerações porque passavam as mulheres, vítimas da “torpetude” e do sadismo dos homens.⁴⁴⁹

A leitura que se faz dos textos de Guilly Furtado Bandeira a respeito do feminismo sugere que, para ela, o feminismo já tinha triunfado para as mulheres de sua classe social e, por isso, os problemas que aborda com mais entusiasmo são aqueles que afetam as mulheres pobres, que acredita, não têm voz e não podem falar por si próprias. As interlocutoras de seu discurso são, portanto, “às grandes damas de meu paiz”, às entusiastas do “movimento feminista em minha terra”. Nos dois artigos analisados, a autora toma a iniciativa de direcionar seu protesto, afirmando que é para “as feministas de acção decidida às pioneiras do advento da mulher entre nós... para elas dirijo este apelo”, com o propósito de dividir “as imensas responsabilidades que me cabem, vivendo á sombra da minha existencia multiplice e dinamica”.⁴⁵⁰ Contudo, apesar de viver às voltas com a “questão social” e de demonstrar um forte compromisso com os temas que ocupavam, especialmente, as feministas de tendências ideológicas mais radicais, como as anarquistas e as socialistas, o feminismo de Guilly Furtado Bandeira adotava, acima de qualquer declaração mais polêmica ou inconformada, uma posição antes conciliadora do que ultrajante para os padrões conservadores de sua época. Afinal, depois de todas as demonstrações de ser possuidora de um senso aguçado da realidade que oprimia as mulheres e de reivindicar a igualdade entre os sexos, Guilly defende um projeto de feminismo que

deve, antes de tudo, não transformar as creaturinhas deliciosas e frageis, que são as mulheres no ephebismo insexual do momento, em caricaturas masculinas; mas fazer dellas entes conscientes e são, superiores e livres, sempre mulher e desejal-as “criaturas de intelligencia e de razão, educadas util e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependencia, sempre amarfanhante para a dignidade humana”.⁴⁵¹

Na verdade, segundo Scott, a insistência das feministas no enfoque da igualdade ou da diferença sexual entre homens e mulheres não foi, necessariamente, uma questão baseada em escolhas, e sim fruto das próprias contradições que faziam funcionar os discursos ideológicos

⁴⁴⁹ BLAY, 2008.

⁴⁵⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 302, 22 de novembro de 1931.

⁴⁵¹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 119, 5 de abril de 1928.

do feminismo. O fato de Guilly investir, ao mesmo tempo, na manutenção dos estereótipos da feminilidade e na irrelevância da diferença biológica no campo político e social, de acordo com Scott,⁴⁵² não se “trata do que retoricamente se entenda como a reunião de palavras cujo senso se contradiga”,⁴⁵³ e sim de paradoxos que não são totalmente estratégias de oposição, “mas elementos constitutivos do próprio feminismo”. Dessa forma, pode-se concluir que as ambiguidades não eram exclusividade do discurso aprisionado no tipo de feminismo difuso ou no tipo de feminismo moderado, as feministas que detinham opiniões mais avançadas também emitiam julgamentos discordantes, sinalizadoras dos paradoxos que permearam o feminismo por toda a sua longa história.

Nesse caso, Lydia Besouchet, como uma das representantes do feminismo avançado, no Espírito Santo, também fez uso da categoria “mulher” e “mulheres”, como um conceito essencialista de identidade, para alcançar o estágio de solidariedade almejado como requisito para a superação dos efeitos opressores do discurso da desigualdade de gênero. Ainda que essa visão totalizante não tenha sido forjada intencionalmente, ela opera no discurso feminista de Lydia Besouchet como um fator de cobrança, que critica a desmobilização das mulheres face à sua condição de “propriedade do homem”. Entretanto, se Guilly lança mão desse argumento para produzir um discurso sobre a necessidade de a mulher emancipada tutelar as mulheres desamparadas das camadas populares, Lydia direciona suas críticas exatamente para essas supostas mulheres “emancipadas”, instruídas e financeiramente independentes que, no fundo, ignoram as lutas feministas e são indiferentes às suas conquistas. Essa particularidade no discurso de Lydia Besouchet revela, de certa forma, as bases da sua orientação político-ideológica e a influência da sua formação intelectual para o modo como julgou as principais tendências do feminismo nacional e para o modo como formulou um ideal feminista próprio, entrelaçado à sua militância na esquerda.

Embora na época em que escreveu o artigo *Feminismo*, publicado na edição da revista *Vida Capichaba*, de 15 de março de 1932, Lydia não tivesse assumido oficialmente o seu compromisso partidário com os membros do Partido Comunista, algo que só aconteceu em 1935, quando se filiou à Aliança Nacional Libertadora – uma organização liderada pelos militantes comunistas, que pretendia fazer resistência ao avanço dos preceitos fascistas, no Brasil –, é possível identificar em sua escrita uma inquietude que tem por base a doutrina marxista/socialista. Isso está inscrito na forma como Lydia associou a luta das mulheres à luta

⁴⁵² SCOTT, 2002.

⁴⁵³ Idem. p. 29.

de classes, ou seja, à luta pela transformação social que perpassava não só o plano econômico, mas também o plano cultural e que visava questionar e modificar, dentre outras coisas, à maneira como os valores da sociedade estavam estruturados, inclusive aqueles que atingiam diretamente às mulheres, imputando-lhes restrições e condenando-lhes a viver dóceis e conformadamente no ambiente doméstico.

O reclame que dirigiu às mulheres de elite, ao contrário do apelo de Guilly Furtado Bandeira, foi no sentido de repreender a postura egoísta e politicamente caduca que esse grupo assumiu após o desfecho favorável à inclusão dos direitos políticos femininos na legislação eleitoral de 1932. Segundo analisa, uma vez passada a fase áurea da luta pelo voto, no momento em que ainda mal tinham sido recolhidas as bandeiras do sufrágio feminino, essas mulheres, mais que apressadamente, “voltaram domesticamente aos figurinos, aos quitutes e á caça de maridos”,⁴⁵⁴ ou seja, à posição conferida a elas pelo contrato patriarcal. Neste ponto, tanto perturba o seu senso crítico a ausência de uma consciência política permanente entre “as mulheres mais cultas”, quanto o fato delas se deixarem absorver pela imagem subserviente de “anjos do lar” e boas mães de família. Logo, também interfere em seu discurso a noção de que é necessário às mulheres adquirirem uma consciência de gênero, como se percebe no trecho seguinte:

Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquella que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a “preza” que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor. Ora, decorre disto que a mulher no Brasil não póde pensar sequer na possibilidade de se unir ás do seu sexo; vive ao contrario, inconscientemente, alliada ao homem contra as companheiras de sua grande tragedia biologica. Faz, sempre que póde, combate ás iniciativas femininas e com as peiores armas – perfidia e ridiculo – destróe tudo que suas irmãs procuram conseguir em seu favor.⁴⁵⁵

Lydia, no entanto, apesar de demonstrar dúvidas quanto à conveniência da concessão do voto à mulher brasileira que, “depois de ganhar graciosamente aquillo que custa ás suas companheiras dos outros paizes annos de lucta contínua, está sem saber o que faça de tão lindo brinquedo”,⁴⁵⁶ defende veementemente a participação das mulheres na política, por isso mesmo condena as discípulas do lar que se satisfazem a viver numa rotina estritamente doméstica, cultivando a mentalidade que recusa a superação do seu papel biológico. Ela acusa, principalmente, as “doutoras, médicas, advogadas, litteratas, pintoras, musicistas,

⁴⁵⁴ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 312, 15 de março de 1932.

⁴⁵⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 312, 15 de março de 1932.

⁴⁵⁶ Idem.

professoras, jornalistas, enfim, toda a pleiade feminina, que de qualquer modo exerce uma profissão que lhe dá uma relativa independência econômica”,⁴⁵⁷ de contribuírem para o enfraquecimento da recém-conquistada identidade política das mulheres. Ela não compreende como essas mulheres, que já exerciam uma atividade pública e que já haviam ultrapassado uma série de fronteiras de gênero para se estabelecer em carreiras onde poucas do sexo feminino eram aceitas, comungavam da opinião caricaturada e antifeminista de que “a mulher nunca será capaz de votar por si mesma... [de] que a mulher está impossibilitada de se imiscuir nas questões impuras de política”.⁴⁵⁸

Nota-se que os temas que se referem à falta de consciência política e à falta de consciência de gênero eram extremamente caros para Lydia Besouchet devido, certamente, a sua formação ideológica de cunho marxista. Desde muito cedo, ela conviveu com o ideário socialista dentro de sua própria casa, por meio de leituras, discussões e reuniões promovidas por seus irmãos Marino, Alberto e Augusto, que, já em princípios da década de 1920, vinham intensificando a sua atividade política de esquerda, no Espírito Santo. Lydia, nessa época, se comparada as outras intelectuais que escreviam para a revista *Vida Capixaba*, já apresentava diferenças na entonação revolucionária de seus discursos. Para se ter uma ideia, em janeiro de 1932, de acordo com Soares, Lydia concorreu a uma cadeira na Escola Normal Pedro II, com a tese “Pedagogia Social: educação no futuro. Comunas infantis”, trabalho escrito “numa assimilação juvenil de autores marxistas, socialistas e progressistas”.⁴⁵⁹ Não por menos, suas sugestões humanistas e populares para a renovação da instrução pública infantil escandalizou algumas mentalidades menos afeitas a mudanças substanciais na educação, como parece ter sido o caso de Maria Stella de Novaes, uma das representantes do feminismo moderado capixaba. Ainda segundo Soares, “a então jovem professora Maria Stella de Novaes fez várias anotações à margem do trabalho, [numa delas] não se conteve e exclamou: *Santo Deus. É naturalmente adepta do nudismo*”, se referindo a ideia de Lydia Besouchet acerca da organização da pedagogia social com base “numa sociedade renovada e estabelecida com a mesma base das sociedades primitivas (ou seja, comunitárias)”.⁴⁶⁰

Como se pode observar, os preceitos do comunismo penetraram nas mais diferentes instâncias do pensamento de Lydia Besouchet, agindo tanto em seu discurso pedagógico quanto em seu discurso de caráter feminista. Contudo, para os limites do Espírito Santo, suas ideias eram

⁴⁵⁷ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 312, 15 de março de 1932.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ SOARES, 1998. p. 77

⁴⁶⁰ Idem. p. 78.

muito avançadas. Não demorou para que Lydia, assim como Haydée Nicolussi, transferisse residência para o Rio de Janeiro, lá vivendo a fermentação e as agruras do movimento comunista. Por pouco não foi presa e sua liberdade se deveu a “mil disfarces e esconderijos”.⁴⁶¹ No entanto, amigos e familiares de Lydia foram perseguidos e encarcerados nos porões da repressão varguista, dentre esses Haydée que, por quase cinco meses, ficou retida na Casa de Detenção da rua Frei Caneca, acusada de estar envolvida em propaganda subversiva. Apesar de ter escapado à prisão, Lydia Besouchet e seu marido, Newton Freitas, viveram no exílio de 1937 até mais ou menos o final dos anos de 1940.⁴⁶² Do refúgio no exterior há registros de sua passagem pelo Uruguai e pela Argentina, onde ficou por 10 anos. Segundo dados biográficos, sua temporada em Buenos Aires foi extremamente produtiva, tanto que, em 1947, na própria revista *Vida Capichaba*, ela foi apresentada como uma escritora que se fez no estrangeiro. A crônica, extraída do suplemento literário do jornal carioca *A Manhã*, afirma que

Lidia Besouchet, conhecidíssima na Argentina, onde se encontram, em todas as livrarias suas obras, continúa a ser uma escritora desconhecida no Brasil. Esperamos, porém que agora, quando se anuncia a publicação do romance “Condição de Mulher”, e outros dos seus principais livros em nosso idioma, possa a autora conseguir no seu país a vulgarização que tanto merece.⁴⁶³

As obras mencionadas no texto acima somavam cerca de dez títulos, dentre esses, *Mauá y su época* (1940) e *El Visconde de Rio Branco* (1942), livros que seguiam, geralmente, o gênero histórico-biográfico. *Condição de Mulher*, que foi concluído em Montevideu, em 1939, e publicado em Buenos Aires, em 1945, foi o romance inaugural de Lydia Besouchet. E sua estreia na literatura de ficção não poderia ter sido mais emblemática, pois, afinal, a temática central de seu romance era dirigida por uma postura ideológica muito bem definida, que entrelaçava os aspectos sociais da vida urbana, a luta pela sobrevivência e todos os conflitos presentes nos conhecidos “romances proletários” com a crítica aos papéis tradicionais impostos às mulheres na sociedade.⁴⁶⁴

Essa escrita de militância, aliada a sua própria postura política, foi o que colocou Lydia Besouchet entre o grupo de mulheres que aprimorou sua consciência feminista por meio do engajamento na ação revolucionária. Por consequência, o feminismo proferido tanto por

⁴⁶¹ SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008. p. 19.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, 30 de maio de 1947.

⁴⁶⁴ SOUZA NETTO, 2008.

Lydia Besouchet quanto por Haydée Nicolussi, é o feminismo que começa a se insinuar nos anos 1930, o qual passa a intervir por meio da ação política direta, que valoriza a filiação das mulheres nos partidos de esquerda e a sua participação em associações e organizações de combate ao sistema opressor. Por isso, a luta pelo direito ao voto, bem como os discursos de caráter liberal, que defendiam os chamados direitos do “sexo frágil”, não estão entre as prioridades das feministas de pensamento avançado, que pensam na emancipação feminina como um passo decisivo no processo de inclusão das mulheres como sujeitos que detém o poder de interferir na história.⁴⁶⁵ Aqui, o fator “organização” tem papel fundamental, como no próprio discurso de Lydia Besouchet que, em dois momentos explicita essa sua crença na necessidade de organização das mulheres. No texto *Feminismo*, ela reclama sobre a desunião feminina, apontando a falha na consciência das mulheres que não conseguem agregar forças para questionar e suplantar a sua “tragedia biológica”. Já em *Condição de Mulher*, ela transforma essa deficiência em imagem literária. Em seu texto, a criação de uma organização em defesa das mulheres se realiza, uma organização não só de mulheres da elite e nem unicamente de trabalhadoras operárias, mas sim uma organização ampla, que pretendia abrigar em suas bases a totalidade dos interesses femininos.

Embora Lydia tenha cultivado essa ideia, nem ela nem Haydée Nicolussi chegaram a se associar a organizações feministas. Na verdade, Haydée sequer se filiou ao Partido Comunista ou à Aliança Nacional Libertadora. Nisso, elas se diferiram sobremaneira das feministas moderadas que, na primeira oportunidade, fundaram, no Espírito Santo, uma filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Nessa época, em 1933, Lydia e Haydée estavam fora do Estado, por isso, para o caso específico do não envolvimento delas na direção da Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino (FESPF), tem-se o alibi do impedimento que a distância geográfica impunha. Porém, não se pode deixar de comentar o fato de que o grupo que formou a FESPF tinha pouca afinidade com as jovens revolucionárias, isso talvez fosse motivo suficiente para impedir, de toda maneira, a colaboração dessas duas intelectuais nas atividades de tal organização.

Afora isso, a entrada de algumas mulheres capixabas no movimento feminista organizado, em 1933, rendeu ao grupo de adeptas do feminismo “Ideal e Sadio” uma posição dianteira em comparação aos outros investimentos discursivos feministas encontrados em circulação na revista *Vida Capichaba*, durante os anos de 1920 e meados de 1930. Foi por conta dessa

⁴⁶⁵ Sobre o assunto, ver VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, 2002, p. 28-29.

filiação, promovida no último suspiro da luta sufragista, ou melhor, no momento decisivo dessa luta, que a liderança feminista capixaba conseguiu abrir caminho na política local e conseguiu, na mesma medida, alcançar o reconhecimento que as outras feministas, como literatas e como intelectuais, demorariam algumas décadas a mais para conquistar.

Feminismo “Ideal e Sadio”

Um dos motivos que pode ser apontado para explicar o porquê, dentro do grupo da intelectualidade feminina capixaba, algumas representantes alcançaram maior destaque na política e nas artes do que outras, as quais se sentiram impelidas a prolongar suas atividades intelectuais e políticas para fora do Estado, está relacionado ao modo como a sociedade espírito-santense esteve estruturada no período da primeira fase republicana. As reformas urbanísticas realizadas na fisionomia da capital do Espírito Santo e todo o esforço dos jovens intelectuais capixabas em incutir na mentalidade local o ideário moderno, não foram suficientes para que Vitória deixasse de ser uma cidade povoada por uma elite de tradições oligárquicas dirigida primordialmente pela moral cristã.⁴⁶⁶

Durante um período considerável da história da capital espírito-santense, prevaleceu uma concepção rigidamente modelada pela Igreja católica, a qual conduziu toda a regra de organização da sociedade por meio da transmissão dos valores pela educação familiar e pela educação nas instituições de ensino. Sabe-se, no entanto, que a intensidade com que a moral católica interferiu nos costumes e na vida da população de Vitória afetou de maneira aguda as regras de conduta que deveriam ser seguidas pelas mulheres, e isso determinou, dentre outras coisas, a afirmação constante do ideal da domesticidade feminina, que era transmitida de geração a geração. E foi essa mesma moral que exerceu influência definitiva no tipo de feminismo que viria a triunfar entre as espírito-santenses, que foi aquele que não questionou

⁴⁶⁶ Para uma noção mais aproximada do quanto a religiosidade católica interferiu nos usos e costumes da sociedade capixaba ler as memórias do jornalista, médico e diretor do jornal *Diário da Manhã* Areobaldo Lellis. O interessante a ser notado em sua narrativa é especificamente o modo como o escritor repassa grande parte das suas memórias de infância e juventude tendo como parâmetro as festividades, os conflitos, as fundações religiosas, as devoções e as solenidades católicas, demonstrando o quanto a dinâmica da vida na capital era regida diretamente, até pelo menos meados do século XX, pelos acontecimentos e pelos dogmas do catolicismo. Sobre o tema, consultar HORTA, Areobaldo Lellis. *A Vitória do meu tempo*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

os estereótipos tradicionais de gênero e que trabalhou nos limites do que era tolerável para a sociedade de sua época.

O feminismo “bem comportado” entre as mulheres do Espírito Santo, embora tenha se manifestado desde antes da inauguração da revista *Vida Capichaba* – órgão da imprensa que se tornaria um dos principais veículos de propagação das ideias feministas, no Estado –, só começou a assumir contornos mais claros após a publicação do artigo de Carolina Pickler, na edição de 30 de agosto de 1928, intitulado *Feminismo Ideal e Sadio*. Até esse marco de instauração de um discurso moderado, que passaria então a ser promovido por algumas das intelectuais capixabas no respectivo periódico, apenas referências isoladas sobre o feminismo puderam ser encontradas nos 137 números anteriores, como as respostas das enquetes e o artigo *A Mulher e o Voto*, de Guilly Furtado Bandeira. Com exceção desses apontamentos, um número considerável de comentários contrários ao feminismo antecederam a articulação mais engajada dos discursos feministas na revista *Vida Capichaba*, comentários que, em determinados momentos, foram compartilhados por algumas das mulheres que se tornaram, em fins dos anos 1920, expoentes do feminismo, no Espírito Santo.

Um dos casos que melhor ilustra essa transição de atitude e de opinião de algumas intelectuais com relação ao feminismo e à questão dos direitos políticos das mulheres pertence à trajetória intelectual de Judith Leão Castello (1898-1982), que foi acompanhada, particularmente, por meio da sua colaboração na revista *Vida Capichaba*. Conforme sua produção nesse periódico indica, Judith foi uma das últimas intelectuais, das que aqui são analisadas, a aderir às ideias concernentes ao pensamento feminista da época. Sua resistência tinha seus próprios fundamentos. Foi preciso um longo processo de reflexão e de maturação para que Judith conseguisse equilibrar suas crenças religiosas, fortemente estabelecidas na fé católica, com as inovações que o feminismo propunha implantar na vida das mulheres. Já com 29 anos e há, pelo menos, dez vividos no magistério, como professora do Ginásio São Vicente de Paulo, em Vitória, Judith Leão Castello ainda estava longe de emitir opiniões como as que passaria a fazer parte de seu repertório pós-1930.

A prova disso encontra-se nas respostas que dirigiu ao questionário, de 1927, da revista *Vida Capichaba*. O modo pouco simpático com que julgou os direitos políticos femininos mostra que seu envolvimento a favor da campanha sufragista, nesse período, era completamente nulo. E mostra, além de tudo, que nem as notícias mais recentes que circulavam na imprensa a respeito da conquista do voto pelas mulheres rio-grandenses foram eficientes para lhe causar

comoção, ajudando a amortecer a dureza de seus argumentos, diametralmente contrários ao uso de tal direito pelas mulheres. Como se pode notar na solidez lacônica de sua resposta:

[A política?] Não a defino, porque não a compreendo; parece-me, contudo, um sacco de gatos. Não gosto nem de ouvir falar na palavra *política*: Os chamados *direitos políticos* da mulher são simplesmente ridículos.⁴⁶⁷

O que surpreende, no entanto, é a ausência de um momento de transição, presente, talvez, nos textos que publicou na revista *Vida Capichaba*, momento que auxiliasse na busca por explicações razoáveis para a mudança operada em seu discurso, três ou quatro anos depois dessa primeira fala. Mudança que afetou não só o seu discurso, na imprensa, como também o seu próprio posicionamento de abstenção frente à política, que, segundo fez questão de pontuar na resposta acima, de modo algum lhe interessava. O fato é que, em 1931, Judith era uma das defensoras mais ardorosas dos direitos políticos das mulheres, ainda que seu ativismo tenha sido ponderado por uma fala demasiadamente comedida, avaliada ponto a ponto pelo cuidado de não afrontar as bases morais, nas quais a sociedade em que vivia se sustentava.

Mesmo em sua biografia é difícil identificar acontecimentos que pudessem interferir na maneira de Judith encarar as questões relativas ao feminismo. No entanto, é bem provável que a mudança de regime político, com o fim do pacto oligárquico e a ascensão de uma nova ordem dirigente no país, na década de 1930, tenha provocado algum efeito na sua relação com a política. Nascida numa família tradicional e poderosa do município da Serra – cidade que hoje comporta a região metropolitana de Vitória – Judith Leão Castello, filha da elite oligárquica local, viu diminuir a influência do poder político de seus familiares com a instauração da Interventoria, no Estado. Os conflitos entre alguns de seus familiares e o chefe interventor do Espírito Santo, João Punaro Bley, foi talvez a motivação inesperada que fez Judith assumir um posicionamento político mais claro do que aquele a que se dispôs adotar, na segunda metade dos anos de 1920. Contudo, se essa pode ser uma explicação plausível para o fato de Judith Leão Castello não ter mais se esquivado a proferir publicamente as suas desavenças partidárias, não explica, por outro lado, como isso teria afetado a sua opinião sobre o feminismo ou sobre a luta pelo sufrágio feminino? Sem respostas, a questão se abre a especulações.

O seu feminismo súbito, de qualquer forma, não deve ser interpretado como uma questão de modismo, afinal, a biografia de Judith não esconde o quanto suas iniciativas estiveram

⁴⁶⁷ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 102, 30 de outubro de 1927.

vinculadas às aspirações das feministas, ou seja, ao anseio de que as mulheres deveriam se tornar entes úteis e produtivos para a sociedade.⁴⁶⁸ Nesse ponto, Judith ascendeu da prática à teoria, pois, foi por meio de sua participação no espaço público, como professora e como literata, que Judith se encarregou de conscientizar as mulheres de seu quinhão natal a assumirem com valor seu papel na sociedade, ao passo que requisitou seu lugar como feminista e, finalmente, como representante eleita da mulher na política capixaba.

Por mais intrigante que tenha sido a transição de Judith de uma postura apolítica para outra perfeitamente adequada à ocupação dos assuntos públicos, ela correspondeu, em certa medida, ao avanço do feminismo, no Espírito Santo. Se, em 1927 – ano em que a professora declarou serem dispensáveis os direitos políticos femininos –, as consequências desse movimento pareciam estar a léguas de distância de influenciarem as escolhas das mulheres capixabas. No ano de 1929, essa impressão certamente já havia se desvanecido, uma vez que o sufrágio feminino, assim como o movimento feminista, não eram mais assuntos meramente hipotéticos entre os espírito-santenses, posto que a sua possibilidade de realização encarnou no alistamento da primeira eleitora capixaba, na comarca de Alegre, no sul do Estado. A proeza se deveu a sra. Emiliana Emery que, segundo nota publicada na revista *Vida Capichaba*, exercia admirável atividade no comércio e na política de sua cidade, cabendo-lhe, portanto, a “honra do advento feminista em nosso Estado”.⁴⁶⁹ O episódio, provavelmente, gerou comentários de toda ordem. Todavia, o único comentário em mãos aplaude a iniciativa da conterrânea, desejando que “suas patrícias, ainda aferradas a preconceitos carranças”, possam seguir o exemplo de civismo dessa audaciosa eleitora.⁴⁷⁰

Quem pode duvidar que a proximidade de tão significativo acontecimento político não tenha, no fundo, despertado em Judith Leão Castello uma consciência patriótica que a fez revisar a relevância dos direitos políticos das mulheres, o qual deveria ter menos a ver com anseios de liberdade do que com espírito de sacrifício? Na verdade, a retórica do patriotismo era usada por parte considerável das feministas, principalmente por aquelas ligadas à FBPF, que assumiam um discurso ufanista para justificar a presença da mulher na política e em outras áreas notórias de atuação, visando, com isso, sensibilizar os homens públicos face às demandas feministas. Cingida, talvez, pela certeza de que as mulheres lutavam pelo voto, não com o objetivo de alcançar a emancipação plena, mas, pelo contrário, pretendendo cooperar

⁴⁶⁸ RIBEIRO, Judith Leão Castello. *Presença*. Vitória, 1980.

⁴⁶⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 185, 25 de julho de 1929.

⁴⁷⁰ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 185, 25 de julho de 1929.

com os homens na defesa da nação, Judith passou a se sentir mais à vontade para projetar a sua própria noção do que era e de como deveria ser praticado o feminismo entre as mulheres capixabas. Ao menos é o que sugere o seu artigo *A Mulher e o Voto*, publicado em 1931:

Si o homem ao lado dos seus direitos politicos tem os seus deveres civicos... também á mulher que prega a sua causa, pugnando pelos direitos politicos, deve por um principio de equidade lembrar-se de alguns deveres para si... é preciso que... prestemos tambem serviços obrigatorios á Patria... podemos ser recrutadas aos hospitais, casas de assistencia medica, para a manufaturação de objetos e roupas necessarias aos nossos soldados... Sacrifiquemo-nos dando obrigatoriamente um trabalho cujo produto de sua renda reverta em beneficio dos que precisam... O homem reage contra essas idéas de liberdade feminina, é claro. Isso abate-lhe o orgulho de origem a que se chamou – Adão... Eis aí, de onde vem a sua superioridade, apareceu primeiro; mas isso vem em nosso favor, o homem estava pouco satisfeito e por isso deu-lhe Deus uma companheira. Ora, *companheira* não é *escrava*, é uma pessoa nivelada á outra. Quizeram provar a nossa inferioridade pelo volume cerebral e Bischoff fisiologista alemão, proclamador da deficiencia mental da mulher... baseou-se nessa desigualdade fisiológica... Provou ele que: nos homens o peso medio é de: 1.350 gramas e nas mulheres 1.250. Bischoff, segundo a lei geral, morre um dia; lembram-se de pesar a sua cabeça de sabio. Agradavel surpresa para as mulheres; a cabecinha pesava somente 1.245 gramas. Um sabio tinha a cabeça menos que o peso medio do craneo de uma mulher!⁴⁷¹

De tudo que se pode extrair da sua reflexão, fica, no entanto, a ideia de que a professora não abandonou totalmente o seu ideário conservador, dentro do qual ela buscou harmonizar as tendências inovadoras do feminismo com a retórica secular do catolicismo, associado ainda à doutrina moralista do positivismo. O resultado foi a produção de um discurso moderado que complementaria as características daquela vertente que se convencionou chamar de feminismo “Ideal e Sadio”, um feminismo que “queria a mulher sensível, feminina, com direito ao voto, amando o lar e companheira do homem, mas andando de par e não atrás”.⁴⁷² E é aí que se ergue o paradoxo do discurso de Judith, que é o que, na verdade, o sustenta e o faz funcionar. Ao mesmo tempo em que ela adotou como certa a superioridade dos homens com base na mitologia cristã, ela controverteu essa “verdade” usando o discurso oposto, ou seja, o discurso científico, empregado para combater a noção bastante difundida de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens. E se não se pode provar da incapacidade mental das mulheres por meio do tamanho do cérebro, como era o propósito de muitos cientistas evolucionistas daquela época, não se pode, em contrapartida, impedir que as mulheres se eduquem em igualdade de condições, nem que compartilhem com os homens os espaços das

⁴⁷¹ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 301, 15 de novembro de 1931.

⁴⁷² SOARES, 1998. p. 77.

repartições públicas, do comércio e das profissões liberais. E o bom feminismo para Judith consistia exatamente nisso, ou seja

... em cumprirmos bem os nossos deveres, sem nos apoiarmos nos homens. Não queiramos nas repartições publicas, no comercio, o seu auxilio no trabalho que nos foi confiado; esse apoio é aviltante, nasce do orgulho dos homens, que querem fazer da mulher sua tutelada. O bom feminismo não impede que amemos o nosso lar mais do que a rua, que tenhamos o gosto estetico nas minimas cousas que nos cercam. Não faz da mulher um tipo esquisito no vestir, no falar, no andar. Consiste em sermos a companheira do homem na vida, em nivel igual.⁴⁷³

A noção de complementaridade para justificar a igualdade política entre os sexos e a ideia de que a reivindicação de direitos pelas mulheres deveria passar, antes de tudo, pelo cumprimento dos seus deveres, presentes no discurso de Judith Leão Castello, são as mesmas noções que prevalecem nos discursos das líderes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segundo Soihet,⁴⁷⁴ Bertha Lutz, ao expor os motivos acerca da importância do voto feminino, elegeu, dentre eles, o argumento de que o exercício do sufrágio deveria ser considerado pelas futuras eleitoras “mais um dever para com a Nação do que um direito, devendo tanto as mulheres como os homens cumprir livremente essa obrigação”.⁴⁷⁵ Ainda de acordo com Soihet, essa era uma arguta peça política forjada por Bertha Lutz para se esquivar dos ataques num meio completamente hostil aos anseios de emancipação das mulheres. É provável que esse caráter moderado do discurso das feministas organizadas tenha atraído, afinal de contas, a atenção de Judith, que não o aceitou sem ressignificá-lo conforme os limites da sociedade em que vivia e conforme a sua formação cultural e intelectual.

Uma das principais particularidades do discurso de Judith Leão Castello, em comparação à linha de ação e de debate levada adiante pela FBPF, está na dificuldade da intelectual capixaba em separar o seu discurso feminista do discurso religioso. De acordo com que explicita Soihet, embora Bertha Lutz tenha buscado manter uma relação diplomática com a Igreja Católica, evitando confrontos, ela não defendeu sua ideologia feminista com base em princípios cristãos. Na verdade, a filosofia liberal era a corrente mestra de pensamento que regia as suas expectativas de reforma. Contudo, a líder da Federação sabia que era preciso construir a sua tática de “intromissão” política com muita cautela para não ferir a crença de

⁴⁷³ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 301, 15 de novembro de 1931.

⁴⁷⁴ SOIHET, 2006.

⁴⁷⁵ Idem. p. 105.

grande parte de suas associadas (católicas praticantes) evitando, com isso, dispersar o apoio que recebia de mulheres, de várias partes do Brasil, em defesa das causas feministas.⁴⁷⁶

Essa estratégia de persuasão talvez tenha funcionado com Judith, afinal, em 1933, uma filial da Federação pelo Progresso Feminino, no Espírito Santo, foi fundada por ela e outras quatro intelectuais capixabas, bastante conhecidas no meio social vitoriense: Maria Stella de Novaes, Silvia Meireles da Silva Santos, Indá Soares e Julia Lacourt Pena. Apesar disso, pode-se afirmar que a criação dessa primeira organização feminista, no Estado, serviu mais para atender a uma linha de ação da FBPF de criar sucursais em todo o país, como forma de recrudescimento da luta sufragista, do que como forma de corresponder às necessidades das feministas locais de se reunirem de maneira associativa. Essa política de expansão da FBPF atingiu, na verdade, não só o modo de se praticar o feminismo entre as espírito-santenses, como também foi essa mesma política que motivou a abertura de uma filiação pernambucana, em 1931, e a mesma que levou as feministas baianas a instalarem o seu próprio diretório, fundado no mesmo ano. Além dessas duas Federações, outras seções locais, na década de 1930, foram abertas, atingindo uma rede de filiação que alcançou ainda as feministas de Goiás, da Paraíba, de Minas Gerais e de outras tantas regiões em que o feminismo dava mostras de franco desenvolvimento.⁴⁷⁷

Entre as capixabas, a Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino tinha como principal objetivo promover ao alistamento das mulheres sem pregar a necessidade de um compromisso partidário. Além da propaganda pró-sufrágio e do envio de comissões pelo interior para conscientizar as mulheres da importância de se exercer o novo direito, conquistado no Código Eleitoral de 1932, elas também participavam de eventos, escreviam para a imprensa e redigiam petições, moções e circulares com o propósito de contribuir com a manutenção dos ideais feministas. Segundo registra Maria Stella de Novaes, a diretoria da FESPF muito contribuiu

Com a federação, no Rio, para que na Constituição Federal de [1934], fosse mantido, sem restrições, o voto feminino, assim como nenhum obstáculo se criasse ao trabalho da mulher, nas fábricas, no Serviço Público, nos

⁴⁷⁶ BESSE, 1999.

⁴⁷⁷ Existem alguns estudos sobre o surgimento dessas sucursais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Das ralas referências, indica-se a leitura de COSTA, Ana Alice Alcantara; BRANDÃO, Jaciara Sena. “Feminismo na Bahia: a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no contexto da revolução de 1930”. In. MOTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Marcia (orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBa, Coleção Bahianas, 2000; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”. In. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.

escritórios etc. Clamava pela declaração geral da igualdade política, econômica e jurídica dos sexos.⁴⁷⁸

Apesar das poucas informações que se têm disponíveis sobre a sucursal da Federação fundada em Vitória – a maior parte delas se resume ao que documentou Maria Stella de Novaes, em sua obra *A mulher na história do Espírito Santo* –, foi possível encontrar na revista *Vida Capichaba* registros que afirmam que as representantes espírito-santenses participaram da I Convenção Nacional Feminina, realizada no Rio de Janeiro, em 1933. O evento, organizado pelas delegadas da FBPF, pretendeu reunir representações feministas de todos os Estados da União. “Nesta Convenção, foram apresentadas moções de grande interesse commum, especialmente pelas representantes de Pernambuco, pelas nossas representantes e pelas de Goyaz”. E, segundo continua a informar o artigo, intitulado *A candidatura de Bertha Lutz*, “foi razão primordial desta assembléa cuidar da apresentação de candidata á Constituinte”, momento em que, obviamente, sobressaiu o nome da “figura de maior relevo entre as defensoras dos ideaes feministas”, Bertha Lutz, “que estava antecipadamente indicada ao cargo”.⁴⁷⁹

Como era de se esperar de uma “observadora atenta aos rumos da política e da movimentação em torno das futuras eleições”,⁴⁸⁰ que levaria a 3 de maio de 1933, pela primeira vez, o eleitorado feminino às urnas, era preocupação imediata de Bertha Lutz patrocinar candidatas a cargos públicos e aprovar candidatos que apoiassem os objetivos feministas. Nesse sentido, como afirma Besse, “para grande número de mulheres, uma posição de liderança na FBPF serviu como campo de treinamento para posterior ingresso na política municipal, estadual ou nacional”.⁴⁸¹ Pelo menos, parece ter sido esse o caso de Judith Leão Castello que, em 1933, por ocasião das eleições para a Assembleia Legislativa, do Espírito Santo, se candidatou ao cargo de deputada estadual, na qualidade de “candidata avulsa”, dispensando legendas partidárias. Não obstante, Judith só tenha tomado posse da cadeira de deputada, em 1947, a sua eleição demonstra o quanto a sua posição de liderança no movimento feminista capixaba, nos anos iniciais da década de 1930, influenciou na consolidação de sua identidade política, como representante das aspirações da mulher capixaba.

Na solenidade de posse, ocorrida no salão do Teatro Glória, em Vitória, Judith pronunciou um discurso tão ou mais conservador do que aquele adotado por ela enquanto uma das

⁴⁷⁸ NOVAES, 1999. p. 117.

⁴⁷⁹ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 338, 15 de abril de 1933.

⁴⁸⁰ SCHPUN, 1999. p. 348.

⁴⁸¹ BESSE, 1999. p. 197.

promotoras do movimento feminista, no Espírito Santo. O que justifica, de certa forma, as razões que fizeram com que, dentre todos os nomes da intelectualidade feminina capixaba, ela alcançasse o pioneirismo em diversas áreas institucionais onde seria desaprovado o ingresso da maioria das intelectuais que concorreram, na imprensa, com o feminismo moderado, por meio de seus posicionamentos mais críticos e controversos. Por isso, segundo declara para uma plateia composta, principalmente, por senhoras da elite capixaba:

Cabe-me o dever, nesta hora de júbilo de minhas conterrâneas, porque elegeram, no primeiro pleito do atual regime constitucional, uma mulher, talvez sugestionadas pelo “livro dos livros”, a Bíblia, que dá ao nome “Judith” o significado de “mulher forte”, cabe-me, agradecendo a confiança, prometer defender, aguerridamente, a Democracia. O Espírito Santo nasceu de um ato de fé. Há de por seus filhos, pela mulher cônica dos seus deveres no lar, na escola e na vida social e política, erguer-se sob o impulso desta mesma fé e ascenderá às regiões do progresso dentro da ordem.⁴⁸²

Como é razoável supor, a imagem conciliatória, patriótica, católica e determinada construída por Judith Leão Castello foi o que lhe abriu as portas para a participação no mundo masculino da política. Para os padrões morais da sociedade capixaba da época, Judith era o ideal de mulher firme, honesta, elegante, pura e delicada, atributos que supostamente ela teria transmitido para a sua atuação na Assembleia Legislativa. Conforme afirma um de seus admiradores no parlamento, o Desembargador Waldemar Mendes de Andrade, “tudo que se disser de Judith Leão Castello Ribeiro é pouco, desde que se refira à formação cristã da mocidade, à divulgação das letras, ao amor da Pátria”.⁴⁸³ E se pode dizer que foi por meio dessas três virtudes, aplicadas ao seu discurso em favor de uma emancipação moderada e gradual das mulheres, que Judith ajudou a eleger, entre as damas da elite capixaba, o modelo ideal de feminismo, aquele que deveria predominar pelas ideias razoáveis e pela dispensa das influências do chamado “feminismo demagogo”, ou seja, “aquele que desperta tantas desconfianças pelo indeterminado de seu conceito e que, justamente, por não estar claramente apresentado, não é bem compreendido”.⁴⁸⁴

O que as feministas que forjaram um discurso moderado, durante as décadas de 1920 e meados de 1930, na revista *Vida Capixaba*, queriam, além de propagar uma visão “saudável” de como deveria ser conquistada a independência das mulheres, era oferecer às suas leitoras uma alternativa às concepções “equivocadas” que se espalhavam,

⁴⁸² RIBEIRO, 1980. p. 76.

⁴⁸³ ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS, 1981.

⁴⁸⁴ Revista *Vida Capixaba*. Vitória, n. 138, 30 de agosto de 1928.

multilateralmente, sobre o feminismo. Um dos textos mais interessantes e que ilustra bem esse esforço de elucidar quais princípios deveriam estar contidos no ideal feminista da juventude capixaba, que por intermédio dessas orientações poderia desanuviar suas dúvidas e endireitar suas inclinações revolucionárias, intitulado *Feminismo Ideal e Sadio*, foi escrito pela professora, jornalista e publicista, residente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Carolina Pickler.

Redigido primeiramente em formato de conferência, o artigo foi publicado de maneira compartimentada na *Vida Capichaba*, entre as edições de número 138 a 141. A maneira serial com que chegou ao público, aliado ao conteúdo sistemático de suas explanações, ajudou a caracterizá-lo como um texto programático, que sugeriu ações e objetivos que deveriam ser desempenhados pelas adeptas, e futuras adeptas, do feminismo racional, utilitário e sadio. É muito curioso o modo como Carolina Pickler constrói o seu conceito de feminismo, o qual se diferencia em alguns pontos do “bom feminismo” de Judith Leão Castello. Em primeiro lugar, toda a sua prerrogativa, sustentada na ideia de um “feminismo racional”, se debruça na negação das outras vertentes feministas que, segundo ela, se afogam em exageros, extremismos, fantasias e fanatismos:

Nem uma cousa, nem outra! Abaixo as utopias, que degeneram em aberrações de consequências funestas e se procure dar ao Feminismo uma concepção clara... Partidarias do Feminismo avançado ha mulheres querendo proclamar a igualdade entre os dois sexos e o neo-feminismo inglez, irreverente e chimerico, nem mais nem menos, sustenta esta these: “O homem é inferior em face da mulher.” Vêm esses outros por sua vez, os homens ante-feministas, baseados tambem em sophismas, que são velharias irrisorias para a epoca presente insurgir contra o movimento emancipador da mulher. Temos ainda, de um lado, o grupo turbulento das mulheres masculinizadas...; do outro lado, o grupo synthetizando a mulher feliz e egoista... embalada na doce illusão de que o mundo – que não conhece – seja um mar de rosas. So poderão vingar, porém, principios sadios e racionaes...⁴⁸⁵

Afinal de contas, frente a anulação da influência de todas essas vertentes, tanto feministas como antifeministas, o que motivou e caracterizou, de fato, o feminismo “Ideal e Sadio” de Carolina Pickler? Para essa educadora, o feminismo racional nada mais era do que a busca constante pelo aperfeiçoamento da mulher, no sentido de torná-la “physica, moral e intellectualmente em condições de triumphar sempre no choque entre a vida utilitaria e as seducções e as exigências”⁴⁸⁶ da vida moderna. Focalizado o problema sob esse ponto de

⁴⁸⁵ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 138, 30 de agosto de 1928.

⁴⁸⁶ Idem.

vista, o feminismo para Carolina Pickler se traduzia apenas em problema de acesso a uma educação renovada capaz de proporcionar trabalho, emprego, profissão, “de acordo com as inúmeras expressões de actividade permittidas á mulher”. O seu conselho às representantes da moderna geração feminina se projeta exatamente nesse sentido, pois conforme assevera,

Aconselho-vos, para conseguirdes este fim que não deixei de pertencer ao movimento feminista em prol da mulher, mas apenas como meio de prevenir as surpresas da sorte e garantir o vosso futuro... Pertencamos, pois, á Phalange do Feminismo Ideal e sadio e... Avante!⁴⁸⁷

Embora a educação e o trabalho tenham igualmente aparecido como temas substanciais da ideia de feminismo articulada por Judith Leão Castello, o assunto que esteve o tempo todo alinhado ao seu discurso, diferentemente do discurso feminista de Carolina Pickler, foi o da conquista dos direitos políticos das mulheres. No auge das campanhas sufragistas, Carolina Pickler sequer fez comentários sobre o voto feminino ou sobre a questão da elegibilidade de suas consortes, nem para criticá-los, nem para apoiá-los como meios imprescindíveis para se atingir a cidadania. Isso, de fato, não deve presumir nenhuma surpresa, já que grande parte das feministas capixabas, principalmente aquelas ligadas às vertentes difusas e às vertentes avançadas, não compartilharam do entusiasmo que a luta pelo sufrágio feminino despertou em tantas outras consciências emancipadas, no período de sua intensificação. No entanto, essas mulheres construíram a sua ideia de feminismo pautadas numa ampla margem de discussões, abordando questões extremamente inovadoras e até ultrajantes para a sua época.

⁴⁸⁷ Revista *Vida Capichaba*. Vitória, n. 138, 30 de agosto de 1928.

TABELAS COMPARATIVAS

Tabela VII – Dados comparativos das principais vertentes feministas do início do século XX

	Feminismo organizado	Feminismo difuso	Feminismo radical
Orientações político-ideológicas	<p>Positivismo</p> <p>Cientificismo</p> <p>Liberalismo</p> <p>Direitos políticos</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Proteção à maternidade</p>	<p>Adota várias perspectivas ideológicas</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Divórcio e Sexualidade</p> <p>Direitos políticos e civis</p> <p>Sem liderança</p>	<p>Anarquismo</p> <p>Comunismo</p> <p>Socialismo</p> <p>Opressão da mulher</p> <p>Educação libertária</p> <p>Liberdade sexual</p> <p>Exploração do Trabalho</p>
Pautas de luta			
Expoentes	Bertha Lutz		Maria Lacerda de Moura

Fonte: Informações recolhidas e elaboradas a partir da leitura dos respectivos livros: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003; SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006; LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

Tabela VIII – Dados comparativos das principais vertentes feministas capixabas do início do século XX

	Feminismo moderado: “Ideal e Sadio”	Feminismo difuso	Feminismo avançado
Orientações político-ideológicas	<p>Positivismo</p> <p>Catolicismo</p> <p>Liberalismo</p>	<p>Adota várias perspectivas ideológicas</p>	<p>Comunismo</p> <p>Socialismo</p> <p>Liberalismo</p>
Pautas de luta	<p>Educação</p> <p>Direitos políticos</p> <p>Trabalho</p> <p>Proteção à maternidade</p>	<p>Educação e Trabalho</p> <p>Violência contra a mulher</p> <p>Direitos políticos e civis</p> <p>Prostituição</p>	<p>Trabalho</p> <p>Educação</p> <p>Opressão da mulher</p> <p>Direitos políticos e civis</p>
Exponentes	<p>Judith Leão Castelo</p> <p>Carolina Pickler</p> <p>Maria Stella de Novaes</p>	<p>Gully Furtado Bandeira</p> <p>Haydée Nicolussi</p> <p>Hersila Valverde</p>	<p>Lydia Besouchet</p> <p>Haydée Nicolussi</p>

Fonte: Revista *Vida Capixaba*. Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Espírito Santo: Vitória.

FINAL

Se a mulher entender de proceder apenas de accordo com a phantasia livre, sua liberdade perturbaria a ordem social, como a perturbou o homem durante tantos seculos, julgando-se arbitro dos destinos da mulher, considerando-a ente inferior e olhando-a do cimo de um pedestal que é como se sentia bem, collocado pela sua fatua vaidade. Exactamente por este panico do sexo forte de perder sua autoridade sobre a mulher, que conservou sempre em situação passiva e subalterna, é que o homem, de pequena estatura moral, não pode resignar-se “á libertação da mulher que cada vez mais afrouxa os grilhões em que artificiosamente elle a prendera, prohibindo-lhe de dar expansão a dotes de que foi sempre soberbamente dotada e que são consideradas thesouros animicos.

Carolina Pickler (1928)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre todas as inquietações que deram forma e conteúdo ao trabalho de pesquisa, especialmente uma forneceu a motivação necessária para se trilhar e para se desbravar o caminho percorrido, a noção de que havia, no Espírito Santo, uma história do feminismo a ser contada. Uma história sobrevivida não nos seus pormenores, mas numa perspectiva devidamente problematizada, que colaborasse para tornar menos invisíveis as atuações e as falas de mulheres pioneiras nas letras, na política e, sobretudo, na luta pela emancipação feminina, nos anos iniciais do século XX. Com isso, buscou-se deslocar certos parâmetros tradicionais de análise para se construir um olhar transgressor dos silêncios que, nesse sentido, perduraram na história do Espírito Santo.

É verdade que algumas pesquisas relativamente recentes, nas diferentes áreas das ciências humanas, têm dado conta de cobrir uma parcela da história das mulheres capixabas, principalmente as que se ocupam em analisar a produção literária de escritoras da década de 1920. Contudo, a ausência de estudos priorizando uma abordagem propriamente historiográfica, que tratasse especificamente do envolvimento dessas mulheres com o discurso e com a prática feminista, vinha comprometendo o conhecimento de uma face significativa da história de mulheres que foram protagonistas durante a trajetória da Primeira República, na capital espírito-santense.

Com o objetivo de contribuir na diminuição desses prejuízos históricos, buscou-se investigar o modo como as mulheres intelectuais capixabas se posicionaram frente aos debates que circularam, na imprensa, acerca do feminismo, durante os primeiros dez anos de publicação da revista *Vida Capixaba*. A ideia foi a de realizar uma aproximação com as principais orientações político-ideológicas internalizadas por elas, de maneira a compreender como se deu à emergência de diferentes linhas de pensamento que selaram, de acordo com a análise feita, os discursos das intelectuais em categorias distintas de filiação aos ideais feministas. A pesquisa apontou para a manifestação de, ao menos, três correntes discursivas que se distinguiam entre si conforme as questões abordadas e a intensidade com que evocavam um discurso mais radical ou mais conservador. A primeira, identificada como feminismo moderado ou feminismo “Ideal e Sadio”, caracterizou-se por ter sido a única modalidade de discurso que chegou realmente a prosperar no reduto social da elite capixaba.

Tal predileção se deveu, dentre outras coisas, à adoção de uma postura conciliatória, preocupada em não afrontar as bases morais e filosóficas sobre as quais a sociedade, do início do século XX, estava instalada. Por isso, os discursos das feministas adeptas de uma posição moderada apresentavam ideias pautadas na moral católica e nos valores positivistas, principalmente com relação à conduta digna e irrepreensível que deveria ser seguida pelas mulheres em relação à família e quando nos espaços de sociabilidade da vida pública. Por essa razão, além dos direitos políticos, a ampliação do acesso das mulheres à educação como meio de garantir uma profissão adequada às suas vocações era uma das pautas de reivindicações prioritárias dessas feministas, que viam no trabalho feminino não um instrumento de ascensão a uma carreira, mas um recurso previdente para ser usado nos momentos de pouca bonança financeira. As feministas dotadas de um discurso moderado, portanto, não apoiavam metas que visassem a inverter os papéis de gênero ou a subtrair as diferenças entre os sexos, com o propósito de atingir a igualdade política, civil, econômica e social. Ao contrário, era consenso entre esse grupo que as mulheres deveriam manter intactos seus papéis tradicionais de mães, de esposas e de donas de casa, legitimando, com isso os dogmas da moral conservadora.

Menos convencidas dessas responsabilidades inatas às mulheres, a segunda vertente feminista identificada nas páginas da revista *Vida Capichaba*, chamada de feminismo difuso, destacou-se das outras correntes discursivas por remeter o debate a respeito do feminismo a questões de amplo alcance social. O não comprometimento de suas expoentes com orientações ideológicas bem definidas deu mobilidade suficiente para que dialogassem com um vasto sistema de ideias. Foram identificados em seus discursos não só influências da simbologia positivista e do pensamento liberal-democrático, mas também laços estreitos com a doutrina socialista. Esses últimos, operaram em seus discursos uma preocupação latente com o problema das péssimas condições de trabalho das mulheres das classes operárias, bem como a realidade dos baixos salários pagos às mulheres de todas as camadas sociais. Incomodava-lhes, além de tudo, as relações hierárquicas de gênero que oprimiam o sexo feminino. Em última instância, seus discursos não deixaram de absorver a ideologia da domesticidade e da maternidade, refutando, paradoxalmente, uma parte considerável de seus argumentos dedicada a suprimir as diferenças sexuais, diferenças comumente usadas como justificativa para o tratamento desigual destinado a homens e a mulheres nos mais diferentes campos da vida em sociedade.

Sob certas coordenadas de pensamento, o feminismo difuso compartilhou das mesmas opiniões professadas pelas adeptas da terceira vertente feminista, a qual recebeu a designação de corrente feminista avançada. Sua principal característica foi a de ser a responsável pela produção de um discurso mais avançado, cuja diferença da segunda vertente concentrava-se no fato de que as mulheres feministas deste grupo possuíam um alinhamento ideológico muito mais nítido do que o seguido pelas partidárias da corrente difusa. Dois exemplos de mulheres com pensamento forjado na corrente de pensamento feminista avançado foram Lydia Besouchet e Haydée Nicolussi, uma vez que ambas trabalharam suas ideias na intermitência de suas crenças políticas com seus ideais de liberdade e de emancipação das mulheres. Contudo, por terem integrado o movimento de esquerda, nos anos 1930, observou-se que a luta pela libertação feminina ocupou, em suas considerações, posição secundária em relação aos conflitos sociais de classe, que motivavam a luta dos partidos revolucionários. Apesar disso, na prática cotidiana da militância, essas mulheres buscaram questionar os mecanismos internos de funcionamento do patriarcado, articulando a situação de classe com a própria opressão/exploração das mulheres na família, no trabalho e na sociedade como um todo. Viram essa opressão como uma face das relações sociais de gênero e de classe, que mesmo distintas, eram vistas como indissociáveis.

O que se pretendeu apontar com a identificação e a caracterização dessas diferentes correntes de pensamento feminista, presentes na revista *Vida Capixaba*, foi a forma pluridirecionada e dinâmica com que o feminismo integrou as reflexões das mulheres intelectuais, no Espírito Santo. A constatação de tal assimetria ajudou, sobretudo, a verificar as especificidades que residiram nos diferentes pontos de vista das mulheres capixabas, em comparação, principalmente, com a linha de ação e de discurso consolidada por Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, durante os anos de propagação da luta sufragista, no Brasil.

Verificou-se que, apesar de ter sido fundada, em Vitória, uma filial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1933, a questão do voto e da elegibilidade das mulheres não frequentou acriticamente o discurso das feministas capixabas. Havia certa resistência em aceitar a luta pelos direitos políticos femininos como uma meta útil para resolver os problemas mais urgentes enfrentados pelas mulheres. Hersila Valverde, por exemplo, chegou a declarar em seu artigo *Pesadelos do Feminismo*, publicado em 25 de dezembro de 1934, na revista *Vida Capixaba*: “não somos dos que divinistem a sta. Bertha Lutz, pelo simples facto de conseguir para nós a illusão de uma Victoria com o advento do voto feminino. Antes pelo

contrário, consideramos o voto... uma conquista extemporanea, uma semente lançada em terra esteril”. E termina, afirmando que a “emancipação não consiste no direito do voto, que nada é, para quem não tem sequer os meios de prover a sua subsistencia pelo trabalho”.

Nota-se que não foi tão simples a aproximação das líderes do movimento feminista organizado com as mulheres, do Espírito Santo, pois, prevalecia na concepção das feministas capixabas o propósito de galgar os degraus das injustiças de gênero por meio da educação e do trabalho remunerado. Embora as pesquisas atuais apontem para o fato de que Bertha Lutz, à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tenha se envolvido igualmente com temas sociais relevantes – como o de promover uma educação feminina de qualidade e o de defender a ampla entrada de mulheres em diferentes profissões –, no entendimento de algumas feministas capixabas da época, as prioridades estavam invertidas. Portanto, somente na iminência de um desfecho favorável para a luta sufragista que um grupo de mulheres capixabas resolveu aderir à campanha pelo voto, concentrada, nesse momento, em agenciar o maior número de alistamentos eleitorais femininos. No entanto, se essa mudança se operou no discurso e na ação das mulheres pertencentes à vertente feminista moderada, nenhuma alteração se observou na tônica do pensamento das adeptas do feminismo difuso e do feminismo avançado, essas continuaram nutrindo poucas expectativas quanto à necessidade pungente e ao proveito imediato que a conquista de uma cidadania política pelas mulheres poderia trazer para suas vidas.

Por fim, o que se procurou evidenciar, para além das demarcações ideológicas, dos discursos heterogêneos e das particularidades que ressignificaram o pensamento feminista entre as mulheres intelectuais capixabas, foi a importância de não deixar se perder as experiências de luta, de enfrentamento, de autoconhecimento e de afirmação da conquista de direitos que enriqueceram a história das mulheres, no Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE

ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS. *Cadeira 12: recepção e posse de Judith Leão Castello Ribeiro* 10/9/81. Vitória, ES, 1981.

PARTIDO REPUBLICANO FEMININO, *Diário Oficial* [República Federativa do Brasil]. Rio de Janeiro, n. 290, 17 de dezembro de 1910.

Revista *Vida Capichaba*. Vitória. Ano I a XII, de janeiro de 1924 a dezembro de 1934.

BIBLIOGRAFIA

ACHIAMÉ, Fernando A. M. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Francisca Clotilde e a palavra em ação*. 2008. 261 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: tessituras de Ignez Sabino e Délia*. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. “O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política”. In. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 133-150, 2003.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In. COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 79-99.

BITTENCOURT, Gabriel. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1968.

_____. *Historiografia capixaba e imprensa*. Vitória: EDIT, 1998.

BITTENCOURT, Miriam Raquel Morgante. *A escrita feminina e feminista de Maria Teresa Horta*. 2005. 190 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Literatura e Vida Social, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP, Ed. 34, 2008.

BOBBIO, Kátia. *A voz do coração. Virgínia Gasparini Tamanini: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Formar; Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropofágico no Espírito Santo*. Espírito Santo: UFES, 1992.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, José Augusto. “Panorama das letras capixabas (segunda parte)”. In. *Revista de Cultura da Ufes*, ano VII, nº 22, p. 65-79, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTRO, Hebe. “História Social”. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-59.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. “Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX”. In. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, n. 30, jun. 2005, p. 243-264.

CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. In. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.

_____. “O mundo como representação”. In. *Estudos Avançados*, vol. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COLASANTI, Marina. “Por que nos perguntam se existimos”. In. SHARPE, P. (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p. 33-42.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In. ARANTES, Antônio Augusto [et al.]. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 15-42.

COSTA, Ana Alice Alcantara; BRANDÃO, Jaciara Sena. “Feminismo na Bahia: a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no contexto da revolução de 1930”. In. MOTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Marcia (orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBa, Coleção Bahianas, 2000. p. 153-166.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DE LUCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”. In. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 275-299, 1999.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In. Priore, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem história”. In. *Revista de História* (nova série), São Paulo, nº 114, p. 31-45, jan/jun., 1983.

_____. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. In. *Revista de Estudos Feministas*, n. 2, p. 373-382, 1994.

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e literatura no Brasil”. In. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP, n. 49, vol. 17, set./dez. 2003. p. 151-172.

_____. “Posfácio. Nos primórdios do feminismo brasileiro”. In. FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 99-107.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Guilherme; ROSSI, Marcelo Marconsini. “A história de um lugar de história”. In. MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 25-38.

FLEURY, Karina de Rezende Tavares. *Alma de flor. Maria Antonieta Tatagiba: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Formar; Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

FLEXNER, Eleanor. *Century of struggle. The Woman's Rights Movement in the United States*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. “Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt”. In. SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 217-256.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4 ed. atual. com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Opúsculo Humanitário*. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. *Microfísica do poder*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. In. *Cadernos de Debate*, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em

História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. “As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil”. In. GOMES, Ângela de Castro et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GARCIA, Amanda; MOTA, Euler; DIAS, Max. “A República e a frustrada instauração da modernidade”. In. MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 39-68.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GOODE, William. *Revolução mundial e padrões de família*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: USP, 1969.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos A. M. “O imaginário moderno no Brasil”. In. _____. *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação”. In. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 54-92.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JABERT, Alexander. *Da nau dos loucos ao trem de doido: as formas de administração da loucura na Primeira República – o caso do estado do Espírito Santo*. 2001. 144 f. Dissertação

(Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.

LACERDA, Sônia; KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 25-38.

LAGE, Lana. “Penitentes e Solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial”. In. SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes; PPGHIS, 2006. p. 199-219.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAZZARO, Agostino. *A face múltipla e vária: a presença da mulher na cultura capixaba*. Vitória: Lei Rubem Braga (PMV), 1995.

LEITE, Míriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOPES, Marcos Antônio. “Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais”. In. LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 39-47.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: [s.n.], 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932”. In. *Revista Gênero*, v.4, n. 2, 2004. p. 149-169

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MÉRGAR, Arion. *A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)*. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MESQUITA, Leticia Nassar Matos. *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revolução de Adelina Lírio*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Cidadania no feminino”. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-515.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra”. In. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, ago. 1986. p.89-104.

MOTT, Maria Lúcia. “Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)”. In. *Cadernos Pagu*, v. 16, 2001. p. 199-234.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. “O Império, o piano e o ensino da ‘miserável música’ em Minas Gerais do século XIX”. In. COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e história*. Brasília: Editora Paralelo, 1999. p. 129-150.

_____; MACENA, Fabiana Francisca. “‘Semanário alegre, político, crítico e esufiante’: a construção do gênero na *Fon-Fon*”. In. *Temas de Mujeres: Revista del CEHIM*, ano 6, n. 6, p. 45-59, 2010.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. In. *Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1, jan/jun 2003.

_____. “A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira”. In. COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 11-20.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: Edufes/ Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

_____. *Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2008.

_____. “A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas da denúncia”. In: *Anais da VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)*. Buenos Aires, 2009. v. 1. p. 1-14.

NADER, Penha Mara Fernandes. *A sutilha da discriminação de gênero nos logradouros públicos: Vitória, 1970-2000*. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NAZARIO, Diva Nolf. *Voto Feminino e Feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: Edufes, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PACHECO, Renato. *Os dias antigos*. Vitória: Edufes: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. "A Imprensa no Espírito Santo". In. *Revista de Cultura Ufes*, ano I, n. 2, jan./jun. 1979.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. "Práticas da memória feminina". In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PESSALI, Hesio. "A imprensa no Espírito Santo". In. *Revista de Cultura Ufes*, ano IX, n. 28, 1984. p. 7-21

PÍCOLI, Mariana de Almeida. *Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória (1869/1888)*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PIMENTEL, Sílvia. *A Mulher e a Constituinte*. São Paulo: Cortez: EDUC, 1987.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. "Igualdade e Especificidade". In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?”. In. ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH / Unicamp, nº 48, nov. 2002.

PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In. FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p. 217-235.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. “Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. In. *Cadernos AEL*, São Paulo, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996.

_____. “Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932)”. In. SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (orgs.) *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. *Antologia de escritoras capixabas*. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1998.

_____. *Literatura feminina capixaba (1920-1950)*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras / Centro de Ensino Superior de Vitória, 2003.

_____. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

_____. “Guilly Furtado Bandeira, uma capixaba pioneira na Academia”. In. *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*, Vitória, vol. I, p. 31-56, 1998.

RIBEIRO, Judith Leão Castello. *Presença*. Vitória, 1980.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *Vida Capixaba: o retrato de uma sociedade – 1930*. Vitória: IHGES, 2007.

ROWBOTHAM, Sheila. “Caro Dr. Marx: carta de uma feminista socialista”. In. *Cadernos Pagu*, v. 32, 2009. p. 159-182.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

_____. *Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República*, 2005.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. “Revisando Haussmann: os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte)”. In. *Revista USP*. São Paulo (26): 195-205, Junho/Agosto 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. “Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX”. In. SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *As idéias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, CEPHAL, 1997. p. 57-71.

SANT’ANNA, Thiago. “‘Noites Abolicionistas’: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888)”. In. *OP SIS – Revista do NIESC*, v. 6, p. 68-78, 2006.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed., São Paulo: Editora USP, 2006.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: USP, 2005.

SCHMIDT, Rita Terezinha. “Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina”. In. NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre; UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCHPUN, Mônica Raisa. “Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz”. In. *Cadernos Pagu*, v. 12, 1999. p. 331-377.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez., 1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. “Experiência”. In. Alcione Leite da Silva *et al* (orgs.). *Falas de Gênero*. Teorias, análises e leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. “A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In. SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 3 República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 513-620.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SILVA, Regina Tavares. “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”. In. *Cadernos Condição Feminina*, Lisboa, v. 19, p. 875-907, 1982.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: questão de método”. In. SILVA, Marcos A. (org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990. p.17-42.

SINGER, Paul. “O feminino e o feminismo”. In. BRANDT, Vinicius Caldeira; SINGER, Paul (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 109-141.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 231-262.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

SOARES, Renato Viana. *A Escola Activa Antropofágica que a “revolução” de 30 comeu*. São Paulo: Lei Rubem Braga-Darwin, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1966.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____. “Formas de violência, relações de gênero e feminismo”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, 2002, p. 7-25.

SOUZA NETTO, Vanda Luiza. *A embaixadora das artes. Lídia Besouchet: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, 2008.

SUETH, José Cândido Rifan. *Espírito Santo, um estado satélite na Primeira república: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912)*. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SWAIN, Tania Navarro. “A invenção do corpo feminino ou ‘A hora e a vez do nomadismo identitário?’”. In. *Feminismo: teorias e perspectivas - Textos de História*, v. 8, n. 1/2, Brasília: UNB, 2000. p. 47-86.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In. PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TILLY, Louise A. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. In. *Cadernos Pagu*, v.3, 1994. p. 29-62.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades*. 3ª ed. Vitória, 1970.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; BESSONE, Tania Maria Tavares (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 312-331.

VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. In. *Cadernos Pagu*, v.13, 1999, p. 223-251.

VIANNA, Lúcia Helena. “Mulheres revolucionárias de 30”. In. *Revista Gênero*, v.2, n.2, 2002, p. 27-34.

WANIK, Flavio Calmon. *Presidente Aristeu Borges de Aguiar, de positiva unanimidade a expectativas frustradas. A política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1994.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BEZERRA, Kátia da Costa. *Amores de Abat-jour: a cena teatral brasileira e a escrita de mulheres nos anos vinte*. [consultado em 07 de fevereiro de 2011]. Disponível em: <<https://journals.ku.edu/index.php/latr/article/viewFile/1360/1335>>

ESTAÇÃO Capixaba. *Vitória e o Espírito Santo nos anos 20*. [consultado em 01 de novembro de 2010]. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/historia/luiz_guilherme/vitoria_es_20.html>

HEIDRICH, Álvaro Luis; GAMALHO, Nola Patrícia. *Na periferia das representações sociais ou as representações sociais da periferia: a multiplicidade sociocultural do bairro Restinga – POA*. [consultado em 25 de fevereiro de 2010]. Disponível em: <<http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/TrabalhosNEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20%20NolaPatriciaRamalho.ED11.pdf>>

PIVA, Izabel Maria da Penha; SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889)*. [Consultado em 01 de março de 2011]. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_2_PDFs/Izabel%20Piva.pdf>